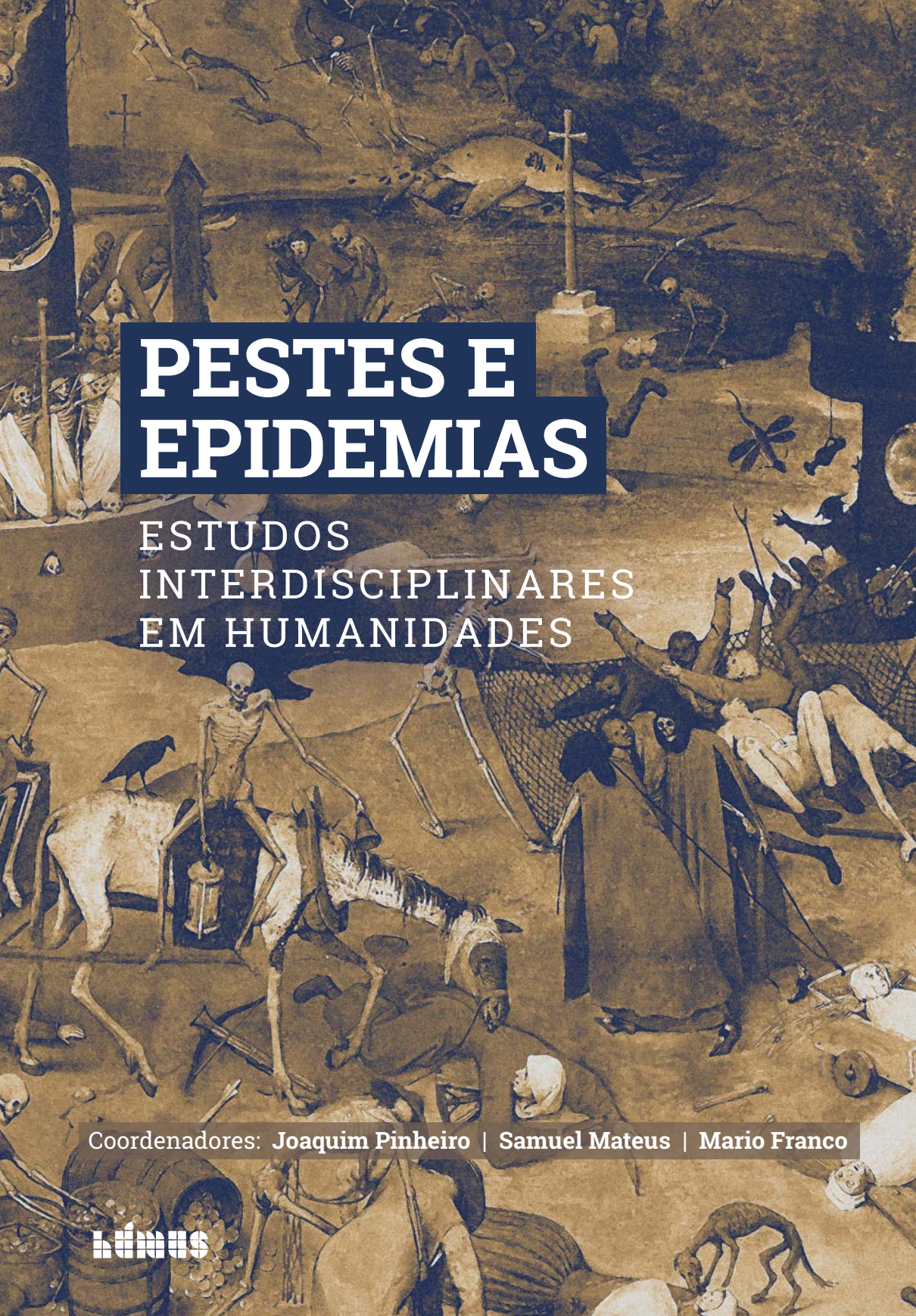




PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco

lúmus

PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco

TÍTULO

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades

COORDENAÇÃO

Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus & Mario Franco

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS COORDENADORES:

Universidade da Madeira, Faculdade de Artes e Humanidades

ASSISTENTES EDITORIAIS

Adriana Teixeira, Ana Carina Figueira e Cátia Gouveia

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Marco Câmara | Gabinete de Comunicação e Marketing da Universidade da Madeira

© Edições Húmus, Lda e Autores, 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN

978-989-755-754-5

DOI

<https://doi.org/10.34640/universidademadeira2022pinheiromateusfranco>

IMPRESSÃO

Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Maio de 2022

Depósito Legal:

498121/22

Nota de edição

Nos textos em Língua Portuguesa, os Coordenadores do Volume respeitaram a ortografia seguida pelos Autores.

Todos os textos que integram este Volume foram submetidos a arbitragem científica

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Adélio Fernando Abreu, Universidade Católica Portuguesa

Alda Portugal, Universidade da Madeira

Ana Isabel Buescu, Universidade Nova de Lisboa

Ana Isabel Moniz, Universidade da Madeira

Andréa Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Catarina Rodrigues, Universidade dos Açores

Cristina Santos Pinheiro, Universidade da Madeira

Daniel Tércio Guimarães, Universidade de Lisboa

Eunice Ribeiro, Universidade do Minho

Gianfranco Ferraro, Instituto de Filosofia da Nova

Gisela Gonçalves, Universidade da Beira Interior

Ivo Furtado, Universidade da Madeira

Joaquim Paulo Serra, Universidade da Beira Interior

José Manuel Sobral, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Lúisa Maria Paolinelli, Universidade da Madeira

Maria Cristina Almeida e Cunha, Universidade do Porto

Maria Filomena Andrade, Universidade Aberta

Paulo Osório, Universidade da Beira Interior

Rodrigo Gomes, Universidade de Coimbra

Vera Amorim, Instituto Politécnico de Lisboa

índice

9	Introdução Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus, Mario Franco
13	Descrições da peste na historiografia bizantina dos séculos XIV e XV Rui Carlos Fonseca
27	A vulgarização do léxico da peste após a Peste Negra como testemunho de memória: o caso do Entre-Douro-e-Minho (Portugal) André Filipe Oliveira da Silva
49	Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista: São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade Nelson Veríssimo
61	“Evitar que o mal não padeça mais avante” – O Regimento da Saúde de D. João III e a experiência italiana de saúde pública Edite Martins Alberto, Joana Balsa de Pinho
77	A Portuguese Treatise on the Plague: João Curvo Semedo’s <i>Tratado da Peste</i> Gabriel A. F. Silva
91	Cólera e Carnaval em Porto Alegre (RS/Brasil) na segunda metade do século XIX Caroline P. Leal
107	Santos: porto do café e das epidemias - experiências, cotidiano e imigração Mária Izilda Santos de Matos, Bruno Bortoloto do Carmo
125	“Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante a pneumónica de 1918 sob o olhar de um periódico local Guida Cândido
139	Les récits de la peste comme mode de connaissance, de mémoire et d’identification Chantal Louchet
155	Um Diário convertido em crónicas e um Jornal em forma de romance: as narrativas de pestilências de Daniel Defoe (1722) e Gonçalo M. Tavares (2020) Ana Isabel Correia Martins

- 171 Paisagens pandêmicas na literatura:
não-fruição da paisagem sob estado sanitário de exceção
Fabiano Dalla Bona, Carolina de Castro Wanderley
- 179 O Fenómeno Semiológico das Máscaras em Contexto Pandêmico
Sara Inês Rodrigues Gaspar, Eduardo José Marcos Camilo, Rafaela Norogrande
- 195 As “Bexigas Negras” e os Museus Históricos
Rosa Henriques de Gouveia, Teresa Ferreira, Lina Carvalho, Carlos Robalo Cordeiro
- 203 Pessoas e organizações no quotidiano pandêmico:
uma construção social da realidade?
Pedro Eduardo Oliveira Ribeiro
- 219 O paradigma da peste: Índices de ruptura em situações de calamidade
Rodrigo Barros Gewehr
- 237 O *Ethos* patético e as campanhas de publicidade
“Thank you” durante a pandemia de SARS-COV-2
Samuel Mateus

« Tout le monde sait que les pestes ont une façon de se reproduire dans le monde, mais d'une manière ou d'une autre, nous avons du mal à croire en celles qui nous tombent sur la tête à cause d'un ciel bleu. Il y a eu autant de fléaux que de guerres dans l'histoire, mais toujours des fléaux et les guerres prennent les gens également par surprise ».

Albert Camus, *La Peste*

Introdução

JOAQUIM PINHEIRO
SAMUEL MATEUS
MARIO FRANCO

O Volume *Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades* reúne dezasseis estudos que, sobre distintas épocas, reflectem sobre a capacidade de reagir, resistir e superar as diversas doenças que acompanham o desenvolvimento das sociedades humanas. Algumas das pestes e epidemias mais devastadoras e com maiores consequências na forma como o homem se pensa a si mesmo foram a Peste de Atenas (séc. V a. C.), a Peste Antonina (séc. II), a Peste Justiniana (séc. VI), a Peste Bubónica, conhecida como Peste Negra (1347 – 1351), e a Gripe Espanhola (séc. XX), além de outros surtos epidémicos como a varíola, a gripe, o VIH, o Ébola ou, mais recentemente, os surtos de síndrome respiratória aguda grave SARS (2002), síndrome respiratória do Médio Oriente MERS-CoV (2012) e COVID-19 (2019), designação atribuída pela Organização Mundial da Saúde à doença provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

Em textos, imagens, obras artísticas ou em outras formas culturais, o ser humano registou o seu sentir sobre a fragilidade, a resiliência, o medo, a incerteza ou a crença. Em cada período, estes aparecimentos repentinos de pestilências provocaram transformações na forma como o ser humano e as sociedades se organizam, originando importantes e profundos ajustes nos estilos de vida. Assim, os estudos que compõem estes Volume, além do contributo para o conhecimento da influência de pestes e epidemias na cultura e na sociedade, permitem uma reflexão interdisciplinar do entendimento humano acerca das causas e consequências desses surtos. Nos vários domínios das Humanidades, das narrativas às criações mais artísticas, há um imenso legado cultural que importa continuar a estudar.

Por não se pretender segmentar os estudos, optou-se por uma sequência cronológica, facto que contribui para salientar a sua natureza interdisciplinar. Cada um dos estudos que compõem este Volume evidenciam a transversalidade dos surtos epidémicos, os quais provocam desafios à condição humana.

Abre o Volume com o estudo de RUI CARLOS FONSECA, que interpreta as poucas descrições da peste na historiografia bizantina dos séculos XIV e XV, nomeadamente em Laonico Calcocondilas, Nicéforo Grégoras e João Cantacuzeno. De seguida, ANDRÉ F. OLIVEIRA DA SILVA, numa perspectiva mais histórica, analisa a presença no léxico dos tempos da Peste Negra, no Norte de Portugal, uma memória traumática que permaneceu em várias expressões. Por sua vez, o estudo de NELSON VERÍSSIMO baseia-se na reflexão sobre a peste que atingiu a cidade do Funchal no século XVI e, em especial, na interpretação do significado cultural e histórico do voto a São Tiago Menor, padroeiro da cidade. Quanto ao contributo de EDITE MARTINS ALBERTO e JOANA Balsa de Pinho, as autoras analisam o contexto em que surge o Regimento da Saúde de D. João III, influenciado pela experiência italiana na prevenção e controlo de surtos epidémicos, o que permite um melhor conhecimento sobre a forma como a cidade de Lisboa, no início do século XVI, enfrentou a propagação de doenças. Com base no *Tratado da Peste* (1680), de João Curvo Semedo, GABRIEL A. F. SILVA apresenta a obra do médico português, procurando não só contextualizá-la, mas também valorizar a sua importância na tradição da literatura médica, com recurso à comparação com outros tratados de peste. O estudo de CAROLINE P. LEAL, por sua vez, analisa a dimensão sociocultural da doença e a sua influência nas práticas culturais, em particular, na festa do Carnaval de Porto Alegre, durante a segunda metade do século XIX. No seu contributo, MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS e BRUNO BORTOLOTO DO CARMO detêm-se na observação do impacte da epidemia no contexto do porto de Santos e como isso influenciou a percepção da população que chegou a referir-se a ele como “porto maldito”. Na análise de GUIDA CÂNDIDO sobressai o efeito que a pneumónica de 1918 teve na sociedade portuguesa, em especial nos hábitos alimentares, uma vez que os cidadãos se confrontavam com a escassez de bens e outras limitações, que a imprensa amiúde, no entanto, relegava para um plano secundário. Por sua vez, a partir de obras de Albert Camus, Marcel Pagnol, Patrick Deville e Bernard Werber, CHANTAL LOUCHET analisa a representação da epidemia e dos seus efeitos, enquanto forma de conhecimento, memória e identificação, por exemplo, de dimensões simbólicas. O estudo de ANA ISABEL C. MARTINS dedica-se a perscrutar a *auctoritas* nas narrativas de Daniel Defoe e Gonçalo M. Tavares sobre a peste, indagando sobre o valor do relato ficcional para a reconstrução de uma memória cultural colectiva. Partindo de uma selecção de textos literários, FABIANO DALLA BONA e CAROLINA DE CASTRO WANDERLEY interpretam o efeito de privação das epidemias, que impedem o indivíduo de fruir do contacto social e da paisagem, com consequências na condição humana. Numa perspectiva semiológica, o estudo de SARA I. R. GASPAR, EDUARDO J. M. CAMILO e RAFAELA NOROGRANDO analisa o uso e a função de máscara em contexto pandémico, aprofundando conceitos como conotação em termos da individualização ou personalização, com conotações diversas. De seguida, o contributo de ROSA HENRIQUES DE GOUVEIA, TERESA FERREIRA,

LINA CARVALHO e CARLOS ROBALO CORDEIRO tem como objectivo central realçar o papel dos Museus Históricos, especialmente de Anatomia Patológica, pela forma como preservam a memória da Varíola e a estudam, revelando-se tal conhecimento muito útil porque pode contribuir para a diminuição do risco de transmissibilidade. PEDRO E. O. RIBEIRO aborda o tema da pandemia numa perspectiva mais sociológica, procurando demonstrar a capacidade de adaptação da sociedade em termos de uma realidade duplamente objectiva e outra mais subjectiva. No estudo de RODRIGO B. GEWEHR podemos encontrar uma análise filosófica das várias reacções humanas à pandemia, seja de adesão às medidas, seja de recusa, manifestações ditadas, em alguns casos, por decisões políticas em momentos de emergência. A encerrar o presente Volume encontra-se o estudo de SAMUEL MATEUS, que interpreta, por meio de vários exemplos, a presença retórica do *ethos* patético em campanhas publicitárias lançadas durante o contexto pandémico da Covid-19.

Esta obra distingue-se, a nosso ver, por convocar vários domínios científicos, que dialogam em torno de uma problemática antiga – as das pestes e epidemias – mas nem por isso perde relevância no mundo atual. Pelo contrário, é o confluir de diversas correntes de pensamento e autores de diferentes áreas das Humanidades e das Ciências Sociais que permite ao leitor adquirir uma perspetiva integrada destas matérias.

Por fim, merece-nos uma palavra de agradecimento a Universidade da Madeira pelo apoio que, desde o início, deu a esta publicação, bem como a todos os que participaram no labor editorial. Aos membros da Comissão Científica, por se associarem a esta publicação, manifestamos a nossa profunda gratidão pela sua disponibilidade e empenho. Também agradecemos aos Autores por nos terem confiado os seus textos e pela sua persistência durante o complexo processo de avaliação e edição e, assim, terem contribuído de forma decisiva para a qualidade deste Volume.

Descrições da peste na historiografia bizantina dos séculos XIV e XV*

RUI CARLOS FONSECA**

Resumo

A Peste Negra difundiu-se do Oriente para Ocidente, tendo afectado uma parte significativa das populações medievais de quase todo o mundo. Constantinopla, a capital do Império Bizantino, foi especialmente afligida por sucessivas vagas epidémicas ao longo dos séculos XIV e XV, muito devido à sua posição geográfica privilegiada e ao comércio marítimo com vários portos do Mediterrâneo. Apesar do grave impacto da doença e dos elevados índices de mortalidade, são muito poucas as descrições da peste na historiografia bizantina tardia. Os últimos séculos do império correspondem a um período conturbado da sua história, pelo que os historiadores dão preferência ao relato de acontecimentos políticos e militares, no contexto dos quais fazem referências breves à peste entre os Bizantinos. No século XV, Laonico Calcocondilas transmite informações pontuais sobre a origem, propagação e natureza letal da peste, no excursus sobre os Germanos. Antes dele, no século XIV, Nicéforo Grégoras e João Cantacuzeno descrevem o ambiente em Constantinopla sob os efeitos da peste de 1347 e 1348, informando sobre a disseminação geográfica, os sintomas, o estado de espírito dos cidadãos, as mortes ou eventual recuperação dos infectados, pondo sobretudo em evidência o carácter indomável da epidemia e a manifesta vulnerabilidade da população. Neste ensaio, apresento traduções portuguesas inéditas destes três historiadores, analisando as suas descrições da peste a partir dos dados históricos disponíveis e dos seus modelos literários.

Palavras-chave: Historiografia Bizantina, Constantinopla, Peste Bubónica, Sintomas.

* Este ensaio foi elaborado no âmbito do meu projecto de pós-doutoramento sobre literatura bizantina, financiado pela FCT—Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (SFRH/BPD/99542/2014).

** Universidade da Madeira, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
rui.fonseca@staff.uma.pt

Abstract

The Black Death spread from East to West, affecting a significant part of medieval populations around the world. Constantinople, the capital of the Byzantine Empire, was especially afflicted by successive epidemic waves throughout the 14th and 15th centuries, largely because of its privileged geographical position and maritime trade with various Mediterranean ports. Despite the severe impact of the disease and the high mortality rates, there are very few descriptions of the plague in late Byzantine historiography. The last centuries of the empire corresponded to a troubled period in its history, so historians prefer to report political and military events, in the context of which they make brief references to the plague among the Byzantines. In the 15th century, Laonikos Chalkokondyles conveys synoptic information about the origin, propagation and lethal nature of the plague, in the excursus on the Germans. Before him, in the 14th century, Nikephoros Gregoras and Ioannes Kantakouzenos describe Constantinople's state under the effects of the plague of 1347 and 1348, reporting on the geographic spread, symptoms, state of mind of citizens, deaths or eventual recovery of the infected, above all highlighting the ineluctable nature of the epidemic and the manifest vulnerability of the population. In this essay, I present unpublished Portuguese translations by these three historians, analysing their descriptions of the plague from the available historical data and their literary models.

Keywords: Byzantine Historiography, Constantinople, Bubonic Plague, Symptoms.

Laonico Calcocondilas, oriundo de uma das famílias mais ilustres de Atenas do século xv, escreveu sobre a crescente supremacia do Império Otomano e o consequente declínio do Império Bizantino. As suas *Histórias*, organizadas em dez livros, contêm várias digressões com informação de natureza geográfica e etnográfica sobre povos do Ocidente e do Oriente. Na digressão sobre os Germanos, incluída no Livro II, Calcocondilas relata o seguinte:

Este povo é numeroso e está espalhado por muitas partes do mundo, em segundo depois dos Citas nómadas, de modo que, se tivesse uma mesma forma de pensar, sob o comando de um só chefe, seria invencível e de longe o mais poderoso. É um povo de muita saúde, visto que está situado sob a região ártica e em redor dela, sobretudo no meio das terras, do mar propriamente não se serve; é decerto o mais bem organizado dos povos, dentre os que conhecemos; nem é afligido pela peste, que devido à putrescência decorrente do ar, invadindo sobretudo os países do Oriente, aniquila uma parte significativa dos seus habitantes, nem é afligido por outras doenças muito frequentes entre nós que costumam visitar-nos amiúde sobretudo no Verão e no Outono, a ponto de morrer um grande

número de pessoas deste nosso povo, e nem sequer há tremores de terra, nenhum digno de nota. Mas chove nessa terra sobretudo no Verão.¹

Calcocondilas começa as suas *Histórias* com a pré-história dos Helenos, mas rapidamente se concentra nos acontecimentos decorridos entre finais do século XIII e meados dos anos 60 do século XV. O Livro II ocupa uma extensão temporal de onze anos, de 1389 a 1400, durante o sultanato de Bajazeto I, que sucedeu ao pai, o sultão Murade I, precisamente no ano de 1389. Ainda que sinóptico, o excurso sobre os Germanos apresenta elementos importantes sobre a peste entre os Bizantinos, nomeadamente no que respeita à sua origem, propagação e mortandade: a peste (λοιμός) vem das partes do Oriente (τοῖς ἑσίοις), transmite-se através da sepsia do ar (ὑπὸ τῆς τοῦ ἀέρος σήψεως) e causa índices elevados de letalidade.

A Peste Bubónica, mais conhecida hoje em dia como Peste Negra, foi um dos acontecimentos pandémicos que mais influência exerceu na história da humanidade, representando, na verdade, um ponto de viragem no período final da Idade Média. A peste afectou o mundo bizantino em larga escala, entre 1347 e 1453, com uma incidência significativamente maior na capital do império. Devido à sua localização geográfica estratégica, uma ponte entre o Oriente e o Ocidente, Constantinopla foi uma das cidades mais afectadas por esta epidemia. O importante comércio marítimo, com rotas há muito estabelecidas entre os portos do Mar Egeu e tantos outros europeus, da Grécia e da Itália por exemplo, facilitou, sem dúvida, a propagação da doença, que terá assim viajado por mar de Este para Oeste². De acordo com os dados recolhidos por Tsiamis et al. (2011, p. 197, Tabela 1), o Império Bizantino foi afligido por nove grandes vagas epidémicas ao longo dos séculos XIV e XV (seis vagas durante o primeiro, três durante o século seguinte). Estas vagas tiveram uma duração mínima de um ano (a que ocorreu em 1435) e uma duração máxima de seis anos (a que durou de 1417 a 1423). Os mesmos autores registam também onze surtos locais entre 1368 e 1450, os últimos cinco desses surtos tendo ocorrido após a última grande vaga epidémica de 1435. Constantinopla foi a zona mais vezes afectada durante todo o período da epidemia.

O século da peste, entre meados de Trezentos e meados de Quatrocentos, corresponde a um período conturbado da história da Bizâncio medieval, quer em termos políticos, quer em termos militares, com guerras civis e lutas pelo trono, invasões dos Otomanos e revoltas de cidades italianas, apenas para referir alguns exemplos. Como Congourdeau (1993, p. 32) notou, a peste aparece como um elemento entre outros no contexto da derrota geral do império:

1 *Histórias*, II, p. 16. Tradução portuguesa inédita, da minha responsabilidade, feita a partir da edição de Kaldellis (2014).

2 Sobre o papel do comércio marítimo na propagação da peste pelo Império Bizantino, Eurásia e Mediterrâneo, vide Bartsocas (1966, p. 398); Miller (1975, p. 305); Nicol (1996, p. 95); Aberth (2005, pp. 2, 13-14); Tsiamis et al. (2011, p. 197).

La peste noire frappe Byzance à un moment particulièrement tragique de son histoire: son territoire s'effrite sous l'action des Turcs, des Slaves et des occidentaux; les guerres civiles, les soulèvements populaires, les famines et les tremblements de terre donnent à de nombreux Byzantins l'impression que Dieu a abandonné son peuple.³

A desordem pública que marca a vida dos Bizantinos e seus governantes, tanto na política interna como na política externa, acaba por secundarizar os efeitos da peste na historiografia bizantina. As descrições da epidemia, ou mesmo as referências à situação epidémica, pelos historiadores da época são, por isso, escassas, breves ou surgem no âmbito de acontecimentos históricos muito mais relevantes.

Além da escassez de narrativas sobre a peste entre os historiadores dos séculos XIV e XV bizantinos, as poucas a que temos acesso adaptam o estilo de modelos antigos, o que nos leva a questionar se tais mostras historiográficas não serão construções literárias mais do que relatos históricos fidedignos⁴. Tomando como exemplo o passo acima transcrito, ao afirmar que os Germanos são um povo muito saudável, Calcocondilas está, na verdade, a servir-se do que Heródoto já escrevera sobre os Líbios nas suas *Histórias* (IV, 187); e ao sugerir que seriam invencíveis e de longe os mais poderosos dos povos caso se unissem sob o comando de um único chefe, o mesmo autor adapta também palavras de Heródoto a propósito dos Trácios (V, 3)⁵. As *Histórias* de Calcocondilas, imbuídas na tradição da historiografia antiga, conjugam a estrutura adoptada na obra de Heródoto e o estilo usado na obra de Tucídides. Como o primeiro, o autor medieval relata extensivamente conquistas militares de povos orientais e enche a sua narrativa de digressões etnográficas. Como o segundo, escreve numa prosa austera, desprovida de descrições sensacionalistas, alusões mitológicas, linguagem metafórica e eufrástica. De ambos, retira frases e expressões, reproduzidas de forma literal ou adaptada⁶. Calcocondilas tem sido considerado o “Heródoto medieval”, pois, ao contrário dos demais historiadores bizantinos, não escreve sobre o

3 Tsiamis et al. (2011, p. 194): “The 14th and 15th century could be characterized as the deathbed anxiety of an empire that is only a shadow of its glorious past.” Estangüi Gómez (2020, pp. 29-30): “Durant la première moitié du XIV^e siècle, Byzance connaît plusieurs conflits internes et est, en plus, menacé par de nombreux ennemis qui s'emparent d'une partie importante de son territoire (Ottomans, Serbes et Bulgares principalement). C'est sur un État déjà fortement affaibli que la peste frappe de plein fouet dès 1347.”

4 A escrita historiográfica bizantina é formada, por regra, por uma colecção de boas histórias. Cf. Scott (2010, pp. 252-253).

5 Kaldellis (2014, pp. 63, 256-257).

6 Sobre a influência de Heródoto e Tucídides nas *Histórias* de Calcocondilas, vide Kaldellis (2014, capítulo 2). Calcocondilas terá baseado a elaboração da sua obra sobretudo em fontes orais, sem deixar, porém, de consultar algumas fontes escritas de autores seus contemporâneos. Sobre essas fontes gregas medievais de que se serviu, vide Kaldellis (2012). Harris (2003) propõe que as *Histórias* de Calcocondilas poderão reflectir o contacto que o autor teve com os humanistas renascentistas e a tradição ocidental que remonta a Lívio e a Cícero.

império de Bizâncio, mas sobre a progressiva ascensão e triunfo dos Otomanos sobre os Bizantinos⁷. Por outro lado, este é um autor ateniense, tal como Tucídides, e, como ele, também refere essa proveniência na abertura da sua obra.

Dois historiadores destacam-se no contexto da historiografia bizantina por incluírem nas suas obras descrições importantes sobre a peste, concretamente sobre a primeira vaga epidémica que atingiu Constantinopla e outras regiões do império em 1347 e 1348. São eles Nicéforo Grégoras e João Cantacuzeno, ambos figuras proeminentes do século XIV. No que se segue, apresentarei traduções em português dessas duas descrições e analisá-las-ei do ponto de vista literário e dos seus modelos. Destacarei também os elementos que contribuem para o nosso conhecimento da peste entre os Bizantinos, como a origem, os meios de propagação e de transmissibilidade, os sintomas e os efeitos sobre as pessoas afectadas.

Nicéforo Grégoras, nascido nos anos 90 do século XIII, estudou em Constantinopla sob o patronato de Teodoro Metoquitas, de cujos filhos viria mais tarde a ser tutor. Por volta dos 30 anos, era já considerado um dos intelectuais mais importantes do seu tempo⁸. Dentre os textos que compôs no âmbito de vários domínios do saber, conta-se aquela que é considerada a sua obra principal, *História Bizantina* ou *História dos Romanos*, em 37 livros, que serviu de fonte a Calcocondilas para a elaboração das primeiras partes das suas próprias *Histórias*, no que respeita aos acontecimentos de inícios do século XIV⁹. Grégoras começa com o cerco de Constantinopla de 1204 pela Quarta Cruzada e continua a história dos Bizantinos até cerca de 1359, tendo deixado a obra inacabada com a sua morte em 1360. É no início do Livro XVI que o autor se refere à peste de 1347 e 1348, numa descrição não muito alongada, mas nem por isso irrelevante para o nosso conhecimento do ambiente que então se vivia:

Naquele tempo, uma enfermidade espalhou-se por entre as gentes, grave e pestilenta, tendo começado a partir dos Citas e da Meótida e das embocaduras do Tânaís, precisamente no início da Primavera, e durou todo aquele ano, passando e destruindo igualmente apenas, para ser preciso, a zona costeira, cidades assim como terras, nossas e quantas nos são contínuas, até Gadeira e às colunas de Hércules. Quando chegou o segundo ano, passou também para as ilhas do Egeu. Depois atacou também os Ródios, bem como os Cipriotas e quantos habitam nas restantes ilhas. A doença infestou por igual homens e mulheres, ricos e pobres, velhos e novos; para o dizer de modo simples, não olhou a qualquer idade ou sorte. Ficaram esvaziadas numerosas casas completamente de todos os seus habitantes num único dia, ou por vezes em dois, ninguém a ninguém podendo dar auxílio, nem vizinhos, nem sequer familiares ou parentes de sangue. Não foram apenas os seres

7 Miller (1922, p. 38).

8 Neville (2018, p. 244).

9 Kaldellis (2012, pp. 740-750).

humanos decerto que a doença matou, fustigando dessa forma, mas também muitos animais de companhia e domesticados que viviam com aquelas pessoas. Refiro-me aos cães e aos cavalos e a todas as espécies de aves, e até a ratos que porventura vivessem nas paredes das casas. Os sinais pustulentos de tal enfermidade, prenunciadores da morte, eram os crescimentos tumorosos em torno das zonas onde começam as coxas e os braços, e ao mesmo tempo feridas sangrentas. Tais sintomas, por vezes no mesmo dia, aos infectados, sentados ou em movimento, apartavam rapidamente da vida presente. Foi nessa altura que Andronico, o mais novo dos filhos do imperador, morrerá.¹⁰

Podemos distinguir, neste breve passo da obra de Grégoras, três núcleos principais de informação sobre a peste: origem, infestação na cidade e sintomas. O autor refere-se a este flagelo como “uma enfermidade, grave e pestilenta” (νόσημα βαρὺ καὶ λοιμῶδες), que começou nas populações asiáticas do sul da Rússia e rapidamente se propagou pelas regiões costeiras do Mediterrâneo até ao Estreito de Gibraltar. A peste percorreu, desse modo, segundo este historiador, toda a extensão litoral do continente europeu, do extremo oriental, partindo da zona eurasiática, ao extremo ocidental até à Península Ibérica. Grégoras desenha o mapa da peste traçando o seu itinerário com coordenadas geográficas precisas, ao mesmo tempo que situa os primórdios da epidemia no momento da chegada da Primavera de 1347 (ἤρος ἄρτι καθισταμένου). Foi no ano seguinte que a peste transpôs as fronteiras terrestres do continente e se alastrou pelas ilhas gregas e do Mar Egeu.¹¹

Após esta parte introdutória sobre o contexto espacial e temporal da peste, o autor passa a descrever os efeitos devastadores em Constantinopla e nos seus cidadãos, num ambiente decerto representativo do que aconteceria noutras cidades do império. De acordo com Grégoras, tal calamidade não discriminava ninguém em função do género, faixa etária ou extracto social, a todos atingindo de modo igual, “para o dizer de modo simples, não olhou a qualquer idade ou sorte” (καὶ ἀπλῶς εἰπεῖν, οὐδεμιᾶς οὔθ’ ἡλικίας οὔτε τύχης ἐφείδετο). Dada a vasta erudição e conhecimentos que possui em várias áreas do saber, Grégoras não segue necessariamente um modelo historiográfico neste seu breve relato sobre a peste. O conjunto da obra evidencia até uma tradição mais filosófica. De qualquer modo, nota Reinsch (2006, p. 774) que apenas a expressão οὐδεμιᾶς οὔθ’ ἡλικίας οὔτε τύχης ἐφείδετο faz lembrar palavras de Procópio: οὔτε φύσεώς τινος οὔτε ἡλικίας φεισάμενον (“não olhando a qualquer espécie ou idade”).

O ambiente vivido é de completa impotência para se evitar o contágio. Uma vez infectados, ninguém era capaz de prestar auxílio a ninguém (μηδενὸς μηδενὶ βοηθεῖν δυναμένου), visto que a peste actuava de forma massiva, a um ritmo incansável, sem

10 *História Bizantina*, XVI, 1. Tradução portuguesa inédita, da minha responsabilidade, a partir da edição de Schopen (1830), incluída na colecção *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae*.

11 Sobre o caso particular de Chipre, as consequências pesadas que a peste teve na demografia e na vida económica da ilha, vide Papacostas (2018, pp. 133-154).

qualquer hipótese de resistência, dizimando famílias inteiras num único dia ou dois no máximo (μιάς ἡμέρας, ἢ καὶ δυοῖν ἐνίστε). Esta vaga imparável alastrava-se a todos e por todo o lado, a ponto de muitas das casas da cidade ficarem desabitadas, completamente vazias dos seus moradores devido ao morticínio provocado pela doença. Mas a peste não afectava apenas os humanos. Os animais de companhia, coabitantes do espaço familiar, e os animais de criação morriam igualmente sob os efeitos da peste. Grégoras menciona os cães, os cavalos, as aves e até os ratos.¹²

Na parte final do excerto em análise, vem descrita a sintomatologia da peste. Entre as marcas que o corpo infectado produz, registadas por Grégoras, contam-se pústulas ou sinais eflorescentes (σημεῖα ἐξανθοῦντα), crescimentos tumorosos em torno das articulações das pernas e dos braços (ὀγκώδης τε ἔκφυσις τις περὶ τὰς ἀρχὰς τῶν μηρῶν καὶ τῶν βραχιόνων) e feridas cobertas de sangue (αἱματώδης φθόη). Estes são sintomas fatais que antecedem a morte das pessoas contagiadas, surgindo muitas vezes no próprio dia em que perdem a vida.

Por fim, Grégoras identifica um membro da família imperial como uma das primeiras vítimas a sucumbir à peste em Bizâncio. Trata-se de Andronico Cantacuzeno¹³, o filho mais novo de João VI Cantacuzeno, co-imperador entre 1341 e 1347 com João V Paleólogo, depois imperador até 1354. Tendo alcançado o poder mediante um golpe militar e no seguimento de uma guerra civil, João VI Cantacuzeno foi forçado a abdicar por pressão de João V Paleólogo, que lhe sucedeu, e a abraçar a vida monástica. Foi nesse período de reclusão, nos finais dos anos 60, que o ex-imperador terminou a sua *História*, em quatro livros, nela registando os acontecimentos da vida política e militar ocorridos entre 1320 e 1356. A obra funciona como apologia ou memórias, em que o autor procura justificar as acções que tomara enquanto imperador, como a aliança que estabelecera com os Turcos para ganhar a guerra civil. A *História* de João Cantacuzeno é, por isso, no conjunto da historiografia bizantina, a única obra que nos chegou escrita por um imperador acerca dos anos da sua governação¹⁴. Seja como for, não deixa de ser uma fonte de importância reconhecida para o estudo do império no século XIV¹⁵. É no Livro IV, quando conta que a sua esposa, Irene, regressa a Constantinopla e encontra o filho mais novo vítima da peste, que Cantacuzeno se detém a fazer o retrato da epidemia na cidade.

12 Reinsch (2006, p. 775) destaca a presença dos animais neste passo da *História Bizantina* de Grégoras, o único historiador antigo a referir os ratos em contexto de peste: “unlike any other historian, classical or Byzantine, Gregoras mentions not only dogs, horses, and poultry in this context, but also rats, which, according to modern scientific findings, are the main hosts for the fleas that transmit the plague bacillus to humans.” Sobre os efeitos da peste nos animais, vide também a breve referência em Papacostas (2018, p. 149).

13 Para informações biográficas de Andronico Cantacuzeno, consultar o verbete em Nicol (1968, p. 129).

14 Nicol (1996, p. 1); Neville (2018, p. 266).

15 Kazhdan & Sorlin (1980, p. 279). Sobre a vida de João Cantacuzeno, enquanto político e imperador, monge e historiador, vide Parisot (1845) e Nicol (1996).

Quando chegou a Bizâncio, encontrou Andronico, o mais novo dos filhos, morto pela peste invasora de então, que, tendo começado primeiro a partir dos Citas Hiperbóreos, atacou quase toda a costa da terra habitada e matou a maior parte dos seus habitantes. Pois não atravessou apenas o Ponto, a Trácia e a Macedónia, mas também a Hélade, a Itália e todas as ilhas, o Egipto, a Líbia, a Judeia e a Síria, e percorreu quase todo o mundo. De tal modo era invencível o mal, que nem dieta nenhuma nem força do corpo eram capazes de lhe resistir. Na verdade, todos abatia por igual, tanto corpos vigorosos como enfermos, e os que eram mais bem tratados morriam igualmente como os pobres. Aquele ano não tinha, pois, quaisquer outras doenças ou enfermidades. Se alguém já padecia de alguma, sucumbia sempre àquela doença, e nem arte alguma dos médicos bastava, nem a doença era igual em todos; uns nem sequer resistindo um pouco morriam logo no mesmo dia, outros, até na mesma hora. Quantos resistissem dois ou três dias eram primeiro dominados por uma febre bastante intensa, uma vez que a doença lhes atacava a cabeça; ficavam afónicos e inconscientes a tudo o que sucedia, como se tivessem caído num sono profundo. Se porventura recuperassem a consciência, queriam falar, mas a língua era-lhes difícil de mover e emitiam muitos sons inarticulados, pois os nervos em torno do ínion estavam em necrose, e eles morriam rapidamente. Noutros, o mal não atacava a cabeça, mas o pulmão, e logo havia inflamação lá dentro, que causava dores agudas em torno do peito. Expeliam saliva injectada de sangue e uma respiração anormal e fétida do interior. A garganta e a língua secas pelo calor ardente estavam negras e ensanguentadas. Com muita ou pouca bebida, cada pessoa definhava por igual. A privação de sono oprimia sempre e a privação de forças era constante em todo o corpo. Nas zonas superiores e inferiores dos braços, em não poucos também nos maxilares, e noutros noutras partes do corpo, nasciam abcessos; nuns eram maiores, noutros, menores, e cresciam bolhas negras. Noutros, por exemplo, manchas negras irrompiam por todo o corpo: nuns eram escassas e mais diáfanas, noutros, mais escuras e densas – todos morriam igualmente de todos os sintomas. Na verdade, nuns sobrevinham todos os sintomas, noutros eram mais ou menos numerosos, mas em não poucos até um dentre esses todos bastava para causar a morte. Dentre os muitos infectados, os poucos que tinham sido capazes de escapar não eram mais tomados pelo mesmo mal, mas ficavam em segurança desde então, pois a doença não atacava duas vezes para matar. Formavam-se abcessos grandes nas coxas ou nos braços; depois que eram cortados, efluía uma gangrena fétida e abundante, e a doença era assim separada, repelida a matéria afectada. Muitos, porém, mesmo tomados por todos os sintomas, contra toda a expectativa, eram salvos. Mas não havia nenhuma ajuda de nenhuma parte: alguém levava um remédio proveitoso para um; esse mesmo para outro paciente em condições iguais tornava-se veneno. E havia quem, por causa do tratamento prestado a outro, ficasse infectado com a doença. Isso causava uma grande destruição, e muitas casas ficaram esvaziadas dos seus habitantes, os animais tendo morrido juntamente com os seus donos. Mas o mais terrível era o desânimo. Quando alguém se sentia doente, nenhuma esperança de salvação restava; mas antes aqueles que se viravam para o desespero deixavam-se ir abaixo e

morriam logo, por terem agravado o grande peso da doença com o estado de desânimo. Realmente, tal aspecto da doença era mais forte do que qualquer palavra. Daí se pode mostrar, sobretudo, não ser congénita nem conveniente à natureza humana, mas algo diferente enviado por Deus aos homens para purificação. Muitos se tornaram melhores nas suas almas depois de terem sido purificados, não apenas os que haviam morrido, mas também quantos sobreviveram à doença. Assim, abstiveram-se de toda a maldade naquele tempo e dedicavam-se a acções virtuosas. Muitos repartiam os seus bens pelos pobres antes até de a doença ter caído sobre eles. Se porventura alguma vez se sentissem doentes, ninguém havia que fosse assim tão insensível, que não mostrasse arrependimento das faltas cometidas e que não apresentasse um propósito lá no juízo final de vir a ser salvo por Deus, se não fosse completamente incurável e insanável a sua alma. Devido a esta doença, um grande número de pessoas morreu então em Bizâncio, e Andronico, o filho do imperador, tendo caído enfermo faleceu ao terceiro dia.¹⁶

João Cantacuzeno faz uma descrição mais pormenorizada e completa da peste em comparação com o relato de Nicéforo Grégoras, seu contemporâneo. Na verdade, o ex-imperador escreve na qualidade de testemunha directa dos acontecimentos narrados. Ao referir-se à morte do filho, Cantacuzeno informa sobre a proveniência da peste que chegou a Constantinopla: teve início entre os Citas do Norte; atravessou várias terras da Ásia, Norte de África e Europa incluindo as ilhas; atacou quase toda a costa mediterrânica dizimando a esmagadora maioria dos seus habitantes até cercar “quase todo o mundo” (πᾶσαν σχεδὸν τὴν οἰκουμένην). A peste terá, desse modo, começado como endémica, estando confinada a uma determinada região, e evoluiu para pandémica, difundindo-se em larga escala pelo mundo (cf. Aberth, 2005, p. 2). Cantacuzeno começa por se reportar à “peste invasora” (τοῦ ἐνσκήψαντος λοιμοῦ) daquele ano. Ao longo da descrição, porém, a ela se refere ora como “mal” (τὸ κακόν, três vezes), ora simplesmente, mas com mais frequência, como “doença” (τὸ νόσημα, quatro vezes; ἡ νόσος, cinco vezes).

De seguida, numa breve caracterização do ambiente epidémico na cidade e do grau de letalidade entre a população, Cantacuzeno contrasta a manifesta vulnerabilidade dos infectados com a declarada invencibilidade da peste. Ninguém era capaz de lhe resistir, qualquer que fosse o porte físico, o regime alimentar ou a situação económica que tivesse. Todos encontravam o mesmo fim. Esta doença superava todas as restantes, a ponto de o autor afirmar que, nesse tempo, quem sofresse de outras enfermidades acabaria sempre por ser atingido pela peste. A medicina do tempo não era suficiente para a combater, até porque a doença não actuava de modo igual em todas as pessoas, a umas matando no próprio dia (αὐθημερόν) em que a infecção se dava,

16 *História*, IV, 8. Tradução portuguesa inédita, da minha responsabilidade, a partir da edição de Schopen (1832), incluída na colecção *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae*.

a outras, na mesma hora (αὐθωρόν), mostrando desse modo um “comportamento errático” (Congourdeau, 2020, p. 37).

Na sua descrição dos sintomas, Cantacuzeno distingue duas formas principais da peste, a bubónica e a pneumónica. O historiador não chega a designar, pelo menos directamente, os sinais mais característicos da doença, aqueles que, aliás, lhe deram o nome, os bubões (o termo βουβῶνες não figura em nenhum dos três passos da historiografia bizantina analisados neste ensaio). Dos sintomas mais comuns, o ex-imperador refere febre alta (πυρετῶ λαβροτάτῳ), afonia (ἄφωνία), letargia (ἀναισθησία [...]) πρὸς ὕπνον βαθύν), deterioração dos nervos em torno do osso occipital (τῶν περὶ τὸ ἰνίον νεύρων νεκρωθέντων), e ainda abscessos (ἀποστάσεις), bolhas negras (μέλαιναι φλυκτίδες) e manchas negras (στίγματα μέλανα). De acordo com este testemunho, os abscessos – sinais que podem, de facto, sugerir a presença implícita dos bubões nos infectados – surgem nos braços, nas coxas, nos maxilares ou noutras partes do corpo. Tais observações estão em conformidade com a ficha clínica da doença conhecida hoje em dia, que regista a inflamação dos gânglios linfáticos sobretudo junto do pescoço, axilas e virilha. Cantacuzeno oferece também uma imagem impressionante do estado de decomposição do corpo humano ao informar sobre práticas adoptadas no tratamento de abscessos grandes: ao serem removidos “efluía uma gangrena fétida e abundante” (σφάκελλος ἐξέρρει δυσώδης καὶ πολὺς), e desse modo a matéria afectada era separada do resto do corpo. As manchas negras, por outro lado, dependendo das circunstâncias da infecção e do estado das vítimas, podem aparecer em quantidade variada, de exíguas a numerosas, e com diferentes graus de opacidade, do mais translúcido ao mais escuro. Estas características das manchas vêm indicadas textualmente numa disposição em quiasmo: τοῖς μὲν ἀραιά τε καὶ διαφανέστερα, τοῖς δ’ ἀμυδρότερα καὶ συνεχῇ.

A peste ataca também o sistema respiratório. Há inflamação (φλόγωσις) nos pulmões, de modo que as pessoas infectadas sentem dores agudas na zona do peito (δριμείας ἀλγηδόνας περὶ τὰ στήθη), cospem sangue (ὑφαίμον πτύελον), exalam um odor atípico e fétido (πνεῦμα ἄτοπον καὶ δυσῶδες); a secura ardente compromete a garganta e a língua, que assim ficam negras e ensanguentadas (μέλαινα καὶ αἱματώδη). Do conjunto de sintomas que oprimem as vítimas, o historiador menciona ainda insónia (ἀγρυπνία) e fraqueza (ἀπορία). A vertente pulmonar da doença revela ser deveras mais grave entre os infectados. Uns eram afligidos por muitos dos sintomas mencionados, dos bubónicos aos pneumónicos, outros, apenas por alguns. Mas o facto é que até uma dentre essas marcas da doença poderia mostrar-se fatal.

No contexto de tão grande mal causador de uma mortandade vertiginosa – doença “implacável e brutal, que apareceu de repente e deixa a razão humana desamparada” (Congourdeau, 2020, p. 36) –, Cantacuzeno assinala duas situações inesperadas: os doentes que padecem de todos os sintomas podem, ainda assim, recuperar; e os poucos que sobrevivem ganham imunidade pois a peste não lhes é fatal numa segunda vez.

Apesar de o testemunho do ex-imperador incluir dados rigorosos do ponto de vista clínico sobre a peste de 1347 e 1348, o facto é que o texto segue o modelo literário de Tucídides, que, no Livro II da sua *História da Guerra do Peloponeso*, descreve uma peste que atingiu os Atenienses no ano de 430 a. C. Sabe-se, no entanto, que essa epidemia, de origem viral, não era a peste bubónica¹⁷, o que leva a que uma informação transmitida pelo autor bizantino seja inexacta. Ao declarar que a recuperação confere ao sobrevivente da Bizâncio medieval defesas excepcionais para combater uma eventual nova investida da peste, Cantacuzeno repete Tucídides:

καὶ αὐτοὶ ἤδη ἐν τῷ θαρσαλέῳ εἶναι· δις γὰρ τὸν αὐτόν, ὥστε καὶ κτείνειν, οὐκ ἐπελάμβανεν. (Tucídides, II, 51, 6)

estavam confiantes na imunidade. De facto, a doença não atacava ninguém duas vezes, a ponto de matar.¹⁸

ἀλλ' ἐν τῷ θαρσαλέῳ ἦσαν ἤδη. δις γὰρ οὐκ ἐπελάμβανεν, ὥστε καὶ κτείνειν· (Cantacuzeno, IV, 8)

mas estavam confiantes na imunidade, pois a doença não atacava duas vezes, a ponto de matar.

A afirmação é válida para a doença viral reportada por Tucídides, não para a peste, de origem bacteriana, de que Cantacuzeno dá conta. Miller (1976, p. 391) assevera que o autor bizantino é induzido em erro pelo arquétipo antigo de que se serviu. Os doentes que conseguem recuperar da peste bubónica alcançavam, efectivamente, algum grau de imunização, mas as reincidências eram até frequentes, pelo que Cantacuzeno, a par das semelhanças encontradas na fonte antiga, poderá ter generalizado a partir de algum caso particular observado.

A descrição da peste entre os Bizantinos feita por Cantacuzeno é muito devedora da descrição da peste entre os Atenienses feita por Tucídides. São várias as frases que o autor medieval reproduz literalmente ou adapta do autor antigo. Tendo em conta que ambos se reportam a pestes diferentes, poderemos perguntar se os sintomas referidos na *História* do ex-imperador, testemunha presencial do flagelo que descreve, serão exactos do ponto de vista clínico e espelham a realidade efectivamente observada, ou se serão o resultado do processo de imitação e adaptação literária dos modelos seguidos. Miller (1976, pp. 393-394) conclui com segurança: “Cantacuzenus’ plague description clearly has escaped distortion despite heavy borrowing from Thucydides.” São nove os passos emprestados de uma obra para a outra, cinco dos quais sobre aspectos contextuais, em

17 Variola, sarampo e febre tifóide contam-se entre as hipóteses apontadas para a doença de Atenas em 430 a. C. Sobre o assunto, vide a bibliografia indicada por Miller (1976, notas 6 e 7).

18 Tradução de Fernandes & Granwehr (2010).

nada relacionados com as características físicas ou os efeitos biológicos da peste; dos restantes quatro passos, esses descritivos dos sintomas, uma única inexactidão é denunciada por Miller, a propósito da imunidade dos doentes que recuperam¹⁹. Apesar das incoerências pontuais, os críticos, como Kazhdan & Sorlin (1980, p. 283) por exemplo, são unânimes em reconhecer o mérito retórico e literário de Cantacuzeno, bem como a utilização competente que faz de Tucídides para descrever a realidade bizantina do século XIV. Também Reinsch (2006, p. 776) não tem dúvidas em afirmar que: “Although he borrows some phrases from Thucydides for the description in general and for the names of the symptoms in particular, his presentation as a whole remains independent of the host author. The description of the typical symptoms of the plague, the purulent inflammation of the lymph nodes and—in the pneumonic variant—the bloody discharge, are obviously the work of someone who has seen all this at first hand.”

Apesar dos mais afortunados que foram capazes de resistir, o autor bizantino insiste no carácter inegavelmente devastador da peste: enfatiza a arbitrariedade de qualquer remédio administrado, o mesmo mostrando-se benéfico para uns, mas venéfico para outros; observa que o tratamento prestado aos infectados podia resultar na transmissão da doença aos cuidadores²⁰; e noticia, à semelhança de Grégoras, o total esvaziamento das habitações dos seus moradores humanos e animais. O estado de atimia (ἡ ἀθυμία) que dominava entre a população agravava ainda mais “o grande peso da doença” (μεγάλην ῥοπήν τῷ νοσήματι). Muitas das pessoas infectadas, afastada qualquer esperança de salvação, morriam mais rapidamente devido ao sentimento de exasperação profunda em que se deixavam cair. O desespero era tal, diz Cantacuzeno, que não havia palavras para descrever essa forma da peste.

Na última parte deste retrato da epidemia entre os Bizantinos, o historiador-monge afirma que o flagelo não tem origem humana, mas divina, pois trata-se de um castigo enviado por Deus para purificação (πρὸς σωφρονισμόν) da humanidade, ou seja, para sanção dos seus pecados. Na verdade, a peste tem um efeito moralizador entre os homens: muitos se tornam pessoas melhores, tanto vítimas mortais como recuperados; passam a dedicar-se a acções piedosas ajudando os necessitados e abstendo-se de toda a maldade; todos mostram arrependimento das faltas cometidas, a ponto de desejarem a salvação eterna na hora do juízo final. Congourdeau (1993) problematiza as origens da peste com base em fontes literárias da Antiguidade tardia até ao final do período bizantino

19 Os passos de Tucídides que Cantacuzeno toma de empréstimo para a sua descrição da peste estão concentrados nos capítulos 49-51 do Livro II da *História da Guerra do Peloponeso*. Vide Miller (1976, pp. 389-391). Sobre o uso de Tucídides enquanto modelo literário na *História* de Cantacuzeno, vide também Bartsocas (1966, pp. 397-398); Miller (1975, pp. 306-307); Hunger (1976); Kazhdan & Sorlin (1980); Congourdeau (1993, p. 32); Nicol (1996, pp. 93, 147); Aberth (2005, p. 34); Reinsch (2006, pp. 775-776); Kennedy (2018, p. 630).

20 Miller (1975, p. 307) comenta a observação de Cantacuzeno sobre a natureza contagiosa da peste bubónica, à luz das informações transmitidas por Tucídides e Procópio.

(das fontes teológicas e litúrgicas às médico-científicas e historiográficas), distinguindo entre causas naturais (em consequência da corrupção do ar) e causas espirituais (como flagelo enviado por Deus para correcção). A autora observa que a descrição feita por Cantacuzeno segue as convenções literárias; destaca o carácter imprevisível e paradoxal da doença; e assegura que “La première lecture de la peste noire par les Byzantines est en effet une lecture purement spirituelle” (p. 32), sendo sobretudo veiculada nas homilias e pelos padres que tentavam reconfortar os seus fiéis desse terror sagrado²¹. De facto, imersos num ambiente de grande prostração e desespero, os Bizantinos viravam-se para Deus e a Igreja, procurando ser merecedores da graça divina mediante práticas de castidade, filantropia e devoção religiosa (cf. Bartsocas 1966, p. 399).

Cantacuzeno termina o episódio da peste da mesma forma como o iniciou, recordando a morte do filho Andronico. O mesmo acontecimento encerra também o breve relato de Grégoras. Os dois historiadores, um eminente intelectual e um ex-imperador em reclusão monástica, dão conta do ambiente vivido em Constantinopla durante a vaga epidémica de 1347 e 1348. As informações transmitidas, de teor geográfico, clínico, social e religioso, representam um contributo por demais evidente para a história da Peste Negra no final da Idade Média. A descrição dos sintomas, ora baseada na tradição literária ora na observação directa, corresponde, com alto grau de precisão, ao registo clínico que hoje se conhece desta doença, que afectou gravemente o Império Bizantino, mas também todo o Mediterrâneo, Europa e outras partes do mundo, pelo que se conta entre as pandemias mais letais do mundo antigo.

Bibliografia

- Aberth, J. (2005). *The Black Death: The Great Mortality of 1348–1350. A Brief History with Documents*. Palgrave Macmillan.
- Bartsocas, C. S. (1966). Two Fourteenth Century Greek Descriptions of the “Black Death”. *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, 21 (4), pp. 394-400. <http://www.jstor.org/stable/24621866>
- Congourdeau, M.-H. (1993). La société Byzantine face aux grandes pandémies. In E. Patlagean (ed.), *Maladie et Société à Byzance* (pp. 21-41). Centro Italiano di Studi sull’alto Medioevo.
- Congourdeau, M.-H. (2020). Chrétiens de Byzance au défi de la Peste noire. *Boletín de la Sociedad Española de Bizantinística*, 35, pp. 35-48. <https://drive.google.com/file/d/1Fpd2vdwpmxrG9ZmtTh4afLBTQRwfiXar/view>
- Estangüi Gómez, R. (2020). L’impact de la maladie dans un monde en crise. Le cas de Byzance au temps de la peste noire. *Boletín de la Sociedad Española de Bizantinística*, 35, pp. 28-34. <https://drive.google.com/file/d/1Fpd2vdwpmxrG9ZmtTh4afLBTQRwfiXar/view>
- Fernandes, R. M. R., & Granwehr, M. G. (trads.). (2010). *Tucídides. História da Guerra do Peloponeso*. Fundação Calouste Gulbenkian.

21 Cf. Congourdeau (2020, pp. 41-47).

- Harris, J. (2003). Laonikos Chalkokondyles and the rise of the Ottoman Turks. *Byzantine and Modern Greek Studies*, 27, pp. 153-170. doi:10.1179/byz.2003.27.1.153
- Hunger, H. (1976). Thukydides bei Johannes Kantakuzenos, Beobachtungen zur Mimesis. *Jahrbuch der Österreichischen Byzantinistik*, 25, pp. 181-193.
- Kaldellis, A. (trad.). (2014). *The Histories. Laonikos Chalkokondyles* (2 vols.). Harvard University Press.
- Kaldellis, A. (2012). The Greek Sources of Laonikos Chalkokondyles' *Histories*. *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, 52 (4), pp. 738-765. <https://grbs.library.duke.edu/article/view/14641>
- Kazhdan, A. P., & Sorlin, I. (1980). L'histoire de Cantacuzène en tant qu'œuvre littéraire. *Byzantion*, 50 (1), pp. 279-335. <https://www.jstor.org/stable/44170619>
- Kennedy, S. (2018). A Classic Dethroned: The Decline and Fall of Thucydides in Middle Byzantium. *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, 58 (4), pp. 607-635. <https://grbs.library.duke.edu/article/view/16144/7186>
- Miller, T. S. (1975). *The History of John Cantacuzenus (Book IV): Text, Translation, and Commentary* [Ph.D. dissertation]. Catholic University of America.
- Miller, T. S. (1976). The Plague in John VI Cantacuzenus and Thucydides. *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, 17(4), pp. 385-395. <https://grbs.library.duke.edu/article/view/7991/4821>
- Miller, W. (1922). The Last Athenian Historian: Laonikos Chalkokondyles. *The Journal of Hellenic Studies*, 42 (1), pp. 36-49. <https://doi.org/10.2307/625934>
- Neville, L. (2018). *Guide to Byzantine Historical Writing*. Cambridge University Press.
- Nicol, D. M. (1968). *The Byzantine Family of Kantakouzenos (Cantacuzenus) ca. 1100-1460: A Genealogical and Prosopographical Study*. Dumbarton Oaks.
- Nicol, D. M. (1996). *The Reluctant Emperor: A Biography of John Cantacuzene, Byzantine Emperor and Monk, c. 1295-1383*. Cambridge University Press.
- Papacostas, T. (2018). Manuscript Notes and the Black Death in Rural Cyprus. In T. Shawcross, & I. Toth (eds.), *Reading in the Byzantine Empire and Beyond* (pp. 133-154). Cambridge University Press.
- Parisot, V. (1845). *Cantacuzène, homme d'état et historien*. Chez Joubert, Libraire.
- Reinsch, D. R. (2006). Byzantine Adaptations of Thucydides. In A. Rengakos, & A. Tsakmakis (eds.), *Brill's Companion to Thucydides* (pp. 755-778). Brill.
- Schopen, L. (ed.). (1830). *Nicephori Gregorae Byzantina Historia Graece et Latine* (vol. 2). Impensis Ed. Weberi.
- Schopen, L. (ed.). (1832). *Ioannis Cantacuzeni Eximperatoris Historiarum Libri IV Graece et Latine* (vol. 3). Impensis Ed. Weberi.
- Scott, R. (2010). Text and Context in Byzantine Historiography. In L. James (ed.), *A Companion to Byzantium* (pp. 251-262). Wiley-Blackwell.
- Tsiamis, C., Poulakou-Rebelakou, E., Tsakris, A., & Petridou, E. (2011). Epidemic Waves of the Black Death in the Byzantine Empire (1347-1453 AD). *Le Infezioni in Medicina*, 3, pp. 194-201. http://www.infezmed.it/media/journal/Vol_19_3_2011_10.pdf

A vulgarização do léxico da peste após a Peste Negra como testemunho de memória: o caso do Entre-Douro-e-Minho (Portugal)

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA*

Resumo

A Peste Negra de 1347-53 é um evento singular na história humana por vários motivos. Entre eles, é habitual destacar-se a mortalidade muito elevada, a rapidez da sua propagação e um profundo impacto na memória dos sobreviventes e dos seus descendentes. Essa memória pode detetar-se de formas diversas, e uma busca intensiva na documentação coeva do Norte de Portugal revela a introdução de palavras e expressões intimamente ligadas a essa ocorrência traumática. Este capítulo é dedicado a um fenómeno desse tipo, relacionando a Peste Negra com a vulgarização do léxico da peste, sobretudo “pestilência”, entre os portugueses comuns da segunda metade do século XIV.

Palavras-chave: Peste Negra, Peste, Portugal Medieval, Galego-Português.

Abstract

The Black Death of 1347-53 is a unique event in human history for several reasons. Among them, it is usual to highlight the high mortality rate, the speed of the spreading and the profound impact on the memory of the survivors and their descendants. That memory can be felt in several ways, and an intensive research in coeval Northern Portuguese daily documentation reveals the introduction of words and expressions deeply connected with that traumatic phenomenon. This chapter aims to confirm the correlation between the Great Plague and the vulgarization of the use of the plague lexicon, especially the word “pestilência” (pestilence), among common Portuguese people in the second half of the 14th century.

Keywords: Black Death, Plague, Medieval Portugal, Galician-Portuguese.

* CITCEM – Universidade do Porto/ CIDEHUS – Universidade de Évora
andre.f.oliveira.silva@gmail.com

Introdução

A Peste Negra foi um dos eventos epidêmicos mais marcantes da História humana, e as suas consequências têm sido estudadas numa perspetiva multidisciplinar ao longo dos últimos dois séculos. Surgida provavelmente nos planaltos áridos da Ásia Central, a vaga epidémica percorreria as diversas vias da Rota da Seda, acompanhando exércitos mongóis, caravanas comerciais, aventureiros e produtos, até chegar à Europa e ao Mediterrâneo em 1347 (Benedictow, 2011, pp. 92-95). Doença provocada pela bactéria *Yersinia pestis*, assume três formas principais, sendo célebre a bubónica que se desenvolve no sistema linfático e produz inchaços dolorosos nos gânglios linfáticos – os bubões –, febres e distúrbios gastrointestinais graves que podem conduzir à morte em 60% dos casos não tratados (World Health Organization, 2017). Infecção típica de roedores, é transmitida ao Homem como um hospedeiro acidental através de insetos vetores, mormente pulgas próprias dos ratos, sobretudo a *Xenopsylla cheopis* (Perry & Fetherson, 1997). Se os avanços no domínio das ciências da vida, por exemplo, têm permitido descobertas extraordinárias, entre as quais se destaca a confirmação da bactéria *Y. pestis* como a principal responsável pelo fenómeno e até a sequenciação do seu ADN antigo (Bos et al., 2011), muitos aspetos permanecem escassamente estudados ou merecem um novo olhar. Ao contrário do que acontece em muitas outras regiões, este evento pandémico permanece escassamente estudado em Portugal. Não havendo nos arquivos portugueses séries documentais trecentistas como aquelas que a maioria dos historiadores tem usado no estudo da Peste Negra noutros países – livros notariais com testamentos, registos fiscais, róis de inventários *post-mortem*, cadernos episcopais de apresentação, confirmação e colação de benefícios eclesiásticos, por exemplo – sobrevivem muitos milhares de documentos para este período, permitindo análises distintas, mas igualmente importantes e reveladoras de alterações e evoluções em diversos aspetos coletivos.

Assim, a tese que se apresenta neste capítulo é que um pequeno conjunto de palavras anteriormente utilizado apenas por uma minoria letrada, caracterizado por uma polissemia ampla, se torna corrente e bastante mais objetivo após a ocorrência de um fenómeno epidémico de grande escala, a Peste Negra, relacionando-o também com a persistência da memória do fenómeno nos seus sobreviventes e nos descendentes destes. No território português, a Peste terá sido introduzida no princípio do verão de 1348 (Roque, 1979, pp. 123-136), fazendo-se sentir em diversas regiões pelo menos até ao início de 1349¹. Tratando-se de um fenómeno de origem natural, mas influenciado por uma intrincada teia de fatores humanos e não-humanos (Campbell, 2016, pp. 227-252 & pp. 277-329), creio ser possível estabelecer uma correlação entre a vulgarização

1 Tudo indica que a peste se tenha feito sentir na área de Elvas apenas em 1349: Arquivo Histórico Municipal de Elvas [doravante AHME], *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, n.º 4.

em vernáculo de um conjunto de palavras que antes estava praticamente ausente e a Peste Negra, excluindo-se a hipótese de mera coincidência.

Proponho realizar uma análise de documentação quotidiana² produzida numa das regiões mais densamente povoadas do Portugal medieval – o Entre-Douro-e-Minho – para a qual subsistem vastos fundos documentais³. Para identificar as alterações ocorridas, será necessário definir um intervalo que inclua um *antes* e um *depois*. Neste caso, optou-se por um período de 70 anos, entre 1310 e 1379 (inclusive), o que permite o estudo de uma geração antes e outra depois da Peste, *grosso modo*. Procurando obter o maior número possível de dados, foram incluídos todos os documentos produzidos ao longo dessas sete décadas. Trata-se de um total de 4938 documentos, produzidos em toda a região e pelas mais diversas instituições. Há ainda espaço para tratar alguns dos documentos produzidos fora destas regiões, mas relacionados com interesses das instituições e indivíduos do Entre-Douro-e-Minho, ou a eles dirigidos (como a documentação régia, por exemplo). A maioria recai sob a classificação de documentação notarial, havendo ainda testemunhos produzidos por oficiais régios, escrivainhas eclesiásticas e municipais, entre outros. Para poder complementar este rol, impedindo um afinilamento tipológico, serão ainda consultados três dezenas de textos de direito local (forais, foros, posturas), algumas compilações de direito comum, quase todos produzidos antes da Peste Negra, assim como textos de carácter literário (crónicas, hagiografias, anais) que permitam compor o quadro com maior verosimilhança, combatendo conclusões enviesadas com recurso a uma amostragem complementar.

O intervalo temporal seleccionado inclui-se, segundo os diversos autores, numa possível fase de transição. Paul Teyssier sugere o final do ciclo trovadoresco galego-português como um momento de transição na língua escrita, ainda que, referindo diversas propostas de periodização, hesite em comprometer-se com alguma (Teyssier, 1982, p. 35). Teyssier refere a deslocação dos centros de cultura erudita para o eixo Coimbra-Lisboa e o afastamento da Galiza como um possível fator de diferenciação – vale a pena lembrar que, neste capítulo, se trata de documentação do Entre-Douro-e-Minho, onde essa eventual influência poderia sentir-se menos. Contudo, o longo e complexo debate sobre o momento de separação do galego e do português (ou se sequer houve separação) (Banza & Gonçalves, 2018, pp. 35-37) não é relevante neste contexto. Ainda sobre a eventual mudança de ciclo em meados deste período,

2 Entendo por documentação quotidiana toda a documentação notarial (testamentos, compras e vendas, contratos enfiteúticos, documentação judicial), aquela que é produzida por oficiais régios dos mais distintos tipos (dos ‘locais’ e regionais, como corregedores e juizes de fora, aos oficiais da corte e do desembargo régio), nas escrivainhas municipais e afins, nas igrejas catedrais e mosteiros, etc. Trata-se de textos não-literários e que respondem a necessidades prementes, circunstâncias e situações correntes.

3 A lista completa de fundos é descrita na bibliografia final, tal como as compilações de documentação publicada com testemunhos incluídos no rol em análise.

vale a pena resgatar a sugestão de Ivo Castro quanto à eventualidade de a substituição de gerações acelerada pelo cataclismo demográfico da própria Peste Negra poder ter contribuído para acelerar este ciclo de mudança (Castro, 2006, pp. 86-87). Independentemente destas propostas, os setenta anos aqui abordados inserem-se num único período do chamado ciclo de formação da língua, apesar dos diversos matizes defendidos por autores consagrados, o período do português arcaico, trovadoresco, antigo ou simplesmente do galego-português (Castro, 2006, pp. 83-87).

As mesmas palavras assumem significados distintos (ou apenas múltiplos) em contextos diversos e entre diferentes pessoas. Acrescentar a essa existência plural a espessura do tempo, permite-nos acompanhar e datar certas introduções ou vulgarizações. Neste caso, a polissemia da palavra não desaparece, mas o fenómeno impõe a hegemonia de um significado concreto, traduzido numa realidade concreta – uma doença com certas características identificáveis e amplamente conhecidas por todos – que relega para segundo plano a dimensão metafórica (ou apenas a transforma).

A pesquisa lexical teve um carácter inicial aberto. A seleção documental não se fez pelo potencial de ocorrências ou por tipologias. Procurou-se reunir *todos* os documentos deste período e desta região cuja existência é conhecida. Isto resultou numa esmagadora maioria de documentos notariais, tipologia não-literária cuja grande utilidade no estudo da história da língua nos derradeiros séculos da Idade Média portuguesa foi já devidamente demonstrada por Ivo Castro e Clarinda de Azevedo Maia, incluindo no estudo de variantes locais e regionais (Castro, 1991, pp. 184-186; Castro, 2006, pp. 90-92). Os documentos referidos foram integralmente lidos, e as ocorrências puderam assim ser recolhidas na sua totalidade. Não houve uma busca por termo, nem uma análise parcial. Os resultados, analisados adiante, revelam diversas existências do uso de palavras do campo lexical da peste. A maioria diz respeito à palavra *pestilência*. Paralelamente, vale a pena individualizar uma forma pouco comum para nomear o fenómeno epidémico de 1348-49 em Portugal: *mortandade*. Foram considerados tanto os documentos em galego-português, como aqueles escritos em latim. A inclusão da documentação latina justifica-se por se tratar quase sempre de documentação corrente, na qual a preferência pela língua é motivada pelo produtor, e não necessariamente pela tipologia documental ou tipo de texto; apenas uma parte dos documentos consultados, pouco mais de 10%, está redigida em latim, e quase todos são provenientes das chancelarias episcopais de Braga e do Porto, assim como do tabelionato de Braga (dependente do arcebispo, senhor da cidade, e não do rei), onde a língua latina permanece como idioma escrito por excelência até ao fim do primeiro quartel do século XIV.

Todas as palavras que se pudessem relacionar com a peste ou com a sua conceptualização foram consideradas. Na sua maioria, trata-se de ausências: estes textos nunca revelam o uso de palavras como ‘bubão’, por exemplo, cujo uso se consagrará apenas mais tarde. Outras palavras com o mesmo significado, ou procurando definir

o mesmo sintoma, são igualmente raras ou inexistentes: há mais de um século que João de Meira chamou a atenção para o possível uso da palavra “trama” como sinónimo de bubão, mas esse uso faz-se já no século XV, em especial por Fernão Lopes; outra palavra, os ‘inchaços’ referidos como sinónimo de bubões pelo *Livro da Noa*, códice analítico proveniente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra⁴, dizem respeito a uma zona distinta do reino, e constituem uma vez mais caso único. Outras palavras que poderiam estar associadas – tumores ou apostemas, por exemplo – estão também ausentes deste *corpus*.

O ‘antes’ – uma ausência total

A análise da documentação quotidiana produzida no Noroeste português entre 1310 e a primavera de 1348 não deixa margem para dúvidas: não se encontra qualquer utilização da palavra ‘peste’ ou das suas derivadas, em sentido literal ou metafórico. Procurando perceber se esta ausência se verifica apenas neste tipo de documentação, e se poderá ser contrariada por exemplos de outros tipos de textos, foram selecionados três dezenas de textos de direito local⁵, quase todos em vernáculo. Todos são

4 ANTT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 99, fl. 21v-22.

5 Para esta seleção recorri, em parte, às listas de forais e foros compiladas pelo projeto CLIMA (Corpus Legislativo da Idade Média Anotado), sediado na Universidade Lusíada e disponível em <http://www.ulusiada.pt/clima/>. Os textos e as respetivas fontes são os seguintes: Foral de Fernando Magno de Leão a São João das Pesqueira, Penela, Paredes, Linhares e Ansiães (1055) – *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consuetudines* (PMH-LC), 1856-1868, vol. I, 343-348; Foral de Santarém (1095) (PMH-LC, 1856-1868, I, 348-350); Foral de Guimarães (1096, com confirmação de D. Afonso Henriques em 1128 e de D. Afonso II, não datada) – (PMH-LC, I, 350-351); Foral de Coimbra (1111) (PMH-LC, I, 356); Fragmento dos Foros de Coimbra (c. 1145) (PMH: LC, I, 743-745); Foral de Évora (1166, confirmado por D. Afonso II em 1218), que serviu de modelo a vários posteriores (CUNHA, 1988; PMH:LC, I, 392-393); Foral de Melgaço (1181, confirmado por D. Afonso II em 1219) (PMH:LC), I, 422-424); Foros de Alfaiates (dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) (PMH: LC, I, 791-848); Foros de Castelo Bom (dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) (PMH:LC, I, 745-790); Foros de Ciudad Rodrigo (c. 1210) (PMH: LC, I, 849-896); Foros de Castelo Melhor (a partir dos de Ciudad Rodrigo, dados por Afonso IX de Leão no início do século XIII, antes de o território ser integrado em Portugal) (PMH: LC, I, 897-939); Foros de Beja (c. 1254 a 1335) (PMH-LC, II, 51-73); Foros de Portel (1262, comunicados de Évora) (PMH-LC, I, 703-705); Foros de Garvão (1267, comunicados de Évora, Montemor-o-Novo e Alcácer) (PMH-LC, II, 74-81); Foros de Terena (1262-1280, comunicados de Évora) (PMH-LC, II, 82-85); Foros de Figueira [de Avis] (c. 1260-1280) (Saraiva, Maria Teresa Monteverde Plantier (1997). *Figueira: comenda da Ordem de Avis: publicação de fontes*. Colibri, 82-89); Foros da Guarda (c. 1270) (PMH-LC, II, 3-17); Foros de Torres Novas (c. 1275-1325) (PMH-LC, II, 88-97); Foros de Alvito (1281, comunicados de Santarém) (Viana, Mário (2002). Um testemunho de direito consuetudinário (1281), *Arquipélago*, 6, 408-413); Costumes de Santarém (c. 1281-1284) (PMH-LC, II, 18-35); Foros de Oriola (1294, comunicados de Santarém) (PMH-LC, II, 36-44); Foros de Alcáçovas (1299, comunicados de Évora) (PMH-LC, II, 86-87); Foral de Porto de Mós (1305) (ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 45-46); Costumes do Porto (1339) (*Corpus Codicum*, 1917, II, 184-210); Foros de São Martinho de Mouros (1342, com tradução da confirmação do foral de 1111) (Serra, 1816, tomo

anteriores à Peste, mas as cronologias são bem mais alargadas do que no caso da documentação notarial selecionada, estendendo-se de meados do século XI até ao princípio da década de 1340. Também o âmbito geográfico é mais alargado, com textos de todo o país, com destaque para o Sul, mas também para a área fronteiriça do Centro onde a influência dos dialetos asturo-leoneses se faria sentir. Este tipo de textos é particularmente útil por se tratar sobretudo de costumes longamente praticados e que a certa altura foram vertidos a escrito, refletindo mais a cultura e as práticas consuetudinárias locais do que uma elaborada argumentação (e léxico) próprio do direito erudito, alheio ao discurso quotidiano daqueles que estavam sujeitos a estas normas.

O recurso às fontes escritas de direito local, para complementar a documentação notarial e afim, não altera o cenário. A ausência do léxico da peste permanece total, confirmando a tendência.

Esta ausência não se deve à inexistência, em Portugal, de textos de diferentes tipologias que fizessem referência a peste, *lato sensu*, em obras de direito, teológicas, literárias, científicas, didáticas, etc., muitas delas com circulação comprovada no Portugal pré-Peste, como testemunham os manuscritos medievais portugueses que chegaram até hoje (Nascimento e Meirinhos, 1997; *Inventário*, 1994-2001). Quase todos os autores clássicos latinos (de Cícero a Tito Lívio, passando por Horácio, Vergílio e Ovídio), padres latinos da Igreja (de Ambrósio de Milão e Agostinho de Hipona a Gregório Magno), teólogos medievais (de Anselmo de Cantuária a Tomás de Aquino), códigos legislativos clássicos (tanto as compilações de Teodósio e de Justiniano, como a *Lex Visigothorum*), crónicas da Antiguidade Tardia, entre muitos outros, fazem uso do léxico da peste das formas mais variadas – como metáfora, como acontecimento factual, como adjetivo (Silva, 2021, pp. 91-170). A própria Bíblia latina, livro fundamental do Ocidente medieval, recorre dezenas de vezes a este conjunto de palavras com os significados mais diversos. A definição de peste, pestilência ou pestífero não seria desconhecida entre os letrados e eruditos portugueses. Prova disso mesmo é o uso que António de Lisboa faz desse léxico nos seus sermões. O frade português, membro da ordem numa fase incipiente e conhecido pela sua pregação itinerante, teria como base das referências, citações e paráfrases utilizadas nos seus sermões as leituras feitas nos seus anos como cônego regente, primeiro no mosteiro de São Vicente de Fora, depois em Santa Cruz de Coimbra (Pacheco, 1981; Caeiro, 1981).

Porém, este conhecimento livresco dos letrados não se parece traduzir numa utilização quotidiana do termo, com uma ausência quase total no rol de textos e documentos, latinos e vernáculos, produzidos em Portugal antes de 1348. Sabemos hoje que a peste estaria ausente do Ocidente há séculos. A memória da Primeira Pandemia,

IV, 579-607); Foral de Aveiro (1342) (Domingues, José, Pinto, Pedro (2015). O Foral Velho da Vila de Aveiro de 1342. *e-Legal History Review* 21, 12-26).

inaugurada em meados do século VI pela chamada Peste de Justiniano, preservava-se sobretudo em grego. No Ocidente, testemunhos latinos importantes como os de Isidoro de Sevilha ou de Gregório de Tours não pertenceriam ao imaginário comum, e não parece haver nenhum outro tipo de epidemia que tenha tornado necessário o resgate prévio destes conceitos em Portugal.

As exceções que pude recolher são escassas, todas muitíssimo distintas. Apresento as cinco:

No primeiro caso, uma doação feita em 1142 e preservada no célebre *Liber Fidei*, o texto em latim individualiza alguma das circunstâncias em que a catedral bracarense, destinatária da doação, deverá socorrer os doadores – Paio Pires e a sua mulher, Maria Fernandes (Costa, 1965, I, pp. 157-158). Entre estas circunstâncias, inclui-se “pestem”. Também aqui a formulação terá sido feita pelo escrivão, certamente um clérigo ao serviço da catedral bracarense, e não por solicitação dos doadores – que quase certamente não saberiam ler nem escrever, ou dominariam o latim.

A segunda e a terceira exceções remontam igualmente ao século XII, e dizem respeito a um uso metafórico da peste nas hagiografias de Martinho de Soure e de São Teotónio, produzidas no *scriptorium* do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do qual Teotónio foi um dos fundadores e primeiro prior. No texto latino original diz-se que Teotónio *ideoque temporales honores quasi pestem fugiens* – “fugia das honras temporais como se de uma peste se tratasse”⁶ (Nascimento, 1998, pp. 184-185), naquilo que parece ser uma influência da vida de Martinho de Soure, composta poucas décadas antes⁷ - *Hec et plura misericordie opera pera gens, incredibile est memoratu, quantum laudis humane fauorem pestem fugiebat* (Nascimento, 1998, p. 236).

A quarta exceção surge através da tradução de um texto castelhano e é indireta. Trata-se da tradução portuguesa das *Siete Partidas* de Afonso X, o Sábio (r. 1252-1284), compilação legislativa de enorme influência e que viria a ser vertida para português sob patrocínio do rei D. Dinis, neto de Afonso X (Domingues, 2017). O texto castelhano recorre quatro vezes à palavra pestilência⁸, todas elas revestidas de grande interesse: três dizem respeito à mesma citação de Boécio⁹, onde o autor

6 Tradução de Aires Augusto Nascimento.

7 A vida de São Teotónio terá sido redigida pouco depois da sua morte, em 1162, enquanto a de Martinho de Soure deverá remontar à década de 1130.

8 Procurando fazer um levantamento rigoroso, recorri à edição fac-similada que o Boletín Oficial del Estado espanhol fez da edição glosada por Gregório Lopez em 1555, confrontando-a em simultâneo com um manuscrito completo preservado na Biblioteca Nacional de Espanha que, apesar de parecer quatrocentista, não se afastará muito da redação original das *Partidas*. (*Siete Partidas*, 2011); Biblioteca Nacional de España [doravante BNE], Manuscrito VITR/4/6 (manuscrito igualmente disponível na World Digital Library em <https://www.wdl.org/pt/item/10642/>).

9 *Siete Partidas...*, vol. I, 434-435 e vol. II, 519 (o fac-simile não está numerado, pelo que as páginas dadas são as da contagem do ficheiro digital. Correspondem às folhas 65, 65v da edição quinhentista da Segunda Partida e à folha 72v da mesma edição da Quarta Partida). O texto do manuscrito medieval

latino define o falso amigo como a maior peste que pode haver, tratando-se assim de um uso metafórico (e revelando em simultâneo um exemplo da transmissão por via erudita deste tipo de vocabulário entre obras clássicas e medievais de tipologias diametralmente opostas). A quarta e última fala dos castigos diversos – entre os quais a pestilência – que Deus faria cair sobre o Homem por certas práticas, entre as quais se incluía a sodomia¹⁰. Esta compilação legislativa foi traduzida para português, mas os testemunhos que nos chegaram dessas traduções parecem ser posteriores a 1350, não representando a primeira geração de manuscritos traduzidos, e não sendo possível testemunhar diretamente o uso da palavra “pestilência” antes de 1350 através desses exemplos. Todavia, parece pouco provável que essa primeira geração de manuscritos portugueses das *Partidas* diferisse tanto do original castelhano, como dos exemplares portugueses mais tardios. A inclusão das *Siete Partidas* serve também para demonstrar que este tipo de referências pode surgir em textos aparentemente menos evidentes, e reforça (por contraste) a pertinência da análise anterior que foi feita aos textos de direito local medieval português.

A quinta e última exceção tem uma origem semelhante à das *Siete Partidas*. Falo da crónica composta pelo conde D. Pedro de Barcelos, filho bastardo do rei D. Dinis, conhecida atualmente pela designação de *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Apesar de se tratar de uma crónica da sua autoria, o conde baseia-se largamente na historiografia patrocinada por Afonso X, o Sábio. Também aqui é difícil dizer exatamente o que constava da redação pré-Peste: a primeira redação é terminada poucos anos antes da Peste Negra, como a designação da crónica revela, mas é a sua refundição feita por volta de 1400 que sobrevive na totalidade em português. Da primeira redação resta-nos apenas a tradução castelhana e fragmentos portugueses. Assim, para poder incluir as variantes, recorri tanto à edição crítica da versão castelhana feita por Ingrid Vindel (2015), como à reconstituição do manuscrito L da mesma crónica (que representa a refundição feita c. 1400, mas não deverá conter alterações significativas no texto pré-existente que invalidem o seu uso neste propósito concreto de pesquisa lexical), feita por Marta Pedrosa (2013) e Sílvia Miranda (2013).

A pesquisa no texto castelhano fornece apenas três casos, enquanto o texto português reconstituído contém oito. A tradução castelhana preserva referências provenientes do *De Rebus Hispaniae* e da *Estoria de España*, como a *pestilencia* diarreica que atingiu o exército de Almançor, e a *pestilencia de sequedad* que teria afetado o reino de Leão quase em simultâneo, como punição divina pela prisão injustificada do bispo

utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, e a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. BNE, Manuscrito VITR/4/6, fl. 149v, 150 e 449.

10 *Siete Partidas...*, vol. III, 603 (corresponde à folha 72v da edição quinhentista da Sétima Partida). Também neste caso o texto do manuscrito medieval utilizado tem apenas alterações mínimas de grafia em algumas palavras desta lei, e a palavra *pestilencia* surge tal como está na edição quinhentista. BNE, Manuscrito VITR/4/6, fl. 326v.

de Oviedo que Bermudo II de Leão, mal-aconselhado, ordenara (Vindel Pérez, 2015, p. 441 & p. 445). No caso do texto português refundido, é incluído o episódio da seca que teria provocado uma grande fome em meados do século VIII, na mesma altura em que é criado o emirado omíada de Córdoba (Pedrosa, 2013, p. 147), o já mencionado surto disentérico entre as tropas de Almançor, por volta do ano 1000 (Miranda, 2013, p. 96), a seca coeva em Leão (Miranda, 2013, p. 98), e uma tempestade que teria caído em Córdoba no mesmo período – apesar da grande seca e carestia de pão que então se vivia (Miranda, 2013, p. 106).

Uma adição aparentemente pioneira¹¹ é a do episódio da invasão francesa da Coroa de Aragão, levada a cabo em 1285, na sequência da qual o rei francês Filipe III (r. 1270-1285) terá perecido, vítima da *pestellença* gerada pelos cadáveres dos muitos mortos deixados pela derrota francesa (Miranda, 2013, p. 130). As derradeiras *pestellenças* da refundição da *Crónica Geral de Espanha de 1344* são a *pestellença de fome* na taifa de Saragoça, por volta de 1080 (Miranda, 2013, p. 218) e a *pestelença* provocada pelos *maas aguas e aares corruptos* que envolveram Sevilha durante o longo cerco cristão que antecedeu a conquista da cidade, em 1248. A *Crónica Geral de Espanha de 1344* é um texto particularmente importante nesta análise, por ser um dos conjuntos mais significativos do léxico da peste redigido em galego-português antes da Peste Negra. Apesar de não ser possível aceder ao texto da redação original, a refundição permanece útil. É verdade que, no caso da tradução castelhana da redação original, o conjunto de usos do léxico da peste é menor, mas é pouco claro se isso se deve a opções do tradutor castelhano, ou se há um enriquecimento desse tipo na refundição, bastante posterior à Peste Negra (e a várias das suas réplicas). Estando ligada à historiografia alfonsina de forma umbilical, este conjunto de referências prova que, também em vernáculo ibérico ocidental, se concebia a *pestelença* como uma praga, uma desgraça, um infortúnio, que poderia – também, mas não só –, ser uma doença, epidémica ou não. A matriz bíblica, onde o trio destrutivo da peste, da fome e da guerra é utilizado muitas vezes, mas onde é igualmente possível encontrar outros usos metafóricos, também seria uma fonte natural. Porém, também a *Vulgata*, com toda a sua difusão, não seria leitura da maioria. Mais nenhum texto cronístico ou analítico português anterior à Peste Negra contém referências deste tipo.

Expostas estas exceções – cujo número poderá ser maior –, creio que a conclusão de que o léxico da peste estava ausente do quotidiano português até meados do século XIV, em todas as suas dimensões, se mantém globalmente inalterada. Apesar de ser evidente que uma elite letrada – eventualmente um pouco mais alargada se tivermos em conta o contacto que a esmagadora maioria dos clérigos teria de ter com a

11 Além de pioneira, a descrição do evento incluída na *Crónica Geral de Espanha de 1344* é, ao que tudo indica, bastante fiel aos factos ocorridos (Bautista, 2016).

*Vulgata*¹² – conheceria os conceitos, nas suas dimensões médica e simbólica, não há prova alguma de que esse conhecimento fosse generalizado.

O ‘depois’ – uma nova realidade

Os testemunhos portugueses diretos da Peste Negra não são abundantes. Também por isso este tipo de abordagem é de grande utilidade. Apenas lendo e relendo sistematicamente os documentos coevos se poderá ultrapassar os problemas levantados pela parcimónia das ocorrências. Na documentação do Entre-Douro-e-Minho em análise, o primeiro registo é apenas do início de janeiro de 1351, altura em que se faz o traslado do livro de milagres de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, feito pelo tabelião Afonso Pires “antes da Pestelança da dicta vila”¹³. O tabelião redator do original terá desaparecido durante a Peste Negra¹⁴. Porém, antes disso, outros documentos produzidos fora da região, mas a ela dirigidos, já faziam uso explícito da palavra: a 31 de julho de 1349, em carta redigida em Leiria, D. Afonso IV deu licença ao mosteiro de Vairão para não vender os bens que “foram dalguas mongas do dicto seu mosteiro que moreram na Pestelencia ataa dia de Sam Johane Bautista primeiro que a de viir”, nem poder ser constrangido para os vender antes da data determinada¹⁵.

A partir destes anos, as referências tornam-se mais numerosas. Ao todo, foram recolhidas 26, às quais é possível ainda acrescentar sete que, não tendo sido produzidos no território, dizem respeito às suas instituições, como a sentença régia que encerrou a demanda que opôs a Colegiada de Guimarães aos ocupantes ilegais de bens do seu património¹⁶ - ocupação que se verificava desde a Peste Negra. Quase todos os casos dizem respeito à mesma palavra, ainda que com algumas variações ortográficas: pestilência. Há apenas duas exceções, colhidas no único par de documentos latinos incluídos neste pequeno conjunto. Ambas provêm de cartas do arcebispo de Braga, Guilherme de la Garde, um clérigo francês, estante em França durante a Peste e que terá passado muito pouco tempo dos seus quase 12 anos de prelatura bracarense (iniciados depois do seu antecessor, Gonçalo Pereira, falecer durante a Peste Negra

12 Porém, também aqui será necessário matizar a literacia latina de parte do clero português, e não só nos níveis mais modestos do clero paroquial. Em 1478, por exemplo, o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, promove um estatuto condenando o desconhecimento do latim e até mesmo o analfabetismo dos clérigos capitulares, e determina que os membros do cabido que não fossem capazes de ler o *Livro dos Estatutos* numa reunião capitular fossem impedidos de tomar parte nas distribuições do cabido até que o demonstrassem ser. Arquivo da Sé de Évora [doravante ASE], *Cabido da Sé de Évora*, Disposições Supra-Capitulares, Autoridades Eclesiásticas, Cartas de Bispos, Maço 001. [Cartas dos Bispos, EE 17ª, no inventário de Carlos da Silva Tarouca (Tarouca, 1946)].

13 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos eclesiásticos, maço 3, n.º 19

14 O último testemunho sobrevivente da atividade de Afonso Pires enquanto tabelião data de 28 de junho de 1348, poucas semanas antes da provável primeira fase de desenvolvimento da epidemia. ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 30, n.º 13

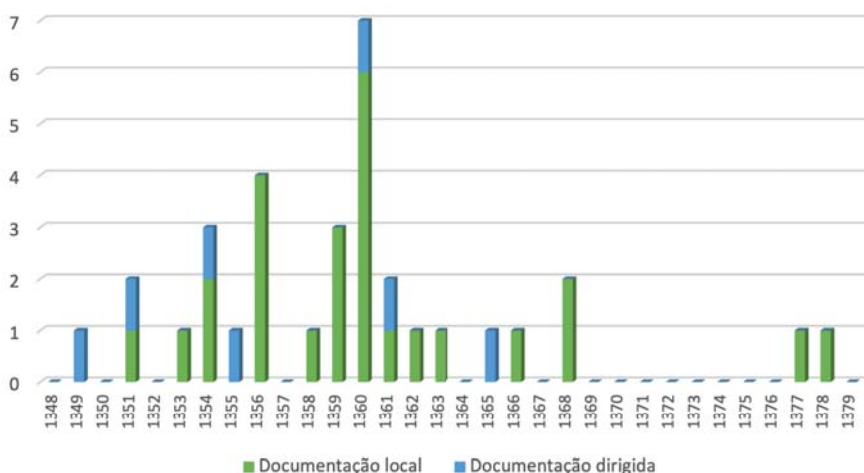
15 ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 29.

16 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 33, n.º 17.

(Coelho, 1990)) na condição de arcebispo residente. No primeiro caso, uma carta de 1356¹⁷, o arcebispo fala de *pestem et mortilitatis*, surgindo a segunda palavra, um sinónimo corrente de peste que é raro na documentação portuguesa, numa outra carta de 1358¹⁸: *mortalitate*. É possível que a origem estrangeira tanto do arcebispo, como de parte importante do seu séquito, possa justificar o recurso a uma expressão tão rara em contexto português.

A distribuição anual das referências reunidas faz-se da seguinte forma:

Gráfico 1 - Uso do léxico da Peste (Entre-Douro-e-Minho, 1348-1379)



Parte importante destas utilizações diz respeito à memória do acontecimento passado. As referências ao “tempo da pestelência”¹⁹, por vezes detalhando-se o ano ou até o mês (“no mes d’oitubro da era de myl e trezentos e oiteenta e seis anos [1348 AD] que foi no tenpo da pestelência que Deus deu per todo o mundo”²⁰), foram sendo feitas na execução de testamentos de pestíferos, em pleitos judiciais com origem em ocupações de bens ou incumprimentos diversos que se iniciaram durante a Peste Negra, e em outras circunstâncias diretamente relacionadas com o evento pandémico.

A partir de meados da década de 1350, e sobretudo a partir de 1359, o uso da “pestilência” nas diversas tipologias documentais analisadas passa a fazer-se também como um acontecimento hipotético. Muitos contratos enfiteúticos, sobretudo aqueles

17 ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, doc. 271.

18 ADB, *Gavetas do Cabido*, Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 40.

19 ANTT, *Mosteiro do Salvador de Moreira*, maço 11, doc. 31.

20 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 2, n.º 1.

promovidos pela Colegiada de Santa Maria de Guimarães, passam a incluir novas formulações de uma cláusula prevendo que, mesmo que um ou mais fenómenos naturais extremos ocorram, os enfiteutas continuariam obrigados a pagar as rendas e foros acordados contratualmente, sob pena das sanções previstas. Entre estes “casos fortuitos” encontra-se a pestilência – “posto que venha pestelência do çeo ou da terra per fortuito alguun”²¹ é um exemplo das formulações mais frequentes. De resto, a epidemia não levaria muitos anos a regressar.

A peste regressa em 1362, como revela o eloquente registo das *Confirmações de Tui* (Marques, 2016; Marques, 2018). A partir de então torna-se claro que a Peste Negra não foi um episódio isolado – ainda que o seja no seu impacto – e haverá regressos esporádicos da doença. Porém, esta realidade parece ter um efeito oposto ao que seria esperado. Depois de 1362, e da chamada *Pestis secunda*, o número de referências colhidas na documentação quotidiana minhota vai caindo, e a maioria das que há dizem respeito a pleitos que se arrastavam desde a Peste Negra, encaindo-se no tipo original de utilização da palavra. É esse o caso da sentença de 1377, dirimida pelos vigários de Braga, que encerrou uma demanda entre o Cabido de Guimarães, por um lado, e António Gonçalves e Guiomar Esteves, sua mulher, por outro. O pleito teve origem na propriedade de umas casas localizadas no canto da Rua de Dona Anais, nas quais morara Pedro de Vides e que o cabido vimaranense emprazara em 1322, por três vidas, a Domingos Simões e a Mor Gonçalves, por uma renda de 5 maravedis anuais, e que foi sempre paga “ataa que se deste mundo pas-sarom que foi no anno da primeiã pestelência da era de mil e trezentos e oitenta e seis anos”. Tendo os foreiros morrido em 1348, os réus apoderaram-se das casas, recusando pagar mais de 3,5 maravedis por ano:

assi que dello dicto tempo aata (?) primeiã pestelência que os dictos Domingos Simhom e sa molher morerom e se os dictos Antonio Gonçalves e sa molher se apoderarom e teem as dictas cassas como dicto he som passados vinte e sete annos em que falleceu o dicto Cabido do aluguer que lhas dellas davam os dictos Domingos Simhom e sa molher cada anno hum maravedi e meio em que monta xl maravedis e meio²²,

pedindo o Cabido o pagamento deste valor e a devolução das casas. Os réus alegaram que a dita Guiomar Esteves havia casado com Domingos Simões após este enviuvar, e tido uma filha com ele, ainda viva, chamada Leonor, que ficou como terceira pessoa no prazo que o seu pai trazia, após a morte deste e o casamento da sua mãe com o dito António Gonçalves. Os réus alegavam ainda que “della pestelência primeira ataa que havia vinte e sete annos e mais” pagaram 5 maravedis de renda, mas sendo 3,5 para o

21 AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 283.

22 ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, maço 36, n.º 32.

Cabido e 1,5 para o prior de Santa Maria de Guimarães. Os vigários condenaram os réus a pagar os ditos 40,5 maravedis em 30 dias.

Outro exemplo é o do acordo que encerra amigavelmente uma demanda semelhante entre o mesmo senhorio e um outro enfiteuta em 1378, que se arrastava “des o anno da pestelença que foi da era de mil trezentos e oitenta e seis annos ataa ora”²³. Estes documentos, riquíssimos e que levantam muitas mais questões do que aquelas que aqui se trata, afiguram-se como um fim de ciclo.

Deveremos assumir que a peste desaparece da documentação quotidiana novamente, desvanecendo-se com o afastamento temporal da Peste Negra, mesmo com a ocorrência esporádica de novos surtos? Creio que não. Basta avançar um ano no limite que aqui estabeleci para a recolha massiva de documentação para perceber que a Peste Negra se tornou um marco cronológico. Uma inquirição feita no Vale do Vouga, envolvendo bens do Mosteiro de Grijó, demonstra que a memória dos sobreviventes não tinha conta certa nos anos passados desde a Peste, mas era capaz de datar perfeitamente um acontecimento ou uma prática como sendo anteriores ou posteriores à pandemia. A primeira testemunha e réu, Domingos Pires, dizia ali viver há 30 anos, e no decorrer do inquérito, disse que:

sabia el testemunha que ante da pestillencia primeira vivendo el testemunha na aldea de Lamas em hum cassal que hera do Moesteiro de Pedrosso que Domingos Johanes morador que fora no dito logo de Pedassães lhe dicera que tinha na sua eira sinco alqueires de pampellas sangalhes que herom das entradas e que haviam dellas de fazer quatro quinhoes (...).

A terceira testemunha, Maria Francisco, mulher de João Segadães, réu,

preguntada se vira ja por alguma ves pagar as ditas entradas aalgum morador do dito logo de Pedassães ou ao dito seu Padre dice que lhas vira pagar ante do anno da pestillencia primeira (...)²⁴

Este tipo de referências cronológicas sucede-se ao longo da inquirição, semelhantes em quase todos os testemunhos colhidos. Falamos de indivíduos que trabalhavam a terra, como caseiros ou pequenos enfiteutas, e que, mais de trinta anos após o acontecimento, recordavam perfeitamente o que acontecera antes e depois da Peste. Mesmo sem poder determinar com exatidão qual o ano, não tinham qualquer dúvida sobre se algo acontecera precisamente no ano da “pestilência primeira”, antes ou depois.

23 AMAP, *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 453.

24 ANTT, *Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 45 (Tombo de “doações e mais títulos dos bens do Mosteiro de Grijó”), fl. 144-161v, doc. 6.

Novamente fora do território e da cronologia em estudo, os exemplos não cessam. Em carta datada de 23 de maio de 1394, D. João I doa o morgado de Aires Vasques e de Maria Eanes, sua mulher, estabelecido por testamento de ambos, redigido em Alcácer do Sal durante a “pestillencia grande”, a Gonçalo Pires, escrivão da chancelaria régia e marido da descendente mais direta dos fundadores (Dias, 2005, pp. 127-128). Quase meio século depois, “pestillencia grande” basta para determinar com exatidão o tempo de algo ocorrido nesse evento, ou para estabelecer um “antes e depois”.

Após a segunda peste, as expressões relativas à Peste Negra, concretamente, obrigam a uma individualização. Como vimos em vários dos exemplos transcritos, os testemunhos referem ora “pestilência grande”, ora a “pestilência primeira”. Há até a combinação de ambas, na já referida inquirição de 1380. Todas revelam uma dimensão que ultrapassa o evento original. Novas epidemias, uma vulgarização no imaginário coletivo e uma sincronia entre palavra e ‘entidade’ nosológica consolidam o uso do léxico da peste em galego-português e em documentação quotidiana. O uso nunca se torna muito frequente, mas está presente.

Falamos de um evento profundamente traumático. Não se poderá assumir que haveria alguma urgência ou vontade de referir abertamente a doença, a menos que tal fosse estritamente necessário e forçado pelas circunstâncias. Parece ser o caso da maioria dos testemunhos colhidos – ora se trata de sentenças e execuções testamentárias, ora de contratos onde os senhorios se procuram proteger de todas as ameaças, passando o ónus aos arrendatários. A diminuição que se verifica no fim do ciclo estudado contrasta, porém, com a constatação de que todos os indivíduos, sem distinção de posição social, saberiam agora exatamente o que significava pestilência – sem que, para isso, houvesse necessidade de a referirem constantemente. Sabiam o que era a peste, e esse conhecimento dava significado à palavra. Se antes seria apenas um recurso lexical ao alcance dos letrados mais eruditos, era agora um conceito corrente e manchado por um significado concreto, vivido e doloroso.

Conclusão

Este breve trabalho, apresentado a partir da perspectiva de um historiador, poderá oferecer lacunas do ponto de vista técnico do linguista. Porém, creio que disponibilizará ferramentas e será um importante ponto de partida para novas abordagens aos documentos escritos medievais e à forma como a língua escrita reage e interage com eventos e fenómenos particularmente marcantes, como são as grandes epidemias.

A eclosão da “primeira pestilência” dá-se numa fase de transição na cultura escrita do português. Poucos anos antes do seu aparecimento no Ocidente, o conde D. Pedro de Barcelos procedia já à recolha da poesia trovadoresca, à recompilação de um livro de linhagens do reino e à primeira redação da Crónica Geral de Espanha de 1344. Não será fácil medir a influência da Peste Negra nos processos linguísticos então em curso, mas a coincidência temporal legitima questões deste tipo. Por ora, e não sendo o objetivo

deste pequeno trabalho dimensionar essa influência, remeto-me para o estudo de caso regional aqui apresentado.

A Peste Negra exerceu uma influência clara, mas que não terá sido única entre os fenômenos deste tipo. Porém, o singular evento pandêmico, e a ausência do léxico da peste antes de 1348, em Portugal, permite-nos estabelecer uma relação inequívoca entre a ocorrência da epidemia e a progressiva assimilação e utilização quotidiana dessas palavras e conceitos. Ao longo das primeiras décadas após a Peste Negra, poderão ser definidas três fases, consecutivamente sobrepostas. A princípio, a utilização faz-se exclusivamente como evocação da memória do acontecimento traumático passado, uma necessidade prática relacionada com questões levantadas pelo impacto e pelas consequências da epidemia. Em menos de uma década, uma nova fase permite bifurcar o uso do conceito para um evento sem cronologia definida, libertando-se do acontecimento concreto de 1348-49. O regresso da doença em 1362, e por diversas vezes depois disso, contribui para que a “pestilência” e a “peste” se tornem palavras mais usadas, mais comuns e conhecidas por todos. A terceira fase deste primeiro ciclo torna a referência à Peste Negra – a “pestilência primeira” ou a “pestilência grande” – um marco cronológico que separa um antes e um depois na memória daqueles que lhe sobreviveram, mesmo muitas décadas depois, ainda que se trate de datar um acontecimento que nada teve a ver com a ocorrência pandêmica. Este tipo de marco não é único na sua existência. O recurso a elementos de datação não “numéricos” tem longa tradição, sobretudo antes da introdução e difusão do tabelionato público²⁵. Único é o seu caráter quase universal, e por isso mesmo inequívoco.

Aos poucos, peste e pestilência tornar-se-ão sinónimos práticos de epidemia e prestar-se-ão aos mesmos usos metafóricos que já antes serviam autores latinos clássicos e medievais. Integrará crônicas e tratados, normativa e literatura. A introdução destas palavras no português escrito faz-se no final do período de formação da língua, integrando-a plenamente aquando do início da sua fase de expansão, a partir do século XV (Castro, 2006, p. 85). A consolidação deste vocabulário nas diversas dimensões do discurso escrito português faz-se pelas sucessivas recorrências da doença ao longo dos séculos seguintes, passando a ser uma presença assídua nos corpos de muitos e nas mentes de todos. Porém, é o primeiro de todos os surtos aquele que estabelece o momento de vulgarização do léxico da peste, sobretudo o literal “pestilência”. Trata-se de um exemplo relativamente simples e de uma constatação que pode parecer óbvia.

25 Um exemplo concreto é o registo de *regnante*, utilizado na documentação da Coroa Asturo-Leonesa. Para o reinado de Afonso V de Leão, por exemplo, são conhecidos 214 registos deste tipo, por vezes complementados com o titular da cátedra episcopal da cidade de León ao tempo. (Lucas Álvarez, 1995, 574-598). Outro exemplo, mais popular, é o dos testemunhos recolhidos nas inquirições régias portuguesas dos séculos, onde os jurados recuam com frequência dezenas de anos, por vezes um século, recuperando a memória de algo que aconteceu no reinado de um certo monarca como marcador cronológico mais ou menos preciso.

Contudo, são raras as oportunidades em que é possível estabelecer uma relação tão inequivocamente direta e verificável entre a ocorrência de um fenómeno e uma inovação na língua falada em época medieval.

Bibliografia

Fontes inéditas

Arquivo da Universidade de Coimbra

Documentos da Colegiada de Guimarães, n.º 38, 41-46, 53.

Pergaminhos, 1ª Coleção Especial, Gaveta 22, n.º 2.

Pergaminhos do Século XIV, Gaveta 8, maço 1, doc. 1 (Mosteiro de Sanfins de Friestas), 4-6 (Mosteiro de São João de Longos Vales), 9-21 (Mosteiro de São Pedro de Roriz), 29 (São Salvador de Moreira da Maia); maço 2, doc. 71-120 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso); Gaveta 8A, maço 3, doc. 121-188 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso); Gaveta 9, maço 4, doc. 189-230; Gaveta 9A, maço 5, doc. 233, 261, 266, 271 (Mosteiro de São Pedro de Pedroso).

Arquivo Distrital de Braga

Coleção Cronológica, Caixa 6, n.º 254-257, 262, 265-273; Caixa 7, n.º 274-276, 278, 280, 282-284, 287, 294, 295-301, 303, 305, 306, 311; Caixa 8, n.º 314, 316-319, 322, 325, 327, 328, 333-336, 339, 342, 343, 345, 347, 350, 352-355; Caixa 9, n.º 359, 360, 365, 367, 368, 369, 374, 375, 378, 384, 390; Caixa 10, n.º 392, 394, 398-407, 409, 410, 414-418, 421, 423; Caixa 11, n.º 438, 439, 441, 444-451, 461, 463, 465, 468-470; Caixa 12, n.º 471, 472, 474, 480-483, 496, 498, 499; Caixa 13, n.º 500-503, 506, 509, 510, 511, 517-521, 523, 524, 526-530, 532, 533, 535; Caixa 14, n.º 538-540, 547, 554-559, 561-580; Caixa 15, n.º 581, 583, 585, 586, 588-602, 606-619, 621-623; Caixa 16, n.º 625-629, 631-633, 635-640, 643-646, 647-655, 660; Caixa n.º 17, n.º 664-677, 679, 683, 684, 687, 691-693, 696, 697; Caixa 18, n.º 699, 700, 703-705, 707, 708, 714, 716, 717, 719-722, 726, 728, 729, 732; Caixa 19, n.º 733, 735, 736, 738-740, 743, 744, 746, 747, 750-755; Caixa 20, n.º 758, 760-763, 766, 767, 769, 771-777, 779, 780, 782-786; Caixa 21, n.º 787-791, 795-800, 803, 805-810, 812, 814, 815; Caixa 22, n.º 819-821, 823-831, 835-842, 844, 848-851, 853; Caixa 23, n.º 855-859, 863-870, 872, 874, 876.

Gavetas do Cabido, Gaveta 1ª das Igrejas, n.º 5, 16-35, 40-44, 79, 84, 95-99, 104, 124, 125, 130, 135, 139, 149, 150, 163, 164, 166, 167, 170, 172, 185, 186, 218-224, 226-231; Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 177, 179, 193-210, 212-220, 223, 224, 227, 228, 230-241, 243-247, 249-258, 260-265, 267-272, 275-285; Gaveta 2ª das Igrejas, n.º 10, 11, 38-40, 44-49, 52, 96, 98, 99, 150, 157; Gaveta 2ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 132, 144; Gaveta dos Arcebispos de Braga, seus privilégios e Jurisdição Espiritual, n.º 44-46, 50, 52, 53, 85, 87; Gaveta de Braga, Sua Jurisdição e Seus Oficiais, n.º 6-17, 19; Gaveta das Dignidades, Cónegos, Tercenários e Coreiros, n.º 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44; Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, n.º 7, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 19-23, 25, 38, 79; Gaveta das Concórdias e das Visitas, n.º 3-5; Gaveta dos Coutos, n.º 5, 9, 12-15, 22, 23, 41-44, 53, 78, 85, 87; Gaveta dos Legados e Sufrágios, n.º 18-20, 22, 24, 25; Gaveta das Matérias Inúteis, n.º 1, 2, 4, 5, 12-14, 19-24, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 37-39, 42, 46, 51-54, 97; Gaveta da Matéria

dos Prazos, n.º 6-11, 90, 99; Gaveta das Notícias Várias, n.º 39; Gaveta dos Quindénios, Décimas, Subsídios, Donativos, Tributos e Fintas, n.º 14-20, 22, 23, 25-27, 31-35; Gaveta dos Prazos do Cabido, n.º 56-58, 60-62, 64-68, 153; Gaveta dos Prazos Particulares, n.º 34-39, 41-44, 46-52; Gaveta dos Privilégios, Honras e Jurisdições do Cabido, n.º 8, 11-15, 20, 62; Gaveta das Propriedades e Rendas da Mitra, n.º 48, 49, 51, 52; Gaveta das Propriedades Particulares, n.º 817, 818, 820, 821, 823-831, 833-890, 892-902, 904, 906-908, 950, 995-999, 1001-1004; Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas e Seminários, n.º 9, 36, 38-41, 132, 147, 148; Gaveta da Sé, Missas, Procissões e Acompanhamentos, n.º 2-5; Gaveta da Sé Vacante, n.º 5; Gaveta dos Testamentos, n.º 39-41, 43-45, 48-51, 53-54; Gaveta dos Votos, n.º 3, 5, 6.

Livro 1º dos Testamentos, n.º 36, 38, 46, 51, 52, 54-90, 92-94.

Livro 2º dos Testamentos, n.º 4, 5, 8, 25, 26, 29, 31, 43, 44.

Livro das Cadeias, n.º 31, 32, 35-38, 69, 70, 72, 80, 83, 84.

Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro 419 (Livro 1º dos Prazos Primordiais), n.º 1, 41, 42; Livro 420 (Livro 2º dos Prazos Primordiais), n.º 74-76, 79-81, 89, 104, 108.

Tombo 1º do Cabido.

Arquivo Distrital do Porto

Cabido da Sé do Porto, Livros dos Originais, Livros 6º-9º, 12º, 14º, 15º, 17º-30º; Documentos Vários, Pergaminhos Vários, n.º 3, 17.

Convento de Santo André de Ancêde - Baião, Livro 2, Tombo 1º de Títulos Velhos; Tombo de Títulos; Livro 29, Documentos Vários.

Convento de São João Baptista de Alpendurada - Marco de Canaveses, Registos de Traslados de Prazos, n.º 275, 282-303; Prazo do Casal de Louredo; Prazo do Casal da Ribeira.

Mitra da Sé do Porto, Pergaminhos da Mitra do Porto, n.º 17.

Arquivo Histórico Municipal de Elvas

Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas, n.º 4.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Fundo João Martins Ferreira.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães)

Câmara Municipal de Guimarães, Coleção de pergaminhos da Câmara Municipal.

Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Igreja de São Miguel do Castelo, Avulsos, doc. 1; Nota Antiga, Livros I, II e III; Pergaminhos; São Gens de Montelongo, Maço 1 [C704], doc. 1; Sentenças da Fazenda do Cabido, C1355, doc. 1; Testamentos e Doações, Tomo II, fl. 7v-8v, 411v-412.

Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, Pergaminhos.

Mosteiro de São Salvador de Souto, Pergaminhos.

Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Coleção de Pergaminhos, n.º 4.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Cartas Régias, Caixa 1, n.º 22 e 23; Pasta 2, caixa 1, n.º 1, 2.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 35, fl. 37-44v²⁶.

Chancelaria de D. Dinis, liv. 3 e 4.

Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, 2, 3 e 4.

Colecção de Documentos Avulsos, n.º 74.

Colegiada de Santo Estêvão de Valença, maço 3, n.º 2 e 3; maço 3, n.º 3, 5, 9, 11 e 13.

Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos Particulares, maços 20 a 37; Documentos Régios, maço 1, n.º 5, 16, 23, 25-28, 31-34, 37-39; maço 2, n.º 1-3; Documentos Eclesiásticos, maço 2, n.º 16, 37, 41, 42, 44 e 45; maço 3, n.º 1, 2, 4, 5, 7, 10, 12-15, 17, 19, 21, 23-25, 28-30, 32-36, 38 e 40.

Colegiada de Santa Maria de Barcelos, maço 1, n.º 1 a 20.

Colegiada de São Martinho de Cedofeita, maço único, n.º 4.

Convento de Santa Clara de Guimarães, maço 1, rolo não numerado.

Convento de Santa Clara de Vila do Conde, Livro 137.

Convento de Santa Clara do Porto, maços 50 a 54, 57, 59, 60, 67.

Documentação de Conventos por Identificar, Caixa 1, pergaminho não numerado de 1334.

Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1.

Gavetas, Gaveta 1, maço 1, n.º 8, maço 2, n.º 2, maço 6, n.º 16, maço 7, n.º 8; Gaveta 3, maço 4, n.º 9; Gaveta 7, maço 13, n.º 27; Gaveta 8, maço 1, n.º 5; Gaveta 11, maço 5, n.º 15; Gaveta 12, maço 2, n.º 8, maço 9, n.º 10; Gaveta 13, maço 5, n.º 4; Gaveta 15, maço 19, n.º 53; Gaveta 18, maço 5, n.º 30; Gaveta 19, maço 3, n.º 40, maço 4, n.º 2 e 34, maço 5, n.º 35, maço 6, n.º 30, maço 7, n.º 1 e 13, maço 8, n.º 29.

Mitra Arquiepiscopal de Braga, maço 4, n.º 135 e 143.

Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia, maços 3, 5, 6, 8, 10, 26, 27, 32, 36, 37, 39 e 42 a 47.

Mosteiro de Santa Maria da Oliveira de Vermoim, maço 1, n.º 4-6, 8-11.

Mosteiro de Santa Maria de Arouca, gaveta 5, maço 8, doc. 23.

Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, maço 1, n.º 15 a 21.

Mosteiro de Santo André de Ancede, maço 1, n.º 19.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 99.

Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela, maço 1, n.º 12, 13 e 16.

Mosteiro de São Bento de Avé-Maria do Porto, maços 1 e 2.

Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, maços 4 a 6.

Mosteiro de São Domingos do Porto, maço 1, n.º 12, 14, 16.

Mosteiro de São João Baptista de Pendorada, maços 24 e 26.

Mosteiro de São Miguel de Vilarinho, maços 3 e 4.

Mosteiro de São Pedro de Pedroso, maços 9 e 38.

Mosteiro de São Pedro de Roriz, maço 1, n.º 14.

Mosteiro de São Romão de Neiva, maço 1, n.º 4.

26 Caderno original da chancelaria de D. Afonso IV, cosido por engano num livro da chancelaria de D. Afonso V.

Mosteiro de São Simão da Junqueira, livros 8 a 12.

Mosteiro do Salvador de Grijó, Documentos Particulares, maço 1, n.º 3, 4, 6, 8, 10, 11, 15, 17-20; maço 2, n.º 1-3; Livros 40, 44 a 49, 51.

Mosteiro do Salvador de Moreira, maços 10 a 12.

Mosteiro do Salvador de Vairão, maços 6 a 10.

Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim, maço 1.

Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, maços 3, n.º 340; maço 5, n.º 479.

Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

Manuscritos, Pergaminhos de Guimarães, caixa 6, n.º 176 a 214 (n.º 16605 a 16644).

Biblioteca Nacional de España

Manuscrito VITR/4/6.

Biblioteca Nacional de Portugal

Pergaminhos, Série Preta, n.º 50, 53, 61, 63, 64, 77 a 80.

Biblioteca Pública de Évora

Pergaminhos Avulsos, Pasta 5, doc. 131 e 150.

Fontes publicadas

Alarcão, J. de & Amaral, L. C. (eds.). (1986). *Livro das campanhas. Códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó*. Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Amaral, L. C. & Silva, M. J. O. e. (eds.). (2016). *Pergaminhos de Uma Coleção Particular*. CIT-CEM, Edições Afrontamento.

Barros, A. J. M. (2003). Tombo do Mosteiro de Ancede (século XIV). *Douro: estudos & documentos* 8:16. pp. 217-308.

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum (1917). Vol. II. Tipografia Portucalense.

Costa, A. de J. da. (ed.). (1965-1978). *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae. Edição crítica* (1965-1978). Assembleia da Junta Distrital de Braga, 2 vols.

Dias, J. A. (ed.). (2005). *Chancelarias Portuguesas. D. João II. Volume II, Tomo 2*. Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa.

García y García, A. (dir.). (1982). *Synodicon hispanum. Vol. II. Portugal*. Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

Grave, J. (ed.). (1924). *Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Biblioteca Municipal do Porto.

Lista dos naturais da Igreja de Vilar de Porcos, Terra da Maia (1329) (2019). Transcrição de António Castro Henriques. *Fragmenta Historica* 7. pp. 103-105.

Marques, A. H. de O. & Dias, N. J. P. (eds.). (1986). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I. (1357-1367)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.

- Marques, A. H. de O., Dias, N. J. P. & Salvado, J. P. (org.). (1990-1993). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*. Junta Nacional de Investigação Científica, 1990-1993. 2 volumes.
- Marques, A. H. de O. (ed.). (1984). *Chancelaria de D. Pedro I: 1357-1367*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos.
- Marques, A. H. de O. (ed.). (1990-1992). *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa. 3 vols.
- Marques, A. H. de O., Rodrigues, M. T. C. & Dias, N. J. P. (eds.). (1982). *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV: (1325-1357)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marques, J. (1982). Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga: 1186-1545. *Bracara Augusta* 36:81-82 (94-95). pp. 71-199.
- Marques, J. (2018). *Confirmações de Tui (1352-1382): aspectos do episcopado de D. João de Castro*. Universidade do Minho. Arquivo Distrital de Braga.
- Morujão, M. do R. (coord.). (2010). *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Centro de Estudos de História Religiosa.
- Nascimento, A. A. (ed.). (1998). *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de S. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Edições Colibri.
- Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consuetudines*. Volumen I (1856-1868). Academiae Scientiarum Olisiponensis.
- Saraiva, M. T. M. P. (1997). *Figueira: comenda da Ordem de Avis: publicação de fontes*. Colibri.
- Serra, J. C. da (ed.). (1816) *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Dinis, D. Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando*. Tomo IV. Academia das Ciências de Lisboa.
- Siete Partidas* (2011). Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 3 vols.

Estudos

- Álvarez, M. L. (1995). *El reino de León en la Alta Edad Media: VIII. Cancillerías Reales Astur-Leonesas (718-1072)*. Centro Estudios e Investigación ‘San Isidoro’.
- Banza, A. P. & Gonçalves, M. F. (2018). *Roteiro de História da Língua Portuguesa*. Cátedra UNESCO, Universidade de Évora.
- Bautista, F. (2016). Historia y circulación de noticias en la primera mitad del siglo XIV: las casas reales de Aragón y Francia en la *Crónica de 1344*. *e-Spania* 25. DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.26177>.
- Benedictow, O. J. (2011). *La Peste Negra, 1346-1353. La historia completa*. Akal.
- Bos, K. I., Schuenemann, V. J., Golding, G. B., Burbano, H. A., Waglechner, N., Coombes, B. K., McPhee, J. B., DeWitte, S. N., Meyer, M., Schmedes, S., Wood, J., Earn, D. J., Herring, D. A., Bauer, P., Poinar, H. N., & Krause, J. (2011). A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death. *Nature*, 478(7370), 506–510. <https://doi.org/10.1038/nature10549>.
- Caeiro, F. da G. (1981). Fontes Portuguesas da Formação Cultural do Santo. *Itinerarium XXVII*(110/111). pp. 136-164.

- Campbell, B. M. S. (2016). *The Great Transition. Climate, Disease and Society in Late-Medieval World*. Cambridge University Press.
- Castro, I. (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Universidade Aberta.
- Castro, I. (2006). *Introdução à História do Português*. Colibri.
- Coelho, M. H. da C. (1990). O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas* (pp. 389-462). Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga.
- Cunha, M. C. A. e. (1988). Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166. *Revista da Faculdade de Letras: História*. 2.^a série, 5 (1988). pp. 69-94.
- Domingues, J. & Pinto, P. (2015). O Foral Velho da Vila de Aveiro de 1342. *e-Legal History Review* 21. pp. 12-26.
- Domingues, J. (2017). A tradição medieval das Sete Partidas em Portugal. *7PartidasDigital* 1. pp. 1-14.
- Inventário dos códices iluminados até 1500* (1994-2001). Secretaria de Estado da Cultura. 2 volumes.
- Marques, J. (2016). A peste de 1362, na diocese de Tui. *Boletim cultural de Melgaço*, 9. pp. 141-164.
- Miranda, S. (2013). *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (2ª parte)*. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Nascimento, A. A. & Meirinhos, J. F. (coords.). (1997). *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Pacheco, M. C. (1981). A Formação Intelectual do Santo. *Itinerarium XXVII*(110-111). pp. 165-183.
- Pedrosa, M. (2013). *Reconstituição do ms. L da Crónica Geral de Espanha de 1344 (1ª parte)*. 2 vols. Relatório de estágio de mestrado em Crítica Textual apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pérez, I. V. (2015). *Crónica de 1344. Edición crítica y estudio*. Tesis doctoral presentada a Universitat Autònoma de Barcelona.
- Perry, R. D. & Fetherson, J. D. (1997). *Yersinia pestis* - etiologic agent of plague. *Clinical Microbiology Reviews*, 10 (1) pp. 35-66. DOI: 10.1128/CMR.10.1.35.
- Roque, M. da C. (1979). *As pestes medievais europeias e o regimento proqueytoso contra ha pestenança*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, A. F. O. da (2021). *A Peste Negra em Portugal. Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Tarouca, C. da S. (1946). *Inventário das cartas e dos códices manuscritos do Arquivo do Cabido da Sé de Évora*. Edições Nazareth.
- Teyssier, P. (1982). *História da Língua Portuguesa*. Sá da Costa.
- Viana, M. (2002). Um testemunho de direito consuetudinário (1281). *Arquipélago*, 6. pp. 399-415.
- World Health Organisation. (2017). *Plague*. Available: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/plague>.

Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista: São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade*

NELSON VERÍSSIMO**

Resumo

Nas primeiras décadas do século XVI, o Funchal vivia um tempo de prosperidade económica, decorrente da produção e comércio do açúcar. A Madeira tornara-se escala obrigatória do comércio internacional.

A vila do Funchal ascendera à categoria de cidade em 1508 e, em 1514, fora criada a diocese do Funchal, que abrangia vasto território ultramarino, da Europa, África, América do Sul e Ásia. Neste contexto, pretende-se analisar os efeitos da peste no município do Funchal e compreender o significado da escolha de um padroeiro para a cidade. Com base na documentação camarária, mais do que uma enumeração de factos conhecidos interpretar-se-á o voto a São Tiago Menor, à luz do quadro mental da época, sublinhando-se o vínculo intemporal desse ato, que obriga o município e a diocese a honrarem o padroeiro, no 1.º de maio, na Igreja que lhe é dedicada e que foi mandada construir pela Câmara do Funchal.

Palavras-chave: Peste, Voto a São Tiago Menor, Funchal.

Abstract

In the early decades of the 16th century, Funchal was experiencing a time of economic prosperity, due to the production and trade of sugar. Madeira had become an important stop for international trade. The town of Funchal had become a city in 1508. Almost six years later, the diocese of Funchal was created, covering a vast overseas

* Conferência na Igreja do Colégio, Funchal, 20 de maio de 2021, no âmbito das Comemorações dos 500 anos do Voto a São Tiago Menor.

** Universidade da Madeira e CHAM – Centro de Humanidades da FCSH da UNL
nelson.verissimo@staff.uma.pt

territory, from Europe, Africa, South America and Asia. In this context it is aimed to analyse the effects of the plague in the municipality of Funchal and to understand the reasoning behind the choice of a patron saint for the city. Based on the municipal documentation, rather than known historical events, the vote for St. James the Less will be interpreted, according to the public sentiment of the time. The timeless nature of this act is emphasized, which obliges the municipality and the diocese to honour the patron saint for always, on the 1st of May, in the Church that is dedicated to him and that was commissioned by the Funchal local authority.

Keywords: Plague, Vote for St. James the Less, Funchal.

A pandemia, que hoje vivemos, recorda-nos outros períodos da História, em que a Humanidade se confrontou com doenças que dizimavam comunidades e se propagavam rapidamente e de forma estranha.

Hoje tememos a doença. Reconhecemos a eficácia das medidas sanitárias. Acreditamos nas soluções da medicina. Confiamos nas vacinas. Os que têm Fé creem na ajuda divina. Ainda se explica a propagação do vírus como ajuste de contas da Natureza. Mas poucos dirão que se trata de um castigo de Deus.

Na atualidade, a interpretação ou explicação das epidemias ou das pandemias é radicalmente diferente daquilo que, no passado, se afirmava e acreditava sobre pestes.

O progresso científico não só permitiu explicações racionais, quanto à gênese da doença, mas possibilitou também o seu tratamento clínico.

Durante séculos, explicou-se a peste como castigo divino, pelos pecados dos mortais. O temor era grande ao ponto de, habitualmente, se escrever, depois da palavra *peste*, a expressão de súplica – “de que Deus nos livre” (Leite, 1947, p. 61).

Em várias passagens do *Antigo Testamento*, podemos colher exemplos do Deus que castiga, com doenças, os que não observam os seus mandamentos.

No *Levítico*, exortando a fidelidade à Lei, Deus disse: “Farei vir contra vós a espada vingadora dos direitos da minha aliança, e refugiar-vos-eis nas vossas cidades! Depois lançarei a peste no meio de vós, e ficareis à mercê do inimigo.” (Lv 26,25)¹.

No *Deuteronómio*, são também enumeradas bênçãos e maldições para quem não obedecer à voz do Senhor: “O Senhor atingir-te-á com tísica, febre, inflamação, delírio, secura, ardência e palidez, que te perseguirão até que sucumbas.” (Dt 28,22).

O profeta Natan repreendeu David por este ter delineado a morte de Urias, o heteu, a fim de ficar com a sua mulher, e deu-lhe duas notícias, uma boa – que o Senhor lhe havia perdoado –, e outra péssima – “como ofendeste gravemente o Senhor com a ação que fizeste, morrerá certamente o filho que te nasceu” (2Sm 12,14). E precisa o

1 Todas as citações da Bíblia foram transcritas da edição da Difusora Bíblica, 2001. Atualizámos a grafia, conforme o Acordo Ortográfico de 1990.

autor deste livro: “O Senhor feriu o menino que a mulher de Urias havia dado a David com uma doença grave.” (2Sm 12, 15).

Outro exemplo elucidativo encontra-se no *Salmo 106*, quando o povo eleito se esqueceu do seu Senhor e das Suas obras, despertando “a Sua ira destruidora”: “Provocaram-no com os seus crimes; por isso, a peste irrompeu entre eles.” (Sl 106,29)². A súplica dos arrependidos fez, no entanto, brotar a misericórdia divina: “Contudo, Ele reparou na sua aflição e ouviu os seus lamentos. Recordou-se deles por causa da sua aliança e teve pena deles, pelo seu grande amor.” (Sl 106,44-45).

A cólera divina não é peculiaridade do Antigo Testamento, mas de um tempo de longa duração e de similitudes culturais de um vasto espaço geográfico, de início na área do Mediterrâneo.

Agamémnon, rei dos Aqueus, personagem da *Ilíada*, de Homero, recusou restituir Criseida, filha de Crises, o sacerdote de Apolo. Enfureceu-se então o deus e, por isso, “espalhara entre o exército / uma doença terrível de que morriam as hostes” (I, 10-11). A peste lançada pelo deus Apolo dizimava os exércitos dos Aqueus: “As piras dos mortos ardiam continuamente.” (Ibid. I, 52).

Na tragédia grega, o tema está presente. Sófocles (496-406 a. C.), na peça *Rei Édipo*, colocou em cena o sacerdote de Zeus queixando-se a Édipo do castigo divino aplicado a Tebas:

É que a cidade, como também tu próprio verificas, já se agita em estertor e não é capaz de erguer a cabeça deste abismo de ensanguentado desespero, consumindo-se nos rebentos fecundos da terra, consumindo-se no gado das pastagens e na gravidez estéril das mulheres; entretanto o deus portador de fogo, a peste odiosa, vai perseguindo com violência esta cidade e por ela vem ficando vazia a casa de Cadmo; e o negro Hades de gemidos e lamentos se enriquece (Sófocles, 1986, p. 60; Soph. *OT*, v. 22-31).

A questão do castigo divino foi preocupação da humanidade durante largos séculos e dela nasceram muitas interrogações, que sendo do domínio da Metafísica não deixaram, porém, de influenciar as mentalidades dos comuns mortais.

O problema foi colocado a Cristo, conforme as palavras de João. Os discípulos, influenciados pelo judaísmo em que tinham sido educados, perguntam ao Mestre, a propósito de um homem cego desde a nascença, se a razão da cegueira era o pecado dos pais ou o pecado do próprio cego: “Rabi, quem foi que pecou para este homem ter nascido cego? Ele, ou os seus pais?” (Jo 9,2).

Jesus deu uma resposta notável, extraordinária, no sentido literal da palavra, uma resposta que pode até ser considerada de rutura com o pensamento teológico do seu

2 Na tradução de Frederico Lourenço, ‘queda’ (= sofrimento) e não ‘peste’: “E provocaram-n’O com as suas práticas; e abundou neles a queda.” (*Bíblia*, vol. IV, t. 2, Quetzal, Lisboa, 2019).

meio e do seu tempo: “Nem pecou ele, nem os seus pais, mas isto aconteceu para nele se manifestarem as obras de Deus.” (Jo 9,3).

Cristo curou o cego. O cego deu testemunho do sucedido e acreditou. Os fariseus desconfiados injuriaram-no e lembraram serem discípulos de Moisés e não de quem curava cegos. A misericórdia sobrepunha-se à vingança, na Boa Nova.

Por muitos séculos, a Cristandade continuou, porém, a reger-se pelos ditames da visão do Deus justiceiro que castigava com doenças, tempestades, sismos e outras calamidades. Mas também com o Deus misericordioso. Princípio bem definido no livro do *Eclesiástico* (livro de Ben Sira):

Não vivas confiado no perdão,
acumulando pecado sobre pecado.
Não digas: ‘A misericórdia do Senhor é grande,
Ele terá compaixão da multidão dos meus pecados’.
porque nele a misericórdia e a ira caminham juntas;
e o seu furor cairá sobre os pecadores.
Não tardes em te converter ao Senhor,
não adies, de dia para dia,
porque a ira do Senhor virá de repente.
E Ele te fará perecer no dia do castigo. (Sir 5,5-7).

Convém sublinhar que este livro sapiencial foi largamente utilizado pela Igreja para a instrução dos catecúmenos, sendo, por vários séculos, bastante difundidos os seus ensinamentos.

No entanto, para além das Sagradas Escrituras, há que referir a doutrina dos Padres da Igreja, neste domínio. Por todos, lembremo-nos de Santo Agostinho e da sua conceção do sofrimento humano e da providência divina. Tendo como ponto de partida o saque de Roma, em 410, Agostinho escreveu o Sermão *De excidio urbis Romae*, no qual aborda o problema do sofrimento. Depois de refletir sobre a *Paciência de Job, o justo sofredor e o sofrimento de Roma*, trata dos *Sofrimentos deste mundo e o sofrimento eterno*.

Para Santo Agostinho, o cristão deveria encarar o sofrimento como caminho para o aperfeiçoamento e entender o flagelo não como uma condenação, mas um castigo ou repreensão, castigo que poderia atingir ou justo ou injusto, porque verdadeiramente não existia alguém inteiramente justo:

Estas penas, então, temamos, se a Deus tememos. Tudo aquilo que o homem tiver sofrido neste mundo, se ele se corrigir, é para seu remédio; se não se corrigir, será para a sua dupla condenação. Pois assim sofrerá neste mundo o castigo temporal e, no outro, o castigo eterno (Agostinho, 2010, p. 48).

Toda esta longa divagação poderá ajudar-nos a compreender o quadro mental do século XVI, em especial dos ilhéus madeirenses, nunca de todos, mas principalmente dos poucos que sabiam ler ou entendiam as explicações das *Escripturas* que ouviam nas igrejas, de acordo com o calendário litúrgico. A doutrina dominante na época de Quinhentos, tal como noutros tempos de dificuldades ou de peste, antes e depois do século XVI, assentava no castigo de Deus perante o pecado e o arrependimento e penitência para despertar a misericórdia do Senhor Todo-Poderoso. Esta era mensagem da Igreja omnipresente no quotidiano da sociedade do Antigo Regime.

Em ocasiões insólitas, a peste serviu desígnios nacionais, e até se deram graças pela doença maligna ter dizimado o exército inimigo. Sirva de exemplo, o cerco de Lisboa por D. João de Castela em 1384.

Lisboa manteve-se fiel ao Mestre de Avis e entre março e setembro resistiu firmemente. O rei de Castela não contava com período tão longo de resistência. Entretanto, a peste surgida no seu arraial, e que chegou a contaminar a rainha e matar alguns dos “grandes senhores principais”, como escreveu Fernão Lopes, determinou o levantamento do cerco e a saída de Portugal do exército invasor, se bem com a promessa de regressar em breve.

Os portugueses ficaram então agradecidos a Deus e em procissão, descalços, dirigiram-se ao Mosteiro da Trindade. Aqui, na cerimónia de ação de graças, frei Rodrigo de Sintra, da Ordem de São Francisco, fez uma “solene e comprida pregação”. As palavras do frade franciscano põem em relevo a vontade de Deus em castigar o rei invasor, através da peste, e de proteger os portugueses com a sua misericórdia. O pregador lembrou as pragas do Egito e o castigo do Faraó. Ouçamos um excerto da sua prédica:

[...] e depois que a teve cercada [Lisboa], lhe começaram de morrer muitos dos seus, assim da gente de bom estado como doutros de mais pequena condição. Desi [desde aí] crescendo a mortindade começaram de morrer dos fidalgos e senhores que eram seus primogénitos, tanta multidão [...]. E ele [rei de Castela] por todo isso tinha sa vontade firme de a não descercar, com quantos conselhos lhe davam sobrelo. Até que o Deus percudiu [castigou] no seu primogénito filho que mais amava, que foi a rainha sua mulher, à qual nasceram duas pestelenciais postemas [dois bubões de peste], e então seu duro coração com espanto da triste morte se partiu e descercou esta cidade, na qual cousa Deus connosco fez mui grande misericórdia. (Lopes, 1977, p. 371).

Concluiu o frade:

Com boa fiúza ergo [Portanto confiadamente] leixemos [deixemos] fazer o Senhor Deus, que todalas [todas as] as cousas obra em bem segundo sua mercê é, as quais se fazem per ser justo juízo como Ele quer, a nós muito escondido, ca [porque] doutra guisa [maneira]

querer homem escodrinhar como e porquê esto se assim faz, não é outra cousa senão dar guerra e cansaço ao entendimento (Lopes, 1977, pp. 371-372).

Chegámos ao Funchal do século XVI, e os parâmetros mentais que guiavam os funchalenses enquadravam-se dentro desta visão do Deus que castiga e se compadece perante as súplicas dos que sofrem. Mas olhemos o contexto urbano.

Em 1508, a vila do Funchal foi elevada à categoria de cidade. Neste ano, a Igreja grande, começada a construir em 1493, era benzida. Tudo se conjugava para que o plano de D. Manuel para o Funchal, delineado em 1485, ainda ele não era rei, se concretizasse em pleno. E assim aconteceu em 1514, com a criação da diocese do Funchal. A primeira diocese ultramarina do império português.

Na Madeira, a cultura da cana sacarina prosperava. O açúcar colocou a ilha nas rotas do comércio internacional e atraiu numerosos estrangeiros, que não somente mercadores, mas ao mesmo tempo interessados na aquisição de terras e na produção do ‘ouro branco’.

A riqueza permitiu a construção de amplas moradias de sobrado e a aquisição de obras de arte com que se decoraram capelas e igrejas.

O capitão do Funchal era conhecido na Corte, não só pelos feitos dos Câmaras no socorro às praças marroquinas (Larache, Safim, Azamor, Arzila), mas também pelo rendimento da sua capitania.

Simão Gonçalves da Câmara, o 3.º capitão, promoveu o relacionamento com a Santa Sé, enviando ao papa Leão X um cavalo pérsio e “mimos e brincos da ilha, de conservas” (de açúcar, claro), como escreveu o nosso primeiro cronista, o cônego Jerónimo Dias Leite (1947, p. 57). Em Roma, o filho do capitão, D. Manuel de Noronha, detinha influência na Cúria, na sua qualidade de camareiro do secreto do papa, e veio a ser nomeado bispo de Lamego.

No Funchal, havia a Santa Casa da Misericórdia que prestava auxílio aos enfermos e cuidava da sepultura dos mortos. Por esta época, estava situada num edifício nas imediações da Igreja de Nossa Senhora do Calhau.

Formas de tratamento dos doentes eram praticamente inexistentes. A assistência limitava-se ao alimento e ao consolo espiritual.

Das mais antigas notícias sobre peste, colhidas na documentação da Câmara do Funchal, é um acórdão da vereação de 14 de novembro de 1488. Perante duas mortes e adoecimento de pessoas em Machico, deliberou a Câmara colocar duas guardas no Porto Novo, um homem da jurisdição do Funchal, outro da de Machico, a fim de evitar a circulação entre os dois concelhos. E aos de Machico ficou o aviso: “que dali nom ssayam nem sse desmandem pera nenhũa parte”. (Ver., 1995, p. 218). Era o cordão sanitário, apesar de não apresentar esta designação.

Para combater a peste, a epidemia ou pandemia, algumas das medidas de prevenção do contágio, utilizadas no século XVI, assemelham-se às de hoje: cordões

sanitários; quarentenas (que chegavam a ser de 90 dias); assoalhamentos (exposição ao sol), lazaretos; degredos; fugas ou deslocação para um lugar onde não houvesse a doença, tal como prescrevera Hipócrates nos séculos V e IV antes de Cristo.

Neste particular, os reis e as suas cortes são bons exemplos na fuga ou deslocação para lugares de bons ares. Cite-se, a propósito, as circunstâncias do célebre casamento, que procurava unir as duas coroas ibéricas em 1490. O príncipe herdeiro, D. Afonso, filho do rei D. João II, ia casar com a princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos. As pomposas cerimónias foram preparadas para se realizarem em Lisboa nos finais desse ano. Entretanto, a peste começou a grassar. O monarca decidiu, então, transferir a cerimónia para Évora. Começaram os preparativos com obras de beneficiação de edifícios e de construção de novos aposentos. O rei ordenou que as festas “fossem as maiores, mais reaes e mais perfeitas que se podessem fazer” (Resende, 2007, p. 154).

Em setembro, D. João II ordenou a evacuação da cidade por quinze dias, a fim de evitar um surto de peste. Mais determinou que ali se colocasse gado vacuum, a fim de absorver os maus cheiros, porque se acreditava então que a corrupção do ar era uma das causas da epidemia.

E a cidade foy chea de infindo gado vacuum sem conto, que de toda a comarca veo e per mandado d'el-rey ahi foy trazido, e nella dormia de noite e o metiam ao sol-posto, e já bem de dia o levavam seus donos a comer fora. [...] E acabado os quinze dias o gado todo se levou e a cidade foy toda muito limpa e todallas ruas e casas defumadas e cayadas antes d'el-rey entrar nella (Resende, 2007, p. 161).

Escreveu o cronista Garcia de Resende que a cidade de Évora “ficou de todo saã” com estas grandes diligências, mas “principalmente polla piadade de Deos a quem se fizeram juntamente com ysso muytas devações e esmolas” (Resende, 2007, p. 162).

Neste tempo, assim se encarava o combate à peste. Recorde-se, na oportunidade, os preceitos, para cura desta doença, do *Regimento Proveytoso contra ha Pestenença*, impresso em Portugal no final do século XV. Trata-se da tradução do *Regimen Pestilentiae*, de Johannes Jacobi, médico em Montpellier, redigido no século XIV, por altura da Peste Negra.

O terceiro capítulo deste Regimento intitula-se “Dos remedios da pestilença”. Para o homem se guardar da peste e preservar-se dela, deveria afastar-se do mal e inclinar-se ao bem. Assim, em primeiro lugar, precisaria de se confessar e fazer a penitência, remédios mais eficazes do que todas as mezinhas. Recomendava-se mudar de casa, ou seja, novos ares, fugir do lugar empestado, evitar o coito e toda a luxúria, bem como o vento de sul, não se aproximar do fedor das estrebarias, dos campos e ruas, onde repousam cadáveres, e de habitações com águas sujas de esgoto. Necessitava de guardar bem a casa, para que não entre o ar peçonhento. Prescrevia-se que regularmente se fizesse fogo de lenha e fumos de boas ervas, como бага de louro, junípero,

uberiorgano, losna, hissopo, arruda, artemísia e aloé. Seria benéfico não comer em demasia, evitar o banho diário e os ajuntamentos de pessoas. Pela manhã, logo após se levantar, a pessoa deveria comer uma folha de arruda, lavada em água limpa e espargida com sal e uma ou duas nozes-moscadas bem limpas. Quem não tivesse essa possibilidade, que comesse pão ou uma sopa molhada em vinagre, e isto deveria ser feito principalmente em tempo de nevoeiro e chuvoso. Quanto à higiene, o interior da casa precisava de ser regularmente lavado, especialmente no alto verão, com vinagre rosado e folhas de vinha. Amiúde deveriam lavar as mãos com água e vinagre e limpar o rosto. De seguida, cheirar as mãos, tanto no inverno como no verão, ou então coisas azedas (Regimento Proveitoso contra a Pestenença, 2010, pp. 16-18).

Retornemos, no entanto, à Madeira. Em novembro de 1488, havia peste em Machico. As comunicações estavam a ser vigiadas, a fim de se evitar a circulação de pessoas. Mas nesse ano, em setembro, a Câmara do Funchal destinara já as casas de Santa Catarina para os que adoecessem dos “maos ares” e “aly ssejam proujdos os pacjentes de todas as cousas que lhe fforem necessárias” (Ver., 1995, p. 208).

A partir dos finais da década de oitenta do século XV até 1538, haverá frequentes surtos de peste no Funchal, obrigando a medidas de contenção para os residentes e à quarentena dos passageiros e tripulantes dos navios, provenientes de portos empestados ou duvidosos em termos sanitários.

A Câmara do Funchal tinha responsabilidades na defesa da saúde pública, nomeadamente prevenir e erradicar focos de doenças contagiosas. Refira-se, a talho de foice, o Regimento e ordenança de postura feita sobre a guarda do mar da cidade, de 10 de janeiro de 1512, com medidas precisas sobre a quarentena aos recém-chegados e às mercadorias transportadas, que deveriam ser escrupulosamente executadas pelos guardas-mores da saúde (RGCMT T. 1.º, *AHM*, XVIII, 1974, doc. 349, pp. 538-542).

Em 1521, a peste e a fome assolaram a cidade. Os primeiros casos foram assinalados em 17 de março. Muitos moradores fugiram do Funchal. Na cidade, não ficaram mais do que 6000 almas, segundo o vereador João Correia, em carta dirigida ao rei, datada de 5 de novembro do mesmo ano (Costa, 1998, pp. 207-208).

O receio do contágio obrigava a rigorosas quarentenas e ao refúgio em lugares não afetados pela epidemia.

Nessa carta, o vereador do Funchal, seguindo os ditames mentais da época, declarou: o “mall da peste que per nossos pecados a Nosso Senhor aprouve nella nos dar e por ora elle seja louvado [...]”. A peste era assim vista como castigo pelos pecados cometidos, mas também ocasião para glorificar a Deus.

Todos os que adoeciam, morriam. Diariamente, ocorriam 25 a 30 mortes. Tinham já falecido mais de 1600 pessoas, nos primeiros meses de 1521 (Costa, 1998, p. 208).

Sentindo-se impotente, a edilidade funchalense deliberou recorrer ao socorro divino em 8 de junho de 1521. Para que Deus lhe aprouvesse e tivesse por bem levantar tanto o mal da peste da cidade, trataram os oficiais camarários e os mestres da eleição de

um padroeiro, a partir de um rol com os nomes de Jesus, Maria, João Baptista e os doze apóstolos. Comprometiam-se a edificar uma igreja com a invocação do eleito. Mandaram vir à mesa da Câmara um menino de seis ou sete anos, de nome João, “para tirar um dos escritos”. Saiu São Tiago, o Menor. Logo os oficiais camarários “determinaram de fazer a dita invocação e que elle tenha por bem ser entrecesor e advogado ao Senhor Deus por ho povo desta cidade que por seus rogos e prezes tenha por bem de aleuantar esto nojo”, para que “nom se perca a terra e nom se perca toda alma vjva” (Ver., 1998, p. 118).

Esta deliberação foi de imediato comunicada ao deão, Frei Nuno Cão, que, segundo o vereador João Correia, apesar da peste, nunca deixou de ir à Sé. Logo a eleição do “padroeiro e rogador a Nosso Senhor por o povo da cidade” veio a ser saudada com o repique dos sinos da catedral e dos mosteiros de São Francisco e de Santa Clara (Costa, 1998, p. 208).

As obras da igreja, que a Câmara prometeu edificar em honra do apóstolo padroeiro, iniciaram-se em 21 de julho de 1521. Nesse mesmo dia, fez-se uma procissão solene, indo *a cidade* e o cabido descalços. O mestre-escola carregou o retábulo com a imagem do apóstolo São Tiago. Aconteceu, pois, em 21 de julho de 1521, a primeira procissão do padroeiro, que saiu da Sé e dirigiu-se ao local onde se haveria de construir o templo prometido (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 39, p. 42).

Por não haver na cidade imagem do apóstolo eleito, a tradição aponta que, na sua devoção, os funchalenses se serviram, com o pragmatismo das dolorosas circunstâncias, de um quadro representando São Tiago Maior, da Igreja de Santa Maria do Calhau, e que hoje se encontra no Museu de Arte Sacra do Funchal.

Como algum tempo depois volvesse peste, o capitão do Funchal, oficiais da Câmara, mestres, cidadãos, povo, deão e o cabido com toda a clerezia reuniram-se, no coro da Sé, em 24 de janeiro de 1523, e decidiram terminar a obra da “casa” do protetor e defensor da cidade. A falta de dinheiro havia atrasado a sua conclusão. Prometeram ainda, “de pera sempre em cada hum anno deste mundo”, venerarem e festejarem o glorioso Santo no primeiro dia de maio com procissão solene que sairia da Catedral e dirigir-se-ia à Igreja de São Tiago (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 39, p. 42).

Pode-se, assim, concluir que em 24 de janeiro de 1523 foi ratificada a devoção ao padroeiro e nessa assembleia realizada na Sé, estando presentes o capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, os oficiais da Câmara, representantes dos mestres, homens da governança e povo, o deão e o Cabido da Sé, ficou determinado para sempre venerarem e festejarem São Tiago Menor, no dia 1 de maio, com procissão solene que sairia da Sé e dirigir-se-ia à casa do padroeiro, onde se faria missa solene. É este o voto. Cabe à Diocese e à Câmara o seu cumprimento integral.

Contudo, a peste não largava a cidade. Em 1536, matou o capitão João Gonçalves da Câmara. Tinha apenas 47 anos (Noronha, 1948, p. 112).

Em 23 de junho de 1537, a Câmara do Funchal encomenda-se a São Martinho, instituindo uma confraria “pera que Deus per sua mjericordia e pelos merycymtos do

bem-aventurado santo quisesse aleuãtar o mal de peste desta cydade e desta ylha que tantos annos haa que nela persevera.” (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 73, p. 81).

De acordo com um auto da Câmara do Funchal, de 1 de maio de 1538, apesar das diversas medidas tomadas para evitar o contágio, nunca acabou a peste, e a cidade viveu tempos difíceis, desde o ano de 1521 até ao de 1538:

[...] sempre ouve goardas mores que tynham carego dos ynpedymientos que na cydade avya e de os porem em degredos e neste meo tempo avya andadores pella cydade que quada dia corriam as rruas e sabiam dos doentes que na cidade avya e o faziã saber as goardas mores [...] e sempre neste meo tempo todollos anos ouve ynpedymientos na dita cidade e sempre se usou de apartar os ympidydos e de lhes dar degredo fora da cidade e pera yso se fizeram humas casas aos ylheos onde se leuauã os doentes e com todas estas deligencyas nunqua cessou a peste [...] (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 74, p. 82).

O cansaço e o desânimo, a convicção da ineficácia dos procedimentos adotados ou a consciência de impotência dominavam as autoridades camarárias, encarregadas de zelar pela saúde dos funchalenses.

Surge então o culminar de todo este drama de largos anos de chagas abertas e inchaços, de peste e fuga, de fé e temor, de penitência e misericórdia, de morte e esperança.

A terra tremeu em 2 de janeiro de 1538 e até maio muitos adoeceram e morreram. Apesar de sempre separarem os infetados dos não infetados e de enterrarem os mortos nos adros, para evitar a propagação da doença nos templos religiosos, a peste não cessava. Resolveu, pois, a Câmara que doravante os doentes ficassem nas suas próprias casas, com as suas famílias, e que os mortos fossem enterrados no interior das igrejas. E o mal começou a diminuir (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 74, p. 83).

No Dia de São Tiago Menor desse ano de 1538, decidiram os edis que não houvesse mais guardas, que os doentes com peste fossem curados como os das outras enfermidades, que deixasse de haver restrições às visitas e entregaram a saúde do Funchal nas mãos de Deus e a proteção da cidade ao apóstolo padroeiro, “pera ele ser goarda della e allcançar de Nosso Senhor a saude pera ella e seu povo”. Depois partiu a procissão a caminho da Igreja de São Tiago, onde os vereadores depositaram as varas dos guardas-mores no altar do apóstolo padroeiro (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 74, p. 83).

Confiando na misericórdia divina, à cidade regressaram os que estavam em degredo (isolamento, dir-se-ia hoje). Muitos com chagas e inchaços misturaram-se com os demais e “daquele dia em diante foy myraculosamente levantado o mall e foy a cydade sã e nunqua majs ouve ympedymento algum”, anotou o escrivão da câmara, Simão Lopes (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 74, p. 84).

Hoje, diríamos, que se pretendeu alcançar duvidosa imunidade de grupo. Importa refletir se tal seria possível numa epidemia desta natureza e numa sociedade

com reduzidos hábitos de asseio e precárias condições de salubridade. Tratava-se, provavelmente, da peste causada pela bactéria *Yersinia pestis*, que afeta roedores, especialmente ratos, e as suas pulgas. Manifesta-se por febre, cefaleia, arrepios, fraqueza muscular e gânglios linfáticos inchados, denominados bubões. Era transmitida a pessoas e animais por picadas de pulgas infetadas e pelo manuseamento de tecidos ou fluidos contaminados. Neste caso, era indispensável adotar medidas de saúde pública, nomeadamente higiene, extermínio de ratos e pulgas e cuidados especiais com pessoas ou animais potencialmente infetados. As bactérias da peste poderiam alastrar-se por via sanguínea e causar um quadro clínico mais grave, denominado de peste septicémica. As bactérias em circulação poderiam disseminar-se para os pulmões, provocando uma pneumonia, designada de peste pneumónica. As bactérias exaladas por esses doentes tinham capacidade de infetar as vias respiratórias das pessoas em seu redor. Pelo que se pode concluir que não se tratava somente da forma bubónica.

No auto escrito no Tombo do Registo Geral da Câmara do Funchal, para que “tam grande mylagre e mercee do Senhor Deus rrecebida nã ffycasse esquecyda por sermos lyvres de huma praga nã menor do que ha do Faraó”, acrescentou o escrivão Simão Lopes com a emoção, que as suas palavras de quase cinco séculos ainda deixam transparecer: “[...] alewantou o Senhor Deus o mall da terra, mas tãbem o alewantou do coraçam e boqua dos omens, pelo quall lhe damos mujtas graças e louuores [...]” (RGCMF T. 1.º, *AHM*, XIX, 1990, doc. 74, p. 84).

A eleição do apóstolo Tiago para protetor da cidade do Funchal enquadra-se, pois, no reconhecimento da incapacidade terrena de um combate eficaz da peste e, simultaneamente, na profunda crença na intercessão para obtenção da misericórdia divina, que proporcionaria a remissão dos pecados, a erradicação da *maligna* e o amparo da comunidade, ou seja, o fim do castigo.

Bibliografia

- Agostinho, S. (2010). *O De Excidio Urbis e outros sermões sobre a queda de Roma*. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Trad., int. e notas de Carlota Miranda Urbano.
- Bíblia Sagrada. (2001). Difusora Bíblica. Coord. de Herculano Alves.
- Bíblia. (2017-). Quetzal. Trad. do texto grego, apresent. e notas por Frederico Lourenço.
- Costa, J. P. (1998). O municipalismo no arquipélago da Madeira: 1470-1550. In *O Município no Mundo Português* (pp. 183-210). SRTC-CEHA.
- Homero (2005). *Ilíada* (2.ª ed.) Cotovia. Trad. de Frederico Lourenço.
- Leite, J. D. (1947). *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos capitães da dita Ilha*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos. Pub., int. e notas de João Franco Machado.
- Lopes, F. (1977). *Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória: Primeira parte*. Pub. Europa-América. Actualização do texto, int. e notas de José H. Saraiva.

- Marques, A. H. de (1981). *A Sociedade Medieval Portuguesa* (4.^a ed.). Sá da Costa.
- Noronha, H. H. de (1948). *Nobiliário Genealógico das Famílias que passarão a viver a esta Ilha d'a Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*. Revista Genealógica Brasileira, 3 t. Transc. de João José Maria Rodrigues de Oliveira.
- Regimento Proveitoso contra a Pestenença* (2010). Ed. Vercial. Edição e estudo de José Barbosa Machado.
- Resende, G. de (2007). *Vida e feitos d'El-Rey Dom João Segundo*. CELGA – Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Edição crítica preparada por Evelina Verdelho.
- RGCMF T. 1.^o = *Tombo 1.^o do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal*. (1972-1990). In *Arquivo Histórico da Madeira: Série documental [AHM]*. (XV-XIX). Transc. de Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo.
- Serrão, J. V. (1980). *História de Portugal: vol. II* (3.^a ed.). Verbo.
- Sófocles (1986). *Rei Édipo* (2.^a ed.). INIC. Trad. de Maria do Céu Zambujo Fialho.
- Sousa, J. P. de, & Costa, R. (2005, set.-dez.). Regimento proveitoso contra a pestilência (c. 1496): Uma apresentação. *História, Ciências, Saúde*. 12(3), pp. 841-851.
- Ver. (1995) = *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*. SRTC-CEHA. Transc. de José Pereira da Costa.
- Ver. (1998) = *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Primeira metade do século XVI*. SRTC-CEHA. Transc. de José Pereira da Costa.

“Evitar que o mal não padeça mais avante” – O Regimento da Saúde de D. João III e a experiência italiana de saúde pública

EDITE MARTINS ALBERTO*

JOANA Balsa de Pinho**

Resumo

O porto de Lisboa frequentado, desde épocas remotas, por grande número de embarcações, tornou-se um local de encontro de marinheiros e mercadores provenientes de diversas latitudes, o que facilitou a entrada na cidade de surtos pestíferos e a sua propagação a todo o reino. Este facto constituiu uma preocupação constante dos sucessivos monarcas portugueses e do governo da cidade em criar medidas que controlassem a entrada e a protegessem das epidemias. O Regimento da Saúde de D. João III (1526), redigido com base nas informações recolhidas em diversas cidades de Itália pelo desembargador Pedro Vaz, demonstra a preocupação do monarca em preservar a cidade e em atuar em caso de peste, tendo por base as providências seguidas por outras localidades e portos. A análise deste documento normativo permitiu compreender a sua abrangência ao nível da prevenção e controlo dos surtos epidémicos, e destacá-lo como um documento que define procedimentos, uma estrutura administrativa e funcional especializada e um quadro penal. De igual modo, ao ser decalcado da experiência italiana, o seu aparecimento surge num contexto específico que corresponde à evolução natural das instituições criadas nesse território no século XV para defrontar questões relativas à saúde pública, assim como da própria evolução da teoria médica sobre a peste.

Palavras-chave: Epidemias, Lisboa, Itália, Saúde Pública, Época Moderna.

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, CHAM - Centro de Humanidades
ealberto@fcsh.unl.pt

** Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, ARTIS- Instituto de História da Arte
joanabalsapinho@letras.ulisboa.pt

Abstract

The port of Lisbon, frequented since ancient times by a large number of vessels, became a meeting place for sailors and merchants from various latitudes, which facilitated the entry of pestiferous outbreaks and their spread throughout the kingdom. This fact was a constant concern for successive Portuguese monarchs, and the city government needed to create measures to control and save the city from epidemics. The Health Ordinance of King John III, from 1526, was based on information collected from several cities in Italy by the judge Pedro Vaz and demonstrates the monarch's concern to preserve the city and to act in case of plague, based on the measures taken by other cities and ports. The analysis of this normative document allows us to understand its scope in terms of the prevention and control of epidemic outbreaks. It is a document that defines procedures, but also defined a specialized administrative and functional structure as well as a penal framework. Likewise, by being modelled on the Italian experience, its drafting appears in a specific context of the natural evolution of the institutions created in that territory during the 15th century to deal with issues related to public health, as well as the evolution of medical theory on the plague.

Keywords: Epidemics, Lisbon, Italy, Public Health, Early Modern Age.

Introdução

O presente texto pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento da história e a evolução do processo de prevenção e mitigação das epidemias em Lisboa nos inícios do século XVI. Geografia e cronologia relevantes: Lisboa, como principal cidade do reino estava extremamente exposta a surtos epidémicos devido à sua localização; o século XVI, por ser em termos cronológicos um período decisivo porquanto regista diversas transformações bem como implicações nas políticas e nas práticas de saúde pública.

Mais do que a questão do conhecimento dos surtos epidémicos ocorridos em Lisboa, já abordada por outros autores, pretende-se neste estudo realçar o papel do Regimento de D. João III nas medidas de atuação face às epidemias, assim como o contexto da sua produção e os princípios em que se baseou. Matérias que desenvolveremos com o objetivo de referenciar a importância deste documento e a sua subsidiariedade da realidade italiana, pioneira e influente em toda a Europa.

Iniciaremos com uma contextualização que destaca a fragilidade geográfica de Lisboa face à entrada de surtos epidémicos, e o modo como o poder político foi procurando contrariá-la, propondo e implementando medidas, que embora relevantes, se revelaram casuísticas. Seguiremos para a análise do conteúdo do regimento, de forma a procurar o entendimento essencial deste documento, ao nível das medidas e procedimentos propostos. E, subsequentemente, definiremos o contexto de produção do documento e o aprofundamento das relações entre a normativa portuguesa e a italiana, recorrendo a casos já estudados, numa aproximação ao que efetivamente poderá

ter influenciado Pedro Vaz na redação dos seus “apontamentos” que estiveram na base do Regimento de 1526.

Esta análise demonstrará, por um lado, a importância da experiência italiana em saúde pública no âmbito europeu e, por outro, que o documento joanino é fruto de um contexto que extravasa o território nacional, no qual se destaca a importância da legislação no combate às epidemias, no âmbito de uma mudança do paradigma da teoria médica sobre a peste. Mais se destaca o facto do Regimento de D. João III, além de se consubstanciar como um instrumento de gestão do espaço, estabelecendo práticas e procedimentos, se assume igualmente como definidor de uma estrutura administrativa e funcional especializada e permanente para o controlo e mitigação das epidemias, incluindo a definição de um quadro penal e financeiro.

Lisboa e os surtos pestíferos: primeiras medidas

O posicionamento geográfico de Lisboa, na confluência do estuário do Tejo com o oceano Atlântico, permitiu o desenvolvimento e prosperidade da cidade desde épocas remotas. O seu porto, cuja navegabilidade e segurança foram desde cedo reconhecidas pelos mareantes, é descrito na primeira metade do século XV, por Fernão Lopes, como local onde se encontravam, muitas vezes, “ante a cidade, quatrocentos e quinhentos navios de carregaço”, provenientes de “desvairadas partes”, que “faziam vir e enviavam do reino grandes e grossas mercadorias, em guisa que, a fóra as outras cousas de que n’essa cidade, abastadamente carregar podiam” (Lopes, 1895, pp. 8-9). Com a edificação do Paço da Ribeira e a construção do seu amplo terreiro na zona portuária, por iniciativa de D. Manuel I, ao redor do qual se fixam as principais instituições administrativas de fiscalização e armazenamento dos produtos transacionados, a cidade consolida o seu cariz marítimo e mercantil como capital imperial, tornando-se num dos portos mais frequentados da Europa (Reis, 2015, p. 3).

Principal cidade do reino e ponto de confluência de todo tráfego marítimo proveniente dos espaços ultramarinos com os países europeus, Lisboa tornou-se, no entanto, vulnerável aos surtos pestíferos, que alastravam provenientes de outros reinos e que a afetaram recorrentemente (Abreu, 2018b, pp. 81-84). O progresso comercial fez da cidade a principal porta de entrada no território nacional e, como tal, havia que procurar impedir que as doenças entrassem pelo seu porto e a sua consequente propagação ao resto do país (Barros, 2015, p. 251; Graça, 2000).

Um dos documentos mais antigos que nos chegou sobre a preocupação em defender a cidade destes surtos data do início do século XV¹, no qual o infante D. Duarte, ainda durante o reinado de seu pai D. João I, se dirige aos juízes, vereadores, procurador

1 O documento não se encontra datado. No entanto, como foi desembargado pelo infante D. Duarte, terá sido elaborado entre 1412 e 1433, altura em que D. João I associou o filho à governação do reino (Mattoso, 1993, II, pp. 500-501).

e homens-bons da cidade de Lisboa, para criticar a sua atuação relativa a um navio inglês que aportara em Lisboa com vários tripulantes doentes e que desencadeara um surto de peste na cidade (ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA [AML], Livro dos Pregos, fl. 258v.; Viegas & Gomes, 2016; Alberto, 2016, pp. 474-475). Para que tal não se voltasse a repetir, o infante impõe um conjunto de medidas a aplicar pela Câmara da cidade, de modo que quando os navios passassem da zona do Restelo, no sentido da entrada no porto de Lisboa, os seus oficiais deveriam ser detentores de informação relativa à existência de doentes a bordo ou se havia falecido algum tripulante durante a viagem. Em caso de suspeita, a embarcação seria logo impedida de fundear e deveria sair do estuário do rio Tejo. O infante justifica estas medidas drásticas pelo perigo de afetar a população da cidade e desta “se espalharia por toda a terra que seria gram damno” (AML, Livro dos Pregos, fl. 258v.; Alberto, 2016, p. 475; Brochado, 2020). É notória a consciência que Lisboa era a principal porta de entrada no reino e havia que impedir os contágios e a sua consequente propagação ao resto do país. Por outro lado, é evidente o papel da cidade na aplicação destas medidas, que já vinham de reinados anteriores, pois D. Duarte, quando se dirige aos oficiais da Câmara, critica uma situação que não teria sido cumprida e que lhe competia (Abreu, 2002, pp. 417-434; 2010, pp. 347-371; 2018a, pp. 93-120, 2018b).

A imposição de medidas com vista a evitar e a controlar surtos pestíferos vindos do mar são comuns aos sucessivos reinados. A 28 de novembro de 1487, D. João II escreve ao município de Lisboa impondo medidas para a prevenção da peste e a defesa da cidade (AML, Livro 1.º do Provimento da Saúde, fls. 8-8v.), e, alguns anos mais tarde, a 16 de outubro de 1492, ordena a colocação, junto a Alcântara, de dois esteios de mármore com duas bandeiras – uma com a imagem pintada de São Sebastião e outra com a de São Vicente – a partir dos quais não podiam passar naus e navios provenientes de locais afetados por peste. Em caso de incumprimento, metade da carga revertia para a Coroa, e a outra metade deveria ser aplicada nas obras da cidade, enquanto os mestres e a tripulação seriam alvo de penas corporais e condenação ao degredo (AML, *Idem*, fls. 13-13v.). As embarcações vindas de lugares suspeitos deveriam fazer quarentena no estuário do Tejo.

No reinado seguinte, D. Manuel, a 11 de março de 1506, ordena que se apliquem em Lisboa medidas de combate à peste semelhantes às implementadas em Génova, nomeadamente esvaziar a cidade por alguns dias, alojar os seus habitantes nos lugares ao seu redor e instalar guarda nas portas de acesso (AML, *Idem*, fls. 34-35v.). Dias depois, a 20 de março, impõe novas medidas sanitárias relativas ao enterramento dos mortos com peste, através da criação de dois cemitérios, um em Santa Maria do Paraíso e outro em Santa Maria do Monte, a fim de evitar que os defuntos continuassem a ser enterrados nos adros das igrejas (AML, *Idem*, fls. 37-37v.).

O mesmo monarca, em janeiro de 1514, volta a escrever ao Senado da cidade sobre medidas a empreender junto dos navios estrangeiros para evitar a peste.

São instituídos pregões para difundir pela cidade a fim de evitar o contágio, e é ordenada a nomeação de dois oficiais com o fim de obterem, junto das tripulações dos navios estrangeiros, informações sobre os locais onde havia casos de peste (AML, *Idem*, fls. 44-44v., 47-47v.)².

Estas medidas tomadas pelos monarcas portugueses, de que aqui listamos algumas das mais significativas, provam o perigo constante da entrada de surtos epidémicos pelo porto de Lisboa e a preocupação tanto com a prevenção dos contágios como com a mitigação das consequências.

Pedro Vaz e o Regimento da Saúde de D. João III

Em 1526, D. João III recebe do desembargador Pedro Vaz o relatório que lhe encomendou, após uma viagem a Itália, onde esteve em tempo de epidemia, com as medidas que deveriam ser tomadas “para se remedear o mal, como para poder a gente estar nelize sem manifesto perigo” (AML, Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fls. 31-41v.; *Collecção dos Regimentos ...*, 1819, pp. 34-57; Correia, 1960, pp. 40-42)³. Com base na experiência de Roma e de outras cidades italianas, que não nomeia, apresenta, em trinta e cinco itens, as providências tomadas, que constituem “o mais antigo regimento do serviço de saúde, de que temos conhecimento” aplicado à cidade de Lisboa (Oliveira, 1906, vol. XV, p. 327), transformado em documento normativo, de aplicação a todo o reino (Abreu, 2018b, p. 82).

Não existem muitas informações sobre a figura de Pedro Vaz, pois a homonímia dificulta o apuramento dos dados e a historiografia tem-lhe dedicado escassas linhas⁴. O regimento designa-o como doutor e desembargador ao serviço do rei no Desembargo do Paço. Pedro Vaz fora também nomeado desembargador da Casa da Suplicação, em 20 de agosto de 1522. O documento de nomeação refere que era cavaleiro da Ordem de Cristo e que teria desempenhado diversos cargos relativos à justiça: “avendo Respeito a seus serviços E merecimentos E como nos careguos da Justiça em que ate quj foy encarregado sempre deu de sy aquela boa conta” (Arquivo Nacional da Torre do Tobo [ANTT], Chancelaria de D. João III, Livro 47, fl. 68v.). Mais tarde, no contexto da elaboração do Regimento da Saúde, seria nomeado Provedor-mor da Saúde.

2 O próprio rei D. Manuel viria a falecer em consequência de um surto epidémico que chegou a Lisboa por via marítima. Ver em Braga e Braga, 1994, pp. 11-12 as principais fontes documentais referentes ao assunto e em Jorge, 1921, uma tentativa de identificação da doença.

3 Citação a partir do traslado setecentista do *Regimento que levara Pedro Vas sobre o que toca ao bem da saúde de Lixboa, em 1526, D. João 3º*, integrado no Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fls. 31-41v. Neste estudo utilizamos a transcrição paleográfica atualizada de Lina Oliveira.

4 Pedro Vaz tem sido apresentado pela historiografia como enviado de D. João III a Itália a fim de conhecer as medidas de prevenção e atuação em caso de peste, sendo a fonte utilizada para tal leitura o próprio Regimento (Serrão, 1980, vol. III, pp. 356-357; Braga, 2001, p. 43; Abreu, 208b, p. 82).

No documento que elabora sobre a forma como as cidades italianas combatiam a peste, começa por mencionar que elegem um ou três oficiais a que chamam *Provedores da Saúde*, pessoas com autoridade e com especial interesse na preservação da saúde na cidade, pois juntando a necessidade da manutenção das suas atividades económicas à obediência ao príncipe ou à comunidade, atuariam com maior diligência (AML, Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fl. 31v.). Aos provedores era conferida a autoridade e jurisdição necessária para procederem de forma conveniente a evitar, ou a controlar surtos de peste, desde a criação de espaços para os doentes até à contratação de oficiais para a sua manutenção e sustento, de modo a “evitar que o mal não padeça mais avante” (AML, *Idem*, fl. 31v.). Estes espaços deveriam situar-se fora da cidade e funcionar como verdadeiros hospitais “bem regidos de camas, mantimentos e botica, físicos, sangradores, e seruidores” (AML, *Idem*, fl. 32). A par desta *Casa dos Doentes*, como foi denominada, deveria ser criado outro local destinado aos convalescentes onde se deveriam manter vinte dias e, caso não houvesse sinal de doença, passariam para outro local mais vinte dias, só após estes quarenta dias seriam declarados “dezempedidoz”, livres de doença⁵. Estas casas deveriam situar-se em campo aberto “onde as pessoas sans e convalescentes que andão por seu pe possão de dia espalhar-se e assoalhar-se, e tendo agoa lauar-se e lauar suas roupaz mui ameudo” (AML, *Idem*, fl. 32).

Nos pontos seguintes, Pedro Vaz explica o modo de financiamento e de organização desta casa, especificando as necessidades de vigilância e controlo dos que se deveriam manter confinados. Assim, são designados meirinhos, beleguins, carcereiro e ministro da justiça, “todos da peste”, que usariam a sua autoridade sobre os “empedidos”, por especial nomeação dos Provedores da Saúde, sendo indicadas as obrigações destes oficiais⁶. Um físico com a denominação de *físico de exame* seria escolhido para acompanhamento do provedor nas verificações a fazer nas casas particulares e nas lojas da cidade, encontrando-se definidas as medidas sanitárias a tomar com as pessoas doentes, consoante a posição social, no respeitante às habitações, roupas, limpeza e contactos com a família ou vizinhos. A escolha de um oficial — *cabeça da saúde* — para cada uma das freguesias, permitia a fiscalização de tudo o que dizia respeito à saúde pública⁷, com a obrigação diária de manter uma lista atualizada das casas onde surgira peste, número de enfermos e mortos, na freguesia da sua jurisdição. Estes dados eram

5 Ver Tomié & Blažina, 2015 para mais detalhes sobre quarentenas.

6 Pedro Vaz refere que estes oficiais, para se distinguirem dos doentes, costumam usar uma toalha branca a tiracolo e na Alemanha uma vara na mão. Além destes sinais, fazem-se acompanhar por uma lanterna diferente das que a população costuma utilizar, se tivessem de fazer alguma execução durante a noite (AML, Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fls. 33-33v.).

7 A denominação “saúde pública” pode parecer desadequada em relação à época em estudo, devido ao conceito de “público”. No entanto, sabemos que D. Afonso V utilizou a terminologia “saude publica” numa carta de privilégio concedida aos boticários em 22 de abril de 1449 (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 1, n.º 17; transcrito por Correia, 1960 e referenciado por Silva, 2015).

compilados pelo escrivão do Provedor da Saúde num documento, que diariamente fazia chegar ao príncipe, no caso das cidades italianas, ou ao monarca, no caso português, para conhecimento da situação que se vivia na cidade.

No documento esclarecem-se quais as renumerações a pagar pelo trabalho extra em tempos de epidemia a “todos os ministros da peste convem a saber; físicos, sangradores, e espritaleiros, confeçores também dos testamentos, homens que levão os enfermos e sobterrão os mortos” (AML, *Idem*, fl. 40). A manutenção dos ofícios de provedor, *cabeças de saúde* das freguesias, físicos e escrivão, fora das épocas de peste, é defendida face à preocupação em se manterem as medidas, nomeadamente na obtenção de informações a partir do contacto com os mercadores estrangeiros e comandantes dos navios que chegavam à cidade, relativas a existência de surtos epidémicos noutros lugares ou portos.

Reforçando que o cuidado a ter com a higiene pública deveria ser o mesmo fora das épocas de surtos pestíferos, nos tempos normais de saúde, o documento de Pedro Vaz aborda com minúcia a questão da limpeza das ruas e o modo de se evitarem os maus cheiros, como sucedia em Lisboa, explicitando como era executada a higiene urbana nas cidades que visitara.

Os procedimentos que se deveriam seguir com os doentes e falecidos também são explicitados, como qual a melhor altura do dia para se transportarem os enfermos ou para enterrar os mortos, salientando que se costuma esperar pela noite, por haver menos pessoas nas ruas (AML, *Idem*, fl. 39). O percurso definido para o transporte do infetado para a *Casa dos Doentes* fora da cidade, ou para o local de sepultura, deveria estar determinado em cada uma das freguesias, devendo ser, em termos de distância, o mais curto possível.

Este longo documento de 35 itens com a explicação das medidas sanitárias seguidas nas cidades italianas encontra-se na base da redação do Regimento da Saúde de D. João III, passado em Tomar, a 27 de setembro de 1526 (AML, *Idem*, fls. 28v.-31). O rei concede a Pedro Vaz plenos poderes, administrativos e judiciais, para efetivar as práticas sanitárias e mandar prover os oficiais necessários e competentes para “se remedear o damno da dita pestelencia” (AML, *Idem*, fl. 28v.). No regimento, organizado em dez itens, explicitam-se as suas funções, como responsável pela saúde da cidade de Lisboa e as atribuições que dependeriam da Câmara da cidade, nomeadamente a escolha do local para a *Casa dos Doentes* ou as questões relativas à limpeza da urbe. O pagamento aos oficiais e serventes seria efetuado por verbas provenientes dos arrendamentos da Câmara de Lisboa e, em tempos livres de doenças, os seus vereadores tinham jurisdição para os dispensar ou reduzir o seu número, conforme considerassem o que fosse mais apropriado (AML, *Idem*, fls. 30v.31).

No alvará de D. João III, que acompanha o Regimento da Saúde, enunciam-se as penalizações em caso de não cumprimento das ordens sanitárias, a aplicar tanto aos oficiais da saúde como aos civis, desde açoitamentos em praça pública até ao degredo de sete

ou dez anos para a ilha de São Tomé, passando pelo pagamento de coimas. Castigos estes que seriam estipulados de acordo com a posição social do culpado e a gravidade do seu ato (AML, *Idem*, fls. 41v.-43)⁸.

O Regimento de 1526 consubstanciava, segundo Laurinda Abreu, “no essencial um instrumento de gestão do espaço urbano durante as epidemias” (Abreu, 2018a, pp. 93-120), no entanto, e embora sendo evidente o seu pendor no estabelecimento de práticas e procedimentos, não se pode descurar a sua importância como definidor de uma estrutura administrativa e funcional especializada para controlo e mitigação das epidemias e até de pressupostos de gestão financeira.

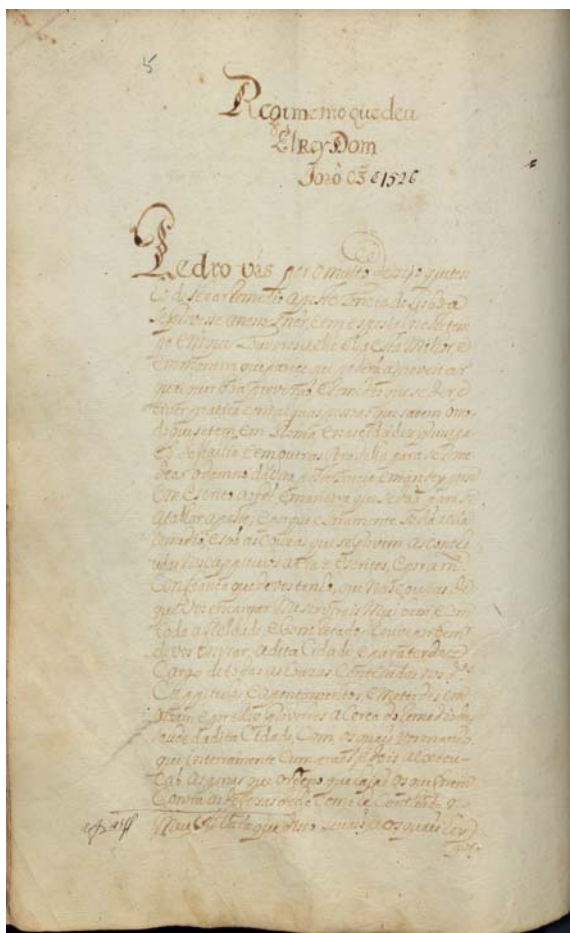


Figura 1 - Regimento que deu El-Rey Dom João o 3º em 1526

Arquivo Municipal de Lisboa, Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fl. 28v. (com autorização do Arquivo Municipal de Lisboa)

8 Quadros-resumos das faltas em que cada individuo podia incorrer e das penas a aplicar, ver Rodrigues, 1993, vol. 3, pp. 227-229.

Itália como modelo de implementação de políticas de saúde pública

Os “apontamentos” redigidos por Pedro Vaz que integram o Regimento da Saúde decorrem diretamente da experiência dos *Provveditori alla Sanità*, os magistrados que eram responsáveis pela saúde pública nas cidades italianas. Estas instituições estabeleciam um sistema de controlo sanitário para combate à peste e outras doenças infecciosas, implementando um conjunto de medidas, de mitigação e controlo, baseadas em vigilância, isolamento e desinfeção. Eram estruturas administrativas de carácter civil com o objetivo de lidar com a peste e tornaram-se modelos para a administração da saúde pública em toda a Europa. Simultaneamente, o mesmo Regimento é fruto da evolução natural destas instituições e da teoria médica sobre a peste, no contexto de uma conjuntura sanitária e social que entendia as doenças epidémicas como um problema societal e apostou na legislação como forma de controlo da saúde pública.

A recorrência das pestes e as suas consequências mostraram às administrações das cidades italianas que as providências casuísticas tomadas em momentos de surto eram inadequadas. Assim, a partir de meados do século XV, as principais cidades italianas, nomeadamente do Norte, quer devido à sua supremacia marítima, quer às relações comerciais que protagonizavam, sendo por isso mais afetadas pela peste, começaram a estabelecer *Juntas* com um conjunto específico de tarefas. Destas destacam-se: determinar a existência de peste e investigar a sua origem, estabelecer quarentenas e isolamento de pessoas e bens, proibir a circulação e fechar as fronteiras ou estabelecer cordões sanitários, isolar determinadas áreas da cidade, implementar ações de controlo de multidões (proibição ou limitação de participantes em procissões, festividades, reuniões de confrarias, jogo, escolas, funerais e aglomerações em locais propícios para tal), emitir cartas da saúde⁹, diligenciar o enterramento dos mortos, promover a fumigação das casas dos doentes e a queima ou lavagem das suas roupas, assegurar a subsistência dos doentes pobres, vigiar e isolar os contactos dos doentes, promover visitas de médicos e de padres, assegurar o transporte dos doentes para hospitais de peste ou lazaretos e gerir estes últimos¹⁰. Posteriormente, as suas competências estender-se-iam à supervisão dos mercados, sistema de esgotos, abastecimento de água, cemitérios, limpeza das ruas, preparação e venda de fármacos e controlo dos pedintes, vagabundos e prostitutas¹¹.

9 Sobre as cartas da saúde em contexto europeu ver Bamji, 2019a, pp. 441-464.

10 Estas medidas de saúde pública foram também implementadas a partir do século XVI em outros locais da Europa mas sem o enquadramento institucional existente em Itália. Veja-se o caso das cidades da Alemanha Imperial em Kinzelbach, 2006, pp. 384-388.

11 O crescimento das competências destas instituições exigia uma estrutura administrativa mais robusta. Em Florença, em 1630-31, a estrutura administrativa da saúde era composta por 11 magistrados, 9 eram senadores e representantes das casas aristocráticas, os outros 2, eram o secretário do grão-duque e o *Provveditore da Dogana* (alfândega). Os magistrados deveriam reunir duas vezes ao dia na sede da instituição e as decisões tomadas eram implementadas por 6 magistrados, aos quais era atribuída total

Estas estruturas colaboravam entre si, correspondendo-se para se manterem atualizadas sobre a situação de cada estado ou cidade (Carmichael, 1983, p. 519; Slack, 1988, pp. 442-443; Henderson, 2019, pp. 26, 96-98). Cooperavam, igualmente, com físicos que procediam ao tratamento médico e aconselhamento profilático.

Como refere John Henderson, a peste, mais do que qualquer outra doença ou condição de vida, e a inerente necessidade de a prevenir, controlar e combater, foi efetivamente o elemento desencadeador das primeiras políticas de saúde pública e Itália foi central neste processo desenvolvendo as primeiras medidas eficazes contra a peste, criando uma reputação que se espalhou por toda a Europa e que influenciou diversos projetos do mesmo teor (Henderson, 2019, pp. 2 e 4)¹².

Os primeiros *Provveditori alla Sanità* surgiram em Veneza e Florença, em 1348, em resposta ao surto de Peste Negra que assolava as duas cidades, mas tiveram uma existência efémera. As autoridades locais constituíram juntas, que integravam cidadãos notáveis, com o objetivo de supervisionar o reforço das tradicionais medidas sanitárias de combate à peste: limpeza das ruas, recolha do lixo, esvaziamento de esgotos e a regulamentação da venda da carne e dos legumes. Foram ainda nomeados funcionários que deveriam organizar uma resposta preventiva às possíveis violações sanitárias (Carmichael, 1983, pp. 510-511).

Em meados do século XV, os *Provveditori alla Sanità* são novamente nomeados devido à recorrência de surtos epidémicos e estas novas nomeações foram acompanhadas por medidas regulamentares relativas aos problemas sociais desencadeados pela peste. No século anterior, a ideia de contágio nunca foi suficientemente influente a ponto de suscitar uma reformulação da legislação relacionada com a saúde pública; apenas cidades regidas por um governo poderoso parecem ter explorado alternativas para o controlo das epidemias que exprimiam a supremacia da teoria do contágio face à teoria do miasma como origem da peste. São os casos de Milão e Mântua que, em 1374, aplicam medidas que proíbem as deslocações e o comércio e procedem à aplicação da quarentena (Carmichael, 1983, pp. 512- 513).

Embora, até meados do século XV, a teoria médica sobre a peste continuasse a afirmar que a corrupção do ar era a melhor explicação para os surtos, argumento que surge em todos os tratados médicos da época¹³, os governos e a regulamentação

autoridade, no bairro que correspondia a cada um. A instituição dispunha ainda dos seus próprios serviços policiais e tribunais (Henderson, 2019, p. 91).

- 12 Vejam-se os exemplos de França e Inglaterra dados pelo autor e que seguiram caminhos distintos (Henderson, 2019, p. 4).

John Henderson alerta para o facto de se ter construído uma narrativa otimista, e por vezes positivista, para determinar o efeito destas políticas na vida dos habitantes das cidades italianas do Renascimento; o autor considera fundamental uma reavaliação da forma como as populações reagiram às medidas propostas pelos governantes e propõe-se estudar o caso específico de Florença.

- 13 De acordo com Ann G. Carmichael, todos os tratados desta época coligidos por Karl Sudhoff defendem a teoria do miasma em oposição à do contágio como origem da peste (Carmichael, 1983, p. 513).

que emanam exprimiam uma convicção distinta. Entre os poderes políticos começa a ganhar força a teoria do contágio, principalmente devido ao que experienciavam durante os tempos de epidemia: a peste era um fenómeno urbano, afetava mais as zonas desfavorecidas das cidades, podia ser circunscrita a casas, famílias, ruas e grupos sociais e os surtos eram menos mortíferos do que os do século anterior¹⁴. É neste contexto que passam a ser implementados hospitais de peste e lazaretos, espaços de isolamento entendidos como uma das principais formas de controlo do contágio, logo da doença, um conjunto de legislação e práticas com o mesmo objetivo e se instituem de forma permanente os *Provveditori alla Sanità*¹⁵. Registe-se que nas principais cidades italianas este processo foi faseado, com a criação de instituições temporárias que, posteriormente, quase sempre, passaram a permanentes¹⁶. Segundo Paul Slack, “in Italian towns by 1500, in the rest of western Europe by 1600, in Central Europe and Russia by 1700, measures of this kind [appointment of boards of health] were being taken in an effort to prevent the transmission of plague from person to person and household to household” (Slack, 1988, pp. 442-443).

Embora muitas das medidas implementadas por estes Provedores se baseassem em medidas tradicionais de combate à peste negra e que remontavam ao século anterior, e algumas delas até tinham recomendação médica, estas instituições reitereavam, nos seus inquéritos e pronunciamentos, o seu entendimento de que a peste era contagiosa¹⁷ (Carmichael, 1983, pp. 521-522; Slack, 1988, pp. 437, 447-449). Este desenvolvimento vai permitir o total alinhamento das posições de médicos e governantes, sendo que teoria médica passa a fundamentar as políticas de saúde pública e, em última análise, contribuirá para a afirmação da legislação contra as epidemias como um instrumento de controlo social.

É também neste contexto que deve ser entendido o Regimento de D. João III, assim como a criação do cargo de Provedor-mor da Saúde e da Provedoria da Saúde e o investimento na *Casa dos Doentes*, enquanto hospital de peste e espaço de isolamento. A afirmação inicial do autor que filia a normativa na realidade italiana, reconhece o prestígio do território e a sua autoridade em matéria de saúde pública;

14 Segundo Jon Arrizabalaga, não houve descontinuidade ou desconexão mas estreita interrelação entre as propostas dos médicos universitários e as medidas de prevenção implementadas pelas autoridades governantes (Arrizabalaga, 1998-99).

15 Sobre o desenvolvimento da teoria do contágio, a sua articulação com a teoria do miasma e as consequências para o estabelecimento de medidas de prevenção da peste, ver Carmichael, 1983, pp. 513-519; Slack, 1988, p. 435 e Arrizabalaga, 1998-99, pp. 11-20.

16 Os mesmos *Providatori alla Sanità* foram também instituídos fora do território italiano, veja-se, a título exemplificativo, Tomié & Blažina, 2015.

17 As teorias do miasma e do contágio não eram em si mesmas contraditórias e a partir de meados do século XV começam a aparecer conjugadas: embora a origem da peste esteja na corrupção do ar, a sua transmissão podia ocorrer por via de pessoas doentes e dos seus bens (Slack, 1988, p. 437). Veja-se, ainda, a discussão deste tema apresentada por Kinzelbach, 2006, pp. 369-389.

organização e práticas que foram reconhecidas e emuladas em diversos países europeus¹⁸. Mesmo em Portugal, o interesse pela realidade italiana no que concernia ao combate às epidemias já era evidente desde o reinado de D. Manuel, como anteriormente referido.

Mesmo considerando suficiente a afirmação inicial de Pedro Vaz, relativa ao facto dos seus “apontamentos” serem decalcados do que conheceu em primeira mão ao visitar cidades italianas em tempo de pestes, a análise feita das diferentes componentes do regimento, apresentada anteriormente, permite validar as inúmeras similitudes entre os conteúdos das disposições e o que seriam as funções do futuro Provedor-mor da Saúde português, e os procedimentos que deveria adotar para prevenir e controlar a peste, e as competências dos *Provveditori alla Sanità* italianos ativos desde o século XIV.

Ao aprofundar um pouco mais as relações entre a normativa portuguesa e a italiana, recorrendo a casos já estudados, podemos tentar uma aproximação ao que efetivamente poderá ter influenciado Pedro Vaz na redação dos seus “apontamentos”. Os contextos florentino e veneziano no domínio da saúde pública não lhe seriam alheios; afirma ainda ter estado em Roma e conhecer a realidade alemã. Sendo algumas das estruturas administrativas e os procedimentos adotados idênticos em diversas cidades e estados de Itália, é complexo destrinçar o que concretamente terá visto ou conhecido. O estudo recente de John Henderson sobre a peste em Florença, no ano de 1630-31, detalha alguns dos procedimentos dos *Provveditori alla Sanità* florentinos que em muito se assemelham ao exposto no Regimento da Saúde de 1526. Destaca-se a separação de doentes, existindo a categoria de “suspeitos” (ou “impedidos”), que eram encerrados nas suas casas e vigiados, sendo a porta lacrada com uma madeira e colocado o letreiro “sanità” para identificação do local (Henderson, 2019, pp. 102-103). Procedimentos idênticos encontramos no regimento português.

De igual modo, o “sinal” que, segundo Pedro Vaz, deveria ser usado pelos oficiais da saúde, “o sinal que máes vy costumar he huma toalha branca a tiracolo” (AML, Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fl. 33), era utilizado, por exemplo, em Siena, em 1485, por todos os que tivessem contactado com casos de peste (Carmichael, 1983, p. 523).

Em Veneza, a partir de 1504, passaram a ser eleitos administradores das paróquias, os *piovani*, que constituíam uma rede de apoio aos *Provveditori*, pois reportavam diariamente todos os doentes e mortos de peste na paróquia, registavam os sintomas dos doentes e as visitas dos médicos; o objetivo era identificar rapidamente os doentes e mortos em determinados locais da cidade para implementar medidas que impedissem a propagação da doença de modo igualmente célere (Bamji, 2019b, pp. 808-831). Nesta cidade, os *Provveditori* tinham autoridade judicial para fazer cumprir as leis e castigar

18 Veja-se o caso de Inglaterra exposto por Henderson, 2019, pp. 3-4.

os infratores, situação que se alteraria em meados do século. Também em Milão, em cada paróquia existia o *anziano*, o ancião da paróquia a quem deveria ser transmitido o número dos doentes e mortos, que, por sua vez, os comunicava diariamente aos oficiais públicos (Carmichael, 1991, pp. 216 e 219). Esta noção de considerar a cidade em pequenas geríveis parcelas está igualmente subjacente ao regimento português, no qual se consideram os *cabeças da saúde* de cada uma das freguesias para o fornecimento do rol diário dos novos doentes e de casas afetadas, casos suspeitos e falecidos.

A redação e implementação do Regimento de D. João III compromete a afirmação de Paul Slack (Slack, 1988, pp. 442-443) de que apenas a partir do século XVII o ocidente europeu começa a implementar estruturas administrativas dependentes dos poderes públicos para lidar com o magno problema da peste e das epidemias. Embora a realidade não fosse igual em todo o reino, em Lisboa a instituição foi-se consolidando e serviria de modelo às restantes que se instituiriam pelo território nacional¹⁹.

Conclusão

O Regimento da Saúde de D. João III, para o qual contribuiu Pedro Vaz com a redação das normas a impor à cidade de Lisboa, confirma o prestígio de Itália em matéria de saúde pública e também a eficiência do sistema implementado. Este documento integra-se num contexto que se caracterizou por um influxo normativo iniciado na segunda metade do século XV, no território italiano, em resposta a um conhecimento teórico e prático mais aprofundado sobre a peste e temendo as suas consequências socioeconómicas. A difusão e popularização da ideia de contágio correspondeu a uma maior pressão legislativa e regulamentar que generalizava medidas como a quarentena e a instituição de hospitais de peste e lazaretos e a condução dos doentes para estes espaços.

O Regimento de 1526 é o ponto de partida para uma política sistemática e permanente de saúde pública, suportada por uma estrutura administrativa e um enquadramento financeiro e penal. Em 1527, pelo mês de abril, a peste assolou Lisboa (AML, Livro 1.º do Provimto da Saúde, fls. 104-108v.), D. João III nomeia como provedor-mor da saúde o doutor Cristóvão de Faria, do Desembargo do Paço e corregedor dos Feitos Crimes. As medidas preconizadas por Pedro Vaz teriam continuidade, nomeadamente na edificação da *Casa dos Doentes*, pois, a partir de 1531, passou a usufruir de uma dotação mensal (AML, *Idem*, fls. 113-114v.), e foi alvo de melhoramentos, como comprova o pagamento, em 1541, a João de Castilho, pela “a obra da enfermaria que se fazia pera os doemtes da peste na dita cidade” no palácio de Santos (ANTT, Chancelaria de D. João III, Livro 34, fls. 2-2v.; publ. Viterbo, 1988, pp. 191-192).

19 A partir de 4 de agosto de 1668, D. Pedro II, enquanto regente, emite um decreto em que intitula o Provedor-mor da Saúde como Provedor-mor da Saúde da Corte e do Reino, passando deste modo a ter a sua área de jurisdição alargada a todo o reino.

Tendo por base os apontamentos de Pedro Vaz e o consequente Regimento da Saúde de D. João III, vemos surgir, nos reinados posteriores, todo um conjunto de atualizações das medidas preconizadas de acordo com o evoluir dos conhecimentos e procurando a melhor adequação à realidade política das diferentes épocas. Apostando principalmente na prevenção, com o cardeal rei D. Henrique, em 26 de janeiro de 1580, surge nova redação no *Regimento do Provimento da Saude e Cura dos Enfermos* (AML, Livro 1.º do Provimento da Saúde, fls. 206-208v.). Em 1680, é confirmado o alvará do *Regimento da Saude que fez o Senado da Camara em tempo do Senhor Rei Dom João o IV* (AML, Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fls. 44-48). Com D. Pedro II, em finais de 1693, é estabelecido o *Regimento que se hade observar succedendo haver peste (de que Deus nos livre) em algum Reyno, ou Provincia confinante com Portugal*, e, no ano seguinte, o *Regimento do provimento da saude para o porto de Bellem* (Livro 2.º de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental, fls. 10-14v.; Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde, fls. 15v.-22) demonstrando a necessidade de se estabelecerem normas mais rígidas e próprias para a instalação, no porto da capital, de um cordão sanitário marítimo à escala internacional.

A preocupação em defender a entrada marítima no porto de Lisboa foi uma preocupação constante por parte dos monarcas. A zona marítima de Belém vai tornar-se no local de verificação do estado da saúde a bordo dos navios e, por consequência, o ponto de decisão em relação à autorização para a entrada na área portuária da cidade. Belém, com as torres fortificadas de São Vicente e São Sebastião, a par da ação dos oficiais da Provedoria da Saúde, vai transformar-se na fronteira marítima, e com o tempo, ser o local escolhido para controlar o tráfego naval e impor um serviço efetivo de medidas de controlo e prevenção sanitária regulamentado, servido por oficiais regimentados e funcionando permanentemente com o objetivo de evitar e procurar neutralizar qualquer doença transmissível vinda de outras paragens.

As intervenções práticas em tempos de crise epidémica foram constituindo medidas sanitárias preventivas temporárias que, mais tarde e já com carácter de continuidade, levaram à criação de estruturas definitivas e regulamentos decisivos. A organização dos serviços de saúde vai-se ao longo dos anos, articulando entre a prática e a ciência, procedendo da necessidade de uma eficiente defesa sanitária da população, que a superintendência municipal assumiu e adaptou progressivamente, acompanhando o contexto da saúde pública europeia.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa [AML]

Livro 1.º do Provimento da Saúde

Livro 2.º de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental

Livro de regimentos e posturas da Casa da Saúde

Livro dos Pregos
Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]
Chancelaria de D. João III, Livros 34 e 47
Corpo Cronológico, Parte I, mç. 1, n.º 17

Estudos e fontes impressas

- Abreu, L. (2002). A especificidade do sistema de assistência pública português. *Arquipélago. História*. 2ª Série, VI. pp. 417-434.
- Abreu, L. (2010). Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. *Varia História*. vol. 26 (44). pp. 347-371.
- Abreu, L. (2018a). A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX. *Ler História, Dossier: Revisitar a Pneumónica de 1918-1919*. 73. pp. 93-120.
- Abreu, L. (2018b). *O Poder e os Pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Palimage.
- Alberto, E. M. (2016). Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices. In Inês Viegas & Marta Gomes (Coord.). *Livro dos Pregos*. Câmara Municipal de Lisboa. pp. 8-17.
- Arrizabalaga, J. (1998-99). Discurso y práctica médicos frente a la peste en la europa bajomedieval y moderna. *Revista de Historia Moderna*. 17. pp. 11-20. <https://doi.org/10.14198/RHM1998-1999.17.01>
- Bamji, A. (2019a). Health passes, print and public health in early modern Europe. *Social History of Medicine*. 32 (3). pp. 441-464. <https://doi.org/10.1093/shm/hkx104>
- Bamji, A. (2019b). Marginalia and mortality in early modern Venice. *Renaissance Studies*. 33 (5). pp. 808-831. <https://doi.org/10.1111/rest.12551>
- Barros, A. A. S. de (2015). Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVIII). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série. 2. pp. 251-283. http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/014_varia.pdf
- Braga, I. D. (2001). *Assistência, saúde pública e prática médica em Portugal (séculos XV-XIX)*. Universitária Editora.
- Braga, P. D. & Braga, I. D. (1994). As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. 14. pp. 11-22.
- Brochado, A. (2020). Prevenção de surtos epidemiológicos: que os navios e gente impedidos de peste se lancem logo fora. *Arquivo Municipal de Lisboa website – Documento do mês*. <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/varia/documento-do-mes/maio-2020>
- Carmichael, A. G. (1983). Plague legislation in the Italian Renaissance. *Bulletin of the History of Medicine*. vol. 57 (4). pp. 508-525.
- Carmichael, A. G. (1991). Contagion Theory and Contagion Practice in Fifteenth Century Milan. *Renaissance Quarterly*. 44 (2). pp. 213-256. <https://doi.org/10.2307/2862709>

- Collecção dos Regimentos, por que se governa a Repartição da Saúde do Reino, e portarias, avisos, e resoluções relativas á criação da Junta da Saúde Pública e editaes por ella publicados.* (1819). Impressão Régia.
- Correia, F. da S. (Ed.). (1960). *De sanitate in Lusitania Monumenta Historica. Documentos para a história da saúde pública em Portugal*. vol. 1. (s/e).
- Graça, L. (2000). *Saúde e terror no Antigo Regime. Textos sobre saúde e trabalho / Health and Terror during the Ancien Regime. Papers on Health and Work*. 33. <https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos33.html>
- Henderson, J. (2019). *Florence Under Siege: Surviving Plague in an Early Modern City*. Yale University Press. <https://doi.org/10.4000/e-spania.25062>
- Jorge, R. (1921). *A encefalite letárgica e a epidemiologia dos Quinhentos em Portugal e Hespanha*. (Sep. D'A Medicina Contemporânea). Tip. Adolpho de Mendonça.
- Kinzelbach, A. (2006). Infection, Contagion, and Public Health in Late Medieval and Early Modern German Imperial Towns. *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*. vol. 61 (3). pp. 369-389. <https://doi.org/10.1093/jhmas/jrj046>
- Lopes, F. (1895). *Chronica de El-Rei D. Fernando*. vol. 1. Escriptorio.
- Mattoso, J. (Dir.). (1993). *História de Portugal - A Monarquia Feudal (1096-1480)*. vol. 2. Círculo de Leitores.
- Moita, I. (Coord.). (1994). *O Livro de Lisboa*. Lisboa 94 / Livros Horizonte.
- Oliveira, E. F. de. (1906). *Elementos para a história do município de Lisboa*. vol. 15. Typographia Universal.
- Reis, M. de F. (2015). A Ribeira de Lisboa, porto do Império Marítimo Português: circulação de pessoas e de mercadorias. *e-Spania* [En ligne]. 22.
- Rodrigues, T. F. (1993). As estruturas populacionais. In José Mattoso (Coord.). *História de Portugal*. vol. 3 (pp. 197-242). Círculo de Leitores.
- Serrão, J. V. (1980). *História de Portugal [1495-1580]*. 2.ª ed. vol. 3. Editorial Verbo.
- Silva, A. C. A. da (2015). *Queremos e mandamos (...) que o dito hospital (...) cure os enfermos (...): Poder e Medicina no Hospital de Nossa Senhora do Pópulo (séc. XVI-XVII)*. Tese de doutoramento em História. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/TESE_ANDR%C3%89_VERS%C3%83O_FINAL_VOL_1.pdf
- Slack, P. (1988). Responses to Plague in Early Modern Europe: The Implications of Public Health. *Social Research, In Time of Plague*. vol. 55. 3. pp. 433-453.
- Tomić, Z. B. & Blažina, V. (2015). *Expelling the Plague. The Health Office and the Implementation of Quarantine in Dubrovnik, 1377-1533*. McGill-Queen's / Associated Medical Services - Studies in the History of Medicine, Health and Society.
- Viegas, I. & Gomes, M. (Coord.) (2016). *Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Viterbo, S. (1988). *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A Portuguese Treatise on the Plague: João Curvo Semedo's *Tratado da Peste*

GABRIEL A. F. SILVA*

Resumo

João Curvo Semedo (1635-1719) é autor, entre outras obras, do *Tratado da Peste* (1680), um trabalho relativo às origens e causas da peste, e à sua prevenção e tratamentos. O objectivo do presente artigo é divulgar e apresentar este *opus*, que, ao longo do tempo, foi votado ao esquecimento, perceber de que modo segue a tradição deste género de literatura médica da 'literatura de peste', e também realçar o seu valor e originalidade. Para esta análise, recorrer-se-á, igualmente, a outros tratados de peste, especialmente àqueles escritos por médicos portugueses.

Palavras-chave: João Curvo Semedo, Peste, Tratados, Tradição médica.

Abstract

João Curvo Semedo (1635-1719) is the author of, among other works, the *Tratado da Peste* (1680), a treatise concerning the origins and causes of the plague, and its prevention and treatment. This article aims to present this *opus*, which has long been neglected, to understand how it follows the tradition of the genre of 'plague literature', and to highlight its value and originality. This analysis draws upon other plague treatises, especially those written by Portuguese physicians.

Keywords: João Curvo Semedo, Plague, Treatises, Medical tradition.

* Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
gabriels@campus.ul.pt

This article was supported with national funding by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT) within the framework of the project 'Gynecia: Rodericus a Castro Lusitanus and the ancient medical tradition about gynaecology and embryology' (Ref. PTDC/FER-HFC/31187/2017).

Introduction

Medical literature has, over its history, incorporated a wide range of styles and forms concerning many subjects and topics. One of these was the genre known as ‘plague literature’, which includes treatises that address plagues and their preservation and treatment. At the beginning of the twentieth century, K. Sudhoff produced an extensive compilation and study of many of these texts.¹ Plague treatises were also written by Portuguese physicians, not always in Latin, but rather in vernacular, which may explain why many of them remain neglected by non-Portuguese scholars.

Because of the lack of studies and information about treatises written in Portuguese, my main goal in this article is to study the style and structure of the treatise by João Curvo Semedo, *Tratado da Peste*, published in Lisbon in 1680, strengthening the analysis with other treatises by Portuguese physicians, namely Rodrigo de Castro’s *Tractatus brevis* (1596), Ambrósio Nunes’ *Tractado repartido en cinco partes* (1601), and Manuel Gomes’ *De curatione pestilentiae* (1603).

1. The Author

João Curvo Semedo was a Portuguese physician who studied medicine in Coimbra and went on to practice in Lisbon. He must have had great success since the Portuguese nobility called on his services. Curvo Semedo was considered a great writer, so much so that his younger contemporary Francisco Leitão Ferreira calls him the ‘Portuguese Cicero’.² J. Dias describes him as one of the most underrated and ignored physicians in the history of Portuguese medicine. The importance of Curvo Semedo’s work, also according to Dias, lies not in its quantity, but rather in its influence on Portuguese medicine after him.³ Besides his *Tratado da Peste* (1680), the object of this study, Curvo Semedo is also the author of *Polianteia Medicinal. Notícias Galénicas e Químicas* (1697), his most famous work, and of other treatises of medical practice, namely *Observações Médicas Doutriniais* (1707) and *Atalaia da Vida contra as Hostilidades da Morte* (1720, published posthumously).⁴

1 Sudhoff (1925, pp. 241-291).

2 This reference appears in the *Romance Encomiástico endecassilabo* of Francisco Leitão Ferreira (quotation from Semedo [1707]).

3 Dias (2007, p. 48).

4 For more detailed information on João Curvo Semedo’s biography and works, see Dias (2007, pp. 45-55), and Barroso (2004, pp. 53-57).

The Prologue

The prologues of medical works seem to be usually dedicated to someone important, either to gain someone's favor or acknowledge help with publication. Curvo Semedo's *Tratado da Peste* is not an exception, and he dedicates this small piece to Manoel Telles da Silva, a Portuguese noble.⁵ He starts by justifying the need to write such a work, that its main goal is to prevent the emergence and spread of plague, although he does not mention any specific outbreak that might be afflicting Portugal at the moment of composition. However, he does note that he felt the need 'to compose this small treatise in a hurry' ('compor com pressa este breve tratado').

Semedo's insistent modesty should also be noted. He uses terms and expressions which give an impression of insignificance: 'short' ('breve'), 'so small' ('tam pequeno'), 'my cowardice' ('a minha cobardia'). To compensate for the brevity of his treatise, he states in the prologue that, ultimately, what matters is the good intention behind the offering of such a work. This seeking of indulgence is a literary topos, a *captatio beneuolentiae*, a rhetorical strategy not to diminish the treatise, but to show its value. This humility is a way of simultaneously gaining the reader's favor and of valorizing one's work as it exceeds low expectations.⁶

Similarly, in a plague treatise dedicated to Cristóvão de Moura,⁷ Ambrósio Nunes⁸ states the need for it, although a slight work, and hopes that it may be of public utility, aiding treatment of the plague. For instance, Rodrigo de Castro, a Portuguese physician settled in Hamburg, published *Tractatus brevis de natura et causis pestis* to help combat the plague that afflicted the city in 1596.⁹ As a newcomer to this city, he dedicated his work to the senatorial order of Hamburg, by whom he wanted to be well received.¹⁰

5 Manoel Telles da Silva (1641-1709) was the first Marquis of Alegrete, and author of *De rebus gestis Joannis II*, published in Lisbon in 1689. See Câmara and Coelho (2020, p. 843).

6 Cf. Evans (1999, p. 375): 'There are of course continuities between topoi in the prologues represented here and those in modern prologues: the humility topos [...]; the dedication (to a patron or distinguished figure in the Middle Ages; nowadays to family, friends, or intellectual mentors); the acknowledgments [...]; the attempt to outline the work's structure and to explain the book's rationale to the reader'. See also Pinheiro (forthcoming) on the prologues of Rodrigo de Castro's gynaecological treatise.

7 For more information about this Portuguese noble, see Fonseca (2014, pp. 191-192).

8 Born in Lisbon in 1529, this reputed physician developed his career between Coimbra and Salamanca, and among his works a commentary on Hippocrates' *Aphorisms* stands out. For more about Ambrósio Nunes, see Lemos (1991, p. 25).

9 Rodrigo de Castro (c. 1550 Lisbon - c. 1627 Hamburg) was a renowned Portuguese physician of Jewish origin. Besides *Tractatus brevis*, he is also the author of a monumental gynaecological treatise entitled *De uniuersa mulierum medicina*, first published in 1603, and of *Medicus-politicus*, which, among other subjects, deals with the value of medicine (1614). For a translation and study on Rodrigo de Castro's *Tractatus brevis* see Mota, Pinheiro, and Silva (2021). Cf. also Arrizabalaga (2009, pp. 107-124), and Förg (2020, pp. 47-82).

10 Castro (1596, A.3.1).

Usually these physicians recognized that the city or country where they live had good doctors who could surely deal with the plague, but they felt that they had something new to offer the city of which they were a citizen or wanted to be. For instance, the short treatises of Curvo Semedo and Rodrigo de Castro are, as far as we know, their first works. Though neither was a young physician at the time of publication, both treatises serve the purpose of currying favor with local government and allowing them to establish themselves in a specific country or environment with the authorities' recognition.

2. The Structure

Plague treatises' contents generally seem to follow a strict order, the first part dedicated to explaining what the plague is. Curvo Semedo again is no exception. The sections of his treatise are as follows:

1. What is the plague (*Que cousa seja a peste*).
2. What are the signs of the plague (*Que sinais tenha a peste*).
3. Different symptoms and effects of the plague (*Dos diferentes symptomas, e effeytos que causa a peste*).
4. What prognosis of the plague shall be made (*Que prognostico se deve fazer da peste*).
5. Protection against the plague (*Da preservação da peste*).
6. Cure of the plague (*Da cura da peste*).
7. Swellings and rashes that come to those infected by the plague, and various cautions one must take (*Dos inchaços, ou nacidas, que sobrem aos apestados, e de varias advertencias, que se devem observar*).

Thus, Curvo Semedo dedicates the first pages of his work to explaining what the plague is and by which signs people can recognize it. He states that it is a poisonous disease generated by corruption of the air that suddenly kills and destroys everything. Also notes that certain signs precede the emergence of the plague, namely wars, earthquakes, hunger, or unusual stars and comets. The first signs of the plague are also recognizable through bad air quality, which kills human beings and animals:

Se a corrupção, ou má qualidade procede do ar conhecesse, se virmos que sahindo os homens de suas cazas saõs, e com boa saude caem de repente mortos, ou se virmos que as Aves fogem dos seus ninhos, e aparecem poucas pelo ar, ou se indo voando caem de repente mortas, ou se pondose ao ar alguma carne fresca, ou pam mole, se corrompe logo, ou enche de bolor.¹¹

11 Semedo (1680, p. 3). Unless otherwise indicated, translations are my own.

We know that corruption or bad quality stems from the air, if men leaving their houses sound and in good health suddenly fall dead, or if we observe birds fleeing their nests, and there are only a few in the air, or in flight they suddenly fall dead, or if when we expose fresh meat or bread to the air and it quickly becomes corrupted and full of mold.

Rodrigo de Castro also followed the same structure. He starts his treatise with the major topic 'De natura, causis, et signis huius cladis', divided into 'Definitio', 'conditio et mos', and 'causae'. Manuel Gomes, in turn, starts his treatise with 'Pestilentiae causae', followed by 'Signa antecedentia, comitantia'. After presenting the origins and causes of the plague, these treatises usually follow a very similar structure concerning methods of protection and, finally, treatment.

In the presentation of the disease, like Castro, who references the Noric plague described in the third book of Vergil's *Georgics*,¹² Semedo also shows knowledge of 'canonical' past plagues which became famous, namely that of Tasos, described by Hippocrates, and the Athenian plague, described by Thucydides.¹³ Curvo Semedo, however, seems to have a pronounced taste for plague-related curiosities. He presents a group of plagues whose effects were particularly severe, and strange:

No tempo de Clemente Quinto houve outra de tão venenosa qualidade, que bastava que o apestado olhasse para alguma pessoa, para que logo cahisse morta: tão toxicados erão os espiritos visivos como se fossem de bazelisco.

Reynando Sancho Primeyro houve outra em que todos morrião bocejando.

No tempo de Cardano houve outra em que, dando hum espirro, logo morrião [...]. Visto pois que a peste he inimigo tão cruel e causa effeytos tão estupendos, será necessário por grande cautela, e empenho em prezervarnos della, para que se nos não pegue.¹⁴

In the time of Clement V there was another [plague] of such a poisonous quality that it was enough for the infected to look at someone else for them to fall dead, so toxic were the visual spirits, as if they were from the basilisk.

In the reign of Sancho I there was another in which people died by yawning.

In the time of Cardano there was another in which people quickly died by sneezing [...]

Thus the plague is an enemy so cruel and has such astonishing effects that it is necessary to take great caution and effort to protect against it, so that it does not affect us.

Curvo Semedo offers a brief exploration of these episodes which seems to be based more on popular belief than a scientific basis. He may be using these powerful examples to impress upon his readers the sudden and nefarious effects of plague, and also to reinforce the relevance and need of writing this treatise.

12 Rodrigo de Castro quotes Verg., *Georg.* 3.478-481.

13 Curvo Semedo may be referring to Hipp., *Epid.* 3.8 and Thuc. 2.2-54.

14 Semedo (1680, p. 7).

2.1. Methods of protection

Regarding protection against the disease, plague treatises usually include a section concerning good practices of avoidance.¹⁵ Curvo Semedo divides his into three categories: the cleaning of spaces, objects to use, actions to do or to avoid. These measures are depicted by small episodes that illustrate the negative effects of not doing what is prescribed, namely the reappearance of the plague.

Curvo Semedo starts by referring to the ventilation of closed spaces and advises avoiding people or objects suspected of being contaminated. He says that they must be purified, otherwise they can start a new plague, even many years later, as happened in Venice.¹⁶ The danger of dogs is also mentioned, because of their wandering and the risk of them bringing the plague into people's homes:

He bom conselho deytar fora da terra (em que ha, ou se teme a peste) todos os cães ou matalos, porque como estes animais comem muitas immundicias, com facilidade se lhes pega a qualidade pestilente, e entrando pelas cazas da gente sam podem comunicar o contagio, sem que se advirta de onde veio o dano.¹⁷

It is good advice to drive out all dogs from the areas (where the plague is found or is feared), or to kill them, because since these animals eat filthy things, pestilence easily catches them, and, entering in healthy people's houses, they can communicate the contagion without warning of where it came from.

People are thus advised to get rid of or kill dogs because they may bring the plague to their houses, and because people do not realize that dogs are the source of contamination. This sanitary measure seems to be commonplace in plague treatises. Cohn, studying Italian plague treatises, notes that the same decision was made in many Italian cities during plagues.¹⁸ Rodrigo de Castro takes a more restrained approach: he does not mention killing animals, but advises that their movement be controlled, as a measure to limit contamination:¹⁹

15 *Qua ratione debeat unusquisque se praeseruare a peste* (Girolamo Mercuriale); *Da preservação da peste* (Curvo Semedo); *De ratione praeseruandi a Peste* (Rodrigo de Castro); *Que puede auer preservación en el mal de la peste* (Ambrósio Nunes); *Remedia praecautia, sanantia* (Manuel Gomes).

16 Semedo (1680, p. 11).

17 Semedo (1680, p. 12).

18 Cohn (2010, p. 86): 'He [Giovanni Filippo Ingrassia] charged that the city was littered with dead animals, especially cats and dogs, and that their carcasses should not just be swept from one street to the next, but should be thrown into the sea or, better, buried appropriately'.

19 The same is recommended in *Advertências* (1801, pp. 14-15). Regarding the control of animals, Ambrósio Nunes (1601, p. 97) notes that barbers and others must keep their shops and living spaces clean to avoid infecting the air, and because dogs and cats may eat contaminated filth. This measure was probably taken from the treatise of Thomaz Alvarez and Garcia de Salzedo (1598, p. 3).

Nam haec animalia, praeterquam quod immunda sunt, hinc inde uagantur, et nonnunquam infectas aedes ingressa, uenenum attrahunt, quod postmodum ad sanos accedentia expirant.²⁰

Because these animals [i.e., pigs and dogs], besides being unclean, walk around, and have sometimes entered infected houses, they attract the poison, which they then exhale upon healthy people whom they have approached.

Many other measures recommended by Curvo Semedo concern the fumigation of houses with air purifiers, and holding close to the nose or the heart pleasant-smelling objects made of ingredients that may help avoid being infected by the plague, namely benzoin, musk, orange peel, among many others. Excessive practice of physical exercise and of sexual intercourse is not recommended, because it heats the body and attracts contagious air.²¹ Towards the end of the part concerning methods of prevention, Curvo Semedo notes that the safest procedure is to take the afflicted person to a healthy place, with vegetation, excellent water, and the presence of old people being offered as proofs of a wholesome environment.²²

Curvo Semedo seems to give less importance to other basic measures of inhibiting infection, notably the avoidance of close social interaction. This latter is also among the typical measures of plague treatises proposed to avoid the contagion, such as hand washing, and avoiding handshakes or kissing.²³ This was suggested by Rodrigo de Castro, who was a proponent of social distancing:

Quamquam uero porrigendi manum consuetudo optima et laudabilis sit, mihi tamen conducibilis uideretur, si, quam diu contagium durat, alio salutationis genere homines uterentur.²⁴

Although the habit of handshaking is great and commendable, it seems to me that it would be better if people used another means of greeting as long as the contagion lasts.

20 Castro (1596, C.3.2).

21 Semedo (1680, pp. 17, 21).

22 Semedo (1680, pp. 22-23).

23 Cohn (2010, p. 12): 'Others recommended simple sanitary measures – washing hands with warm water after coughing and defecating, covering mouths and noses with bread or sponges soaked in vinegar and rose water when near the infected, and simply avoiding public places and especially enclosed ones, such as churches, in times of plague'. Cf. Manuel Gomes (1603, p. 16): *Mundities ante omnia commendanda* [...] *facies saepe lauanda, manusque* ('Cleaning is recommended above all [...] the face and hands must be washed often'). The same measures are recommended by Mercuriale (1577, p. 105).

24 Castro (1596, C.2.2). Manuel Gomes also recommends the avoidance of close contact between people: *Vitanda etiam hominum frequentia* (1603, p. 17).

Cleaning measures of all kinds were highly recommended by physicians from the very beginning in order to avoid the spread of plagues. Even if such recommendations varied slightly from physician to physician, plague treatises devoted, as seen, at least one section to these good practices. For its lengthiness and exclusive dedication to preventive measures, I mention the Portuguese treatise *Advertências dos meios que os particulares podem usar para preservar-se da peste*. This work, published in Lisbon in 1801, is a compilation of preventive measures regarding the avoidance of the plague. It does not deal with the origins or cure of the disease, only with preventive and cleaning measures that individuals must adopt to avoid being infected. The compiler clearly states that these are measures to be taken by private individuals, and that responsibility falls to them, not the public authorities, even if many measures seem, or are, harmful. To sum up, the *Advertências* seeks to make people more responsible in the fight against the pandemic:

Sim he o objecto deste papel procurar persuadir aos particulares a importancia de se praticarem á risca as Determinações da Authoridade Publica, posto que ás vezes sejam rigorosas [...] e tambem he o objecto mostrar os meios, que os particulares por si mesmos podem pôr em prática, para estarem mais a salvo deste flagello da Natureza Humana.²⁵

It is the purpose of this paper to persuade individuals of the importance of practicing to the letter the Determinations of the Public Authorities, even if sometimes these are challenging [...] and it also has the purpose of showing the means that individuals themselves can use to be safer from this scourge of Human Nature.

3. The sources

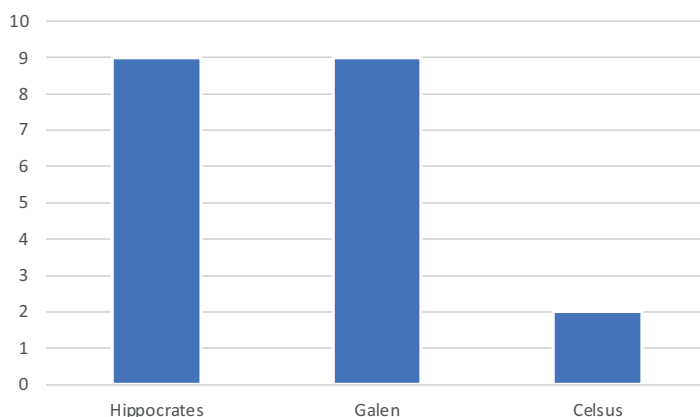
Like his predecessors, Curvo Semedo shows in his *Tratado da Peste* a deep knowledge of what his fellow physicians had written concerning the origins and treatment of plagues. However, writing at the end of the seventeenth century, he preferred to write in Portuguese, perhaps due to a desire or need to be understood on a more local level or by a broader public in a time when the knowledge of Latin was probably more limited. By writing it in Portuguese, he ensured that his treatise was accessible not only to physicians but also non-specialist laypeople, like barbers or surgeons, who could take from it information useful to fight the plague or its spread, because most preventive measures did not need a skilled hand.

Looking at the sources used or quoted in *Tratado da Peste*, it is possible to see that Curvo Semedo was acquainted with a wide range of authors, from classical antiquity to his present day. As Cohn noted, fourteenth-century physicians did not give importance to authors like Hippocrates or Galen, because ancient authors offered no knowledge

25 *Advertências* (1802, p.1).

on curing plagues.²⁶ Two centuries later, however, Curvo Semedo, like some of his peers, gives more prominence to ancient authors and uses their testimonies.

Fig. 1 - Ancient physicians mentioned and quoted by Curvo Semedo



According to the above figure, Hippocrates and Galen are frequently mentioned by Curvo Semedo, nine times each, while Celsus has only two mentions. Curvo Semedo's knowledge of Hippocrates and Galen most likely came from Latin translations, as was common at the time.²⁷ An innovation of Curvo Semedo, helpful for readers of his work, is that he not only mentions his sources but also quotes them in marginal notes. In the main text, Semedo only refers to the name of his source, followed by a sequential number. In the margins, he gives his reader more information about the source used: author, name of the work, and sometimes at least a partial Latin quotation from the work he consulted. Also, the page number of the edition he is consulting is given. This amount of information allows for easy identification, or at least offers a strong indication, of which books he consulted or knew.

Regarding Hippocrates, for example, it seems most probable that Curvo Semedo used Janus Cornarius' edition of the *Opera Omnia*.²⁸ It is possible to see that, besides the text quoted in the margins, he also indicates the name of the Hippocratic work, and the number of the folio where the quotation can be found, which sometimes corresponds exactly with the edition of Janus Cornarius. Thus, Curvo Semedo was well acquainted with ancient physicians, giving his readers a clear sign of his erudition and

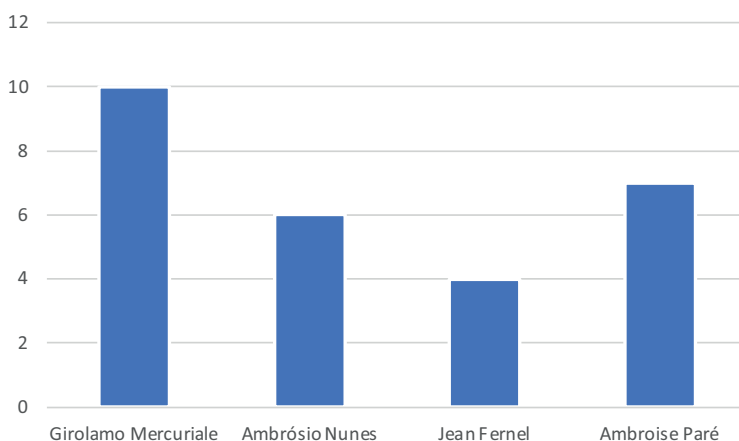
26 Cohn (2010, p. 10).

27 On the dissemination of the knowledge of ancient Greek sources, see Siraisi (1990, pp. 50-55).

28 I followed the edition published in Lyon in 1555, *Hippocratis Coi Medicorum Omnium Longe Principis, Opera quae apud nos extant omnia*.

knowledge of the sources. He took advantage of the Latin editions and translations of the works of Greek physicians, showing knowledge of them and drawing on them for useful information.²⁹ By writing in Portuguese and using verbatim marginal Latin quotations of other physicians, Curvo Semedo broadens the target audience of his book, making it accessible and useful to both specialist and non-specialist audiences.

Fig. 2 Selection of Renaissance physicians quoted and mentioned by Curvo Semedo



The number of contemporary sources quoted or mentioned by Curvo Semedo is very extensive, and this second graphic shows only a few Renaissance authors whom he quotes the most.³⁰ This selection of authors shows that Curvo Semedo was acquainted with the tradition of plague treatises, and used this knowledge to give authority and enrich his own treatise. Among their vast medical literary production Ambroise Paré (1510-1590), Girolamo Mercuriale (1530-1606), and Ambrósio Nunes (1529-1611) were composers of plague treatises. Curvo Semedo was therefore using these authorities, among others, to affiliate himself to this branch of medical literature. However, when comparing figures 1 and 2, one can note that Curvo Semedo gives more attention to the writings of his contemporaries, rather than to ancient sources. Regarding authorities from antiquity, only three names are represented, nonetheless the number of Renaissance or contemporary authors is way superior. Mercuriale, for instance, is

29 This respectful attitude to Hippocrates and Galen is evident not only through quotations of their works, giving them the status of *auctoritates*, but also in the way they are described by Renaissance physicians. For example, in Castro's *Tractatus brevis*, Hippocrates is called *uetustissimus auctor*, and Celsus is dubbed *Hippocrates latinus*.

30 The Renaissance or contemporary sources of Curvo Semedo number around 30 authors.

quoted ten times, which is more than Hippocrates or Galen, and Paré's number of quotations is very approximate to those of the Greek physicians. Having this in mind, this seems to show that Curvo Semedo had knowledge of ancient physicians' theories regarding plagues, and found them useful to his work, but also that he was an erudite man, and was well informed about the best medical literature produced from the Renaissance to his own time, using it as an authority and model for his treatise.

If plague treatises have a strong, and obvious, influence on Curvo Semedo's *Tratado da Peste*, his erudition and knowledge goes beyond these texts. In composing his own treatise, Curvo Semedo complements the information presented with other works whose content was useful for this medical purpose: I note, for example, treatises concerning fevers, namely Cipriano Maroja's *Tractatus de febribus*, or Alessandro Massaria's *De febribus*.³¹

Conclusion

In a time when Latin was likely inaccessible to the majority of the reading public, Curvo Semedo wrote his *Tratado da Peste* in Portuguese and gave it a strong component destined to non-specialist readers, thus making it accessible and useful both to Portuguese speakers and specialized physicians. He shows a perfect knowledge of the tradition of plague treatises and uses a structure common to this kind of literature. Curvo Semedo's erudition reveals itself not merely through the medical knowledge presented concerning theories of contagion or the preparation of treatments, but also through the extensive medical bibliography he uses and quotes.

Due to the neglect to which this treatise has long been unjustly subjected, it is urgent to recover it and other plague treatises, both in Latin and Portuguese, and give them the deep study they need and deserve, focusing not only the tradition to which they belong, but also their originality.

Bibliography

- Advertências dos meios que os particulares podem usar para preservar-se da peste, conforme o que tem ensinado a experiência, principalmente na peste de Marselha em 1720, de Toulon em 1721, e de Moscovo em 1771.* Typographia da Academia Real das Sciencias, 1801.
- Alvarez, T., & Salzedo, G. de. (1598). *Recopilação das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lisboa*. In *Advertências dos meios que os particulares...*, 1801.
- Arrizabalaga, J. (2009). Medical Ideas in the Sephardic Diaspora: Rodrigo de Castro's Portrait of the Perfect Physician in Early Seventeenth-Century Hamburg. In T. Huguët-Termes, J. Arrizabalaga, & H. J. Cook (Eds.), *Health and Medicine in Hapsburg Spain: Agents, Practices, Representations* (pp. 107–124). Wellcome Trust.

31 Other medical works were used. Here I recall the example of Zacutus Lusitanus' (1575-1642) *De medicorum principum historia*.

- Barroso, M. S. (2004). João Curvo Semedo - Em busca da química da vida. *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura*, 18, pp. 53-57.
- Câmara, M. A. T. G., & Coelho, T. C. (2020). Manuel Telles da Silva (1641-1709) e um gosto erudito pela arquitectura de setecentos. Sociabilidades, vivências e espaços de habitar. In Casa das Artes (Ed.), *Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro* (pp. 841-858). Município de Arcos de Valdevez.
- Castro, R. de (1596). *Tractatus brevis de natura, et causis pestis, quae hoc anno MDXCVI Hamburgensem ciuitatem affligit*. Iacobus Lucius Junior.
- Cohn, S. K., Jr. (2010). *Cultures of Plague: Medical thinking at the End of the Renaissance*. Oxford University Press.
- Cornarius, J. (1546). *Hippocratis Coi medicorum omnium longe principis opera quae ad nos extant omnia. Per Ianum Cornarium medicum physicum Latina lingua conscripta*. Froben.
- Dias, J. P. S. (2007). *Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Evans, R. (1999). An Afterword on the Prologue. In J. Wogan-Browne, N. Watson, A. Taylor, & R. Evans (Eds.), *The Idea of Vernacular: An Anthology of Middle-English Literary Theory, 1280-1530* (pp. 371-378). Pennsylvania State University Press.
- Fonseca, J. (2014). O Palácio de Cristóvão de Moura, Marquês de Castelo Rodrigo e Vice-Rei de Portugal: contributo para o seu estudo. *Promontoria*, 11, pp. 191-201.
- Förg, M. (2020). Die bedrohte Stadt. Rodrigo de Castro und die Hamburger Pestepidemie von 1596/97. In M. Gadebusch Bondio, Ch. Kaiser, & M. Förg (Eds.), *Menschennatur in Zeiten des Umbruchs. Das Ideal des politischen Arztes in der Frühen Neuzeit* (pp. 47-82). De Gruyter.
- Gomes, M. (1603). *De pestilentiae curatione methodica tractatio in qua caussae, signa preambula, medicamina anteprouida et sanantia*. In officina Ioachim Troгнаesii.
- Lemos, M. (1991). *História da Medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. 2nd ed. Publicações Dom Quixote.
- Mercuriale, G. (1577). *De Peste in uniuersum, praesertim uero de Veneta et Patauina*. Basel.
- Mota, B., Pinheiro, C. S., & Silva, G. A. F. (2021). *Rodrigo de Castro. A peste de Hamburgo: Tratado breve da sua natureza e causas*. Introdução, tradução e notas (Prólogo por J. Arrizabalaga). Afrontamento.
- Nunes, A. (1601). *Tractado repartido en cinco partes principales*. Officina de Diogo Gomez Loureyro.
- Nutton, V. (1990). *The Reception of Fracastoro's Theory of Contagion: The Seed That Fell Among Thorns? Osiris*, 6, *Renaissance Medical Learning: Evolution of a Tradition*, pp. 196-234.
- Pina, L. (1944). A vida social lisboeta na 'Polyanthea' de Curvo Semedo. *Revista Municipal*, 20-21, pp. 5-16.
- Pinheiro, C. S. (forthcoming). Os prefácios do tratado de ginecologia de Rodrigo de Castro Lusitano.
- Semedo, J. C. (1680). *Tratado da peste*. Officina de João Galvão.

- Semedo, J. C. (1707). *Observações Medicas Doutrinaes de cem Casos Gravissimos*. Officina de Antonio Pedrozo Galram.
- Siraisi, N. (1990). *Medieval & Early Renaissance Medicine: An Introduction to Knowledge and Practice*. University of Chicago Press.
- Sudhoff, K. (1925). Pestschriften aus den ersten 150 Jahren nach der Epidemie des 'schwarzen Todes' 1348. *Archiv für Geschichte der Medizin*, 17(5/6), pp. 241-291.

Cólera e Carnaval em Porto Alegre (RS/Brasil) na segunda metade do século XIX

CAROLINE P. LEAL*

Resumo

Tomando a doença como objeto de pesquisa e visando discutir a influência das pestes e epidemias nas práticas culturais, o presente artigo apresenta um estudo relativo às doenças e suas dimensões socioculturais. Nosso objetivo é investigar o surto de cólera que assolou a cidade de Porto Alegre (RS/Brasil), em fins de 1855, e suas consequências na forma da população celebrar o carnaval. A partir da análise de fontes como Relatórios dos Presidentes da Província, Código de Posturas Municipais, Termos de Vereança, além de jornais e fontes bibliográficas, indicamos que, embora a epidemia de cólera tenha exercido um grande impacto sobre as sensibilidades individuais e coletivas, parece não ter tido ancoragem no sistema de representação social, facilitando a manutenção de antigas formas de celebração do carnaval, após superado o trauma da experiência epidêmica.

Palavras-chave: Epidemias, Cólera, Manifestações culturais, Carnaval, Entrudo.

Abstract

Having defined disease as a research object and aiming to discuss the influence of plagues and epidemics on cultural practices, this article presents a study on diseases and their sociocultural dimensions. Our objective is to investigate the cholera outbreak that devastated the city of Porto Alegre (RS/Brazil) in late 1855, and its consequences on the way the population celebrated the carnival. Based on the analysis of sources such as Reports of the Presidents of the Province, Code of Municipal Postures, Terms of Council, as well as newspapers and bibliographical sources, we can see that, although the cholera epidemic

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
aentrudeira@gmail.com

had a great impact on individual and collective sensibilities, it does not seem to have had an anchorage in the social representation system, facilitating the maintenance of old forms of celebrating carnival, after overcoming the trauma of the epidemic experience.

Keywords: Epidemics, Cholera, Cultural events, Carnival, Shrovetide.

O mundo atual, marcado pela pandemia da Covid-19, provocou profundas transformações no modo de nos relacionarmos. O isolamento social, necessário para a contenção da propagação do coronavírus, promoveu uma readequação de espaços e lugares, restringindo nossa sociabilidade ao mundo virtual. Se por um lado o momento nos traz muitas incertezas; por outro, nos permite olhar para o passado, em busca dos impactos sociais também causados por outras pestes e epidemias. No século XIX, por exemplo, foi recorrente a disseminação de epidemias como a Peste Bubônica, a Febre Amarela, o Tifo e Cólera pelo mundo. Comuns em cidades portuárias, que possuíam grande circulação de pessoas, e poucos cuidados sanitários, essas doenças provocaram fugas e isolamentos como forma de proteção, afetando os modos de ser e conviver das populações (Balestro, 2017; Kodama & Pimenta, 2020).

A cólera, infecção intestinal aguda causada pela ingestão de *Vibrio cholerae*, uma bactéria presente na água e nos alimentos contaminados por fezes (Organização Mundial Da Saúde, 2011), surgiu na Índia, por volta de 500 a.C. No século XIX, contudo, atingiu uma escala mundial: China, Japão, Europa, América do Norte, alcançando a América do Sul, a partir da segunda metade daquela centúria (Lewinsohn, 2003). Em seu terceiro surto epidêmico, a pandemia foi registrada no Brasil pela primeira vez. A bordo da galera *Deffensor*, que saíra do Porto, em Portugal, com 304 colonos a serviço da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, a moléstia aportou em Belém do Pará. Em menos de um ano, se espalhou pelo restante do país, alcançando o extremo-sul do Império, antes mesmo de terminar o ano (Balestro, 2017).

Desta forma, neste trabalho buscaremos analisar as consequências do surto epidêmico de cólera nas práticas culturais, em especial, nas manifestações carnavalescas, em Porto Alegre (RS/Brasil), na segunda metade do século XIX. De que forma a epidemia de cólera modificou os costumes da população no que tange ao festejar o carnaval? Há de se ressaltar que, embora a epidemia de cólera tenha tido um alto impacto nos índices de mortalidade, ela é relativamente esquecida pela historiografia brasileira e pela população em geral, “sendo mais recordadas outras epidemias de igual importância, como a Gripe Espanhola de 1918/1919” (Balestro, 2017, p. 11). Tomando a doença como objeto de pesquisa e visando discutir a influência das pestes e epidemias nas práticas culturais, apresentaremos um estudo relativo às doenças e suas dimensões socio-culturais, a partir da análise de fontes como Relatórios dos Presidentes da Província, Código de Posturas Municipais, Termos de Vereança, além de jornais – *A Reforma*, *O Mercantil*, *O Guayba* – e fontes bibliográficas.

O campo da História da Saúde teve seu início ainda no século XIX. Uma história tradicional e enaltecedora, focada no destaque às biografias e às “permanentes e inevitáveis vitórias da medicina e da razão sobre a doença e sobre o obscurantismo” (Hochman; Armus, 2004, p. 13). Influenciado pelo renovado olhar dos historiadores e historiadoras, preocupados em compreender as representações de uma cultura em determinado lugar e época, a partir da década de 1960, houve uma ampliação nesse campo de estudos, que se voltou para a compreensão da vida social, política e cultural dos grupos humanos, a partir da ocorrência de enfermidades individuais e coletivas (Balestro, 2017; Witter, 2007).

Ao afetar o viver em sociedade, as doenças contagiosas, sobretudo as que acarretam em grande mortandade, alteram a dinâmica social e podem exercer um grande impacto sobre as sensibilidades individuais e coletivas¹. Visível, sobretudo, no campo cultural, “o macabro se instala na literatura e na arte; propagam-se imagens trágicas, o tema do esqueleto, da dança macabra; a morte está em toda a parte” (Duby, 1998, p. 87). O prazer de levar uma vida em comum e de viver em companhia de outros, dá lugar ao medo de perecer em função da doença, afetando a forma de festejar dos grupos. É neste sentido que, a fim de discutir a experiência social da enfermidade em Porto Alegre e seu impacto sobre as sensibilidades individuais e coletivas, examinaremos as consequências do surto colérico nas práticas culturais da população, em especial, na forma de celebrar o carnaval.

Cólera em Porto alegre

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, localizado ao extremo sul do Brasil, enfrentou um dos seus maiores problemas de saúde coletiva, na segunda metade do século XIX. A cólera, que chegara ao norte do Brasil, no início de 1855, atingiria a cidade no final daquele ano.

O Presidente da Província, barão de Muritiba, em relatório com que entregou a presidência a Jerônimo Coelho, expressava a apreensão que marcou a chegada da moléstia à região, em novembro de 1855: “nessa época infeliz a epidemia da cólera asiática, que dizimara tantas vidas em certas províncias do Norte, e invadira a própria Corte, começou a introduzir-se na Província, sem embargo das medidas preventivas que pus em prática logo depois da minha posse” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856a, p. 9). Chegando a bordo do vapor Imperatriz, vindo do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, o “terrível flagelo” causou por toda a parte “estragos consideráveis, cuja recordação é e será por muito tempo assaz dolorosa”. Embora tenha atingido intensamente outras cidades do Rio Grande do Sul, na “capital a epidemia tornou-se avassaladora” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856a, p. 9).

1 Por sensibilidades entendemos a faculdade humana de sentir, a capacidade de reação física ou emocional diante dos acontecimentos. Neste caso específico, as emoções individuais e coletivas frente ao mal epidêmico.

Em apenas dois meses, 10% da população porto-alegrense faleceu por conta da doença. Joaquina Maria da Conceição, mulher preta, de 66 anos, natural da província, foi a primeira vítima fatal, ocorrida em 30 de novembro de 1855 (Livro de Óbitos N° 2, 1855). Com o aumento no número das mortes nos dias seguintes, a Comissão de Higiene Pública²

[...] tentou organizar mapas de mortalidade por quarteirões, os quais seriam conjugados ao final da epidemia em um mapa geral. [...] recomendou a suspensão das aulas nas escolas públicas, das procissões e pediu que os dobres de sinos das Igrejas fossem terminantemente proibidos, por excitarem o medo e tornarem as pessoas predispostas aos ataques da epidemia. Também sugeriu que o Presidente ordenasse à Santa Casa de Misericórdia – mantenedora e administradora do cemitério extramuros – que recebesse os mortos da epidemia sem as formalidades de praxe e os enterrasse o mais rapidamente possível (Witter, 2007, p. 82).

Nos meses que se seguiram, diversos mortos foram encontrados pelas ruas, não havia carroças suficientes para transportar os doentes, nem as vítimas fatais, tampouco um lugar para cuidar dos enfermos. As pessoas fugiam da cidade para evitar o contágio e nas ruas “eram queimados diversos tonéis de alcatrão como tentativa de espantar os ‘miasmas’ da doença” (Balestro, 2017, p. 57).

No Relatório do Presidente da Província, Jerônimo Francisco Coelho, sucessor do Barão de Muritiba, de 15 de dezembro de 1856 (1856b, p. 167), foi apresentado uma estatística a respeito dos “óbitos da epidemia de *Cholera-morbus* que tiveram lugar nos dois distritos da cidade de Porto Alegre, capital da província de S. Pedro, durante os meses de Dezembro de 1855 e Janeiro de 1856”. Segundo o documento, houve 1742 óbitos: 947 homens e 795 mulheres. Entre as vítimas, 897 eram pessoas livres; e 845, escravizadas. Entre os libertos, as mulheres representavam 47% dos óbitos; enquanto entre as escravizadas foram 44%. Para se de ter uma noção do impacto da epidemia na cidade, Balestro (2017, p. 60) destaca que o número de mortos na cidade era em média de 60 a 70 pessoas por mês, “número bem abaixo das mais de 1.000 pessoas que faleceram somente no mês de dezembro de 1855”.

Em 30 de abril de 1856, a Comissão de Higiene Pública declarou extinta a epidemia em Porto Alegre, mas a dolorosa experiência pandêmica marcaria a vida e a memória dos porto-alegrenses. Jerônimo Coelho, ao propor a organização de um regulamento de salubridade pública, a fim de prevenir novos surtos epidêmicos, afirmava que:

2 Órgão criado por meio do decreto nº 828, de 151, nas Províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, detinha o poder clínico e de polícia, fiscalizando moradias, estabelecimentos comerciais e embarcações que apresentassem riscos à salubridade pública (BRASIL, 1851).

[...] das amargas lições da experiência, quantas vítimas sucumbem, podendo ter sido salvas, se não fora a confusão desordenada e própria das ocasiões de crise, e a falta absoluta de todo o sistema e método no emprego das medidas tendentes a combater uma epidemia em grande escala, principalmente quando chega ao ponto de sua máxima intensidade [...] (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 10).

Desta forma, a fim de traçar medidas preventivas para evitar o retorno da doença, levando-se em consideração a “entrada na estação calma e quente [...] e, especialmente pela falta de asseio e limpeza da cidade, em razão das imundícias, monturos e águas estagnadas, acumuladas em algumas praças, ruas, praias e quintais”, o Presidente da Província nomeou uma “comissão especial de 5 homens, composta do Sr. Chefe de Polícia, do presidente da câmara municipal, do da comissão de higiene, do chefe de seção de obras públicas, e de mais 1 facultativo” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 9). Entre as medidas propostas pela comissão, estava a adoção de um sistema para regularizar o serviço de asseio e limpeza da cidade e a preparação de porções de roupas, medicamentos, utensílios e outros objetos para o pronto atendimento de “alguma nova invasão do mal epidêmico” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 10). Também foram construídos paredões na rua do Poço (atual rua Jerônimo Coelho, em homenagem ao referido governante), abertos valos de esgotos e aterros nos terrenos adjacentes, a fim de fazer com que se desaparecesse o “cúmulo de imundícias, e de toda sorte de despejos, que com escândalo, e consentidamente se lançavam naquele ponto central da cidade a todas as horas do dia e da noite, e que por tantos anos constituíram um foco de infecção permanente e perigoso” (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1856b, p. 10). A falta de água potável era outro problema que também afetava a salubridade cidade, abrindo brechas para um novo surto e ainda para outros males. Desta forma, foram propostas algumas mediadas, como: a captação da água na nascente do Arroio do Sabão (atual Arroio Dilúvio), em Viamão, pois o local era considerado mais limpo do que as águas do rio Guaíba; a construção de bombas de água nas margens do rio; a instalação de oito chafarizes em diversos pontos da cidade; e a criação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense em 1862 (Balestro, 2017).

Embora algumas das propostas para melhoria sanitária tenham se convertido em Posturas Municipais, de acordo com Witter (2007, p. 68), nenhuma das medidas “chegou a vigorar satisfatoriamente, visto as contínuas reclamações da Comissão ao Presidente da província e suas representações contra a falta de fiscalização da Câmara Municipal da capital para que o Código de Posturas fosse efetivado”. À vista disso, em março de 1867, haveria de ser registrado um novo surto de cólera na cidade. De menor impacto, mas com a capacidade de reavivar as lembranças da década anterior.

Tanto na Europa, quanto na América do Norte “o mal do Ganges” impactou profundamente o imaginário da população, “em função das imagens humilhantes

suscitadas pela doença e a forma como esta feria as sensibilidades da época” (Witter, 2007, p. 30). No Brasil e, em especial, em Porto Alegre, também se constituiu um imaginário de terror fundamentado no fato de que a doença “matava não somente metade daqueles que contaminava como também os matava em poucas horas e de maneira degradante” (Witter, 2007, p. 31). É neste sentido que se faz importante averiguar os impactos dessa enfermidade sobre as sensibilidades individuais e coletivas. No caso de Porto Alegre, o trauma da experiência colérica foi capaz de modificar costumes arraigados nas práticas carnavalescas da população, como veremos a seguir.

O carnaval em Porto Alegre no século XIX

Porto Alegre começou a ser ocupada ainda na primeira metade do século XVII, mas seu processo de povoamento só teria início com a chegada de 60 casais açorianos, em 1752. Promovida pela Coroa portuguesa, a vinda dos “Casais D’El Rei” visava o povoamento da zona missioneira - região localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, distante 500 km da capital - que cabia a Portugal, desde o Tratado de Madrid (1750) (Pesavento, 1991). Os casais açorianos ficariam vinte anos assentados em terras que pertenciam, primeiramente, à Jerônimo de Ornellas e, posteriormente, ao jovem açoriano Inácio Francisco de Melo. Em 1772, as terras da sesmaria foram desapropriadas e divididas em meias datas entre as famílias assentadas. Houve ainda a demarcação de lotes, ruas e estrada e iniciou-se a construção dos primeiros edifícios cívicos e religiosos, como a Igreja Matriz, criando-se a freguesia denominada de São Francisco dos Casais (Pesavento, 1991; Simanski, 1998). No ano seguinte, a freguesia passou a ser a sede da administração do governo provincial, sendo elevada à categoria de vila, com a denominação de Porto Alegre, em 1810 (Freitas, 2010).

Em sua bagagem, os casais açorianos também trouxeram a forma portuguesa de celebrar o carnaval: o jogo do entrudo. Caracterizado como intróito de quaresma, três dias que precediam os quarenta de preparação para a Páscoa, no entrudo o povo divertia-se molhando uns aos outros, atirando farinha e polvinho, empregando peças jogosas e banquetando-se (Faria, 1861). De acordo com Flores (1999, p. 152) “era uma verdadeira batalha para molhar alguém com água jogada de balde, bacia ou seringa, com arremesso de limão de cheiro. [...] homens e mulheres se empenhavam em loucas correrias e agarramentos, jogando água. Era um salve-se quem puder!”

Apesar de ser largamente praticado, desde o início da colonização de Porto Alegre (Ferreira, 1970), com o passar dos anos, o entrudo passou a ser severamente criticado. Em 1839, por exemplo, o jornal *O Guayba* (Porto alegre, 11 de janeiro de 1839, p. 4), ao recriminar o jogo, bradava: “o veneno da saúde, o terrível sedutor da mocidade, o carrasco ordinário dos velhos, nunca terá a minha aprovação e dou a minha porção aos que só querem divertimentos mulheris e depois são reduzidos a se arrependem (*O Guayba*, Porto alegre, 11 de janeiro de 1839, p. 4).

As críticas à popular brincadeira destacavam tanto aspetos de ordem moral, em função dos excessos que seriam praticados durante o carnaval, quanto questões relativas ao prejuízo da saúde dos indivíduos. João Cândio Gomes³, sob o pseudônimo de O Estudante, em *Crônicas de Porto Alegre*, complemento da edição dominical do jornal *O Mercantil*, demonstrava sua insatisfação com o início do festejo entrudesco: “[...] primeiro dia em que cada qual tem o direito de estragar a roupa da gente e, o que não é melhor, de estragar a saúde” (*O Mercantil*, Porto Alegre, fevereiro de 1852).

É interessante destacar que Porto Alegre passará por um considerável crescimento populacional nas primeiras décadas do século XIX, como é possível perceber na tabela abaixo:

Tabela 1 – População estimada de Porto Alegre (1780-1858).

ANO	Nº DE HABITANTES
1780	1500 habitantes
1803	3927 habitantes
1808	6000 habitantes
1820	12 000 habitantes
1846	16 000 habitantes
1850	24 000 habitantes
1858	18 645 habitantes

Fonte: Simanski, 1998.

Embora se possa questionar a precisão desses dados para um levantamento populacional, ao observá-los podemos estimar um significativo aumento da população em Porto Alegre, que em 70 anos teria um crescimento de 1600%⁴. Conforme a população ia crescendo, novas demandas somavam-se às necessidades da vila. De acordo com Freitas (2010, p. 5), a

[...]região que praticamente configurava-se como uma aldeia caracterizada por moradores que se fixavam em ranchos, datas, sítios e/ou demais pedaços de terras, foi adquirindo um

3 João Cândio Gomes nasceu em Porto Alegre, em 1836. Jornalista, iniciou sua carreira como tipógrafo e colaborador do jornal *O Mercantil*, aos 16 anos de idade. O jornal *O Mercantil* foi fundado com João José de Faria Villasboas e circulou em Porto Alegre, entre 1º de dezembro de 1849 e 1865. Em 1874, João Cândio Gomes fundou um periódico homônimo, que circulou até 1897 (Franco, 2006).

4 Há de se destacar ainda o decréscimo populacional, verificado a partir da década de 1850, muito provavelmente em função da epidemia de cólera (Weber, 1992).

novo cenário que, mesmo de maneira muito provinciana, já acenava para a urbanização e a modernização, que teriam seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX.

Neste sentido, é preciso observar o combate à brincadeira do entrudo neste processo de surgimento das cidades brasileiras no pós-independência. Do tranquilo povoado do século XVIII, Porto Alegre passara a uma cidade em crescimento, a cada dia mais agitada, “onde se estabeleciam negócios, compras, vendas e demais relações comerciais, legitimando sua posição como importante posto de trocas comerciais e centro de decisões administrativas da Província” (Freitas, 2010, p. 5). A brincadeira carnavalesca já não era mais praticada somente entre famílias amigas e conhecidas, podendo ser fonte de desavenças e conflitos entre aqueles que não queriam “cair na folia” e aspiravam sinais de um novo tempo.

Com o objetivo de organizar a vida urbana e definir as regras de convivência, em 1829, foi elaborado o Código de Posturas Municipais de Porto Alegre. De acordo com Beatriz Weber (1992, p. 8), formulados pelas autoridades locais, esses códigos serviriam para regular o dia a dia da população: um “conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a preservação da ordem e a segurança pública, incluindo aí as relativas à saúde pública”. Há de se destacar que a salubridade era uma das alternativas de prevenção de epidemias e que a higiene das cidades, pressupunha uma questão disciplinar, pois a “disciplina promoveria a profilaxia do comportamento” (Silva, 1997, p. 143).

Portanto, num primeiro momento, a ideia era disciplinar o espaço da rua. Neste sentido, no final de janeiro de 1832, a fim de regular a prática carnavalesca, os Termos de Vereança adotaram, “para ser incluído no Código de Posturas, um artigo proibindo o Entrudo aprovado na Câmara Municipal da Capital do Império” e, dias depois, enviaram “Editais ao Juiz de Paz da Cidade e Freguesias do Termo ordenando que se faça cumprir a nova Postura que proíbe o Entrudo” (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, 1994a).

Em 1834, o Conselho Geral da Província, organismo deliberativo com competência administrativa, que antecedeu a Assembleia Legislativa provincial, recebeu dos termos de vereança o Edital de 1832, contendo as razões da proibição do Entrudo no município, e o acatou (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, 1994b). Desta forma, foi estabelecido que:

Fica proibido o jogo do Entrudo dentro do Município: qualquer pessoa que o jogar, incorrerá na pena de dois mil reis á doze, e não tendo com que satisfazer, sofrerá de [dois] a oito dias de prisão: sendo escravo sofrerá oito dias de Cadeia, caso seu senhor o não mande castigar no Calabouço com cem açoites, devendo uns e outros infratores ser conduzidos pelas Rondas Policiais á presença dos Juizes de Paz para os julgarem á vista das partes, e

testemunhas, que presenciarem a infração. As laranjas d'entrudo, que forem encontradas pelas Ruas, ou estradas serão inutilizadas pelos Encarregados das Rondas. Aos Fiscais com seus Guardas também fica pertencendo a execução desta Postura (Porto Alegre, 2013).

Por conseguinte, no próximo ano, os termos de vereança já tomavam providências para proibir o Entrudo na cidade (Arquivo Histórico De Porto Alegre Moysés Vellinho, 1994d). Contudo, mesmo com a interdição, o jogo das molhadelas continuava a ser largamente praticado. De acordo com Flores (1996, p. 157), nem a ameaça de multa e de chicotes haveriam de esfriar os ânimos dos foliões. Refugiando-se em suas janelas, os brincantes mandavam “água e farinha nas patrulhas policiais. Os guardas voltaram ao quartel molhados e sem nenhum preso. A desgraça alheia, roupa molhada e penteado desfeito, provocavam gargalhadas e ditos graciosos”.

Em setembro de 1835, iniciava um dos principais conflitos armados que marcariam a história e a historiografia da região, a Revolução Farroupilha⁵. A fim depor o Presidente da província Antônio Rodrigues Braga, os revoltosos atacaram a capital, Porto Alegre. A resistência ao cerco farroupilha valeu à cidade o título de “mui leal e valorosa”, ao mesmo tempo em que trouxe problemas no que tange à salubridade pública, em função da concentração da população sitiada (Pesavento, 1991). De acordo com Flores (1996, p. 195), nem mesmo durante a Revolução Farroupilha, com o cerco da cidade entre 1836 e 1839, a população deixou de jogar o entrudo.

A permanência do costume carnavalesco é constatada nas palavras de João Cândio Gomes que, ao retratar os acontecimentos locais, no ano de 1852, destacava:

[...] chegando o tempo do entrudo, acabam as cerimônias; em lugar da barretada o indivíduo olha para a individua e zás... E lá vai essa meia livra de água, dentro de um limão de cera, lavar-lhe a cara. As meninas fazem o mesmo: todo o ano com um abaixar da cabeça muito sisudo correspondem aos cumprimentos, no entrudo, é com outro limão de cheiro, ou com uma caneca de água sem cheiro, que mostram a sua benevolência (O *Mercantil*, Crônicas de Porto alegre, Porto Alegre, fevereiro de 1852, p. 50).

Entretanto, a epidemia de cólera que se alastrava pelo mundo e chegara também à porção meridional do Brasil, haveria de modificar esse cenário. Com a cólera matando em torno de 1000 pessoas por dia na cidade, nenhum folião ou foliona se atreveu a jogar o limão de cheiro ou canecas e baldes d'água, naquele carnaval de 1856. Há de ressaltar que o acesso à água potável era um dos problemas de salubridade pública da cidade. As águas do rio Guaíba serviam de fonte direta para o consumo da população,

5 De acordo com Pesavento (2014, p. 10), a Revolução Farroupilha foi uma “rebelião dos senhores de terra e gado gaúcho contra a dominação que a oligarquia do centro do país, beneficiária da independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira”. O conflito perdurou por dez anos e ameaçou a unidade do Império.

mas nele também se costumava lavar as vestimentas, inclusive de enfermos, e proceder o descarte do lixo (Balestro, 2017). A água contaminada foi, provavelmente, uma das causas da proliferação da doença.

No ano seguinte, sob o pseudônimo de *O Freguês*, Pedro Antônio de Miranda⁶, anunciava a chegada do carnaval. Na coluna Revista, do jornal *O Guayba*⁷, o escritor fazia uma resenha cômica dos eventos da cidade e pedia que a população preparasse “flores e doces, máscaras e carros” para a folia: “quero ver as meninas à janela sem medo dos imprudentes limões [...], o divertimento aguado fica abolido no código do bom tom, [...] brinquemos sem molestar o corpo e o juízo, que eu respondo por vós”, escrevia ele (*O Guayba*, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1857, p. 37).

Nada de novo havia no pedido de *O Freguês*, há anos a brincadeira era condenada. Já proibida no Código de Posturas Municipais, deveria também ser extinta das normas de bom procedimento, de um comportamento socialmente correto e bem-educado. Desta vez, contudo, o pedido da imprensa haveria de ser atendido e, no mês seguinte, *O Freguês* finalmente pode anunciar que “desapareceu o limão antediluviano, cessaram os batizados públicos, sucederam-lhe as máscaras ainda em pequeno número, mas sempre assaz para indicar as futuras alegrias, lembrando-se que a criança virá a crescer” (*O Guayba*, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1857, p. 69).

Reformador de costumes, o medo da cólera foi capaz de fazer com que a população deixasse de jogar o entrudo. Em seu lugar, houve “bailes masqués no - Café da Fama - e foram bem concorridos tanto por famílias, como por máscaras, entre as quais algumas se distinguiam pelo incansável humor com que desempenharam seus papeis de ocasião” (*O Guayba*, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1857, p. 69). O Carnaval à moderna, como chamava *O Freguês*, era uma alternativa ao antigo entrudo. Note-se que no Rio de Janeiro, capital do império, em 1855, foi fundado o primeiro clube carnavalesco – o Congresso das Sumidades Carnavalescas, representando “o choque entre a Desordem do Entrudo e a dignificação da folia, explicitada pela venezificação do carnaval carioca” (Alvares, 2014, p. 17).

6 Pedro Antônio de Miranda nasceu em Porto Alegre, em 14 de novembro de 1843. Foi colaborador do jornal *O Guayba*, entre seus 13 e 14 anos, onde mantinha a coluna “Revista”. Diplomado professor pela Escola Normal da capital, foi professor primário em Santa Maria e São Borja e fundador e diretor de uma escola primária em Itaqui, todas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Foi, ainda, advogado provisionado em Porto Alegre e Uruguaiana, tabelião em Pelotas e Itaqui. Sua atuação jornalística teve lugar na capital e em Pelotas. Publicou críticas, crônicas, poemas, poemas em prosa, quadras humorísticas e almanaques.

7 O jornal *O Guayba*, primeiro periódico literário do Rio Grande do Sul, foi lançado no dia 03 de agosto de 1856 e circulou até 26 de dezembro de 1858. Era impresso nas oficinas da Tipografia Brasileira-Alemã. Seus redatores eram Carlos Jansen, editor e também proprietário da Tipografia, e João Vespúcio de Abreu e Silva. Criando um modelo de imprensa literária no estado, deu espaço para as ideias dos principais representantes da primeira geração romântica local e nomes promissores da época, como: Félix da Cunha, Miguel Meirelles, Rita Barem de Melo, Zeferino Vieira Rodrigues Filho, João Capistrano Filho, Catão Damasceno Ferreira, Eudoro Berlink e Furtado Coelho, entre muitos outros (Strelow, 2016).

Concebido para ser um festejo civilizado e civilizador, o carnaval veneziano correspondia às aspirações de modernidade almeçadas para o futuro da nação; enquanto o entrudo era caracterizado como uma bárbara tradição. A “civilização dos costumes” incluiria, assim, o abandono de práticas consideradas insalubres, como o velho jogo das molhadelas.

A preocupação com um novo surto epidêmico era constante, tanto que eram traçadas medidas preventivas, como vimos anteriormente. Embora não tenha sido registrado casos de cólera, entre junho de 1856 e março de 1867, temores sobre um possível retorno da doença alarmavam as autoridades e qualquer questão poderia ser vista como uma ameaça (Balestro, 2017). De acordo com Witter (2007, p. 265),

[...] o impacto emocional de uma epidemia (tanto quanto seus números de obituário) *pode* gerar debates, ações e até mesmo modificações mais, ou menos, sutis em uma sociedade. Seu poder principal é o de trazer à tona problemas, males e questões que já existem no universo atacado. As epidemias os tornam mais visíveis, os aprofundam, os revalorizam diante dos olhos dos seus contemporâneos. Cada sociedade reagirá a este impacto de acordo com suas especificidades, sua história e o contexto tecnológico, moral e político em que vive.

Como vimos, a brincadeira do entrudo já era há muito tempo condenada, vista por uma parcela da população como um mal a ser extinto. A partir da experiência epidêmica da cólera e de seus efeitos sobre as sensibilidades individuais e coletivas, potencializou-se o “problema do entrudo”, enquanto ameaça à salubridade pública. Neste sentido, mudar a forma de festejar o carnaval - bailes de máscara ao invés do jogo das molhadelas – pode ser entendida como uma reação da coletividade frente às calamidades despertadas pelo “terrível flagelo”, uma ação preventiva que partiu, não do poder público, mas da própria população, em consequência do trauma da primeira grande epidemia vivenciada na cidade. Nem leis, multas ou castigos, tampouco a guerra, foi capaz de conseguir o que a cólera efetivou. De acordo com Nascimento *et al* (2018, p. 410), “quando incurável e mortal, a doença tende a assumir uma forte carga simbólica no imaginário coletivo, entrelaçada psicossocialmente ao agir humano”. Deste modo, vê-se que o medo da doença fez com que a população modificasse suas práticas culturais, transformando sua maneira de celebrar o carnaval.

Em 1867, uma segunda epidemia de cólera atingiu a cidade. Desta vez, contudo, a mortalidade registrada foi muito menor do que a anterior, perecendo 0,7% da população em função da doença (Witter, 2007). A baixa intensidade do novo surto talvez tenha contribuído para que a população pudesse dar uma nova significação para a experiência epidêmica, permitindo-se reviver antigos costumes. Assim, o entrudo, que parecia ter sido abolido das práticas carnavalescas de Porto Alegre, haveria de ressurgir no carnaval de 1869: “jogou-se muito o entrudo que desde 1855 estava abolido, tanto que já não eram suficientes os limões, serviam bacias, jarros, canjirões, copos e canecas grandes, seringas que levavam uma medida d’água”, noticiava o jornal *Arcadia*.

À vista disso, podemos observar que embora tenha causado um grande impacto sobre as sensibilidades da época, fazendo com que a população se abstivesse da brincadeira por mais de uma década, a experiência da cólera em Porto Alegre parece não ter tido ancoragem no sistema de representação social. De acordo com Nascimento (2014), a representação social da doença pode ser entendida como “um conjunto de imagens, sentimentos, configurações plásticas ou literárias, bem como valorações, pelo qual, apesar de seus diferentes modos de manifestação, doenças específicas vêm sendo ao longo do tempo representadas nas mentalidades coletivas”. Uma vez constituídas, essas representações coletivas moldam as condutas sociais e morais (Nascimento et al, 2018). Embora o primeiro surto de cólera tenha despertado o medo da população, fazendo com que buscasse ações preventivas ao flagelo, ao que tudo indica, não houve um enraizamento social da representação da peste, nem sua integração cognitiva ao sistema de pensamento preexistente e às transformações decorrentes (Sega, 2000). Isso pode ter facilitado o ressurgimento do entrudo, após superado o trauma da primeira epidemia. Afinal, como destacam Nascimento et al (2018, p. 42), “em cada contexto epidêmico, os costumes e regras sociais influenciavam a elaboração das diferentes respostas às doenças e na experiência do adoecimento”.

Isto não significa dizer que, com a volta da velha brincadeira, a imprensa não tenha utilizado argumentos que lhe atribuíam um caráter de ameaça à saúde pública, recorrendo ao discurso sanitário como forma de amedontar as folionas: “[...] Não é, porém digno das humanas filhas do Rio Grande, num tempo em que o tifo, a febre e a tísica dizimam a população, ensopar d’água os que transitam nas ruas banhados em suor?” (*A Reforma*, 15 de fevereiro de 1871. Apud: Ferreira, 1970, p. 19). Com vistas à abolição do entrudo e disciplinarização das ruas, utilizava-se a dimensão biológica dos corpos como argumento diferenciador e regulamentador do comportamento:

[...] ainda menos conveniente se pode dizer que é este jogo para as damas, pois a sua natureza, em certas ocasiões, tem exigências que não se dão bem com água fria, e mais de uma donzela robusta e viçosa tem deixado de ver o carnaval seguinte por haver sido arrebatada pela tísica, provocadas pelas águas aromáticas do limão (*A Reforma*, 15 de fevereiro de 1871. Apud Ferreira, 1970, p. 18).

Vale lembrar que, no que tange à cólera, os homens foram as maiores vítimas da doença, tanto entre escravos, quanto livres, perfazendo 54% das mortes em Porto Alegre, entre os meses de dezembro de 1855 e janeiro de 1856. O jornal *A Reforma*, contudo, reforça seu argumento sanitário alegando maior fragilidade do corpo feminino frente a algumas doenças. Ao condenar veementemente o retorno do jogo, o periódico defendia a implantação de uma nova forma de se brincar o carnaval, mais “moderna” e “civilizada” – aos moldes do que já havia sido proposto no Rio de Janeiro com o Congresso das Sumidades Carnavalescas –, trazendo para Porto Alegre o sonhado requinte do carnaval veneziano.

Isto posto, podemos perceber, como afirmam Hochman e Armus (2004, p. 17), o quanto o “processo saúde-doença diz respeito não apenas à salubridade ou insalubridade de nossos países, mas é revelador, constituinte e formador de aspetos cruciais da modernidade e da história social, política, intelectual e cultural latinoamericana”.

Conclusão

Ao se tornarem objetos de estudo da História, as doenças e enfermidades, mais especialmente as epidemias, como acontecimentos coletivos que alteram a dinâmica social, nos permitem buscar entender o universo mental – os modos de ser, as maneiras de pensar, as crenças que caracterizariam os indivíduos e/ou as coletividades de determinada uma época. Neste sentido, vimos que, embora o jogo do entrudo fosse proibido por lei e criticado pela imprensa, foi somente a experiência traumática da epidemia de cólera que conseguiu arrefecer os ânimos dos foliões e folionas porto-alegrenses, fazendo com que a população abdicasse de sua tradicional forma de celebração do carnaval.

O abandono da prática do entrudo nos anos que se seguiram não deixou de ser uma resposta coletiva de enfrentamento à doença. Ao impactar as sensibilidades individuais e coletivas, o medo da doença modificou costumes arraigados nas práticas carnavalescas da população, por quase quinze anos. Contudo, ao ser atingida por um novo surto epidêmico, a baixa intensidade no número de mortos, parece ter aplacado a forte carga simbólica da epidemia anterior.

Apesar de ter causado um grande impacto na sociedade porto-alegrense, a cólera e a experiência epidêmica não foi capaz de transformar as mentalidades de uma época no que tange ao festejar. No embate pela disciplinarização das ruas, pela civilização dos costumes, em busca de cidades salubres, representantes do progresso e da modernidade, novas formas de celebração do carnaval foram propostas. Contudo, o entrudo, enquanto uma herança cultural, parecia estar enraizado nos modos de festejar da população e retornaria depois de superada a traumática experiência epidêmica. Nem a cólera haveria de enterrá-lo para sempre!

Bibliografia

- Alvares, L. C. (2014) *O Rio Civiliza-Se: Memórias das Sociedades Carnavalescas, Uma Perspectiva Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994a). *Termos de Vereança*. Livro 11, 31 de janeiro de 1832. In: Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994b). *Termos de Vereança*. Livro 11, 8 de fevereiro de 1832. In: Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.

- Arquivo Histórico De Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994c). *Termos de Vereança*. Livro 11, 21 de janeiro de 1834. In: Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.
- Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. (1994 d). *Termos de Vereança*, livro 12, 25 de fevereiro de 1835. In: Porto Alegre, Prefeitura Municipal. Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (1825-1835). Volume VII. Secretaria Municipal da Cultural.
- Balestro, E. P. (2017). *Crenças, tradições e disputas: a epidemia do cólera de 1855. Trabalho de conclusão de curso* (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Brasil. *Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850*. (1850). Concede ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendão melhorar o estado sanitario da Capital e de outras Povoações do Imperio.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>.
- Duby, G. (1998). *Ano 1000 ano 2000 na pista de nossos medos*. Ed. UNESP.
- Flores, M. (1996). Do entrudo ao carnaval. *Estudos Ibero-Americanos*, 22(1), pp. 149-162.
<https://doi.org/10.15448/1980-864X.1996.1.28783>
- Franco, S. da C. (2006). *Guia Histórico de Porto Alegre*. Editora da Universidade (UFRGS).
- Freitas, D. L. (2010). Encontros com Porto Alegre: a freguesia, a vila e a cidade (1772-1835). In: *X Encontro Estadual de História da ANPUH*, Santa Maria, RS.
- Hochman, G. & Armus, D. (Org.). (2004). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. FIOCRUZ.
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&Pesq=cholera&pagfis=2864>
- Kodama, K. & Pimenta, T. S. (2020). *Condições de vida e vulnerabilidades nas epidemias: do cólera no século 19 à Covid-19*. Fiocruz.
<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1794-condicoes-de-vida-e-vulnerabilidades-nas-epidemias-do-colera-no-seculo-19-a-covid-19.html#.YEIaiFVKjcc>
- Lewinsohn, R. (2003). *Três Epidemias: Lições do passado*. Editora UNICAMP.
- Livro de Óbitos N° 2 (22/03/1853-11/12/1855). Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Transcrição. Apud: Balestro, Ernesto Pereira. (2017). *Crenças, tradições e disputas: a epidemia do cólera de 1855. Trabalho de conclusão de curso* (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nascimento, D. R.; Vianna, E. S.; Moraes, M. C. & Silva, D. S. F. (2018). O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos, Revista de História da Ciência*, nº 6, pp. 31 - 47.
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/31122/2/Nascimento_O%20indiv%C3%A9duo%20e%20sociedade%20e%20a%20doen%C3%A7a.pdf
- Nascimento, D. R. (2014). A representação social das doenças como peste. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n.2.
http://www.sbhcc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=776

- Pesavento, S. J. (1991). *Memórias Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- Pesavento, S. J. (1994). *A Revolução Farroupilha*. Martins Livreiro.
- Porto Alegre (RS). (2013). Secretaria Municipal da Cultura. Livro de registro das posturas municipais de 1829 até 1888. Editora da Cidade: Letra & Vida.
- Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1856a). *Relatório com que o conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Presidente e comandante das armas, conselheiro e general Jerônimo Francisco Coelho*. Mercantil.
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=1056>
- Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1856b). *Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Jerônimo Francisco Coelho*. Mercantil.
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=1275>.
- Sêga, R. A. (2000). O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, n.13.
- Silva, M. L. da. (1997). *Do império da lei às grades da cidade*. EDIPUCRS.
- Simanski, L. C. P. (1998). *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. EDIPUCRS.
- Strelow, A. (2016). Primórdios da imprensa literária no Rio Grande do Sul - A história do jornal O Guayba. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(2). pp. 19-37.
<https://doi.org/10.1590/1809-5844201622>

Santos: porto do café e das epidemias - experiências, cotidiano e imigração

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS*

BRUNO BORTOLOTO DO CARMO**

Resumo

Estes escritos priorizam a análise das epidemias que atingiram o porto de Santos (São Paulo/Brasil) entre 1860 e 1910, observando as vivências cotidianas dos imigrantes (portugueses, incluindo madeirenses), o processo de crescimento da cidade-porto e as questões urbano-sanitárias que possibilitaram a expansão de surtos de febre amarela, varíola, peste bubônica, entre outras doenças, cuja intensidade gerou desconfiança sobre o porto, que recebeu a alcunha de “porto maldito”. A investigação encontra-se sedimentada numa ampla e diversificada documentação que inclui os manuscritos do Arquivo Público de Santos (FAPS), relatos de viajantes, fontes médicas e sanitárias, imprensa local, nacional e internacional.

Palavras-chave: Epidemias, Santos, Cotidiano, Imigração, Medo.

Abstract

These writings prioritize the analysis of the epidemics that hit the port of Santos (São Paulo/Brazil), between 1860-1910, observing the daily experiences of immigrants (from Mainland Portugal and Madeira), the growth process of the city-port and urban-sanitary issues that enabled the expansion of outbreaks of yellow fever, smallpox, bubonic plague, among other diseases, the intensity of which generated distrust about the port that received the nickname “porto maldito”. The research is based on numerous and varied documentation that includes manuscripts from

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
mismatos@pucsp.br

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
bruno.bort@gmail.com

the Public Archives of Santos (FAPS), reports from travelers, medical and health sources, local, national and international press.

Keyword: Epidemics, Santos, Daily Life, Immigration, Fear.

Estes escritos priorizam a análise das epidemias que atingiram o porto de Santos (São Paulo/Brasil), entre 1860 e 1910, observando as vivências cotidianas dos imigrantes (portugueses e madeirenses), o processo de crescimento da cidade-porto e as questões urbano-sanitárias que possibilitaram a expansão de surtos de febre amarela, varíola, peste bubônica, entre outras doenças, cuja intensidade gerou desconfiança sobre o porto, que recebeu a alcunha de “porto maldito”. A investigação encontra-se sedimentada numa ampla e diversificada documentação que inclui os manuscritos do Arquivo Público de Santos (FAPS), relatos de viajantes, fontes médicas e sanitárias, imprensa local, nacional e internacional.

Santos: cidade-porto

Na segunda metade do século XIX, a expansão da produção cafeeira rumo ao Oeste do estado de São Paulo/BR encontrou, entre outras dificuldades, a do transporte e escoamento do produto, obstáculo superado com a inauguração da ferrovia Santos-Jundiaí (1867), que possibilitou um transporte regular, eficiente e seguro, impulsionando ainda mais a cafeicultura. A partir de então, as exportações do produto foram concentradas no porto de Santos, desencadeando um processo contínuo de crescimento da cidade.

Esse momento coincide com o processo de mundialização e expansão capitalista, aumento das conexões internacionais através da difusão dos transportes a vapor (trens e navios), intensificação dos deslocamentos de mercadorias, capitais e pessoas. Essas transformações nas formas de circulação e comunicação chegaram a Santos, através do trinômio navios transatlânticos (rotas dos vapores estabelecidas, 1870), locomotivas (1867) e conexão através de telégrafo internacional (*Western Telegraph*, 1873).

Na virada do século XIX para o XX, Santos adquiriu centralidade devido à ampliação das exportações da produção cafeeira e da entrada de mercadorias importadas, somadas ao expressivo contingente de imigrantes que chegavam à cidade. Os velhos problemas urbanos foram potencializados com o crescimento desordenado do movimento portuário e da população, enfrentando as dificuldades dos ancoradouros desarranjados, precária vigilância sobre as embarcações, ruas estreitas com trânsito intenso de carroças, elevado número de cocheiras e cortiços e agravamento das condições ambientais, fazendo com que os surtos de epidemias se tornassem constantes.



Figura 1 – Porto do Valongo.
Autor: Marc Ferrez, déc. 1880
Acervo Instituto Moreira Salles

O porto era composto por trapiches velhos e malconservados, não comportava adequadamente o crescimento do tráfego marítimo, criando obstáculos para a agilidade das atividades – havia lentidão no embarque-desembarque e até congestionamentos, com navios fundeados na Costa Santista por longos períodos à espera do momento de carga e/ou descarga. Essa situação se agravou nas décadas de 1880 e 1890, quando as exportações de café por Santos ultrapassaram aquelas do porto do Rio de Janeiro.

A precária situação sanitária da cidade levava ao afastamento dos navios, causando prejuízos aos negócios. Desta feita, intensificavam-se as preocupações quanto à reorganização, higienização do espaço urbano e aparelhamento/modernização do porto, ainda com o sistema de trapiches. Nesse contexto, visando modernizar as atividades e remodelar o porto, a Companhia Docas de Santos ganhou o contrato para a construção do novo cais, através de uma concessão muito lucrativa e monopolística de quase cem anos. As obras foram iniciadas em 1890 e o primeiro trecho do novo de cais de pedra foi entregue em 1892 (Honorato, 1996; Lanna, 1996; Gitahy, 1992).

O processo de exportação do café demandava articulações entre várias etapas, desde a produção até o embarque final. Apesar de a estrada de ferro e o porto serem de empresas distintas, possuíam interesses convergentes e buscaram a integração de ações para que as mercadorias fluíssem eficientemente, atingindo o consumidor internacional.

As sacas de café, ao chegarem a Santos, eram descarregadas dos vagões dos trens e colocadas nos depósitos, alinhados ao longo da via férrea. Carroças e carretões estacionavam junto a esses locais e retiravam a mercadoria, iniciando o transporte para os

armazéns e/ou para o porto. Os carroceiros, na sua maioria imigrantes portugueses e madeirenses, dividiam entre si essas atividades, que dependiam da safra – seu ritmo era intensificado e o número de carroças transitando crescia proporcionalmente ao aumento da quantidade de café exportada. Pelas ruas estreitas, sob um calor sufocante, os carroceiros corriam ao lado dos veículos puxados a burro; nos armazéns era feita a viragem, a mistura e o reensaque do café para exportação. Para o embarque os trabalhadores subiam e desciam com sacos nos ombros as pranchas do cais para o convés dos navios, ou de um navio para outro.



Figura 2 – Porto de Santos após a construção do cais de pedra, década de 1900.

Autor: Guilherme Gaesly

Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Os portos, além de porta de saída dos produtos (em Santos, o café), recebiam mercadorias, visitantes e imigrantes. Os finais do século XIX e inícios do XX foram marcados por intensos deslocamentos de imigrantes, migrantes e ex-escravizados que, na busca por novas oportunidades, tinham em Santos um polo de atração. A urbe passou por um crescimento demográfico, a população de pouco mais de 9.000 habitantes (1872) ampliou-se para quase 30.000 habitantes (1893), em 1913 totalizavam mais de 89.000 moradores, sendo que os imigrantes representavam 42,5% do total da população, com destaque para portugueses (entre eles os madeirenses¹) – em cada 100 habitantes, 25 eram portugueses (Santos, 1913).

1 Vários portugueses eram provenientes da Ilha da Madeira, em Santos, concentrando-se nos morros de São Bento e do Pacheco. Na Madeira, eram agricultores, habituados a plantar nas encostas, em Santos

O número de habitações existentes não acompanhava as necessidades da população crescente, que enfrentava dificuldades com a moradia, amontoando-se pelos becos e vielas em cortiços, habitações precárias e superlotadas. Quase todos os cortiços se encontravam em estado deplorável e péssimas condições sanitárias, sem água, esgoto e iluminação, eram úmidos, pouco ventilados e com falta de latrinas. Eram locais com grande acúmulo de pessoas, “casinhas”, “quartinhos”, “cubículos” baixos, alguns feitos de tábuas ou caixotes, cobertos de zinco, compostos de um só cômodo ou habitações coletivas, incluindo sublocações de quartos e porões, moradias nos fundos de quintais e pátios, quartos anexados às tavernas, botequins, bilhares, casas de pasto e de prostituição.

Dada a escassez de locais para viver, havia também as cocheiras-cortiços, que em sua maioria eram também habitações coletivas, onde cocheiros e carroceiros viviam com suas famílias em palanques construídos sobre as baías, coabitando com mulas e cavalos. Como outros cortiços, não tinham água nem esgoto, eram abafados e insalubres. (Blume, 1996) Essas moradias eram ocupadas por imigrantes, majoritariamente, portugueses e madeirenses.

O grande número de cocheiras facilitava a difusão de ratos e pulgas, transmissores da peste bubônica, já as águas paradas nas ruas e nos pátios difundiam o mosquito vetor da febre amarela, que, juntamente com outras epidemias, atingiam particularmente a população pobre e os imigrantes, considerados “não aclimatados” e mais vulneráveis.²

O conjunto dos problemas foi delineado como questão urbana, a situação preocupava autoridades, médicos, comerciantes, comissários e exportadores de café, que passaram considerar a cidade-porto um organismo doente, vulnerável às febres e epidemias. Tornavam-se urgentes ações de controle à difusão das doenças e contágio (regras de entrada, inspeção e controle, quarentena, isolamento). Propalava-se a necessidade de intervenções (“ações de cura”) saneando a área, com particular atenção aos assuntos de saúde público-sanitária, medidas vinculadas aos pressupostos de higienização, difundia-se a necessidade de remodelações garantindo o bom funcionamento portuário e combatendo a alcunha de “porto maldito”³.

fizeram terraceamento, construíram escadas de pedra, sistemas de escoamento de água e formaram pequenos lotes, cujos cuidados eram entregues quase que exclusivamente às mulheres, que plantavam verduras, hortaliças e legumes, criavam suínos, galinhas e gado leiteiro. Essa produção era toda comercializada na cidade pelas ilhoas, que ainda plantavam cana, fabricavam pinga e faziam doces, também trabalhavam como catadoras de café, dedicavam-se à costura da sacaria para o café e bordados, atividade que traziam como tradição da terra natal. (Matos, 2004; Matos, 2019)

- 2 O número elevado de imigrantes infectados e mortos pelas doenças epidêmicas era um dado relevante e se tornou um dos consensos entre as correntes científicas da época, que os consideravam “não aclimatados” e mais propensos a adoecer. (Benchimol, 1999, p. 104)
- 3 As referências a “porto maldito”, apesar de não serem evidenciadas na documentação consultada, permaneceu ao longo dos tempos, ecoando na memória coletiva e se fazendo presente na historiografia. (Pereira, 1980; Lopes, 1974; Gambeta, 1986; Vieira, 2006; Blume, 2011)

Santos - porto febril

Desde os tempos coloniais que Santos era assolada periodicamente por surtos epidêmicos, sendo a varíola ou “mal das bexigas” a principal doença. A febre amarela aportou na cidade na década de 1850, depois de reaparecer nos portos de Salvador e Rio de Janeiro. Ao longo da segunda metade do século XIX e inícios do XX, as duas enfermidades deixaram rastros na cidade, com surtos nos anos de 1873, 1876, 1878 e graves epidemias ocorridas entre os anos de 1889 e 1895.

O médico sanitarista Guilherme Álvaro da Silva, no seu compêndio histórico das epidemias (período de 1872-1905), observava que eram várias as moléstias que vitimavam a população (tuberculose, tétano, cólera, coqueluche, impaludismo), contudo, a maior mortalidade se devia às epidemias (cólera, febre amarela e varíola). No período de 1889 a 1905 faleceram 30.173 pessoas, dessas 6.789 atingidas pela febre amarela, que junto com a varíola e a febre bubônica foram as epidemias que provocaram maior morbidade (Álvaro, 1919).

Essa situação gerava desconfiança sobre o porto, que despontava como o principal escoador de café do país, afetando o comércio exportador e a estabilidade econômica (Matos, Carmo, 2019). Em 1892, descrevia-se:

A situação em Santos tem sido por algum tempo a repetição do que ocorreu ano passado. Último mês as mortes por febre amarela sozinhas somaram 480, o que para uma cidade com população de quase 20.000 dá uma assustadora taxa de mortes. Do que podemos perceber, o curso dos eventos ali é uma reprodução aproximada das terríveis cenas as quais caracterizara aquele *pest hole* (buraco pestilento) o ano passado (The Rio News, 12 jul. 1891).

Como visto, a principal doença epidêmica era a febre amarela, cuja transmissão dividia a opinião de médicos e cientistas. De um lado, existia a **teoria do contágio**, que apregoava que a contaminação se dava pessoa a pessoa; de outro, a **teoria da infecção**, que, na esteira do paradigma miasmático, entendia que a transmissão ocorria por uma combinação de fatores ambientais e atmosféricos, o que tornava Santos um porto infecto por natureza (terreno e atmosfera): clima úmido, calor forte nos verões, maus ares do vento noroeste, emanções dos mangues e rios que cortavam a cidade, entre outros vetores. Cabe observar que essas concepções nem sempre foram conflitantes e, muitas vezes, suas práticas de combate foram combinadas. Nos finais do século XIX, a teoria da transmissão da febre amarela pelo mosquito *Aedes aegypti* foi comprovada por médicos sanitaristas, possibilitando a adoção de ações de prevenção mais eficientes (Amorim, 2013; Benchimol, 1999).

Para além dessas polêmicas, ponderava-se sobre os hábitos de higiene da população, que contribuíam para a péssima situação sanitária da cidade, além das condições

de vida nas moradias coletivas – tinha-se o despejo de dejetos e lixo nos quintais, becos, mananciais e até mesmo no canal do porto. Notícias sobre a situação sanitária eram veiculadas:

Capitão [nome omitido] relata que quando o [nome do navio omitido] deixou Santos, em 12 de maio, a febre amarela reinava por todos os lados. Homens caíam mortos nas ruas e morriam aos montes na cidade e nos navios do porto. Algumas embarcações tinham suas bandeiras a meio mastro dia a por dia e por semanas, enquanto homem após homem de suas tripulações sucumbiam para o flagelo. Barcos fúnebres circulavam pelo porto dia e noite de barco em barco, coletando os mortos e levando-os à terra para serem enterrados. Algumas das embarcações tinham apenas um ou dois homens restantes de toda sua tripulação, e muitos deles estavam impossibilitados de retornar. Marinheiros eram escassos, e quando os navios perdiam toda sua tripulação, era com grande dificuldade que se garantiam homens para tomar seus lugares. Capitães de embarcações exercitavam grande cuidado para prevenir que suas tripulações desertassem ou fossem seduzidos para terra em busca de pensões (The Rio News, 30 jul. 1895, p. 6).

As notas que circulavam sobre a situação epidêmica afetavam o mercado de café. Visando acalmar os ânimos e proteger os interesses dos produtores e comerciantes, apareciam desmentidos negacionistas: “Não reina epidemia alguma; o tempo é favorável. O número de óbitos é, na média, de três por dia. Os hospitais epidêmicos estão fechados, o comércio animado, reina paz em todo o Estado” (Correio da Manhã, 31 jul. 1893, p. 3). Contudo, o número de mortos era impactante (apesar de impreciso) e o interior paulista criou barreiras para evitar a propagação de enfermidades vindas do porto pelos trilhos dos trens (O Comércio de São Paulo, 17 ago. 1893, p. 1).

Em tempos de epidemias, as discussões sobre salubridade urbana estavam pautadas pelas teorias do contágio e da infecção (Ribeiro, 1993). No auge do surto epidêmico, devido à grande demanda, além dos hospitais da Santa Casa, da Beneficência Portuguesa e da enfermaria de isolamento criada na Chácara da Filosofia, no Saboó, foram criados espaços provisórios de atendimento nos Conventos de São Bento, Santo Antonio e do Carmo e no Teatro Rink.

Nesse mesmo sentido, a expansão espacial de Santos nos finais do século XIX e inícios do XX foi marcada por referências de doença-morte e de saúde-higiene. Para a doença-morte buscaram-se áreas mais afastadas para locais de isolamentos e enterramentos. Já para a saúde-higiene, apregoava-se todo um conjunto de ações preventivas, ritos de higiene e cuidados em relação ao corpo (Foucault, 1985). Defendia-se a busca de “bons ares” e locais de refúgio, ampliando os horizontes urbanos para áreas pouco habitadas, particularmente em direção à Barra Grande, as praias.

Santos e epidemias: experiências de vida e morte

Desde meados do século XIX que os temores das epidemias em Santos se alastravam. Richard Francis Burton, que foi cônsul britânico na cidade (1865-1868), pediu transferência para São Paulo, alegando que o local era um “pântano imundo e mal cheiroso, um grande mangue cheio de mosquitos e cobras” (Burton, 1869). Nas representações, a má fama de Santos estava vinculada ao seu clima e à sua atmosfera (calor forte, vento noroeste, umidade), considerados facilitadores da proliferação de doenças epidêmicas, constituindo “ciclos pestilentos”.

O porto era identificado como lugar de contágio e marcado pelo medo de que a qualquer momento navios aportassem trazendo enfermidades. No dia 29 de fevereiro de 1876, foi encaminhado para o Hospital da Santa Casa o primeiro doente de febre amarela registrado naquele ano. Atribuía-se a introdução da doença a um tripulante do brigue sueco “Ida”, que chegou a Santos vindo de Pernambuco com um carregamento de açúcar. No decorrer da viagem já tinham sucedido outras mortes devido à febre, e durante a sua estadia o navio perdeu quase toda a sua tripulação, salvando-se apenas o capitão e um grumete. Do “Ida” a moléstia passou para o navio dinamarquês “Padilha”, alastrando-se pelo porto e pela cidade (Santos, 1876, p. 186, 186A, 177A, 178, 178A).

A movimentação portuária era considerada vetor de propagação das epidemias e, como as medidas sanitárias se mostravam insuficientes, os surtos se tornaram recorrentes. Em 1889, a epidemia de febre amarela foi maior do que a de anos anteriores, iniciando um ciclo que se manteve pela década seguinte, ampliando e difundindo o temor da contaminação e da morte.

As notícias que circulavam pela imprensa (local, nacional e internacional) contribuíam para alardear a crise sanitária e espalhar o medo das epidemias. O artigo de 1892 “O que inglês vê” (Gazeta de Notícias, 7 jun. 1892, p. 1) destacava que a febre se propagava em Santos, atingindo em particular os imigrantes e a classe marítima. Nesse ano, 63 das 65 embarcações fundeadas no porto tiveram sua tripulação atingida pela febre amarela, em algumas situações a equipe inteira adoeceu e no caso do navio “Japhet II”, todos morreram (Correio Paulistano, 10 jan. 1892, p. 2).

Como eram longos os períodos de espera para aportar e para finalizar a carga e/ou descarga, os marujos circulavam pela cidade, difundindo e contraindo a doença. Os capitães de embarcações buscavam coibir a saída da tripulação dos navios, e quando a equipe era perdida tornava-se difícil conseguir marinheiros para o retorno (The Rio News, 30 jul. 1895, p. 6).

Com as comunicações telegráficas transatlânticas, as notícias sobre os perigos de se aportar em Santos e as mortes de tripulações inteiras chegavam rapidamente nas praças de Liverpool, Londres, Havre, Marseille, Rotterdam, entre outras, alastrando o pânico. No auge da epidemia de 1892, o cônsul britânico em Santos comunicou a Londres que mais de dois terços dos casos de febre amarela evoluíam a óbito

(Comércio de Portugal, 3 jan. 1892, p. 1). Muitas companhias marítimas se recusavam a enviar navios para Santos e começaram a evitar o porto, os fretes se encareceram, embarcações resistiam a aportar, algumas vezes, passageiros e imigrantes destinados a São Paulo foram desembarcados em Buenos Aires, tendo de retornar por terra ou navegação de cabotagem (Telarolli Jr., 1996).

Atribuindo aos poderes públicos a culpa pela situação epidêmica, exigiam-se ações preventivas de fiscalização no porto, já que o fluxo das embarcações era acusado pela propagação epidêmica. Assim, era requerida a inspeção dos navios, bem como a recusa de embarcações provenientes de portos infectos e/ou com doentes a bordo, determinando a quarentena nos lazaretos⁴ e a desinfecção dos navios, das bagagens e das mercadorias. Contudo, devido à falta de condições, essas determinações não foram implementadas adequadamente.⁵

Clamava-se por providências urgentes dos poderes constituídos, que eram culpabilizados pela situação sanitária. Em 1876, os vice-cônsules da Holanda, da Dinamarca, da Áustria e dos Estados Unidos e os cônsules da Alemanha e da Inglaterra, através de ofício dirigido à municipalidade, denunciavam a situação e exigiam providências.

Tendo se queixado alguns Capitães de navios mercantes que dia e noite o porto e parte dos subúrbios dele, por causa das imundícias acumulados ahi, exalem um cheiro insuportável e tendo já se dado desde quarta-feira vários casos de Febre amarela, que por parte podem ser atribuídos aos estado da putridão de materiaes fecaes, pede os abaixo assignados que V.Sa mande dar a ordem competente, que não somente se procede imediatamente a limpeza, como tambem que hajão umas vigias, afim de que não se lancem materiaes fecaes e deteriorados nas proximidades dos navios (Santos, mar. 1876, doc. 0037).

Da mesma forma, em maio de 1889, o médico da municipalidade solicitava à Câmara medidas sanitárias urgentes. Descrevia o cotidiano “deplorável” da cidade, traçando um diagnóstico da urbe como um corpo doente a ser tratado.

4 A quarentena era uma medida restritiva imposta na maior parte dos portos para evitar a propagação de doenças. Para tanto, as embarcações recém-chegadas eram isoladas, tripulantes e passageiros ficavam confinados em observação nos lazaretos ou nos próprios navios. A quarentena era uma dificuldade para as companhias de navegação e seus tripulantes, pois gerava longos períodos de espera. A partir da década de 1870, a ilha de Santo Amaro passou a ser o principal ponto de checagem de embarcações, desinfecção de bagagens e também de isolamento de recém-chegados infectados.

5 As atuações públicas eram frequentemente questionadas e consideradas pouco eficientes, mas foram identificados esforços como a reorganização dos Serviços de Higiene (1892), a Comissão de Desinfecção (1893), que depois se tornaria Comissão Sanitária (1894), e a organização do Serviço Sanitário do Estado (1894). Essas comissões e serviços, no que se refere às embarcações, atuavam na desinfecção de navios (49 navios, em 1896), com a inspeção e pulverização dos vapores e das bagagens.

Na qualidade de Medico da Camara Municipal, julgo de meu dever apontar a V.S. as medidas mais urgentes ao saneamento desta cidade para que de alguma forma se previna de um novo ataque de epidemias como aquelle que enlutão tantas famílias e nos ultimos mezes de Fevereiro, Março e Abril.

O deploravel estado dos cortiços no seio da cidade que serviram de factores da medonha epidemia..., proponho a demolição, visto não poder, e adaptar nenhum meio de melhora nesses antros da morte.

V.S. sabe perfeitamente que as matérias fecaeas são atiradas em quintaes e nelles passam para as phases de decomposição, infiltração nos solos, exalação mefítica acho conveniente que se dê principio immediato a um systema perfeito de esgotos com abundancia de agua de acordo com todos os preceitos d'hygiene.

O actual cemitério acha-se completamente saturado de micróbios tornando prejudicial qualquer pequena escavação que ahi se faça. Torna-se imprescindível o seu immediato fechamento depois de ser estendida uma camada de cal em toda a área pelo menos de 20 centímetros de altura.

As valas que cortam a cidade em diferentes pontos e que acha-se cheiras de substancias vegetaes e animaes tornão-se um foco constante d'infeções e indico que sejam cobertas, abrindo-se novas nos arredores da cidade para o dissecamento dos terrenos contíguos, tendo presente o aterro de differentes pântanos no seio da cidade...

Outras considerações poderiam adduzir sobre a hygiene desta cidade onde ha tudo a fazer, mas limito-me ás indicadas por acha-las urgentíssimas (Santos, 22 mai. 1889, doc. não numerado).

Visando coibir a difusão de miasmas na cidade, reivindicava-se a drenagem e/ou o aterro dos pântanos e depósitos de águas estagnadas, além do estabelecimento de normas para o descarte de lixo e materiais fecais, proibindo o despejo em lugares públicos, baldios, praias, rios, córregos, quintais e pelas janelas. Aos moradores se recomendava que evitassem circular em locais públicos, aumentassem a ventilação nas habitações coletivas, dormissem em aposentos arejados, que vivessem sobriamente, controlando “excessos de qualquer ordem”, “evitando o medo” e cultivando a “tranquilidade de espírito” (Santos, 1889, doc. não numerado).

A falta de asseio na cidade e as condições de vida nos cortiços, considerados focos de contaminação e transmissão das epidemias, criaram articulações entre pobreza e sujeira, difundindo a ideia de que os populares contaminavam as elites. A pobreza, além de ser vista como perigo e foco de contágio, era portadora de vícios, presentes

nos seus comportamentos, modos de vida, maneiras de morar e trabalhar. O sistema de fiscalização sanitária e controle mesclava observações de ordem sanitária e moral, e os cortiços passaram a ser foco de atenção das inspeções, cujas visitas eram temidas, pois pessoas doentes, debilitadas e sem condição de serem tratadas no próprio local eram enviadas para hospitais de isolamento.

As pessoas que dispunham de recursos para fazer o tratamento o realizavam em domicílio, contudo, sem tomar nenhum cuidado de isolamento. A remoção de doentes pobres para internações hospitalares e em enfermarias causava revolta e resistência da população, questionava-se a superlotação, tratamentos ineficazes e falta de pessoal competente. Os hospitais não eram reconhecidos espaços de cura, sendo difundido que se constituíam em lugares a que se ia para morrer. Por isso, eram administrados por ordens religiosas, caritativas ou de beneficência – em Santos, a Santa Casa de Misericórdia e a Beneficência Portuguesa.

No auge da epidemia de 1892, foi inaugurada a enfermaria Almeida Moraes, que recebeu mais de mil pessoas infectadas pela febre amarela, uma cifra considerável para um local temporário. No ano seguinte, o recém-instalado Serviço Sanitário Estadual implantou na mesma localidade o primeiro Hospital de Isolamento permanente na cidade, custeado pelo Estado, acolhendo e tratando pessoas com enfermidades contagiosas.

Em tempos de epidemia, eram temidos os ditos *miasmas mefíticos* liberados por putrefação, principalmente os vindos dos enterramentos e exalados dos cemitérios – considerava-se que o lugar e a forma de enterramento ampliavam o contágio. O primeiro cemitério municipal de Santos, o Cemitério do Paquetá, foi construído (1850-1854) e em 30 anos recebeu mais de 11.500 corpos, enterrados em covas rasas, pois, devido à proximidade do mar, não podiam ser afundadas, por isso exalavam o fogo-fátuo com suas diversas tonalidades (Amorim, 2013).

A cidade empestuada não conseguia absorver seus mortos, os enterros com acompanhamento foram vedados, determinaram o abandono dos ritos familiares e coletivos de sepultamento e de manifestação de tristeza. Durante o surto epidêmico do primeiro semestre de 1889, os portões do Cemitério do Paquetá não se cerravam, e durante a noite conservava uma lanterna vermelha para indicar a chegada de mortos, que eram atirados em cima de outros corpos em largas valas comuns abertas pelos coveiros (Franco, 1951, p. 172).

Esse surto epidêmico foi um dos mais fortes, mas não o pior: nos anos seguintes, entre 1890 e 1892, a mortalidade subiu, atingindo 10% da população total. Quando das epidemias da década de 1890, foi constatada a superlotação do Cemitério do Paquetá e a urgência de se providenciar outro espaço de sepultamento. Existia a tendência de impelir para fora do centro urbano os locais de isolamento e de morte, notadamente enfermarias e cemitérios. A indicação da Chácara da Filosofia, no Saboó, para o novo cemitério (Cemitério da Filosofia) devia-se à utilização da região para a enfermaria de isolamento, assim, alocar o cemitério próximo à área de isolamento/tratamento evitaria a circulação

de cadáveres pela cidade (que eram transportados nos bondes públicos e em carroças), o que facilitava a transmissão e difusão das pestes (Santos, 20 mar. 1890, p. 59-63).

Em 24 de julho de 1893, a agência *Havas-Reuter*, principal veículo de notícias telegráficas à época, divulgava que a febre amarela estava se disseminando, atingindo cerca de 200 óbitos por dia. O mercado de café estava paralisado, comerciantes e comissários encarregados pelas negociações do café fechavam os estabelecimentos e se recusavam a residir na cidade, optavam por fazer o percurso diário de trem “serra acima”. Viviam-se em estado de alerta, já que “vinte por cento dos estrangeiros, entre eles corretores e caixeiros de todas as nacionalidades, morreram durante os últimos quatro meses, e que, no mesmo intervalo, setenta por cento fugiram para São Paulo” (Correio da Manhã, 21 jul. 1893, p. 2).

Durante esse período, com o agravamento da crise sanitária, observa-se o crescimento dos pedidos de afastamento, desligamento de função, desistência de cargos, também comunicações de adoecimento e morte de funcionários da municipalidade, incluindo fiscais sanitários, advogados, vereadores, intendentess e presidentes da Câmara, como Júlio Conceição (1889) e Cesário Bastos (1892).

Santos - cidade saneada

A situação epidêmica tornou premente o saneamento da cidade-porto, contudo, o município não possuía recursos suficientes. As pressões cresceram, em particular a do setor comercial-exportador de café, através da Associação Comercial de Santos (1889): “O saneamento de Santos torna-se uma necessidade inadiável para garantir não só a vida da população, mas, altos interesses de ordem econômica.” Era imprescindível garantir o fluxo dos negócios cafeeiros e, para tanto, o funcionamento eficiente do porto, assim sendo, o governo do Estado assumiu a empreitada.

Depois de diversos estudos, enfrentando a burocracia e outros obstáculos políticos, foi aceito um projeto urbano-sanitário de remodelação e interferência. Para implementá-lo, foram constituídas duas Comissões: uma sanitária, coordenada pelo médico Guilherme Álvaro, e outra de saneamento, sob a liderança do engenheiro Saturnino de Brito.

Quanto à parte sanitária, com a identificação do mosquito como agente difusor da febre amarela, cresceram as ações de pulverização, serviços de brigada contra o mosquito e de limpeza pública, manutenção da vigilância sanitária, culminando na institucionalização do Serviço de Febre Amarela (1902-1903), o que contribuiu para a diminuição da incidência dessa moléstia. Da mesma forma, outras ações de controle foram tomadas para com a varíola⁶ e a peste bubônica⁷.

6 As campanhas de vacinação antivariólica, apesar de obrigatórias, enfrentavam resistências da população, essas resistências eram identificadas como sinal de ignorância, provavelmente se deviam ao temor de contrair doenças, falta de comprovação da eficiência e às próprias formas de aplicação. Gradativamente, a adesão à vacinação se ampliou, contribuindo para diminuir a incidência da moléstia.

7 Peste bubônica atingiu a cidade nos anos de 1899, 1900, 1901-1903, 1906-1907, 1909, 1911, 1913. Em 1899, dizia-se que a bubônica chegou pelos ratos de bordo e pelas bagagens, particularmente, se

Quanto ao saneamento, o projeto de Saturnino de Brito se propunha como “reparador absoluto das dificuldades”, sendo constituído de um sistema de separação do esgoto das águas pluviais; um sistema com esgotamento dos despejos pelo sistema de estações elevatórias, articulado à construção de uma grande ponte pênsil para levar as tubulações de esgoto e lançá-los ao mar; o enxugamento da planície e correção dos rios por meio da drenagem superficial composta de oito canais (mais um) de mar a mar, que, aproveitando a força das marés, possibilitava a limpeza, evitando as águas estagnadas e as inundações (Matos, Carmo, 2019; Andrade, 1992).

Os canais foram construídos em cimento armado, geralmente a céu aberto, gramados internamente, na parte superior, com pontes e passadiços. O sistema garantia a drenagem do solo e recebia dos emissários as águas pluviais, em tubos de cimento armado. Esses canais ocupavam o espaço central das avenidas, facilitando a circulação e o arejamento urbano, árvores nas calçadas laterais tornavam a paisagem urbana amena, com espaços de circulação para pedestres e veículos. A longa extensão dos canais e a largueza das avenidas favoreciam a penetração das brisas marítimas no interior da ilha, refrescando-a.

Em 1905, foram iniciados os trabalhos; em 1907, festividades marcaram a inauguração do primeiro e maior dos canais, o Canal 1, que continha o antigo Ribeirão dos Soldados; e em 1908 já eram 45.000 metros de canais. Muitos eram os motivos para comemorar: consideravam-se as epidemias extintas, o moderno sistema tornou a cidade mais saudável e possibilitou evitar as inundações, os negócios do café estavam revitalizados depois do Convênio de Taubaté (1906), o porto funcionava a todo o vapor e novas levas de imigrantes chegavam à cidade.

O conjunto de transformações ampliou os desejos de modernidade que articulavam crescimento urbano, higienização e saneamento, também dinamizando ações como alargamento das ruas no centro, construção de novas avenidas abertas em direção ao mar e a ocupação de áreas consideradas mais salubres na região da Barra, em direção às praias.

A cidade higienizada diversificava suas funções. As praias, que antes eram espaço de pescadores e de desembarques clandestinos, mudaram sua paisagem e passaram a receber visitantes em busca dos “bons ares”, dos milagres curativos do banho de mar e das virações marítimas consideradas medicinais (Vigarello, 2009).

identificou a introdução da moléstia pelos navios vindos da cidade do Porto/Portugal e também dos países platinos. Nesse período, o conhecimento sobre a bubônica permitia tratamentos mais eficientes aos doentes, e a identificação da cadeia de transmissão via ratos e pulgas possibilitou ações da saúde pública de controle e combate. Assim, as medidas de combate tomadas visavam ampliar a fiscalização, ações de desinfecção e expurgo das moradias com o pulverizador a vapor, limpeza com creolina, caça e compra dos ratos financiada pela Companhia Docas de Santos (81.000 ratos foram comprados pela Comissão Sanitária em 1903, 32.000 em 1908, em 1904 foram incinerados 52.000); além da fiscalização da alfafa de origem platina, que foi identificada como vetor de contaminação das coqueiras.

Na última década do século XIX, a rede hoteleira de luxo começou a se deslocar para as praias, onde foi instalado o Hotel Internacional e, depois, o luxuoso Hotel Parque Balneário. Santos se constituiu enquanto estância balneária, com a gradativa ampliação da frequência à beira-mar, que atraía moradores e visitantes para banhos de mar, passeios, lazer e práticas esportiva. As praias se tornaram espaços de lazer, sociabilidade e exposição dos corpos (marcados pela beleza e sensualidade) (Corbin, 1989).

Conclusão

As pandemias e epidemias são episódios insólitos e intensos, momentos de crise que explicitam tensões e conflitos, desencadeando desequilíbrios, provocando rupturas no cotidiano e na ordem constituída. Tais crises colocam em xeque a capacidade dos serviços de saúde e de assistência aos doentes, com questionamentos ao conhecimento científico de diagnóstico, controle da doença e tratamento, impondo desafios de reordenações sociais, econômicas e políticas.

No caso das epidemias que assolaram a cidade-porto de Santos, no período de 1860 a 1910, mesmo não sendo consensual o entendimento das causas e das ações mais apropriadas para o seu combate, ocorreu um gradativo crescimento da órbita de influência do conhecimento científico e médico, que norteou as medidas profiláticas de higiene, prevenção do contágio e de tratamentos. Dessa forma, as enfermidades contagiosas/epidêmicas se constituíram em fenômenos biopolíticos (com implicações políticas, sociais e econômicas), num processo no qual os corpos infectados se tornaram problemas de saúde pública e, frente à possibilidade de contágio, justificaram interferências dos poderes constituídos (Foucault, 2013).

Para enfrentar os surtos epidêmicos que atingiam Santos, os poderes constituídos se esforçaram em planejar ações diversas de controle, como inspeções, isolamentos, desinfecções e quarentenas, estabelecendo regimentos, posturas e regulamentos, instituindo comissões, sistema de fiscalização e repressão. A não atenção ou o descumprimento das normas presentes gerava punição e multa, ou seja, verificam-se pressupostos marcados pelos princípios de vigiar e punir. Contudo, as epidemias envolvem múltiplas experiências, visões e percepções, que podem ser observadas a partir da perspectiva dos poderes estabelecidos, de quem trata a doença, das práticas da população e dos pacientes, num processo pleno de tensões, relações de força, reações e resistências (da população, dos imigrantes, proprietários dos cortiços, entre outros) (Nascimento, 2018).

A preocupação em reconhecer as origens das epidemias levou à identificação do porto como vetor de entrada e difusão das doenças, bem como dirigiu as ações de controle sobre esse local. Frente à preocupação com a grande quantidade de vapores que cotidianamente aportavam, buscou-se observar os navios que vinham de lugares infectados, dirigindo ações de inspeção à embarcação e de revista à tripulação, aplicando o sistema de quarentena, com criação de espaços de isolamento, mas não foram localizadas notícias de torna-viagem.



Figura 3 – Cartão-postal de Santos, 1908.

Visando controlar a propagação das epidemias, atuou-se através de ações de desinfecção e purificação, seja dos navios, das mercadorias, das bagagens e até mesmo das pessoas (tripulações e passageiros). Ampliaram-se as medidas de combate ao contágio, com a fiscalização de sítios públicos e moradias – particularmente onde foram localizados doentes e mortos ocorreram ações de desinfecção e expurgo. Com a difusão do conhecimento científico e ampliação das noções de contágio, no caso da difusão de febre amarela pela identificação do vetor do mosquito, foram implementadas ações sistemáticas de pulverização através da “Brigada contra mosquitos e moscas”, visando a eliminação dos insetos e focos de larvas. Já no caso da bubônica, a identificação da cadeia de transmissão (ratos e pulgas) dirigiu a atuação para a limpeza, caça aos ratos (nos navios, no porto, nas cocheiras e nas moradias) e compra dos roedores.

Cuidar/isolar os doentes e enterrar os mortos tornaram-se necessidades prementes, foram constituídos espaços de confinamento dos contaminados, de cuidados e de cura, também novos lugares de enterramento. Outra forma de ação era o abandono da cidade, os que não podiam buscavam se refugiar em locais de “bons ares”, o que levou à ocupação da área das praias. O conjunto de ações sanitárias e reformadoras transformou a cidade-porto e deixou marcas, a ponto de a história de Santos ser dividida em duas etapas: antes e após o saneamento e a construção dos canais, que, por sua utilidade e beleza, passaram a marcar as memórias afetivas da cidade, alterando suas representações urbanas (Andrade, 2000).

Bibliografia

- Álvaro, G. (1919). *A campanha sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos*. Edição do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo/Casa Duprat.
- Amorim, P. M. (2013). *A medicina social e as medidas sanitárias em Santos (1870-1889)*. Monografia (Especialização em História), PUC/SP.
- Andrade, C. R. M. (1992). *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do Engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas), FAU-USP.

- Andrade, W. T. F. de S. (2000). - Canais traçam a história urbana. In: Matos, M. I. & Soller, M. A. (Orgs.). *Cidade em Debate*. Olho d'Água.
- Associação Comercial de Santos. Boletins anuais da ACS (Associação Comercial de Santos). 1889.
- Benchimol, J. L. (1999) *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Fiocruz, Editora UFRJ.
- Blume, L. H. dos S. (1996). *Moradia da população pobre no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP.
- Brito, S. de (1943). *Saneamento de Santos: projetos e relatórios*. Obras completas. Vol. 7. Imprensa Nacional.
- Burton, R. F. (1869). *Explorations of the highlands of the Brazil*. Tinsley Brothers.
- Burton, R. F. (1941). *Viagens aos planaltos do Brasil*. Companhia Editora Nacional.
- Carmo, B. B. do (2018). *Entre fiscais e multas: experiências urbanas através das posturas municipais (1870 - 1890)*. e-Manuscrito.
- Comércio de Portugal. Rio de Janeiro (HDBN/RJ), 3 jan. 1892.
- Corbin, A. (1989). *O território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Companhia das Letras.
- Correio da Manhã. Rio de Janeiro (HDBN/RJ), 21 jul. 1893.
- Correio da Manhã. Rio de Janeiro (HDBN/RJ), 31 jul. 1893.
- Correio Paulistano. São Paulo (HDBN/RJ), 10 jan. 1892.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade 3 - o cuidado de si*. Graal.
- Foucault, M. (2013). O nascimento do Hospital. In: Idem *Microfísica do poder*. Graal.
- Franco, J. (1951). *A Beneficência*. Gráfica da Revista dos Tribunais.
- Gambeta, W. R. (1986). Soldados da Saúde: a formação dos serviços de saúde pública em São Paulo (1889-1918). Dissertação (Mestrado em História), FFLCH/USP.
- Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro (HDBN/RJ), 7 jun. 1892.
- Gitahy, M. L. C. (1992). *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. Editora da UNESP.
- Honorato, C. (1996). *O polvo e o porto: a Companhia Docas de Santos (1888-1914)*. Hucitec.
- Lanna, A. L. D. (1996). *Uma cidade na transição. Santos, 1870-1913*. Hucitec.
- Lopes, B. (1974). *O porto de Santos e a febre amarela*. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP.
- Matos, M. I. S. de & Carmo, B. B. do (2019). Do porto febril à cidade saneada: ações, representações e narrativas. In: Faria, L. H. P. & Pereira, M. A. F. (Orgs.). *Santos na modernidade capitalista (1870-1930): novas abordagens e releituras de velhas fontes*. e-Manuscrito, pp. 67-98.
- Matos, M. I. S. de (2019). *Cotidiano e cultura*. 3ª. ed. e-Manuscrito.
- Matos, M. I. S. de S. (2004). O porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXX, n. 2, pp. 9-26.
- Nascimento, D. R., Vianna, E. S., Mores, M. C. & Silva, D. S. F. (2018). O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos - Revista de História da Ciência*. n. 6, pp. 31-47.

O Comércio de São Paulo. São Paulo (HDBN/RJ), 17 ago. 1893.

Pereira, M. A. F. (1980). O Comissário de Café no Porto de Santos, 1870-1920. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH/USP.

Ribeiro, M. A. Rosa (1993). *História sem fim... Um inventário da saúde pública*. São Paulo, 1880-1930. Editora da UNESP.

Santos, M. F. (1937). *História de Santos*. Vol. 2. Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”.

Santos. Câmara Municipal. Livro de Registro de Ofícios. 1876. Fundação Arquivo e Memória de Santos, FAMS/SP.

Santos. Câmara Municipal. Série 6.1.1 Ofícios solicitando execução de medida sanitária, doc. 0037. mar. 1876. FAMS/SP.

Santos. Câmara Municipal. Série 6.1.1 Ofícios solicitando execução de medida sanitária, doc. não numerado. 22 mai. 1889. FAMS/SP.

Santos. Intendência Municipal. Livro de Atas ordinárias e extraordinárias. 11 nov. 1896. FAMS/SP.

Santos. Intendência Municipal. Livro de Atas ordinárias e extraordinárias. 20 mar. 1890. FAMS/SP.

Santos. Prefeitura Municipal. Recenseamento da cidade e município de Santos. 31 dez. 1913. FAMS/SP.

Telarolli Jr., R. (1996). *Poder e Saúde. As epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. EdUNESP.

The Rio News. Rio de Janeiro (HDBN/RJ), 12 jul. 1891.

The Rio News. Rio de Janeiro (HDBN/RJ), 30 jul. 1895.

Vieira, M. T. B. P. (2006). *O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade*. Tese (Doutorado em Educação), FE/USP.

Vigarello, G. (2009). *Le propre et le sale: L'hygiène du corps depuis la Moyen Age*. Seuil.

“Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante a pneumónica de 1918 sob o olhar de um periódico local*

GUIDA CÂNDIDO**

Resumo

Partindo de um conjunto de notícias no periódico local *Commarca de Arganil* traça-se um breve discurso sobre o impacto da Pneumónica no contexto do quotidiano da sociedade portuguesa, sobretudo ao nível das manifestações alimentares associadas à crise de subsistências. O conflito bélico mundial de 1914-1918 altera de forma profunda os abastecimentos e o acesso aos alimentos. Os artigos da imprensa abordam essa escassez de géneros alimentares; o aumento dos preços; o racionamento; os açambarcamentos e tantos outros aspetos que moldam a fisionomia da nação, já de si com dificuldades de afirmação e estabilidade económica e social. Apesar do cenário avassalador do país mergulhado na doença, as notícias da guerra sobrepõem-se às da epidemia, relegando-a para um plano secundário nos destaques da imprensa.

Palavras-chave: Epidemias, Pneumónica, Carestia alimentar, Subsistências, Imprensa.

Abstract

Based on a set of news in the local newspaper ‘Commarca de Arganil’, a brief analysis is made on the impact of Pneumonic in the daily life context of the Portuguese society, in particular in terms of food-related topics associated with the subsistence crisis.

* O presente artigo foi elaborado durante o período de Estado de Emergência, decretado em Portugal, subsequente da pandemia de Covid-19 (Decreto do Presidente da República nº 14 – A/2020. Diário da República nº 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18). A impossibilidade de acesso a arquivos e bibliotecas limitou o campo de pesquisa. Selecionou-se o periódico local *Commarca de Arganil*, publicação semanal, disponível on-line. Consultadas as edições entre junho e dezembro de 1918.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Bolseira de doutoramento FCT SFRH/BD/146062/2019
guida.silva.candido@gmail.com

The world war of 1914-1918 profoundly changed supplies and access to food. The press articles addressed this food shortage; the general increase of the price of food; rationing; hoardings and so many other aspects that shaped the country's physiognomy, by then struggling to assert in terms of economic and social stability. Despite the overwhelming scenario of the country plunged in the disease, the news about the war overlapped those of the epidemic, relegating it to a secondary level in the press highlights.

Keywords: Epidemics, Influenza pandemic, Food deprivation, Livelihood, Press.

"A epidemia Reinante": Gripe pneumónica

Durante um longo período a epidemia da pneumónica não se vislumbrou enquanto objeto de estudo da História. Apenas trabalhos mais recentes lhe deram essa visibilidade e enquadramento histórico (Abreu e Serrão, 2018; Almeida, 2013 e 2014; Correia, 2018 e 2019; Esteves, 2014 e 2019; Ferreira, 2019; Frada, 2005 e 2009; Girão, 2009; Lima, 2019; Sequeira, 2001; Sobral, 2019; Sobral et al., 2009; Sousa, 2008; Vieira, 2019), impulsionados, sobretudo, pelo centenário da epidemia. Muito oportunamente, atendendo ao contexto de pandemia Covid-19 que grassa atualmente no país e no mundo, foi publicado, em abril de 2020, o conjunto de 16 comunicações apresentadas em outubro de 2018 num encontro científico promovido pela Casa Sarmento – Centro de Estudos do Património da Universidade do Minho. Com a coordenação de Antero Ferreira, e tomando como título *A gripe espanhola de 1918*, assenta em três eixos temáticos: perspetivas globais sobre a gripe e outras pandemias, estudos de caráter regional e impactos socioculturais da pandemia (Ferreira et al., 2020).

A nível internacional, a historiografia da "gripe espanhola" ganha relevo com o desenvolvimento da história da saúde e das doenças (Dávila, 2018) e as repercussões que a pandemia deixou em obras de ficção (Sobral, 2019, p. 26). Contudo, a visibilidade histórica que a epidemia tem está longe do que se verifica em relação a outros acontecimentos que marcam o século XX, de que a Grande Guerra é um exemplo incontestável.

A origem da pandemia de Pneumónica continua a dividir a comunidade científica. Contudo, a teoria que reúne maior consenso indica os campos militares nos Estados Unidos da América, no sul de Inglaterra e norte de França, apontando-se ainda a possibilidade de uma origem asiática¹. O cenário pandémico foi robustecido pelo conflito bélico a que o mundo assiste, a Grande Guerra, devido à circulação de militares e migrantes e, ainda, pelo confinamento de grandes grupos populacionais em espaços restritos. Ademais, essa é uma das particularidades desta pandemia que,

1 Veja-se a este título os estudos de Trindade, 1998, Rebelo-de-Andrade, 2001 e Rebelo-de-Andrade e Felismino, 2018.

em zonas de alta densidade, podia atacar cerca de 50% da população, sendo uma das prováveis razões para a transmissão epidemiológica se extinguir antes de se espalhar por regiões circundantes menos povoadas (Dávila, 2018, p. 22).

Segundo Sobral e Lima (2018, p. 45), a pandemia da gripe de 1918-1919 terá sido a doença mais mortífera de sempre, afetando “um em cada três habitantes do planeta e, no espaço de dois anos, terá sido responsável por um número de mortes comparável ao das duas guerras mundiais em conjunto”. Em Portugal os números apontam para cerca de 130 mil perdas, com uma taxa de mortalidade que se situa em 22 por mil habitantes, valor superior à maioria dos países europeus. Analisando os óbitos por género, em Portugal, a gripe foi mais devastadora no caso das mulheres, correspondendo a 54% dos casos. Trata-se de uma situação dissemelhante do que se verifica a nível mundial (Sobral e Lima, 2018, p. 50).

A imprensa da época refere que “nenhuma idade, sexo, profissão, condição social coloca ao abrigo do seu ataque; entretanto, é certo que a idade dos vinte aos quarenta anos é a que dá maior percentagem de atacados”. Acrescentando que, “quando sucede ela atacar um velho ou uma criança, o seu prognóstico é mais severo, tanto mais severo quanto mais edoso é o velho, quanto mais nova é a criança.” (*A Commarca de Arganil*, 24 de outubro de 1918).

As três vagas que caracterizam a epidemia a nível mundial refletem-se em Portugal em períodos similares. Em finais de maio de 1918 registam-se os primeiros casos no Alentejo associados ao regresso de trabalhadores rurais portugueses da Estremadura espanhola, uma das mais afetadas no país vizinho. A partir de Vila Viçosa, dissemina-se pelo resto do território nacional, atingindo os maiores centros urbanos como Lisboa e Porto (Sampaio, 1958). A observação dos boletins clínicos hospitalares nacionais permite apontar para múltiplas frentes de entrada do vírus da gripe em 1918, mormente a partir de março, na região norte do país, através dos militares portugueses regressados da frente de combate francesa (Rebello-de-Andrade e Felismino, 2018, p. 6).

De acordo com Ricardo Jorge (1918b, p. 4) “assentou, pois, arraiais na península inteira, e agora dificilmente, segundo os seus hábitos, deixará de haver canto que escape às presas do inficionamento.” O epidemiologista, analisando a situação em meados de junho de 1918, considera que estão perante um assalto mórbido em tudo idêntico ao de 1889, embora com particularidades, não de ordem patológica, mas epidemiológica, pelo lado sazonal e geográfico. “Rebentou ao chegar do verão e não ao chegar do inverno, o que nada implica com a sua feição reinante, como é capaz de ser, em qualquer estação, embora favorecida pela quadra fria.” (1918b, p. 8).

A primeira vaga dissipa-se em junho não tendo o impacto da segunda, altamente mortífera, superando largamente o número de vítimas relacionados com o surto de “febre-amarela (em 1856) e de cólera (em 1857) em Lisboa, bem como os do surto epidémico anterior de gripe, a epidemia dita “russa”, em 1889-90.” (Sobral et al., 2009, pp. 71-72). Esta vaga regista os primeiros casos em agosto desse ano nos aglomerados

de Porto e Gaia fazendo um percurso veloz pelo noroeste e região do Douro. Em finais de agosto, em Vila Nova de Gaia, detetam-se vários casos de pneumonia fulminante que deixam a população em pânico, convencida que se trata de um surto de “peste pneumónica”, semelhante a outro do princípio do século (Jorge, 2018a, p. 14). Ainda assim, as autoridades sanitárias esclarecem que se trata de uma forma altamente mortal de “influenza”. Estava-se perante o arranque da segunda vaga (Sequeira, 2001, p. 52). No mês seguinte alastra no litoral, no centro e no sul, alcançando, no arranque de outubro, o Algarve (Jorge, 1918b), aumentando o número de vítimas até ao final do ano.

Concorrem para o engrossar da pandemia, as práticas do quotidiano, sobretudo os trabalhos agrícolas, com particular relevância as vindimas, mas também as feiras, romarias e as deslocações das elites para as termas e estâncias balneares (Sequeira, 2001, p. 52). Entre abril e maio do ano seguinte verifica-se a terceira e última vaga com valores bastante inferiores à anterior (Sobral e Lima, 2018, p. 49). A mais mortífera coincide com o período próximo do inverno.

A análise à imprensa nacional permite compreender que as adversidades provocadas pela crise se revestem de uma abrangência generalizada a todo o território, pese embora algumas ocorrências dissemelhantes consoante as diferentes áreas. Destacam-se, neste particular, “a insuficiência de profissionais de saúde; a carência de bens essenciais, como arroz, açúcar e petróleo; escassez e preços exorbitantes de medicamentos; falta de limpeza das habitações e dos espaços públicos; ausência de hábitos de higiene” (Esteves, 2019, p. 98).

O papel da imprensa no acompanhamento da pandemia é semelhante tanto ao nível da imprensa nacional, bem como nos periódicos locais, (Almeida, 2013; Correia, 2018; Correia, 2019; Esteves, 2019), destacando-se três tipologias de artigos: os que se debruçam sobre a progressão da epidemia a nível local, nacional e, por vezes, internacional, particularmente em Espanha, e também sobre as outras epidemias latentes; artigos de carácter informativo sobre as prescrições médicas e tratamentos no combate à epidemia e, finalmente, textos de opinião, muitas vezes de crítica declarada à atuação das autoridades políticas e sanitárias (Esteves 2019, pp.94-95). Por conseguinte, o periódico semanal local *A Commarca de Arganil*, não foge à regra e as notícias incidem nessas linhas temáticas. A primeira referência à pneumónica surge na edição de 3 de outubro de 1918 com o título *Epidemias*. O articulista abre a notícia lembrando que “depois da guerra, a fome e a peste. Dizer é este tão antigo como o próprio mundo”, para informar que no concelho “não há, felizmente, casos anormais a registar”. Todavia, o mesmo “não sucede nos concelhos vizinhos, onde a gripe pneumónica tem atingido certa extensão, nomeadamente na Louzã”. O jornal dá conta que “O sr. Director Geral de Saúde, Dr. Ricardo Jorge prometeu telegraficamente promover a vinda imediata de arroz e assucar pedido pela administração daquele concelho”, considerando que “estão tomadas todas as providências para tratamento dos doentes e evitar a propagação do mal”.

A evolução da Pneumónica é proporcional ao destaque que vai alcançando nas páginas da imprensa. Durante o verão, o periódico de Arganil ignora a dimensão da doença, com escassas referências diretas à pandemia, acentuando ao invés as notícias do acontecimento bélico dominante e a crise de subsistências. A encerrar o mês de outubro, a primeira página do jornal é inteiramente dedicada à “epidemia reinante” com breves apontamentos nas restantes três páginas. Entre balanços de perdas humanas a nível mundial e local, elogios às ações de caridade encetadas por diversos beneméritos locais, o jornal transcreve na íntegra alguma correspondência trocada entre as autoridades locais, as figuras de Estado e os responsáveis pela política sanitária de combate à doença. Perante a gravidade que se vive no concelho a edilidade dirige-se em telegrama ao presidente da República revelando que “luta este concelho de 25:000 habitantes com três terríveis epidemias. Terça parte da população atacada. Pedimos já três vezes assucar, arroz, petróleo e não somos ouvidos. Por caridade ouça-nos...”. Em resposta o presidente informa que “enviou ao comissário geral de saúde, dr. Ricardo Jorge, o seu telegrama, para que sejam dadas imediatas providencias”. Acrescenta que se recomendou “ao sr. Secretário de Estado dos Abastecimentos o envio imediato dos géneros que pede”. Ao diretor geral de saúde solicitou-se “medicamentos e auxílios pecuniários, bem como a vinda de médicos e enfermeiros”, pois, “dos três médicos existentes neste concelho, dois já caíram de cama e os dois enfermeiros do hospital já faleceram. Estado sanitário do concelho péssimo”. De resto, o farmacêutico dá conta que “açúcar não há. Receitas não podem ser aviadas”. A carência de açúcar é de tal ordem que no celeiro municipal, a partir dessa data, a venda ao público é exclusiva às famílias que se encontram doentes e mediante atestado médico. A edilidade pede, igualmente, roupas e enfermeiros, tendo o Presidente da República respondido que a *Assistência 5 de Dezembro*, enviaria “cincoenta cobertores para distribuição de doentes precisados.” (*A Commarca de Arganil*, 31 de outubro de 1918).

À semelhança de instituições de beneficência e da igreja, a imprensa nacional tem uma intervenção dinâmica e diligente na angariação de fundos para minimizar o impacto da doença junto dos mais necessitados, parte significativa da população do país. Multiplicam-se e são objeto de notícia na imprensa as ações para minimizar a pobreza e fome acentuadas pela epidemia da gripe. Acrescem a estas iniciativas outras de caráter local e privado que em muito aligeiram o impacto da pandemia nos meios mais carenciados. A fábrica da *Companhia do Papel de Góis*, em outubro desse ano, num universo de 200 funcionários, apresenta uma baixa de 40% atacados pela pneumónica. A imprensa local refere que “isto seria infinitamente grave numa povoação sem recursos, como esta”. Conquanto, o diretor da unidade fabril, Francisco Inácio, concebeu um plano e deu-lhe execução imediata: instalou médico, farmacêutico, enfermeiro e cozinheira. São asseguradas vacas, galinhas e açúcar para o combate da epidemia. A casa que serve de hospedaria dos empregados da fábrica é adaptada a cozinha e passam a distribuir caldos pelos domicílios. Em pouco tempo

a pequena povoação de Ponte do Sotão é apetrechada com “dois médicos, uma botica, um hospital provisório e tudo quanto necessita para combater a epidemia.” (*A Commarca de Arganil*, 17 de outubro de 1918).

“Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante a pneumónica

Em Portugal a pandemia encontra campo fértil assente na instabilidade política e revolta social que evidencia de forma inequívoca a carestia de vida e as insuficiências estruturais do país, já de si debilitado pelo extenso número de profissionais de saúde deslocados nos destacamentos militares na Europa e África (Silva et al., 2019, p. 8).

Assiste-se a um cenário de fome e guerra, com a *peste* fica completa a trilogia que, no nosso imaginário, reina na Europa durante o período medieval. A nação depende da ação política e da estratégia atuante do presidente Sidónio Pais que já se encontra numa posição enfraquecida, confrontado com a grave crise económica, ameaçado e atingido pelos movimentos operários fragilizados e toldados pelo quadro mortífero pujante, fruto, sobretudo, dos diversos surtos pandémicos devastadores. O cenário bélico agudiza a situação que culmina com as revoltas populares. Objetivamente, os organismos públicos responsáveis pelo combate à epidemia deparam-se com sérios obstáculos numa luta desigual. Os três surtos da Pneumónica contribuem para a intensificação do quadro dramático num país com estruturas frágeis e graves dificuldades operacionais no combate à calamidade pública que sobre ele se abate (Oliveira, 2019, p. 16).

A entrada na Guerra em 1916 e as más colheitas agrícolas proporcionam a escalada do preço destes bens essenciais onde se encaixa o azeite, as hortaliças e o arroz, sofrendo uma inflação acentuada. A fome conduz a uma extrema crise de subsistência provocando tumultos, em abril e maio de 1917, com diversos assaltos a armazéns de víveres e padarias, traduzindo-se em dezenas de mortos e centenas de feridos em Lisboa e no Porto. Na primavera de 1918, a insuficiência de cereais e a inevitável subida do preço do pão provoca novos protestos, agravados pela escassez de arroz e consequente inflação do preço. A agitação social conduz a episódios de greve. A imprensa local não é alheia a isso e vai dando conta de “um nunca acabar de greves. E esta é formidável, pois nela se acham envolvidos alguns milhares de pessoas.” (*A Commarca de Arganil*, 6 de junho de 1918). A mais representativa é a greve geral de novembro de 1918. Ocorrem, igualmente, assaltos a estabelecimentos de produção e comércio de bens alimentares que as autoridades vão reprimindo (Sobral e Lima, 2018, pp. 53-54).

É perante um contexto de miséria coletiva e de uma economia débil que se tomam medidas conducentes à minimização da pobreza e carência generalizadas. À banalização da fome, o presidente responde com a *Obra de Assistência 5 de Dezembro*, as *sopas económicas*, localizadas essencialmente em Lisboa, mas também nas sedes de distrito. Procura acautelar os abastecimentos de géneros alimentares essenciais que escasseiam e atingem preços desmedidos graças, sobretudo, aos especuladores e açambarcadores

que sempre despontam em momentos de crise e debilidade (Sousa et al., 2008, p. 461). A *sopa dos pobres*, nome pelo qual é conhecida a distribuição de alimentos aos mais carenciados, passa a ser designada de *sopa do Sidónio* devido à participação frequente do Presidente nessas ações. Numa das viagens oficiais, o presidente desloca-se de comboio e leva socorros para os doentes reveladores das carências da população e da ineficácia do combate da pandemia: vinte sacas de açúcar para xarope, trinta sacas de arroz e cinquenta cobertores (Sobral e Lima, 2018, p. 61).

Na edição de 25 de junho de 1918 *A Commarca de Arganil* salienta que “a colheita do milho vae, infelizmente, ser muito inferior á do ano passado” adivinhando-se a fome, uma vez que “não é o trigo a alimentação geral das classes pobres. Para estas, o seu pão, o seu alimento de maior força e mais succulento, é o pão de milho.” (*A Commarca de Arganil*, 25 de julho de 1918). Arozo reforça a questão da “carestia da vida que faz a muitas famílias suprimir um certo número de alimentos que até aqui lhes eram habituaes.” Crê que o consumo de batata é considerável, afirmando que “nas províncias do Norte do paiz constitue o alimento de resistência se não o de salvação; mesmo nas populações urbanas o consumo daquele tubérculo é elevado.” (1915, p. 55). No verão de 1918, o governo vê-se na obrigação de criar medidas para controlar a especulação de preços, sobretudo dos cereais. Assim, “pretendendo querer unificar os preços do cereal, tanto no respeitante a compras como a vendas, estão criados os celeiros municipaes que, caso sejam efectivados, virão prestar importantes serviços, principalmente às classes pobres.” O decreto informa que “são expressamente proibidas as transacções comerciais de trigo, milho e centeio da colheita futura”, acrescenta que “as compras serão directamente feitas pelas camaras aos produtores e os pagamentos efectuados immediatamente pelo gerente do celeiro, que são os tesoureiros da Fazenda Pública.” Esta legislação salvaguarda que os cereais produzidos no concelho são considerados propriedade do celeiro municipal e os seus detentores fiéis depositários (*A Commarca de Arganil*, 6 de junho de 1918). As medidas endurecem decretando que os únicos compradores de cereais panificáveis são o Estado e as Câmaras Municipais, e de arroz o Estado. Tomam-se providências “efectivas para serem perseguidos os açambarcadores e os desmandos dos comerciantes” e anuncia-se que serão “estabelecidas penalidades rigorosas de multa, prisão e mesmo desterro contra os açambarcadores e falsificadores de géneros alimentícios, que serão julgados em processo sumário.” (*A Commarca de Arganil*, 27 de junho de 1918). Em algumas circunstâncias “muitos comerciantes teem ido expontaneamente às esquadras de polícia entregar os géneros sonogados ao manifesto. O povo consumidor tem apupado os comerciantes” valendo a intervenção policial para evitar linchamentos em praça pública (*A Commarca de Arganil*, 25 de julho de 1918). Além disso, o jornal local alude a detenções de indivíduos que compram no celeiro municipal cereais “ao preço da tabela” para posteriormente os “revender pelo dobro dessa importância.” (*A Commarca de Arganil*, 4 de julho de 1918). O país confronta-se com a falta de bens como arroz, açúcar, carvão, azeite, petróleo e o leite,

considerado essencial para o tratamento da gripe conforme os especialistas (Esteves, 2018, pp. 166-167). Tal como o leite, o açúcar tem um papel determinante a nível farmacológico, não se conseguindo assegurar o fornecimento “necessário para as farmácias e consumo do hospital.” (*A Commarca de Arganil*, 11 de julho de 1918). Em Lisboa, as filas intermináveis para adquirir 250 gramas semanais do mesmo, limite imposto pelas autoridades, demovem muitos que se queixam das intervenções violentas da polícia e da Guarda Republicana que, na tentativa de manter a ordem, distribuem “coronhada para a esquerda e para a direita.” (*A Commarca de Arganil*, 8 de agosto de 1918).

Com o avançar do verão anunciam-se medidas mais restritivas na aquisição de géneros, “a exemplo do que se tem feito em outras nações.” Os géneros primeiramente racionados são “assucar, 1 kilo por mez e por pessoa; feijão, 1 kilo por mez e por pessoa; batatas, 4 kilos, idem; petróleo, 1 litro, idem; azeite, 8 decilitros, idem; pão, 400 gramas por dia” (*A Commarca de Arganil*, 29 de agosto de 1918). A indignação é geral lamentando-se que “os diversos governos não tivessem desde o início da guerra promovido uma intensa campanha, no sentido do aumento da produção agrícola nacional e de resolver a questão dos transportes.” Alerta-se para a conveniência de que “o público compreenda a necessidade em que o governo se encontra de estabelecer as rações e colabore com sincero propósito de cumprir a lei” (*A Commarca de Arganil*, 5 de setembro de 1918). Os consumos racionados abrangem igualmente os “fornecimentos de refeições nos hotéis, pensões, restaurantes, casas de pasto ou estabelecimentos congéneres.” (*A Commarca de Arganil*, 26 de setembro de 1918).

Antes do cenário de crise agravado pela Guerra e pela Pneumónica, a alimentação dos grupos desfavorecidos é já escassa e de má qualidade. O pão, alimento base nos consumos alimentares, é caro, como é a carne, a manteiga e outros, oberados com impostos e taxas alfandegárias, como o peixe e o açúcar (Sobral et al., 2009, p. 380). No geral, a alimentação do português é “defeituosa. Nas classes abastadas predomina em regra o excesso de albuminóides; nas classes pobres, a alimentação é na generalidade insuficiente.” (Arozo, 1915, p. 171). Os consumos alimentares do camponês, nas primeiras décadas do século XX, são basicamente:

[...] uma malga de caldo de azeite, duas a três vezes ao dia, pão de milho geralmente á discrição para os filhos, quasi todos os domingos um pouco de arroz ou umas batatas, às vezes uma casca de cebola ou uma lasca de bacalhau á merenda, enfim lá de longe a longe, meia sardinha, por vezes até uma sardinha inteira (Arozo, 1915, p. 82).

O custo da alimentação pesa bastante no orçamento das famílias². Conforme o estudo *A ração alimentar do operariado portuense*, publicado em 1909, “o salário dos

2 Em concordância com o jornal *A Batalha*, as despesas diárias de alimentação de uma família operária obedecem à seguinte estrutura. Primeira refeição: café \$03, açúcar \$05, pão \$10, carvão \$03, total \$21.

operários dificilmente chegava para cobrir as despesas com a alimentação.” (Pereira, 1909). Os reduzidos salários refletem a escolha dos alimentos baixos em proteínas animais, gorduras e com déficit de calorias, acentuando a condição de subalimentação dos grupos mais desvalidos, potenciando a contração de diversas doenças, sobretudo pela reduzida resistência imunológica (Vieira, 2019, p. 43)³. Em junho de 1918, a Câmara Municipal de Lisboa tabela a venda de miudezas das reses bovinas adultas abatidas para os talhos municipais procurando uniformizar os preços e torná-los mais acessíveis à generalidade da população carente de proteínas animais⁴. Corre o ano 1915 e o médico Arozo indica que o consumo da carne na cidade do Porto diminuiu sensivelmente nos dois últimos anos devido ao preço excessivo “de modo que a carne é hoje somente para os remediados e para os ricos e falta quase totalmente ao pobre que tem de procurar alimento mais barato.” (Arozo, 1915, p. 56)⁵. Escassos anos antes do deflagrar da epidemia, Arozo (1915, p. 28), na sua tese doutoral sobre os hábitos alimentares dos portugueses, levanta a interrogação: “onde encontrar as regras duma tal alimentação?” dado que “a alimentação é uma função primordial que regula as nossas forças, a nossa saúde e até o nosso carácter”, reconhecendo que “importa pois ao homem de todas as classes sociais alimentar-se normalmente”. A questão alcança mais pertinência num cenário de fome e de pandemia. Segundo o autor “a alimentação insuficiente ou defeituosa constitui a causa inequívoca de numerosas doenças!” As doenças atingem sobretudo “os mal alimentados, vivendo em geral nas piores condições higiénicas. A questão da predisposição por insuficiência alimentar cria a receptividade mórbida.” (Arozo, 1915, p. 34).

A alimentação é condicionada pelo custo e pelas circunstâncias de produção tendo relevância o que se produz nas diferentes áreas territoriais. Diante disso, o pão constitui um exemplo paradigmático uma vez que as variedades são distintas em função do cereal predominante em cada região. No verão de 1918 a imprensa anuncia a produção comprometida da cultura da batata, “que nos últimos anos muito se tem desenvolvido, chegando a constituir indústria agrícola”. Acrescenta que “não colhendo cada proprietário ou rendeiro a quantidade precisa para o seu gasto doméstico”, conclui “que

Segunda refeição: pão \$15, azeite, etc. \$05, carvão \$03, sardinhas \$12, vinho \$10, total \$45. Terceira refeição: carne \$30, arroz \$09, hortaliça \$08, toucinho \$06, chouriço \$09, pão \$10, vinho \$10, carvão, etc. \$04, total \$86 (*A Batalha*, nº 76, 11 de Maio de 1919, p. 1).

- 3 Em 1900, constatando o reduzido consumo de carne, a *Liga Nacional contra a Tuberculose* envia uma representação ao Parlamento pedindo a diminuição dos direitos pautais sobre o seu consumo, uma vez que se trata de um alimento indispensável à prevenção da tuberculose (Vieira, 2016, p. 211).
- 4 Dobrada, beijo e mãos são vendidos a \$32; Bofe, lombeira e pele da fressura a \$36; carne da cabeça e pivete a \$40; coração a \$44; mioleira a \$52 e, os mais dispendiosos, fígado e baço a \$60 (*Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, 28ª, 27 junho 1918).
- 5 Relativamente aos salários, neste período, um pedreiro ganha 410 reis diários, por 10 horas de trabalho. As mesmas horas equivalem a 600 réis para um cortador e um carpinteiro auferem 440 réis (Correia, 1951, pp. 37-39).

todos sabem que a batata e a brôa são os principaes alimentos e talvez quasi os únicos, de toda a grande família rural que para ai ingloriamente tressua do nascer ao pôr do sol.” (*A Commarca de Arganil*, 18 de julho de 1918). Esta realidade não é transversal a toda a sociedade portuguesa. O poder de compra dos privilegiados assegura-lhes acesso a outros alimentos, uma maior diversidade de géneros, bastas vezes de origem internacional.

Conclusão

Durante o período que a pneumónica grassa no país a imprensa da época acompanha os desenvolvimentos da epidemia e os danos que daí advém. *A Commarca de Arganil*, semanário de índole regional e local, relata as notícias mais significativas relacionadas com o episódio epidemiológico ao nível local, não olvidando as devidas referências ao panorama verificado em todo o território, bem como algumas expressivas notas internacionais.

Sem embargo, as notícias incidem sobre o próprio concelho revelando as medidas adotadas pelas autoridades locais, administrativas e sanitárias no combate ao flagelo. Pressupondo que a crise de subsistências se correlaciona de forma direta com a doença são claras e objetivas as descrições que colocam o país a vivenciar um clima de pobreza, carência nutritiva e debilidade física, subsidiárias das débeis condições de higiene transversais a todo o território nacional. O cenário é propício à escalada da pandemia que se reflete num número catastrófico de vítimas.

As denúncias e censuras à ineficiência das autoridades e aos comportamentos irresponsáveis e negligentes das populações que, em muitas circunstâncias, proporcionam o número crescente de infetados, ressalta nas crónicas semanais da *A Commarca de Arganil*. Evidenciam a ausência de instrução da generalidade da população, sobretudo os mais desfavorecidos, que representam a esmagadora maioria das vítimas.

Convivendo de forma habitual com décadas de doenças epidémicas como a tifo, a tuberculose e tantas outras, a sociedade incorpora a morte como uma consequência natural do estado calamitoso que se vive, transformando-a numa consequência banal. A par das doenças, acumulam-se diversos acontecimentos trágicos de que é um exemplo notório a Grande Guerra, pese embora o número de vítimas da gripe de 1918 ser substancialmente superior às do episódio bélico. Porém, a maior expressão noticiosa cabe ao flagelo da Grande Guerra, facto comum que se estende a toda a imprensa, tanto nacional como internacional. As restantes páginas da imprensa são marcadas pelos relatos e relacionados com o desfecho da guerra, a crise económica e as movimentações do operariado, a que acresce o assassinato do presidente a 14 de dezembro.

Atendendo à característica local do periódico *A Commarca de Arganil*, com efeito, o alvo das denúncias das políticas ineficazes de combate à pandemia tem uma visibilidade maior pois são as regiões com menos meios e infraestruturas as mais penalizadas pela catastrófica pandemia de gripe. Apesar de nos meses em que a

doença está em evidência as notícias alertarem para a situação gravosa e das brutais dificuldades nas quais o concelho está imerso, no ocaso da epidemia, as notícias exaltam as autoridades, as medidas preventivas e eficientes que permitem afirmar que, “o concelho de Arganil foi em todo o paiz um dos menos, se não o menos flagelado. Quer isto dizer que aqui se olhou a tempo e a horas pela saúde pública” (*A Comarca de Arganil*, 25 de dezembro de 1918).

Em conclusão, consideremos a imprensa como fonte histórica incontornável para o conhecimento deste período tão singular da História em que as informações e a ausência delas têm dimensões semelhantes. Os autores dos estudos mais recentes sobre a Pneumónica, designam-na por *pandemia esquecida*. Terá sido, durante quase um século. Porém, a mais recente tragédia pandémica (Covid-19) que se abate sobre o mundo resgata-a desse esquecimento.

Bibliografia

A Comarca de Arganil, maio a dezembro de 1918.

A. Ferreira et al. (Coord.). (2020). *A gripe espanhola de 1918*. Casa Sarmento – Centro de Estudos do Património | UMinho.

Abreu, L. & Serrão, J. V. (2018). Revisitar a pneumónica de 1918-1919: introdução. *Ler História*, 73. DOI: 10.4000/lerhistoria.3944.

Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa. (1940). *Comissão Executiva e Comissão Administrativa. Ano 1918*.

Almeida, M. J. P. (2013). Epidemias no Porto em 1918: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária. In A. L. Pereira & J. R. Pita (Coord.). *Saberes e Práticas e torno do adoecer da alma e do corpo* (pp. 65-72). CEIS 20. GHSC.T.

Almeida, M. J. P. (2014). As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 21 (2) pp. 687- 708.
<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n2/0104-5970-hcsm-21-2-0687.pdf>

Arozo, J. A. S. (1915). *Questões alimentares. Subsídios para o estudo da alimentação portuguesa*. Dissertação inaugural. Faculdade de Medicina do Porto.

Correia, A. (2019). A epidemia de Gripe Pneumónica (1918-1919) na região de Coimbra. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919*. pp. 109-124. IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.

Correia, A. M. D. (jul-set 2018). A resposta em Coimbra à epidemia de pneumónica de 1918-1919 sob o olhar de um periódico local. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 25 (3), pp. 679-694. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000400005>

Dávila, B. E. (2018). En el centenario de la gripe española: un estado de la cuestión. *Revista de Demografía Histórica*, ISSN 1696 - 702X, XXXVI. I, pp. 17-42. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6653959>

- Esteves, A. (2014). O impacto da pneumónica em alguns concelhos do Alto Minho. *CEM: Cultura, Espaço e Memória*, 5, pp. 165-181. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4790>
- Esteves, A. (2019). A Pneumónica na Imprensa do distrito de Viana do Castelo. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 87-108). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Ferreira, D. (2019). A “Pandemia Esquecida”: a cidade do Sado durante o tempo negro da Gripe Pneumónica (1918-1919). In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 125-150). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Frada, J. (2005). *A Pneumónica em Portugal Continental: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria*: Sete Caminhos.
- Frada, J. (2009). A gripe pneumónica em Portugal Continental: estudo socioeconómico e epidemiológico com particular análise do concelho de Leiria. In J. M. Sobral et al. (Eds.), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)* (pp. 155-164). Imprensa de Ciências Sociais.
- Girão, P. (2009a). A gripe pneumónica no Algarve. In J. M. Sobral et al. (Eds.), *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica (1918/19)* (pp. 107-130). Imprensa de Ciências Sociais.
- Girão, P. (2009b.). *A Pneumónica no Algarve*. Caleidoscópio.
- Jorge, R. (1918a). *A influenza e a febre dos papatazes*. Imprensa Nacional.
- Jorge, R. (1918b). *A influenza, nova incursão peninsular: relatório apresentado ao Conselho Superior de Higiene*. Imprensa Nacional.
- Lima, M. L. (2019). A domesticação da ameaça? Estratégias de gestão do risco na Pneumónica. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 181-194). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Pereira, A. (1909). A ração alimentar do operariado portuense. *Revista Tuberculose (Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos)*, 4 (16), pp. 1-6.
- Rebelo-de-Andrade & H., Felismino, D. (2018). A pandemia de gripe de 1918-1919: um desafio à ciência médica no princípio do século XX. *Ler História*, 73, 67-92. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4070> ; DOI: <https://doi.org/10.4000>
- Rebelo-de-Andrade, H. (2001). *Aspectos Epidemiológicos e Viroológicos da Gripe: Desenvolvimento de um sistema de vigilância*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- Sampaio, A. (1958). *Subsídios para o Estudo da Epidemiologia da Gripe*. Edição de autor.
- Sequeira, A. (2001). A pneumónica. *Medicina Interna*, 8, (1), pp. 49-55. https://spmi.pt/revista/vol08/ch7_v8n1jan2001.pdf

- Silva, H. (2019). As estruturas hospitalares face à Gripe Pneumónica. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 164-180). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Silva, H., Pereira, R. M. & Bandeira, F. (Coord.). (2019). *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919*. IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP
- Sobral, J. M. et al. (Eds.). (2009). *A pandemia esquecida: Olhares comparados sobre a Pneumónica* (1918/19). Imprensa de Ciências Sociais.
- Sobral, J. M. & Lima M. L. (2018). A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico. *Ler História* 73, pp. 45-66. DOI:10.4000/lerhistoria.4036.
- Sobral, J. M. (2019). Catástrofe e silêncio: a epidemia da *Pneumónica* em Portugal no seu tempo e no espaço da recordação. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 21-56). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.
- Sousa, P. S. e et al. (2008). Responder à epidemia: Estado e sociedade civil no combate à gripe pneumónica (1918-1919). *Revista de História das Ideias*, 29, 469-500. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_29_17
- Vieira, I. (2019). Aspetos do estado sanitário em Portugal no primeiro quartel do século xx. In H. Silva, R. M. Pereira & F. Bandeira (Coord.), *Centenário da Gripe Pneumónica. A Pandemia em Retrospectiva, Portugal 1918-1919* (pp. 37-54). IGAS; IHC – NOVA FCSH; CNCP.

Les récits de la peste comme mode de connaissance, de mémoire et d'identification

CHANTAL LOUCHET*

Résumé

La pandémie actuelle de la Covid-19 qui touche l'Humanité soulève bien des interrogations ; elle nous fait penser à la peste. A quoi servent les récits de la peste en temps de pandémie ? La littérature constitue un moyen privilégié pour connaître cette épidémie mortifère, son apparition, ses symptômes, les mesures prises pour la combattre, ses conséquences humaines, économiques et sociales. La peste est une maladie qui hante notre mémoire collective, surtout aujourd'hui. C'est à travers le regard et le témoignage d'auteurs qui ont pris la plume à ce sujet que le lecteur saisit cette angoisse face à l'imprévisibilité de la maladie. Cette identification informationnelle l'incite à aller plus loin dans ses réflexions, à appréhender les dimensions symboliques de la peste, à savoir historique, religieuse et métaphysique. La littérature offre des récits éclairant la crise actuelle par un appui sur des épidémies passées (réelles ou fictives) ; les voix des narrateurs parviennent jusqu'au lecteur contemporain et font écho au drame du coronavirus.

Mots-Clefs : Littérature, Peste, Connaissance, Mémoire, Identification.

Abstract

The current Covid-19 pandemic affecting humanity raises many questions; it reminds us of the plague. What is the purpose of plague narratives in times of pandemic? Literature is a privileged source of information about this deadly epidemic, its onset, its symptoms, the measures taken to fight it, as well as its human, economic and social consequences. The plague is a disease that haunts our collective memory, especially today.

* Universidade Católica Portuguesa
chantallouchet@ucp.pt

It is through the eyes and testimonies of authors who have written about this subject that the reader grasps this anguish in the face of the unpredictability of the disease. This informational identification encourages the reader to go further in his reflections, to apprehend the symbolic dimensions of the plague, namely historical, religious and metaphysical. Literature offers narratives that shed light on the current crisis by drawing on past epidemics (real or fictional); the voices of the narrators reach the contemporary reader and echo the drama of the coronavirus.

Keywords: Literature, Plague, Knowledge, Memory, Identification.

Introduction

La pandémie d'aujourd'hui nous replonge dans des épisodes historiques marquants au cours des siècles passés : la peste, le choléra, la grippe espagnole étant parmi les plus effrayantes maladies infectieuses de l'Histoire provoquent la mort d'un très grand nombre de personnes. Ces événements ne furent pas sans écho dans la littérature française. S'intéresser à la pandémie d'aujourd'hui nous conduit à évoquer des épidémies plus anciennes. C'est pour cette raison que nous vous proposons, à partir d'un *corpus* sélectif, d'étudier la construction de narratives sur le thème de la peste. Dans cette perspective de recherche, les récits sont recueillis comme un témoignage significatif au service d'un objet de connaissance qui est celui du chercheur ou du simple lecteur.

A travers une lecture croisée de quatre oeuvres, *La Peste* d'Albert Camus (1947), *Les Pestiférés* de Marcel Pagnol (1977, 1^{ère} éd.), *Peste et Choléra* de Patrick Deville (2012), *Demain les chats* de Bernard Werber (2016), nous allons baser notre réflexion sur la représentation que la littérature française donne de la peste ; l'acte narratif est vu comme une structuration de l'expérience de la maladie ; racontée par un narrateur «témoin», la maladie, mise ainsi en intrigue, met l'accent sur l'agir humain à travers cette épreuve difficile : faire face à la maladie et à la mort, aux mesures pour la combattre et à ses conséquences économiques et sociales. La littérature apporte un éclairage qui vise à replacer l'homme au centre des interrogations élargissant ainsi l'interprétation du fléau à ses dimensions symboliques, à savoir historique, religieuse et métaphysique.

I. Choix du corpus

La question du corpus est essentielle ; nous avons choisi quatre oeuvres contemporaines d'auteurs français représentatives du thème de la peste. Ce corpus, non exhaustif, a été construit en fonction des objectifs de la recherche : mettre des textes en relation puisqu'ils abordent le même thème ; balayant uniquement une production d'auteurs français (d'où la restriction de ce corpus) ; apportant ainsi un point de vue délimité à un environnement littéraire d'un pays spécifique. Il existe en effet d'autres oeuvres abordant ce thème mais ils ne sont pas d'auteurs français. Pour reprendre les

mots de Dominique Maingueneau, rappelons que tout «discours est contextualisé» (Maingueneau, 2009, p. 46).

II. Fonction testimoniale du narrateur

Pour Barthes et Todorov, il n'y a pas de récit sans narrateur ; le narrateur est celui qui raconte, il expose des faits vrais ou présentés comme tels. Dans *La Peste* d'Albert Camus, le narrateur ne dévoile son identité qu'à la fin du roman. Il explique qu'il tire ses informations de sources diverses, de son témoignage personnel (ce qui affirme qu'il est aussi l'un des personnages), du témoignage des autres ainsi que de manuscrits. A la fin, le lecteur apprendra finalement que le narrateur est le docteur Rieux en personne. Il présente son récit comme une chronique, c'est-à-dire un recueil de faits historiques présentés de forme chronologique dans laquelle il fait «œuvre d'historien» (Camus, 1947, p. 15), de «témoin objectif» (Camus, 1947, p. 347). C'est donc «un témoin de bonne volonté» (Camus, 1947, p. 347), un «témoin fidèle» (Camus, 1947, p. 348), «pour ne pas être de ceux qui se taisent, pour témoigner en faveur de ces pestiférés, pour laisser du moins un souvenir de l'injustice et de la violence qui leur avaient été faites» (Camus, 1947, p. 355). Marcel Pagnol place son récit de la peste de Marseille de 1720 dans la bouche de Monsieur Sylvain. Il base son récit sur «les chroniqueurs du temps» (Pagnol, 1988, p. 155) ; il s'agit donc de faits historiques racontés en guise de témoignage. Dans *Peste et Choléra*, le narrateur est assimilé directement à l'auteur lui-même, Patrick Deville, se donnant le rôle du «fantôme du futur sur les traces de Yersin», «un enquêteur, un scribe muni de son carnet à couverture en peau de taupe» (Deville, 2012, p. 17). Celui-ci «suit Yersin comme son ombre» (Deville, 2012, p. 210). Il témoigne de la vie d'Alexandre Yersin, le scientifique qui a découvert le bacille de la peste et inventé le vaccin contre cette maladie. Que cherche ce fantôme du futur ? Le sens historique dans la vie des personnages pour qu'ils ne soient pas oubliés de l'Histoire, se basant sur une documentation authentique (archives de l'Institut Pasteur et lettres personnelles). Dans *Demain les chats* de Bernard Werber, c'est Bastet une chatte avide de comprendre le monde des humains et de communiquer avec eux, la narratrice. Avec Pythagore, un siamois de laboratoire appareillé pour se connecter aux ordinateurs, elle présente le monde actuel du point de vue des chats et propose une réflexion sur le terrorisme, la religion, la guerre et la peste. Nous y trouvons toujours cette nécessité de document-témoignage : «Pythagore a évoqué une solution pour résister au passage du temps. Un «livre» ? » (Werber, 2016, p. 342). Bastet poursuit :

[...] pour que mon esprit «prenne matière», il va me falloir dicter en rêve à Patricia tout ce qui s'est passé. Je lui raconterai l'histoire exactement comme je l'ai vue et comme je l'ai vécue, comme je je l'ai perçue et ce que j'en ai déduit. (Werber, 2016, p. 342)

Cette déclaration invoque manifestement le témoignage. Pourquoi ? «Pour que d'autres puissent un jour savoir ce qui s'est réellement passé» (Werber, 2016, p. 342). Nous voyons par conséquent à travers ces quatre oeuvres la volonté de la part du narrateur de laisser une trace par écrit attestant la vérité de son histoire, le degré de précision de sa narration, sa certitude vis-à-vis des événements, ses sources d'informations. Le discours littéraire essaie par conséquence de transmettre un message au lecteur, message d'autant plus important aujourd'hui dans le contexte pandémique que nous vivons. Ces oeuvres invitent le lecteur à une certaine méditation face à l'impuissance humaine devant un phénomène qui est fatal. Elles le convient à une réflexion plus large sur la condition humaine. La littérature représente à cet égard un apport tout à fait pertinent. Selon Emile Zola, «la vérité est que les chefs d'oeuvre du roman contemporain en disent beaucoup plus long sur l'homme et sur la nature, que de graves ouvrages de philosophie, d'histoire et de critique» (Zola, 1968, p. 1240). De par sa fonction mémorielle et discursive, la littérature se fait exploration du réel. C'est ce que nous allons voir précisément dans la description que ces oeuvres font de la maladie.

III. La description de la maladie et de ses enjeux humains

III.A. La description de la maladie

Nous découvrons de manière très concrète et très vivante dans chacun des extraits les ravages de la peste, faisant de ces livres des témoignages particulièrement intéressants. La maladie se manifeste par un ensemble de signes et de symptômes au début pas tout à fait perceptibles. Maître Pancrace, médecin très estimé dans l'oeuvre de Marcel Pagnol, fait ainsi part de son inquiétude, peut-être injustifiée, comme s'il avait un mauvais pressentiment : en examinant les cadavres des trois porte-faix à l'infirmerie, il avait «vu certains bubons qui [lui avaient] laissé quelques doutes» (Pagnol, 1988, p. 161). Il s'agit avant tout d'une rumeur. Selon ce médecin, «la peste est une maladie fort insidieuse qui débute parfois à très petit bruit» (Pagnol, 1988, p. 185). La première description dans l'oeuvre de Camus ne mentionne en aucun cas la maladie, juste ses symptômes : le concierge «vomissant avec de grands arrachements une bile rosâtre (..) La température était à trente-neuf cinq, les ganglions du cou et les membres avaient gonflé, deux taches noirâtres s'élargissaient à son flanc. Il se plaignait maintenant d'une douleur intérieure» (Camus, 1947, p. 30). «Le concierge délirait (..) Les ganglions avaient encore grossi, durs et ligneux au toucher» (Camus, 1947, p. 31). Puis, subitement, «il est mort» (Camus, 1947, p. 32). On parle de fièvres inguinales, «une vingtaine de cas semblables en quelques jours. Presque tous avaient été mortels» (Camus, 1947, p. 41). Les descriptions camusiennes préliminaires donnent un effet de réel incontestable :

[...] un voisin du vieux malade se pressait sur les aines et vomissait au milieu du délire. Les ganglions étaient bien plus gros que ceux du concierge. L'un d'eux commençait à suppurer

et, bientôt, il s'ouvrit comme un mauvais fruit (..) Il fallait ouvrir les abcès (..) Deux coups de bistouri en croix et les ganglions déversaient une purée mêlée de sang. Les malades saignaient, écartelés. Mais des taches apparaissaient au ventre et aux jambes, un ganglion cessait de suppurer, puis se regonflait. La plupart du temps, le malade mourait, dans une odeur épouvantable. (Camus, 1947, p. 46)

Ce n'est qu'avec la multiplication des cas que l'on en vient à dire : «C'est à peine croyable. Mais il semble bien que ce soit la peste» (Camus, 1947, p. 47) même si «elle a disparu des pays tempérés depuis des années» (Camus, 1947, p. 47). Le verbe «sembler» ici est tout à fait léger face à la gravité de la situation. D'ailleurs, les autorités elles-mêmes tarderont à déclarer l'état de peste et à fermer la ville. Bernard Werber, quant à lui, indique clairement :

Comme ils n'ont pas su détecter les symptômes de la peste à temps et que les gens voyagent très vite grâce aux avions et aux trains, il y a déjà des milliers de morts un peu partout dans le monde. Le temps qu'ils essayent de mettre en place les procédures de quarantaine ou d'isolement des cas avérés, ceux-ci avaient déjà contaminé un nombre exponentiel de personnes. Si bien qu'il n'y a plus le moindre sanctuaire. La peste est déjà partout, dans toutes les grandes et moyennes villes de la planète. (Werber, 2016, p. 193)

Cela ne vous rappelle rien ? En lisant ces extraits, le lecteur pense d'emblée au coronavirus... Les oeuvres expriment d'une seule et même voix la contagion fulgurante de la maladie. La peur s'installe ; la mort guette. Tous les récits suggèrent l'extrême impétuosité de la maladie. Mais qu'est-ce que cette maladie ? D'après les recherches du docteur Pancrace, «la peste est une maladie cruelle que l'on ne guérit pas, qui se communique, et dont les vrais préservatifs sont la flamme et la fuite» (Pagnol, 1988, p. 177). En effet, en 1720, le vaccin contre la peste n'avait pas encore été découvert. La mort est certaine : «Devant la grande terreur en noir (..) Aucune thérapie. La peste est imprévisible et mortelle, contagieuse et irrationnelle. Elle sème la laideur et la mort, répand sur le monde le jus noir ou jaune des bubons qui percent sur les corps» (Deville, 2012, p. 119) ; «La Peste Noire, c'est la mort assurée pour le malade, et la mort possible pour ses voisins» (Pagnol, 1988, p. 188). Aucune échappatoire à la maladie avant 1900. La description crue de la maladie associée aux champs lexicaux de la peur et de la mort donne au lecteur l'impression que les récits décrivent le monde réel. De nombreux passages, apportant de minutieux détails, éclairent le lecteur quant à la dangerosité et à la gravité de la situation épidémique due à la prolifération des rats (ils participent à la large diffusion de la maladie) ou d'insectes, les puces notamment. Le lecteur est plongé littéralement, comme Alexandre Yersin le fut lui-même, dans «les premières visions d'enfer» (Deville, 2012, p. 121). La mort est partout : «des cadavres

de pestiférés dans les rues et dans les flaques, au milieu des jardins, à bord des jonques au mouillage» (Deville, 2012, p. 120) ;

[...] les morts étaient entassés pêle-mêle : on les avait jetés sur ces chariots, et quelquefois du haut d'une fenêtre... un bras pendant, une jambe se balançait au bord d'un plateau sans ridelle, près d'une tête renversée, le menton pointé vers le ciel et la bouche ouverte... Beaucoup étaient nus. (Pagnol, 1988, p. 174) ;

«par endroits, les cadavres humains ont été regroupés en tas. Cela forme des petites montagnes à peine plus hautes que les tas d'ordures» (Werber, 2016, p. 195). Visions épouvantables on ne peut plus réalistes néanmoins ; elles sont celles d'une épidémie que l'on ne maîtrise pas mais contre laquelle il faut lutter. Les récits font cet effort de mettre en forme le vécu de l'expérience, pour comprendre en quoi celle-ci est faite.

III.B. Les mesures préventives face à l'épidémie

Même si, d'après Bernard Werber, «il y aura toujours ces trois choix : combattre, fuir ou... ne rien faire» (Werber, 2016, p. 231), c'est le premier de ces choix le plus important. Il faut agir et prendre des mesures face à l'épidémie ; ces mesures sont généralement «rigoureuses», voire «impitoyables» ou «encore plus exceptionnelles». L'isolement est l'une des premières mesures à avoir été prise ; dans *Les Pestiférés*, la petite communauté de Maître Pancrace a pris un certain nombre de précautions : ne pas laisser sortir les enfants, aller en ville uniquement en cas de nécessité, aller chercher des provisions et nourritures puis prendre un bain d'eau vinaigrée à chaque retour dans la communauté. Ces mesures initiales se durcissent néanmoins avec l'évolution de la maladie : «discipline rigoureuse à partir d'aujourd'hui, personne ne sortira d'ici» (Pagnol, 1988, p. 178) car «il va falloir vivre comme des assiégés» (Pagnol, 1988, p. 179). «La vie des reclus s'organisa [donc] avec une rigueur presque militaire» (Pagnol, 1988, p. 192). Puis il y eut l'isolement dans l'isolement : «la fièvre la plus légère était suspecte, le moindre bobo paraissait promesse du bubon. On isolait aussitôt le malade dans une cave repeinte à neuf, et on le baignait de vinaigre comme un cornichon : il n'en sortait qu'au bout de trois jours» (Pagnol, 1988, p. 192). Dans *La Peste*, il est clair que «pour arrêter cette maladie (..) il fallait appliquer de graves mesures de prophylaxie prévues par la loi» (Camus, 1947, p. 63) : «la dératisation scientifique par injection de gaz toxiques ; la déclaration de cas diagnostiqués par le médecin et l'isolement de ces malades dans des salles spéciales de l'hôpital, la désinfection obligatoire de la chambre du malade et le véhicule de transport» (Camus, 1947, p. 67). On estimait cependant que ces mesures étaient insuffisantes : «il fallait élever contre l'épidémie une vraie barrière ou rien du tout» (Camus, 1947, p. 76). Des durcissements ont eu lieu, une intransigeance telle que «la déclaration obligatoire et l'isolement furent maintenus. Les maisons des malades devaient être

fermées et désinfectées, les proches soumis à une quarantaine de sécurité, les enterrements organisés par la ville (..)» (Camus, 1947, p. 78). Puis, «le ravitaillement fut limité et l'essence rationnée. On prescrivit même des économies d'électricité. Seuls, les produits indispensables parvinrent» (Camus, 1947, p. 97). Cela va jusqu'à la menace de peines de prison. Il fallait d'autre part «tuer les chiens et les chats qui auraient pu communiquer des puces» (Camus, 1947, p. 134). La situation était très grave. D'autres mesures surgirent : il a fallu «isoler certains quartiers particulièrement éprouvés et n'autoriser à en sortir que les hommes dont les services étaient indispensables» (Camus, 1947, p. 197). Un couvre-feu à partir de onze heures fut aussi institué et les veillées rituelles des enterrements interdites. La dissémination des signaux de perception de la peste permet au lecteur d'appréhender la maladie dans les textes, son évolution, ses drames, jusqu'où va-t-elle aller ? Y a-t-il une résolution ? Le désir de savoir est bien là. «Toute lecture est fondée sur la curiosité. Le lecteur, lorsqu'il ouvre le livre, est en quête de quelque chose» (Jouve, 1998, p. 90). Le lecteur en saisissant la pertinence des textes dont l'horizon de prévisibilité est d'emblée dessiné par les titres, participe d'une attitude réflexive ; c'est à lui que s'adressent ces témoignages qu'il va assurément mettre en parallèle avec la situation pandémique actuelle. Nous ne pouvons manquer de voir dans toutes ces mesures préventives instituées pour lutter contre la maladie une analogie directe avec les mesures sanitaires prises de nos jours. Comme dans les récits choisis, nous considérons aujourd'hui que «les mesures arrêtées étaient [cependant] insuffisantes» (Camus, 1947, p. 75). La mortalité est fulgurante : «La réalité, c'est qu'on jette les cadavres par les fenêtres, et que les trottoirs en sont encombrés (..) On n'enterre plus les morts, on les brûle, mais on n'arrive pas à les brûler tous» (Pagnol, 1988, p. 199). Solution extrême et inhumaine. Mêmes scènes atroces dans *Demain les chats* :

Soudain une camionnette apparaît sur la place et s'arrête au pied de la statue. Des humains en sortent dans des tenues orange fluorescentes avec des masques qui leur font une sorte de bec plat. Ce sont des combinaisons étanches, cela leur sert à se protéger de la peste. Ils se mettent ensuite à réunir en tas les corps des humains gisant sur la place. Puis versent de l'essence sur le monticule qui se transforme en brasier (..) ils brûlent les corps. (Werber, 2016, pp. 196-197)

Il n'y a que les flammes pour endiguer la peste. Même constatation dans *Peste et Choléra* : «On jette là des nattes à même le sol qu'on brûlera avec leur occupant. La mort survient en quelques jours» (Deville, 2012, p. 121). Parfois, ils vont même jusqu'à brûler aussi les maisons des pestiférés : ils «voient leur maison, entassent tout et brûlent, versent de la chaux et de l'acide sulfurique, élèvent des murs en brique rouge pour interdire l'accès des quartiers infestés» (Deville, 2012, pp. 120-121). Camus n'épargne pas non plus le lecteur avec des scènes similaires ; au début, ils enterrent

leurs morts «avec le maximum de rapidité et le minimum de risques» (Camus, 1947, p. 203), puis ils creusent «deux immenses fosses. Il y avait la fosse des hommes et celle des femmes (..) plus tard (..) on enterre pêle-mêle, les uns sur les autres, hommes et femmes, sans souci de décence» (Camus, 1947, p. 204) ; puis, n'ayant plus de places au cimetière, ce sera au tour du four crématoire et de «sa vapeur épaisse et nauséabonde» (Camus, 1947, p. 208). Ces descriptions littéraires, crues, voire même choquantes et inconvenantes, sont néanmoins un témoignage pour laisser un souvenir de la catastrophe ; l'écriture vise ici l'expression d'un vécu collectif pour que le souvenir des morts reste ! Cet art de conter que Walter Benjamin a si bien défini repose sur «la faculté d'échanger des expériences» (Benjamin, 1936, p. 115) même si celles-ci sont extrêmement difficiles. En donnant une certaine représentation de la maladie en soi, on en retrace son histoire, on fait appel à la mémoire, support de l'expérience qui sert de ce fait aussi de support à la connaissance : l'auteur «emprunte la matière de son récit à l'expérience (..) et ce qu'il raconte, à son tour, devient expérience en ceux qui [lisent] son histoire» (Benjamin, 1936, p. 121), mêlant ainsi aussi bien le narrateur que le lecteur. L'espace qu'ouvre l'écriture est essentiel pour dire, transmettre et interroger l'expérience de la peste. Avant qu'Alexandre Yersin n'en découvre le vaccin (cf. Deville), on utilisait le vinaigre des Quatre Voleurs. Puis, «Yersin est le premier homme à observer le bacille de la peste» (Deville, 2012, p. 123). Le fantôme du futur relate de forme très précise et à l'appui des Archives de l'institut Pasteur le travail et les découvertes d'Alexandre Yersin : «Il tente d'atténuer la virulence du bacille afin d'obtenir d'un côté un vaccin et de l'autre un sérum antipesteux» (Deville, 2012, p. 137). Après avoir immunisé la souris, le cobaye, le lapin, le cheval, «il y aura lieu d'appliquer la même méthode à la prévention et au traitement de la peste chez l'homme» (Deville, 2012, p. 124). Puis, d'installer un laboratoire «capable de préparer le sérum en grande quantité» (Deville, 2012, p. 125). Ce vaccin découvert en 1894 n'existe pas encore au temps de la narration de Marcel Pagnol, d'où uniquement la mention du vinaigre des Quatre Voleurs. Nous constaterons avec Camus qu'une nouvelle forme de l'épidémie est possible - aujourd'hui nous parlerions de variants - : «la peste devenait pulmonaire» (Camus, 1947, p. 147). C'est ainsi que le vieux Castel :

[...] mit toute sa confiance et son énergie à fabriquer des sérums sur place (..) un sérum fabriqué avec les cultures du microbe même qui infestait la ville aurait une efficacité plus directe que les sérums venus de l'extérieur, puisque le microbe différerait légèrement du bacille de la peste tel qu'il était classiquement défini. (Camus, 1947, pp. 158-159)

D'autant plus que «la contagion risquait d'être plus grande, avec cette nouvelle forme de l'épidémie» (Camus, 1947, p. 273). Impossible pour le lecteur d'aujourd'hui de ne pas faire le parallèle avec la situation pandémique actuelle. Il retrouve dans les oeuvres analysées de précieuses informations concernant le présent. Avec le

phénomène de transfert se rejoue la pandémie actuelle. Le lecteur y trouve des liens, des impressions, des lignes de sens conduisant à la connaissance. Aujourd'hui, les nouvelles formes de l'épidémie sont les variants, britannique, brésilien, indien... L'intérêt de l'approche de ces récits sur le thème de la peste est de mettre l'accent sur des processus de partage de l'expérience ; mettons en valeur la question de la mémoire et du témoignage qui révèle le rôle que peut jouer l'écriture lorsque, comme aujourd'hui, les hommes doivent affronter une difficulté similaire. Sans compter que, reprenant les mots de Bernard Werber, «la mémoire écrite est la clef de l'immortalité des civilisations. Sans livres, toutes les vérités peuvent être remises en cause, tout ce qui a été accompli est progressivement oublié» (Werber, 2016, p. 307). La littérature qui est dans son essence échange et transmission, joue manifestement un rôle crucial de médiateur entre le présent et le passé, leur apportant un éclairage fondamental : «la raison d'être de ces écrits est de tenir le «monde de la vie» sous un éclairage perpétuel et de nous protéger contre l'oubli de l'être» (Kundera, 1986, p. 29).

Face à la maladie, une autre solution est possible : celle de fuir ! L'objectif étant se soustraire à la maladie, considérée à la fois pénible et dangereuse. Trois exemples se glissent dans nos extraits. Voici le premier :

Un vent de panique a saisi tous les humains de la ville quand a résonné l'alerte à la peste (..) certains ont voulu tenter de fuir en prenant leur voiture pour rejoindre l'autoroute de l'Ouest, l'A13. Les premiers véhicules ont pu franchir la sortie sans difficulté, mais d'énormes embouteillages ont bientôt obstrué les voies. La course vers la vie s'est avérée une course vers la mort. (Werber, 2016, pp. 259-269)

Il s'agit d'une vision apocalyptique ; la plupart n'a pas réussi à s'échapper ; «nous distinguons au sol les automobilistes malchanceux gisant sur leur volant, ainsi que les rats qui grouillent autour d'eux» (Werber, 2016, p. 260). Malheureusement la débâcle généralisée n'a pas du tout eu le résultat escompté. Fuir demande de l'organisation. Venons-en à notre deuxième exemple. Après avoir vécu en autarcie, la petite communauté de Maître Pancrace est prévenue par un clerc : «Ici, vous êtes peut-être en sécurité, mais vous n'y serez pas longtemps» (Pagnol, 1988, p. 199). En effet, les édiles ont décidé de brûler les maisons des pestiférés et même des quartiers entiers : «l'odeur de l'incendie prouvait l'urgence de la fuite» (Pagnol, 1988, p. 203). C'est ainsi que s'organise la fuite en produisant de faux laissez-passer en bonne forme, en fabriquant de faux pestiférés, en se déguisant en pénitents avec blouse, cagoule et gants... le cortège se met en route vers son destin ; toute la communauté trouvera refuge dans les collines, un abri dans quelque grotte, au flanc d'un ravin. D'où le nom encore aujourd'hui des «baumes des pestiférés d'Allauch». Puis nous avons un troisième exemple chez Camus, celui du journaliste Rambert qui se trouvait à Oran lors de la fermeture des portes de la ville. Impossible de s'enfuir, des soldats gardent les portes

de la ville ! Mais l'obstination est trop forte, il prépare son évasion. Or, après des mois d'attente, alors que finalement tout est prêt, il renonce à partir. En fait, s'il partait, il aurait honte. Il veut agir auprès du docteur Rieux, se sentir utile malgré la menace de la peste et de la mort. Fuir serait une atteinte à l'honneur, à la dignité.

III. C. Ses conséquences économiques et sociales

Le traitement narratif de la peste a pour but de la constituer en objet remarquable, en centre d'intérêt privilégié. Le lecteur en perçoit le(s) danger(s) en évoluant avec elle au fil de la narration. Tout en en donnant une description minutieuse, en permettant de comprendre toutes les mesures par lesquelles il faut la combattre ou fuir, les narratives démontrent une désorganisation sociale, à tel point que c'est la fin de l'ordre établi tel qu'on le connaissait jusqu'alors. Cette rupture est une constante dans chaque extrait étudié : la peste amène la peur de la mort, les gens changent leurs habitudes de vie...C'est un véritable chaos qui engendre d'autres conséquences, économiques et sociales. Impossible de ne pas établir, encore une fois, un parallèle avec l'actuelle pandémie. Le lecteur y reconnaîtra d'emblée certaines marques avec ce qu'il vit en ce moment : « Quand la peste a commencé ses ravages, les rues de Paris ont été désertées par les hommes » (Werber, 2016, p. 225) ; « des rues presque vides, un grand nombre de boutiques fermées » (Pagnol, 1988, p. 170) ; « le commerce, lui aussi, était mort de la peste » (Camus, 1947, p. 95). Il y a des problèmes de ravitaillement ; la petite communauté de Maître Pancrace prévoit la situation et part à la recherche d'aliments avant de se cloîtrer et de vivre comme des assiégés. Le ravitaillement est limité à des produits indispensables ; des produits viennent à manquer comme les pastilles de menthe qui « avaient disparu des pharmacies parce que beaucoup de gens en suçaient pour se prémunir contre une contagion éventuelle » (Camus, 1947, p. 136). Dans *Demain les chats*, c'est même la famine. Nous y voyons la description d'un Noël, « la fête de l'enfer », avec ses « boutiques vides et privées de lumières, les chocolats factices ou les boîtes vides dans les vitrines » (Camus, 1947, p. 299) car, il faut le dire, la peste « désorganisa toute la vie économique et suscita ainsi un nombre considérable de chômeurs » (Camus, 1947, pp. 205-206). C'est l'image de la misère qui en découle. La peste a d'autre part profondément transformé les modes de sociabilité des habitants ; un exemple : dans les tramways, « tous les occupants, dans la mesure du possible, se tournent le dos pour éviter une contagion mutuelle » (Camus, 1947, p. 142). L'isolement, la quarantaine... toutes ces mesures rigoureuses laissent des traces dans le comportement humain. La littérature nous offre une grille de lecture pour appréhender une situation qui nous dépasse. Tout cela nous convie à une méditation plus profonde, philosophique peut-être, symbolique certainement, face à l'impuissance humaine devant un phénomène qui est fatal. Albert Camus, Marcel Pagnol, Patrick Deville et Bernard Werber, en consacrant leurs ouvrages à la peste, nous engagent à réfléchir plus amplement sur la condition humaine et à explorer diverses dimensions symboliques de la peste.

IV. La peste : une dimension historique, religieuse et métaphysique

IV. A. La peste, sa dimension historique

Nous savons tous que de grands fléaux comme la peste, le choléra, la grippe espagnole ont été dans le passé très dévastateurs. Ces fléaux ne sont plus réservés aux historiens, ils sont aussi devenus l'objet des romanciers, une source d'inspiration indiscutable. La littérature peut être ainsi envisagée comme un champ d'étude fécond pour l'approche historique de la peste. De nombreux passages font foi de ce témoignage du passé. *Les Pestiférés* aborde le thème de la peste qui ravage Marseille en 1720 et entraîne des millions de morts. C'est à travers «ses livres de médecine et d'histoire» que Maître Pancrace étudie la peste. Les traces écrites de la maladie dans le passé sont essentielles pour faire face au présent ; c'est ainsi qu'il mentionne et utilisera «le vinaigre des Quatre Voleurs (..) qui a fait merveille pendant la peste de Toulon, il y a tout juste soixante-dix ans» (Pagnol, 1988, p. 169). Tout au long du récit de Bernard Werber, le chat siamois Pythagore se fait l'historien de la peste ; de nombreuses leçons d'histoire vont ainsi rythmer la lecture, rappelant à chaque fois le nombre effroyable de morts : la grande peste noire entre 1346 et 1352, une seconde épidémie de peste en 1540, la troisième grande épidémie en 1666 qui toucha Londres... et puis, en 1900, «un humain scientifique du nom d'Alexandre Yersin a enfin trouvé la cause de l'épidémie : la transmission par les rats et par les puces. Cela lui a permis de mettre au point un remède efficace» (Werber, 2016, p. 200), à savoir le «fameux» et tant attendu vaccin. Connaître l'Histoire au travers de la littérature va permettre au lecteur de s'attacher aux conditions socio-historiques de la maladie pour mieux comprendre les destinées humaines. Le récit est le présent d'un passé et «le présent du passé, c'est la mémoire» (Saint-Augustin, 1964, p. 269). La mémoire écrite est donc importante, c'est la «solution pour résister au passage du temps» (Werber, 2016, p. 342). Il n'y a qu'une solution : c'est le livre, «l'objet de mémoire par excellence. Le seul qui résiste au temps» (Werber, 2016, p. 337). Ce fut certainement pour cette raison que Patrick Deville a choisi Alexandre Yersin (1863-1943) comme personnage de son roman. Il a voulu écrire l'histoire d'un homme qui a silencieusement transformé le monde par sa découverte du vaccin contre la peste : «Ne pas avoir découvert le bacille de la peste le condamnerait à mourir explorateur inconnu parmi les milliers d'explorateurs inconnus» (Deville, 2012, p. 105). Son oeuvre est une biographie très documentée et cependant présentée comme un roman très riche en informations historiques s'appuyant sur des documents authentiques. Patrick Deville précise sa pensée : «Si chacun d'entre nous écrivait ne serait-ce que dix Vies au cours de la sienne aucune ne serait oubliée. Aucune ne serait effacée. Chacune atteindrait à la postérité et ce serait justice» (Deville, 2012, p. 103). L'oeuvre biographique de P. Deville permet au lecteur de comprendre ce qu'était la peste à une époque donnée, à l'époque d'Alexandre Yersin lui-même. La littérature devient alors témoin de l'Histoire. Nous retrouvons des

allusions historiques dans l'oeuvre de Camus : la peste de Constantinople, Athènes, les villes chinoises, Marseille, Jaffa, Milan, Londres...toutes ces allusions permettent de se souvenir et de tenter d'apprendre ce qu'on pouvait en apprendre :

D'autres établissaient des comparaisons avec les grandes pestes de l'Histoire, en dégageaient des similitudes (que les prophéties appelaient constantes) et, au moyen de calculs non moins bizarres, prétendaient en tirer des enseignements relatifs à l'épreuve présente. (Camus, 1947, p. 256)

De par sa fonction mémorielle et discursive, la littérature se fait exploration du réel. Citons Umberto Eco pour qui «lire un récit signifie jouer à un jeu par lequel on apprend à donner du sens à l'immensité des choses qui se sont produites, se produisent et se produiront dans le monde réel» (Eco, 1996, p. 117). En écrivant leur histoire, chacun des auteurs a essayé de saisir la réalité dans sa multiplicité sans en oublier la perspective de l'épidémie au cours de l'Histoire en soi ; les fléaux ont toujours existé, existent aujourd'hui et continueront à exister ; il est important d'en connaître les caractéristiques et leur évolution dans le temps ; c'est pour cette raison que ces événements ne sont pas sans écho dans la littérature.

IV. B. La peste, sa dimension religieuse

Les ravages de la peste nous amènent forcément à analyser les différentes interprétations religieuses qui lui sont liées. En temps de fléau, dans ce contexte tragique, le besoin de religion se fait sentir. Première interrogation werbérienne: «C'est quoi un «Dieu» ?»

Il s'agit d'un personnage imaginaire. Il est représenté le plus souvent sous la forme d'un géant qui vit dans le ciel. Il a une robe blanche et une barbe. C'est lui qui édicte ce qui est bien et ce qui est mal. C'est lui qui juge. C'est lui qui décide de tout ce qui va arriver aux humains (..) Tout ce qui arrive est «Sa» volonté. (Werber, 2016, p. 74)

Nous pourrions donc nous demander si la peste, c'est «Sa» volonté ? Le drapier, maître Combarnoux, dans *Les Pestiférés*, le confirme par ses propres mots : «C'est donc que Dieu l'a voulu» (Pagnol, 1988, p. 166) ; plus tôt dans le récit, le clerc s'était également manifesté en ces termes : «En cas d'épidémie (..) il est tout à fait certain que la volonté de Dieu sera faite, comme toujours, et que tous vos soins n'y changeront rien» (Pagnol, 1988, p. 163). L'opinion du drapier est inébranlable ; pour lui, «les bons chrétiens n'ont rien à craindre du fléau» (Pagnol, 1988, p. 179) car «c'est Dieu qui décide seul et [les] efforts pour échapper à sa volonté sont non seulement ridicules, mais impies. S'il lui plaît de nous envoyer la peste ou la mort, il est fou de prétendre lui résister» (Pagnol, 1988, p. 179). Mais en se soumettant humblement à la volonté

de Dieu, sans rien changer à ses habitudes, lui et sa famille trouveront la mort. Mais de quelle «Volonté» parle-t-on ? «L'ampleur du fléau est métaphysique, elle dit le courroux divin, le Châtiment» (Camus, 1947, p. 21). La peste est donc le symbole du mal présent à l'intérieur de l'Homme. Le drapier de Marcel Pagnol l'avait lui-même reconnu : la ville est en danger «à cause de ses fautes et de ses crimes, qui sont innombrables, et qui durent depuis trop longtemps. Dieu a eu patience jusqu'ici mais il me semble que sa colère commence et qu'elle ne s'arrêtera pas de sitôt» (Pagnol, 1988, p. 167). Cette hypothèse du fléau comme châtiment divin est claire dans tous les extraits. Le châtiment divin est une punition surnaturelle en réponse aux âmes pécheresses. Ainsi le père Paneloux, dans son prêche, sera implacable : «Mes frères, vous êtes dans le malheur, mes frères, vous l'avez mérité» (Camus, 1947, p. 114). L'idée du péché revient souvent dans les propos : «Il y a du péché dans le monde [disait la vieille espagnole]. Alors, forcément !» (Camus, 1947, p. 237). Pas besoin de préciser ses pensées, cet adverbe est révélateur. Même si beaucoup voient dans l'épidémie une manifestation du courroux divin, il n'empêche que la religion est également vue comme un espoir : «Les seuls remèdes vraiment efficaces étaient la Prière de saint Roch et la bénédiction de Saint-François» (Pagnol, 1988, p. 173). Se réfugier dans la prière est une façon de faire face à la vague du mal. Les autorités ecclésiastiques «décidèrent de lutter contre la peste par leurs propres moyens, en organisant une semaine de prières collectives» (Camus, 1947, p. 111). Les textes évoquent Saint-Roch, le saint le plus invoqué depuis le Moyen-Âge contre les épidémies. Les temps de crise voient naître les réflexions des croyants sur leur manière de vivre leur foi, la littérature en est le messager. D'autres, comme le docteur Rieux, ne croient pas en Dieu même s'ils démontrent tant de dévouement. Le docteur, lui, gère l'épidémie scientifiquement : «S'il croyait en un Dieu tout puissant, il cesserait de guérir les hommes, lui laissant alors ce soin» (Camus, 1947, p. 151) ; cette attitude relance l'opposition séculaire religion/science.

IV. C. La peste, sa dimension métaphysique

Les fléaux se font le reflet des angoisses existentielles ; l'être humain n'est pas immortel, la mort l'emportera ; d'ailleurs elle est là, omniprésente, elle guette...la peste agit à la manière d'un révélateur de la nature humaine. La métaphysique se définit comme «l'effort vigilant de la pensée humaine de comprendre l'ensemble de la réalité et ses raisons» (Grondin, 2013, p. 21). Pour Jean Grondin, l'homme «veut comprendre quelque chose au sens des choses et de sa propre existence» (Grondin, 2013, p. 8). L'art du récit de la peste contribue à cette connaissance et à cette expérience de l'humain dont il est porteur. La littérature sert en ce sens d'éclairage. En plus des champs lexicaux de la maladie, de la mort, nous retrouvons dans nos extraits tout un lexique des sentiments et des émotions que la peste provoque. Les émotions sont stimulées par les événements qui, à leur tour, sont influencés par les réponses émotives des individus. Celui de la peur est certainement le plus présent. Les épreuves nous invitent à réfléchir à nos limites :

«l'ennui et la peur commencèrent bientôt à dérégler les mœurs de ces bonnes gens» (Pagnol, 1988, p. 194) ; «les vieux (..) furent les premiers à déraisonner» (Pagnol, 1988, p. 194). L'épreuve provoque un assombrissement de l'humeur, amène le désespoir ; la santé mentale s'en ressent ; «la surprise des premiers temps se transforme peu à peu en panique (..) c'est à partir de ce moment que la peur, et la réflexion avec elle, commencèrent» (Camus, 1947, p. 33). «C'est normal, ils ont peur» (Werber, 2016, p. 192). Au début, on ne veut pas y croire ; cette sensation d'irréalité est néanmoins vite remplacée par la dure réalité de l'exil et de la solitude qui en découle. Lorsque l'opinion prend conscience de la vérité, la peste est alors affaire de tous : «Nous allons tous devenir fous, c'est sûr» (Camus, 1947, p. 99). Nous assistons à des scènes de folie, à des comportements «anormaux» (actions répréhensibles comme l'adultère, l'alcoolisme, les bagarres et les violences), à des sentiments de culpabilité et de remords ; le mécontentement ne cessant de grandir, les autorités viennent même à craindre le pire, la révolte de la population. C'est ainsi que nous pouvons dire que «la peste a sa bienfaisance, qu'elle ouvre les yeux, qu'elle force à penser ! » (Camus, 1947, p. 150) : «il n'y avait plus de destins individuels, mais une histoire collective qui était la peste et des sentiments partagés par tous. Le plus grand était la séparation et l'exil, avec ce que cela comportait de peur et de révolte» (Camus, 1947, p. 195). «La peste avait enlevé à tous le pouvoir de l'amour et même de l'amitié» (Camus, 1947, p. 212). Le malheur, la souffrance, la résignation, la longanimité, l'indifférence, la méfiance, l'injustice, la révolte, le scepticisme profond...affectent individus et collectivités en prise avec la maladie et la mort provoquant des changements d'attitudes et révélant manifestement la condition humaine. En lisant Camus, Pagnol, Deville ou même Werber, le lecteur découvre l'image en miroir des expériences et des sentiments face à la maladie et à la contagion. Cette contribution littéraire est importante pour comprendre ; elle «tente sans aucun doute de dépeindre toutes les variétés de l'expérience humaine, et pas seulement celles qui conviennent à un point de vue littéraire particulier» (Watt, 1982, p. 14). Il est sûr que «la peste laisserait des traces, au moins dans les cœurs» (Camus, 1947, p. 322). Si les récits que nous avons choisis visent la compréhension des destinées humaines face à une épidémie, ils saisissent également ce qui s'éprouve de la condition humaine dans sa complexité. «Tout ce que l'homme pouvait gagner au jeu de la peste et de la vie [nous dira Camus] c'était la connaissance et la mémoire» (Camus, 1947, p. 335).

Conclusion

Les maladies épidémiques occuperont toujours dans le réel comme dans l'imaginaire une place considérable. La peste demeure tout particulièrement une source d'inspiration littéraire, notamment parce qu'elle fait peur et que le discours littéraire essaie de transmettre un message non seulement au chercheur mais à tout lecteur. Les grandes oeuvres épidémiques ont beaucoup à nous apprendre : la description minutieuse et concrète de la maladie, les mesures prises face à l'épidémie, ses

conséquences sociales et économiques dramatiques mais pas seulement. Derrière ces visions on ne peut plus réalistes - une espèce d'arsenal documentaire à la mode zolienne -, le lecteur y découvre des dimensions symboliques plus larges qui poussent à la réflexion et visent à la connaissance, historique, religieuse et métaphysique. Par le discours des écrivains et par leurs oeuvres, il faut «affirmer l'importance de la littérature en tant que source de connaissance pour l'humanité grâce à sa capacité à véhiculer des idées faisant écho à notre réalité» (Sallenave, 1997, pp. 18-19). En effet la littérature consacrée aux épidémies passées permet de donner un sens à celle que nous traversons aujourd'hui ; les similitudes sont remarquables ; comme la peste, le coronavirus marquera l'Histoire ; il met en relief les angoisses de l'Homme face à la maladie, à la mort, aux mesures prises par les autorités pour le combattre ; cette peur affecte individus et collectivités et sous-tend des réactions diverses, comme nous l'avons vu. Face à la menace, nos comportements aujourd'hui ne sont pas si différents de ceux de nos ancêtres. Le fléau nous dévoile d'autre part le rôle de la religion en cas de crise. Le parallèle avec le monde actuel est tellement proche qu'il résonne dans la tête du lecteur tel un écho trop réel. Notre présent se gorge de passé, les oeuvres étudiées ici, tout en servant de témoignage, tendent à redynamiser la mémoire. Elles nous apprennent «à regarder et à voir» (Bouveresse, 2008, p. 54). Valorisant sa fonction cognitive, la littérature participe bel et bien, par des moyens qui lui sont propres, à l'entreprise générale de la connaissance.

Bibliographie

- Benjamin, W. (1936). *Le conteur*. Gallimard.
- Bouveresse, J. (2008). *La connaissance de l'écrivain. Sur la littérature, la vérité et la vie*. Agone.
- Camus, A. (1947). *La peste*. Gallimard.
- Deville, P. (2012). *Peste et choléra*. Seuil.
- Eco, U. (1996). *Six promenades dans les bois du roman et ailleurs*. Grasset.
- Grondin, J. (2013). *Du sens des choses: l'idée de la métaphysique*. PUF.
- Jouve, V. (1998). *L'effet-personnage dans le roman (2ème)*. PUF.
- Kundera, M. (1986). *L'art du roman*. Gallimard.
- Mangueneau, D. (2009). *Les termes clés de l'analyse du discours*. Seuil.
- Pagnol, M. (1988). *Les pestiférés*. Editions de Fallois.
- Saint-Augustin. (1964). *Livre XI. In Confessions*. Garnier-Flammarion.
- Sallenave, D. (1997). *A quoi sert la littérature?*. Textuel.
- Watt, I. (1982). *Réalisme et forme romanesque. Littérature et réalité*. Seuil.
- Werber, B. (2016). *Demain les chats*. Albin Michet et Bernard Werber.
- Zola, E. (1968). *Le Roman expérimental. Oeuvres complètes*. Henry Mitterrand (ed.). Vol. X. Paris: Cercle du livre précieux.

Um Diário convertido em crónicas e um Jornal em forma de romance: as narrativas de pestilências de Daniel Defoe (1722) e Gonçalo M. Tavares (2020)

ANA ISABEL CORREIA MARTINS*

Resumo

Desde Homero que a Literatura é prolixa em narrativas de pestilências posicionando-se tantas vezes na encruzilhada genológica entre ficção e verdade. Tucídides, Xenofonte e Heródoto comprovam que muitos testemunhos historiográficos foram deixados por médicos e historiadores. No entanto, é igualmente inegável a importância de muitas outras vozes, na narração destas calamidades, sejam elas as de tragediógrafos, escritores, filósofos e intelectuais. Daniel Defoe, com o seu *Journal of the Plague year* (1722), e Gonçalo M. Tavares, com o *Diário da Peste* (2020), inscrevem-se neste legado das narrativas de pestilências: um diário convertido em crónicas e um jornal romaneado, com tonalidades novelísticas. O presente trabalho pretende analisar as idiosincrasias de cada uma destas obras, discutindo as incontornáveis questões genológicas. Indagaremos ainda conceitos de verdade e autenticidade das fontes e dos relatos associados à *auctoritas* dos narradores que influenciam a construção de expectativas. Porventura só a narração que qualificamos de “histórica” confirma o estatuto de catástrofe de um evento? Qual é o papel da narrativa ficcional na construção da verdade?

Palavras-chave: *Diário da Peste*, *Jornal do ano da Peste*, Narrativa histórica, Verdade, Ficção.

Abstract

Since Homer and classical Antiquity, Literature has been prolix in narratives of pestilences, pointing out so often the genological intersection between fiction and truth. Thucydides, Xenophon and Herodotus prove that several historiographic testimonials

* CECH da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Universidade de Rennes 2 – Haute Bretagne
ana-isabel.correia-martins@univ-rennes2.fr

were left by doctors and historians but it is undeniable the importance of many other tragediographers, writers, philosophers and intellectuals. Daniel Defoe with his *Journal of the Plague year* and Gonçalo M. Tavares, with *Diário da Peste* integrate the collection of pestilence narratives: a diary converted into chronicles and a Journal in the form of a novel, presenting novelistic and daily features. This work aims to analyse the idiosyncrasies of each of these works, discussing the unavoidable genological issues. We will also shed light on concepts of truth and authenticity regarding narrators' *auctoritas* for the construction of expectations. Could it be that only the narration that we qualify as "historical" confirms the catastrophe status of an event? What is the role of fictional narrative in the construction of truth?

Keywords: *Journal of the Plague*, *Journal of the Plague year*, History, Truth, Fiction.

Qui dira jamais si la manque de la nature est dans la nature, si la catastrophe par laquelle la nature s'écarte d'elle-même est encore naturelle? Une catastrophe naturelle se conforme aux lois pour bouleverser la loi.¹

In limine

O ano de 2020 n o trouxe novidades   História, no sentido de nos surpreender com algo inusitado, inimagin vel ou inaudito, apenas reescreveu acontecimentos e *mudou a paisagem*². *Mutatis mutandis*, a ciclicidade e a reincid ncia de fen menos no devir histórico reenviou-nos para o passado, na esperança de que a sua leitura lance um olhar interpretativo mais clarividente sobre o presente. Não esqueçamos que os dois livros mais antigos, ou não fossem eles fundacionais da Cultura ocidental, retratam pestes, pragas e epidemias  l m de heroísmos e outras tragicaldades: o segundo livro da Bíblia –  xodo – e a *Ilíada* de Homero.

"O século XXI partido em dois por um vírus.// Dois séculos tem este século", afirma Gonçalo M. Tavares no seu *Diário da Peste* a 26 de Março. A numerologia pitagórica muito teria a dizer sobre o simbolismo do numeral que perpassa duplamente tanto o nosso século XXI e o ano da pandemia Covid 2020 como a obra de Daniel Defoe, publicada em 1722. Esta pandemia do século XXI sofre uma mutação em relação às anteriores pestes e epidemias, retratadas ao longo da História, uma vez que é a primeira a atingir em um curto espaço de tempo uma escala tão global. Esta disseminação universal do vírus leva-nos a fazer um *mea culpa* enquanto sociedade, a escrutinar processos e procedimentos em curso usurpadores da Natureza, a questionar a intervenção humana que não cessa de desafiar ritmos e proporções, na senda

1 Derrida (1967, p. 364).

2 "O ciclone muda os corpos e as coisas de sítio. Vem  , dizem./Contra a vontade dos homens e das coisas./Por vezes muda mesmo o sítio. E no dia seguinte a paisagem   outra./Em Junho de 2020 a paisagem muda./Mudar a paisagem não é tarefa de arquitecto ou pintor de cores./O assunto requer vasta engenharia ou catástrofe natural". (*Diário da Peste* 2 de Junho)

de uma satisfação da voracidade de consumo. Ao exponenciarmos os meios de produção, ao tornarmos as máquinas um *upgrade* das nossas capacidades, uma extensão dos nossos limites humanos, aceleramos e intensificamos um *modus vivendi* à revelia dos ciclos naturais³.

Desde Tucídides, Xenofonte e Heródoto (IV e V a.C.), passando por Cláudio Galeno (II d.C.) e Procópio de Cesareia (VI d.C.), as narrativas de pestilências foram descritas, previsível e preferencialmente, pela pena de médicos e historiadores cuja descrição dos factos era indissociável da aceitação da sua verdade. Pensemos, no entanto, em muitos outros inestimáveis contributos tais como: o tragediógrafo grego Sófocles (V a.C.) - que faz recair sobre Tebas uma praga, em Édipo o Rei. Já no humanismo renascentista, lembremos Boccaccio e o seu *Decameron* (1349-1353), Castiglioni com *Libro del cortegiano* (1528)⁴. Avançando pelo século XVII, La Fontaine com *Les animaux malades de la peste* (1678) ou *Les tragiques* de D'Aubigné (1615), chegando ao século XVIII com Daniel Defoe (*A Journal of the Plague year*, 1722). No século XX, afiguram-se ainda Jack London (*La Peste écarlate*, 1912) e Albert Camus (*A Peste*, 1947), José Saramago (*Ensaio sobre a Cegueira*, 1995) e mais proximamente Gonçalo M. Tavares (*Diário da Peste*, 2020). A Literatura é prolixa em narrativas de pestilências, posicionando-se nesta encruzilhada genológica e historiográfica entre a ficção e a verdade.

Relativamente ao *Journal of the Plague year* de Daniel Defoe, Lay Frank afirma que “its characteristic position in the uncharted territory between history and fiction is interpreted as a sign of marginality and its genre is seen as a sort of pseudo or proto novel, a text which illustrates the crucial links of fiction and historical imagination at the time of its production”⁵. John Burke reitera e amplifica esta mesma ideia, tomando como referência, além do *Journal of the Plague year*, uma outra obra de ficção histórica de Daniel Defoe, *Memoires of a Cavalier*: “they are not simply about their narrators. They are about how they report history about the narrators’ responses to history and these responses are the center of interest”⁶. Na radicalização do espectro, mas ainda nas franjas destas narrativas, lembremos o conto do génio do macabro, Edgar Poe, que em “The Masque of Red Death”, com o subtítulo “A fantasy”, apresenta um relato de uma epidemia.

A pergunta que se impõe é a seguinte: porventura só a narração que qualificamos de “histórica” firma o estatuto de catástrofe de um evento? Qual é o contributo da

3 “Ontem ainda: Wuhan proibiu consumo de animais selvagens/durante cinco anos./Durante cinco anos, os animais selvagens podem estar calmos./Talvez ao fim desses 5 anos os animais selvagens fiquem mansos/e possam já ser legalmente comidos” (*Diário da Peste* 20 de Maio); “Uma máquina entra na natureza para tirar energia do vento./Transformar o vento noutra coisa./Os gigantes dos mitos são agora de puro metal.” (*Diário da Peste* 27 de maio)

4 Vide David Steel. (1981). Plague Writing: from Boccaccio to Camus. *European Studies* xi, pp. 88-110.

5 Lay (1999, p. 38).

6 Burke (1982, p. 13).

narrativa ficcional na construção de uma verdade histórica? Lembremos as palavras de Foucault: “There is a literature of plague, it is a literature of the decomposition of individuality, a kind of orgiastic dream in which plague is the moment when individuals come apart and when the law is forgotten”⁷. O presente trabalho visa analisar, comparativamente, duas obras que adivinham, desde logo, reflexões genológicas: o *Diário da Peste* (2020) de Gonçalo M. Tavares é um conjunto de crónicas publicadas no *Jornal Expresso* e o *Journal of the plague year* (1722) de Daniel Defoe é uma reportagem sob a forma de romance, com tonalidades novelísticas e até diarísticas. Iremos indagar os conceitos de verdade e autenticidade das fontes e dos relatos, problematizando a *auctoritas* do(s) narrador(es) na construção de expectativas e de versões prováveis e credíveis de pestilências.

Problemas genológicos de Tavares e Defoe: cambiantes entre o diário, a crónica, a reportagem, o jornal e o romance

A 23 de Março de 2020, início do confinamento em Portugal, no contexto da pandemia, Gonçalo M. Tavares inaugurava no *jornal Expresso* um espaço de crónicas diárias a que chamara *Diário da Peste*, traduzidas e publicadas simultaneamente em diversos países. A 20 de Junho terminara este projecto: 90 dias, 90 diários – “Estou cansado, fecho a janela e o diário; quero fazer outra coisa”⁸. Esta é já uma obra central na produção filosófico-literária de Gonçalo M. Tavares e confronta-nos, como lhe é apanágio, com um desafio genológico. A obra apresenta características que a aproximam do Diário, da Reportagem, do Ensaio, da Crónica, da Poesia. As canónicas categorias literárias são incapazes de abarcar esta odisseia de aproximadamente 5000 versos, livres, soltos, telegráficos e aforísticos⁹.

A expectativa de um diário, enquanto exercício hermenêutico, autobiográfico e de narração de experiências pessoais, é defraudada uma vez que o testemunho raramente é feito na primeira pessoa para que muitas outras vozes e citações sejam cerzidas tão ao jeito do *genus sententiarum* humanista. A cadência quotidiana e ininterrupta destas publicações no *Jornal Expresso*, a neutralidade do tom do discurso e a ausência de qualquer manifestação de estados de alma do narrador outorgam características próximas da crónica e da reportagem, em que a veracidade dos factos parece incontestável. No *Diário da Peste* o narrador privilegia, reiteradamente, a leitura e análise do mau estar social, decorrente da pandemia, em detrimento da sua vivência pessoal de confinamento. A sátira é cáustica, os temas desconcertantes e as reflexões sócio-económicas são bastante cruas e incómodas, aproximando-se do género ensaístico¹⁰.

7 Foucault (2003, p. 47).

8 *Diário da Peste* 20 de junho e de 8 de junho.

9 Todos os Diários foram recentemente compilados e publicados pela editora Relógio de Água em 2020.

10 Veja-se a título de exemplo *Diário da Peste* 11 de abril e 1 de maio.

Todas estas razões afastam a obra de Gonçalo M. Tavares do género do diário *in stricto sensu*. Alguns versos correspondem *ipsis verbis* aos cabeçalhos de jornais e notícias, informações aparentemente esparsas, acessíveis e universais, ao alcance de todos, que resultam de uma dinâmica de *selectio e dispositio*, tão ao gosto do labor filológico renascentista. Por vezes conseguimos até identificar uma dinâmica semelhante à dos exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola, não em prol da salvação das almas mas da salvação do corpo.

Ela explica-me o que significam os números no início.

Cada número representa um motivo de saída.

1. Para ir à farmácia ou ao médico.
2. Para comprar bens de primeira necessidade, comida etc. quando a entrega ao domicílio não é possível.
3. Para ir ao banco, para quem o e-banking não é possível.
4. Para ir acudir pessoas com necessidades especiais.
5. Para comparecer a uma cerimónia (funeral, casamento, baptizado) sempre sob restrições. 5. Significa ainda: para pais divorciados ou separados visitarem os filhos.
5. Para exercício físico ao ar livre ou passeio com animal de estimação. Sob restrições, isto é: em redor da casa.

Ontem, a minha amiga grega mandou este sms ao governo grego:

4 Αθηνά Σπύρη Αλκμάνος 12 Αθήνα

O número 4 significa que ela vai sair para ajudar uma pessoa.

4 Αθηνά Σπύρη Αλκμάνος 12 Αθήνα

O número 4, no caso de Athena, é o pai.

O pai está incluído no número 4.

É um número 4 com várias hipóteses lá dentro.

Ela recebeu depois um sms a dar autorização¹¹

A ironia e a ambiguidade dos jogos metafórico-alegóricos transformam estas crónicas num tabuleiro de xadrez em que vão sendo feitos cheques constantes ao acervo intelectual do leitor e às suas competências hermenêuticas. Não podemos falar em romance, dada a forma poética de que se revestem estes *Diários*, mas encontramos traços romanescos em muitos deles, na consubstanciação de micronarrativas e micro-contos.

O autor de *Robinson Crusoe*, contrariamente, apresenta uma narrativa próxima de um diário íntimo no qual revela memórias e faz confissões, não denunciáveis à partida pelo título da obra que se aproxima mais de uma reportagem¹². No entanto, o tom inti-

11 *Diário da Peste* 30 de Março; cf Loiola (1999, p. 14).

12 “A carreira jornalística de Defoe revela-se mais importante para nós pelo que aprendemos em relação à sua técnica de noticiar que penas causas que serviu. [...] O Defoe que prezamos não é um jornalista

mista e confessional, reiteradamente na primeira pessoa do singular, o recurso a muitos adjetivos, verbos declarativos e putativos, as inúmeras referências circunscritas no tempo e no espaço e ainda as muitas divagações de foro pessoal e autobiográfico correspondem ao recorte do gênero de diário íntimo¹³. O terror e a curiosidade são os dois sentimentos predominantes no testemunho de Daniel Defoe: o primeiro leva-o a recluir-se o exterior e a confinar mas, concomitantemente, o voyeurismo e a afeição mórbida pela catástrofe, pelas cenas macabras e tétricas expõem-no aos perigos. O autor inglês transferiu um acontecimento histórico para a ficção a partir da epidemia que deflagrou em Londres em 1665-1666 e da qual se estima que terão morrido cerca de 100 mil pessoas (15% da população da época)¹⁴. O autor tinha apenas cinco anos quando a tragédia assolou Inglaterra e remete para as vivências do seu tio Henry Foe, razão pela qual a obra é identificada pelas iniciais HF. É sabido que houve a contento um trabalho de investigação e que o autor terá mesmo consultado documentos oficiais como os *Bills of Mortality*, e outros obituários, assim como terá auscultado relatos e testemunhos de sobreviventes. Desde o distante ano da peste de 1665, foram publicadas diversas obras a respeito, tais como *London's dreadful Visitation* (1665), *God's Terrible Voice in the City* (1667) e *Loimologia* (1672), tratado do Dr. Nathaniel Hodges. Defoe teria ao seu dispor uma considerável bibliografia¹⁵. Frank Ellis alega que a verossimilhança da obra em relação aos acontecimentos históricos é de tal forma inconteste, pelas descrições detalhadas e precisas, que epidemiologistas se basearam nela para estudos científicos. O autor de Robinson Crusoe tem a pulsão para relatar, minuciosamente, todas as transformações e consequências socio-econômicas deflagradas pela peste¹⁶. Christian Godin reforça a ideia:

-
- trabalhador, mas um romancista que segue o método do jornalista trabalhador”. Defoe (2020, p. 13).
- 13 “Isto era o princípio de Maio, embora o tempo estivesse temperado, variável, e bastante frio, e o povo ainda tinha esperanças. [...] Regressei a casa, naquela noite para ponderar seriamente sobre a questão e encontrava-me só. [...] Não obstante, tudo isto afastou da minha ideia viajar para o campo; e, dado que o meu irmão partira, não mais voltei a debater essa questão com ele ou comigo próprio. [...] Quando percorria a Houndsditch uma manhã, por volta das oito horas ouviu-se um grande barulho. O alarido era suficientemente intenso para me despertar a curiosidade. [...] O seu discurso abalou um pouco a minha autodeterminação e fiquei indeciso por algum tempo [...] Foi de facto uma cena desoladora, que me afectou...fiquei de facto chocado com o que vi, senti-me quase esmagado e afastei-me com o coração atormentado, cheio de pensamentos terríveis”. Defoe (2020, pp. 25, 31-32, 63, 73-75).
- 14 O mesmo número é referido no *Diário da Peste* 23 de Maio “O The New York Times dedicou a primeira página a mil vítimas mortais do coronavírus, numa altura em que os EUA estão quase a chegar a 100 mil mortos”.
- 15 Vide Watson Nicholson, *The Historical Sources of Defoe's Journal of the Plague Year: Illustrated by Extracts from the Original Documents in the Burney Collection and Manuscript Room in the British Museum*, Port Washington N.Y., Kennikat Press, 1966.
- 16 “Este é um caso muito vivo e engloba em si parte tão importante das verdadeiras condições da população, que penso não conseguir relatá-los com exactidão, pelo que passarei a descrever as diversas combinações ou classes de pessoas que caíram de imediato na miséria, nesta ocasião. Por exemplo:

Ce journal imaginaire se lit comme un reportage fait par un journaliste (ce type d'homme que nos écoles dites de journalisme ont tué) qui aurait à la fois la connaissance et l'intelligence des faits, et un grand style. Defoe fait partie de ces écrivains qui, à l'instar de Shakespeare, sont capables de décrire de la manière la plus saisissante des lieux qu'ils n'ont pas vus (l'auteur de *Robinson Crusoé* n'a jamais voyagé) et un temps qu'ils n'ont pas vécu. Certes, derrière le chroniqueur perce le romancier.¹⁷

Defoe é camaleónico e é ao mesmo tempo jornalista, repórter, cronista, escritor, romancista, facto que alimenta diversas querelas em torno das questões genológicas e do estatuto das suas obras, que não nos compete escrutinar aqui em profundidade¹⁸. As marcas de subjectividade e a estrutura em prosa posicionam este jornal entre as malhas do diário e do romance, neste jogo permanente com as memórias¹⁹. Em contraponto, Gonçalo M. Tavares faz a sua reportagem a partir dos cabeçalhos de jornais em tempo real, no jogo com o presente, tornando os seus leitores cúmplices e testemunhas dos acontecimentos.

Daniel Defoe tece uma narração romanesca, sem se desapossar de uma narrativa histórica, na senda da autenticidade dos factos e dos relatos: “le narrateur se révèle à chaque page du récit qui est bien un roman, quoiqu'on ait pu le prendre pour un document historique, tant Defoe a su lui donner l'apparence du vrai et de l'authenticité”²⁰. Este jornal pode ser lido de forma complementar com uma outra obra do autor, intitulada *Due preparations for the Plague, as well for Soul as Body*.

Em suma, a afinidade entre Defoe e Tavares radica na labilidade genológica porque as designações de *Diário* e de *Journal* não correspondem à estrutura interna e à natureza das respectivas obras. Torna-se falível integrar qualquer uma delas numa categoria estanque. Poderemos equiparar os dois autores no que tange a validade factual e a veracidade das informações? Ambos partem de factos credíveis, recorrem a fontes consideradas válidas, sejam elas dados oficiais, boletins, jornais, mas pretendem muito mais do que descrever ou relatar os acontecimentos, incitam a reflexão, por vezes em tom moralizante, desacomodam as consciências daqueles que pelos seus olhos leem

[...]”, Defoe (2020, p. 99). Veja-se a enumeração detalhada do tema, malgrado o expediente retórico da *praeteritio* nas páginas 99-101.

17 Godin (2020, p. 147).

18 A propósito do legado literário do autor, vide Maximillian E. Novak (2000). *Daniel Defoe: Master of fictions: His life and ideas*. New York: Oxford University Press.

19 “It carries the marks of subjectivity in that it is conceived and presented in the form similar to that of a diary”, in Lay (1999, p. 38); vide ainda Robert Mayer (1990). “The Reception of a *Journal of the Plague Year* and the Nexus of Fiction and History in the Novel”, *ELH vol.57, nº3*, pp.529-555; sobre a natureza novelística da obra vide Martin Wagner (2017). “Defoe, Foucault and the Politics of the Plague”, in *SEL Studies in English Literature 1500-1900*, volume 57, number 3, pp. 501-519.

20 Defoe (1943, p. 8).

a realidade²¹. As preocupações mais audíveis na obra do inglês são o progresso social, o comércio de Inglaterra, a vida prática e a viabilidade económica que ficam comprometidas em contexto epidémico. No entanto, no seguimento destas inquietações de pendor mais sócio-económico, o autor inglês não se furta a discorrer sobre a psicologia do indivíduo, a existência e convivência em sociedade ou ainda a relação com a divina Providência. Alguns estudiosos retratam a sua narrativa como polifónica: “cette polyphonie peut s’expliquer par la volonté qu’a Defoe de ne pas réduire la perception de la peste à la seule conscience de son narrateur, mais au contraire de l’ouvrir à une multiplicité correspondant à celle de la peste, car la voix de la peste est légion”²².

Os *topoi* recorrentes no *Diário da Peste* de Gonçalo M. Tavares são a fronteira ténue entre animalesco e humano, as ameaças à sobrevivência da espécie humana (muito além das sanitárias), a relação do homem *versus* máquina que nos reenvia para a consciência da perversidade civilizacional, a bipolaridade de forças e ausência de meio termo, o absurdo e o flagelo inerentes à pandemia e a reificação das relações humanas²³. Esta narrativa não giza a explicação do fenómeno pandémico *per se* mas a intelectualização do acontecimento e o que directa e indirectamente advém da catástrofe, como a repercussão na degradação moral das sociedades, a incapacidade de resposta económico-política às necessidades de saúde pública. Gonçalo M. Tavares foca ainda o facto desta reportagem do trágico dar lugar a narrativas de medo.

O pormenor e o detalhe são transversais a ambos os autores, não se coíbem de tecer comentários tétricos, crus e macabros²⁴. Os relatos de Gonçalo M. Tavares são mais politizados na denúncia das acções que podem ser tão ou mais virulentas do que o próprio vírus, como a resignação e a banalização do mal: “a gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo o mundo”, diz Bolsonaro²⁵, “mortos em Espanha, Estados Unidos, Itália: o susto torna-se assustador; o assustador, hábito”²⁶, “as empresas

21 Cf Defoe (2020, p. 122).

22 Cooke (2009, p. 39).

23 Vide Martins (2021, pp. 117-138).

24 “O hotel Marriott é transformado num hospital de campanha./Quartos de luxo são agora quartos para dez pessoas./O espaço todo usado, distribuído entre máquinas, doentes e médicos./Uma nova agricultura urgente semeia doentes e ventiladores.” (*Diário da Peste* 23 de março); “Dizem que as valas dos mortos no Irão podem ser vistas do espaço./A muralha da china, as valas comuns./Depende das alturas” (*Diário da Peste* 23 de Março); “Há um placard macabro que anuncia um único número que já não tem adversário./Um único número por país./Irão: 127”. (*Diário da Peste* 23 de Março); “A temperatura de um país é medida pelo número de mortos./Uma temperatura negra, grotesca.” (*Diário da Peste* 23 de Março); “Listas de mortos./Listas de livros escolhidos./Lista de locais a visitar depois da peste, quando se afugentar a ansiedade e não os corpos./Dez páginas no jornal com retratos de pessoas com duas datas.” (*Diário da Peste* 6 de abril)

25 *Diário da Peste* 2 de Junho; vide ainda “Todo o apagar de números e registos é um apagar do facto inicial./Apagar uma morte é ação criminosa de higiene./Há uma higiene individual e uma higiene do Estado./Penso em alguém que pega nos números de um dado e os baralha; repetindo uns, eliminando outros./A sorte está viciada”. (*Diário da Peste* 13 de junho).

26 *Diário da Peste* 2 de abril.

reabrem, as fronteiras não”²⁷. Em Defoe a catástrofe converte-se em um compêndio de anedotas, uma enciclopédia de histórias trágico-cômicas. Em ambas as obras estamos perante uma linha narrativa de carácter pedagógico-filosófico e moralizante. No entanto, se em Daniel Defoe a natureza discursiva é mais profética, evangelizadora e terapêutica, de cariz topográfico e local, em Gonçalo M. Tavares o olhar é mais indagador, inconformado e subversivo na leitura de cenários universais.

Verdade e autenticidade das fontes e dos relatos: ecos e vozes narrativas

Françoise Lavocat, a propósito do diálogo entre narratividade e historicidade, afirma que “l’opérateur principal de la mutation qui reside dans la narrativisation et l’historicisation de la catastrophe est le conflit d’interprétation et la prise en charge de la narration par un témoin qui se met en scène et exprime un point de vue”²⁸. Tanto Gonçalo M. Tavares quanto Daniel Defoe assumem um ponto de vista sustentado nos olhares dos outros, relatos e fontes directas e indirectas relativamente fidedignas, que deixam transparecer credibilidade e veracidade. Ambos se fecham em confinamento, debruçados à janela, ambos convertem as experiências sensoriais e analíticas em elucubrações de pendor filosófico-político e sócio-económico. No entanto, o voyeurismo de Defoe impele-o muitas vezes a procurar fora de casa novas observações, empresa facilitada para Gonçalo M. Tavares com o acesso à internet do século XXI, suprimindo esta necessidade pretensamente incolmatável de sair de casa. Ainda assim, o texto- testemunho surge da conjugação do ouvido/visão, do pensamento crítico que lhes confere o estatuto de observadores-cronistas-repórteres. Elana Gomel afirma a propósito de Defoe algo que é igualmente extensível a Gonçalo M. Tavares: “la position textuelle privilégiée en tant que témoin lui assure l’immunité. Ce n’est pas un corps individuel sensible à la maladie, mais une voix désincarnée qui parle pour les mourants et les morts”²⁹.

Enquanto Gonçalo M. Tavares se instala nas suas divagações, isolado de qualquer interação - além das duas cadelas Roma e Jeri - , Daniel Defoe diversifica os seus expedientes narrativos, ora em voz directa e indirecta, ora em forma de monólogo, diálogo ou ainda cedendo a palavra aos outros como no caso dos três homens que decidem deixar Londres encontrando refúgio na floresta³⁰. Por vezes, anula por completo a sua voz para alargar a percepção da peste além da sua própria consciência de narrador. Não raramente, lança também mão de recursos retóricos como repetições, paráfrases, anedotas, provérbios, episódios pitorescos e exemplos quase proféticos para reforçar

27 *Diário da Peste* 11 de maio.

28 Lavocat (2011, p. 32).

29 Gomel (2000, p. 410).

30 Defoe (2020, pp. 109-113; 122-142).

a sua *auctoritas* discursiva³¹. Defoe coloca diante dos olhos do leitor uma cena viva como se de uma obra de arte se tratasse:

Il écrit qu'il ne veut pas oublier et ce qu'il ne veut pas qu'on oublie, la reaction physique, morale et religieuse du peuple de Londres sous la domination du roi Peste. Le document acquiert ainsi toute sa puissance de persuasion, et l'oeuvre d'art tout son pouvoir d'illusion, justement parce qu'elle n'a aucune forme littéraire. C'est un art très grande dans l'absence d'art visible.³²

Gonçalo M. Tavares não deixa de se servir dos mesmos instrumentos retóricos para reforço da sua *auctoritas* e erudição ao citar filósofos, escritores e figuras de proa: Guattari, Hölderlin, Céline, Kafka, Guimarães Rosa, Fernando Pessoa, Wittgenstein, Goethe, Rachel Whiteread, Hannah Arendt, Kabakov, Kenneth Goldsmith, Orwell, Cortázar, Rilke, Yoko Tawada, Gabriel Orozco, Voltaire, Auden, Bataille, Kierkegaard, Kant, Calvino, Robert Musil, Deleuze, Nina Simone, Holderlin, Brecht, Emily Dickinson, Pirandello, Jacob Steinberg, Heidegger, Emilio Lledó, Ambrose Bierce, Eliot Weinberger, Nietzsche, Wagner, Safranski, Freud, Paul Virilio, Peter Sloterdijk, W.H Auden, Pascal Quignard, Arthur Rimbaud, Godard, Lilia Schwarcz, Edward Gassner, Vicente Garcia-Huidobro, George Brassens entre outros. Estas figuras, não sendo personagens, assumem-se como narradores onnipresentes e onniscientes, vozes que validam e legitimam o processo reflexivo e problematizador das crónicas³³.

A prolixidade da imprensa, a actualização diária dos números de mortes, os ritmos descompassados e desfasados da pandemia em todo o mundo são o mote para o autor do *Atlas do Corpo e da Imaginação* cartografar outras geografias além de uma única cidade, por contraponto a Defoe que se cinge à cidade de Londres. A pulsão pelos dados estatísticos é transversal a ambos, veja-se desde logo no primeiro diário de 23 de Março a sentença tavariana: *O fim do mundo sempre foi anunciado em forma de estatística*³⁴. Gomel afirma que as repetições temáticas e estilísticas em Defoe têm

31 “Era uma cena terrível e melancólica de presenciar e, como era algo que não podia deixar de avistar de manhã à noite (pois de facto não havia nada mais no momento para ver), fui invadido por pensamentos muito sérios quanto à desgraça que se iria abater sobre a cidade, e as infelizes condições daqueles que nela permaneceriam”, in Defoe (2020, p. 27); cf ainda Defoe (2020, pp. 28 e 41).

32 Defoe (1943, p. 11).

33 Em 2014, o Papa: “o tempo é superior ao espaço” (*Diário da Peste* 1 de Maio).

34 No *Diário da Peste*: “O humano número 486 morreu num hospital de Madrid./Lista de mortos./Lista de livros escolhidos./Lista de locais a visitar depois da peste, quando se afugentar a ansiedade e não os corpos./Dez páginas no jornal com retratos de pessoas com duas datas./Jacob Steinberg, poeta israelita: «nós parecemos esta noite uma cidade que arde»; “México, pela primeira vez: mais de mil mortos num dia” (*Diário da Peste* 4 de Junho); “Brasil: mais de 31 mil mortos”. (*Diário da Peste* 2 de Junho); No *Journal of the Plague year*: “O grosso das pessoas foi dizimado nestes dois meses; considerando que o número total de vítimas de peste ascendeu aos 68590, só aqui temos, em números

repercussões estruturais numa composição de episódios separados e justapostos³⁵. Em Gonçalo M. Tavares a metodologia é, exactamente, a mesma:

(...) como um estranho sismógrafo ou um arquivista, vai coligindo informações, histórias, vai juntando-as, justapondo-as sem uma ligação precisa ou necessária (não há diário algum aqui) [...] E o essencial é esta colecção de factos, de histórias, a justaposição de frases que permitem cartografar um abismo que, a dada altura, surgiu num horizonte que não era horizonte algum, mas que se encontrava presente nos mais ínfimos detalhes – sem ser sobredeterminado por teoria alguma.³⁶

(Des)crenças, crendices e outras religiosidades

A concepção providencialista dos acontecimentos que insufla o *Journal of the Plague Year* insere-se na teologia vigente e dominante no século XVII³⁷. Contrariamente a Gonçalo M. Tavares, Defoe manifesta as suas crenças, repetidamente, não se coibindo de atribuir um sentido religioso e divino a todas as ocorrências³⁸. Segundo ele, a epidemia teria sido enviada como castigo divino aos homens pelos seus pecados e a solução seria a resignação e a crença de que haveria algum sentido para tamanha fatalidade³⁹:

Defoe est resté fidèle à la doctrine du juste milieu défendue par la plupart des théologiens chrétiens, qui tentaient un compromis entre la toute-puissance divine et la non moins nécessaire liberté humaine (sans laquelle le châtement du péché serait incompréhensible). Un compromis que le calvinisme, influent en Angleterre, a rompu en accordant à Dieu la liberté absolue, par la toute-puissance de sa grâce et dans le choix, pour chaque être humain, de son salut ou de sa damnation.⁴⁰

Defoe não dista da abordagem de Tucídides ou Lucrécio, que convocavam os conhecimentos dos astrólogos e fazem a leitura dos fenómenos naturais para explicar

redondos, 50000, em dois meses, digo 50000 porque, embora falem 295 ao valor acima indicado, faltam também dois dias para completar aquele período de tempo”, in Defoe (2020, p. 103).

35 Gomel (2000, pp. 409-410).

36 https://ionline.sapo.pt/artigo/739978/goncalo-m-tavares-relatorio-sobre-o-fim-do-mundo?seccao=Mais_i&fbclid=IwAR3aA2tc83tCsDVPWKCzUtF_tQObHjKK27isQaL4W9WXjH3qI3zugGDg0

37 Lembremos ainda que o químico Robert Boyle (1627-1691) escreveu no ano da peste a obra *The Plague of London from the Hand of God*.

38 “As intimações que acreditava provirem dos Céus, as quais, para mim, representavam o caminho a seguir; [...] além do mais, folheando a Bíblia que se encontrava na minha frente, e enquanto os meus pensamentos se focavam seriamente no assunto, exclamei: “Bom, não sei o que fazer, Senhor, orienta-me”. In Defoe (2020, p. 31).

39 Defoe (1943, pp. 29, 35)

40 Godin (2020, p. 149).

os signos da catástrofe⁴¹. Desde a filosofia natural aristotélica que reconhecemos esta cadeia contínua e ininterrupta que agrega todos os elementos do mundo e que enlaça, inclusivamente, o próprio destino do Homem. Qualquer tentativa de negar esta premissa e de agir à revelia desta consciência introduz desequilíbrios na biodiversidade, acarretando custos onerosos para a sobrevivência das espécies. A tese aristotélica não relegava a interdependência dos elementos contrários entre si, reforçava aliás a necessidade de confrontos e dialécticas para a constante regeneração e adaptação dos elementos no mundo natural. Os gregos reconheciam na luta (ἀγών, *agon*) o princípio fundacional da sociedade, princípio compartilhado por Heráclito (c. 535-475 a.C., πόλεμος πάντων μὲν πατήρ ἐστι, *polemos pater panton*)⁴². No século XVII, a medicina fundamentava-se na teoria dos quatro elementos de inspiração Hipocrática: a água, ar, terra e fogo que ora conflituam, ora convergem para uma harmonia. Gonçalo M. Tavares retorna aos mesmos elementos naturais para desnudar a soberba e a prepotência da acção humana: “a natureza deve estar a olhar estupefacta para os humanos”⁴³; “pensar nos quatro elementos-terra, ar, água, fogo./Esta será uma tragédia ligada ao elemento ar. /os pulmões e a falta de respiração”⁴⁴; “temos de ser hábeis sobre a terra, hábeis debaixo de água e hábeis diante do fogo”⁴⁵; Uns dizem que é a revolta da natureza./pensávamos que era tudo nosso, mas não/Karl Kraus: não há só máquinas, há também tempestades./Esquecemo-nos das tempestades”⁴⁶.

No que tange a religiosidade, Defoe era um dissidente não conformista que atacava os anglicanos radicais, tendo-se envolvido em várias contendas e conflitos político-religiosos. Defoe reporta inúmeros casos de suicídio e não se inibe de os criticar por representarem actos à revelia dos pressupostos teológicos da cristandade. Mostra-se impiedoso na crítica contra as infrações de ordem moral e ética que decorriam de abusos de poder por parte de médicos e enfermeiros em relação aos doentes, mas sempre crente na progressão moral do indivíduo e na sua regeneração. Talvez seja esta a pedra de toque que distingue de forma fraturante as duas obras. Gonçalo M. Tavares revela-se descrente na natureza humana, serve-se de um sarcasmo contundente para criticar o hedonismo e o individualismo da sociedade do século XXI. As inúmeras referências religiosas servem para escamotear o estatuto demiúrgico do indivíduo, perante

41 Defoe (2020, pp. 37-38, 41), *vide* ainda a este propósito Catherin Rubincam (2004). “Thucydides and Defoe: Two plague narratives” in *International Journal of the Classical Tradition* 11, pp.194-212.

42 Não podemos deixar de referir uma outra obra de Gonçalo M. Tavares, *Histórias Falsas*, uma colectânea de contos em que os filósofos pré-socráticos são convertidos metalepticamente em personagens, *vide* Ana I. C. Martins (2020). “Gonçalo M. Tavares’ *Histórias Falsas* (False Stories: encountering tradition and confronting fragments of truth”, in Maria de Fátima Silva *et alii* (eds), *A Special Model of Classical Reception: Summaries and Short Narratives*, Cambridge Publishing Press, pp. 167-190.

43 *Diário da peste* 25 de março.

44 *Diário da peste* 7 de abril.

45 *Diário da peste* 15 de junho.

46 *Diário da peste* 15 de abril.

o abandono divino: “Deus e os homens, relação atribulada/ o som de Deus desapareceu”⁴⁷. Ainda assim, no limite quando tudo falha e em cenário apocalíptico também é esse deus (seja Ele qual for) o último reduto, a última salvação: “Muitos dos que estavam afastados de Deus, se aproximaram agora./Muitos dos que estavam próximos se aproximaram mais, diz um crente na televisão”⁴⁸. A sobrevivência torna-se a única prioridade e as fronteiras do querer e do crer, do importante e do urgente, da ética e da estética são cada vez mais fluídas e difusas⁴⁹: “Um presidente de câmara italiano junta as mãos a pedir para as pessoas não saírem de casa./Parece rezar, pedir piedade e dar uma ordem - tudo ao mesmo tempo”⁵⁰.

Gonçalo M. Tavares recentra a osmose entre crença e heresia, confundindo *mythos*, *pathos* e *logos*: “O mais brilhante filósofo do século XX, de olhos fechados e mãos juntas, a rezar./Um filósofo que fecha os olhos, antes de ensinar as crianças./ Uma síntese rápida de despojamento./ Suspender a visão e a lucidez, abdicar do controlo: fechar os olhos”⁵¹. O mundo encontra-se num ponto de tal forma antinómico que já não consente a convivência de duas realidades tão díspares: “Imagino que alguém interrompe a emissão da Bolsa para rezar o Pai Nosso”⁵², “rezar é o que acontece entre um momento e o momento seguinte”⁵³, passou a ser um compasso de espera em estados de perdição. A religião rendeu-se às tecnologias, baixou a intensidade, mas aumentou a velocidade.

Uma avioneta numa terra do interior levou um padre lá dentro./E lá das alturas ele benzeu todo o território porque o avião sobrevoou cada metro quadrado./No avião quase individual não contaminas./Dou uma volta em redor do limoeiro; a pequena volta./Benzer a pé, a cavalo, de bicicleta, de carro; ou de avião./Diferença significativa./Historiadores lembram que a infantaria avançava quatro quilómetros por hora./É bom ver e avançar por cima sem atrito nem vertigens./Os doze apóstolos hoje em doze aviões espalhavam a crença pelos quatro cantos em menos de cinco dias.⁵⁴

47 *Diário da peste* 9 de junho.

48 *Diário da peste* 16 de abril.

49 “Kierkegaard e o “deus que exige demais”./Temos de ser hábeis sobre a terra, hábeis no/ar, hábeis debaixo da água e hábeis diante do fogo./Um deus que exige demais dos humanos./Em Atenas e no resto do mundo” (*Diário da Peste* 15 de Junho); “O nosso entendimento de/Deus começa depois do acontecimento ter passado./Nós só vemos as costas de Deus”, disse./As costas de Deus são a nossa cegueira”. (*Diário da Peste* 19 de junho)

50 *Diário da Peste* 24 de março.

51 *Diário da Peste* 10 de abril.

52 *Diário da Peste* 26 de abril.

53 *Diário da Peste* 11 de abril.

54 *Diário da Peste* 23 de maio.

Conclusão

Salvaguardando as respectivas idiossincrasias e contextos histórico-culturais em que as duas obras se inserem, Daniel Defoe e Gonçalo M. Tavares retratam cenários pandémicos e servem-se da realidade histórico-factual para construírem as suas narrativas ficcionais num espectro variável de verdade e verosimilhança. No entanto, o objectivo cimeiro não é descrever, pormenorizadamente, sintomas ou manifestações da peste e da pandemia (ainda que Defoe possa enveredar por descrições mais detalhadas) mas escrutinar as consequências e as feridas que com elas se abrem e dilaceram, sobretudo nas dimensões humanas, sociais, político-económicas. A salubridade e a higienização são dois conceitos que extrapolam a fisiologia do corpo porque qualquer calamidade deve ser olhada de forma sistémica, global e abrangente: “Em Itália 60 mil voluntários recrutados para vigiar distanciamento físico./ Vigiar distâncias de segurança e higiene/guardadores de rebanho e dos exactos dois metros./Olhar não para as pessoas mas para os espaços entre elas”⁵⁵.

A catástrofe da natureza não se dissocia da catástrofe humana. A morte passa a quantificar-se de forma anónima, estatística e a vida é progressivamente reduzida aos sinais vitais: “em maio de 2020, a questão da quantidade de uma morte./Uma morte é uma, nenhuma ou cem mil?”⁵⁶; “Uma tabela com números, uns vivos, outros mortos./Outros quase no campo dos ressuscitados./A estatística é muitas vezes o modelo do que não é comovente./Mas nestes dias não”⁵⁷. As enfermidades trazem a morte, a decrepitude da vida e com ela os corpos queimados pelo fogo, as cinzas, o pó, sem honras fúnebres perante o medo de contágios⁵⁸.

Defoe e Gonçalo M. Tavares descrevem cidades desertas, entregues aos ratos e a animais selvagens, espaços vazios que, paradoxalmente, deixam de ter lugar tanto para os vivos como para os mortos enquanto hospitais e cemitérios atingem todos os limites de ocupação. Em 1665 e em 2020, a pandemia impossibilitou a condução dos mortos até à sua última viagem, com a diferença de que em 2020 essas valas são visíveis do espaço: dizem que as valas dos mortos no Irão podem ser vistas do espaço./A muralha da china, as valas comuns./Depende das alturas./A que altura tens coragem para subir e ver”⁵⁹.

55 *Diário da Peste* 24 de Maio; vide ainda “O esquecimento da exterminação faz parte da exterminação”, dizia Baudrillard sobre a questão do holocausto./Todo o apagar de números de registos é um apagar do facto inicial./Apagar uma morte é ação criminosa de higiene./Há uma higiene individual e uma higiene do Estado”. *Diário da Peste* 13 de junho.

56 *Diário da peste* 27 de maio.

57 *Diário da Peste* 15 de abril.

58 “Imagens em algumas cidades da América Latina: queima-se à frente da casa de família mortos/que não são recolhidos pelo Estado./Para não contagiarem./Os corpos ardem a muitos graus Fahrenheit, bem mais acima do que os livros./Ou não./Uma hierarquia da resistência dos materiais baralhada pela biologia./O mais importante por vezes é o que mais rapidamente cede./A que temperatura ardem os corpos? faço essa pergunta ao Google”, *Diário da Peste* 7 de Abril.

59 *Diário da peste* 23 de março.

Respondendo à questão catalisadora deste trabalho: porventura só a narração que qualificamos de “histórica” valida e firma o estatuto de catástrofe de um evento? Talvez não se considerarmos que as realidades ficcionais têm um potencial indagador de longo alcance, leva-nos além dos acontecimentos reais e dos cenários tangíveis, coloca no horizonte uma bateria de possibilidades que aduzem clarividência ao nosso olhar. A narrativa ficcional negocia verdades históricas com o leitor e com o tempo. Defoe e Gonçalo M. Tavares acirram a nossa percepção de que *basta o mais pequeno elemento da natureza, um vírus*, seja qual for a sua proveniência ou veículo de transmissão – por terra ou pelo ar –, para que a Humanidade se recorde que é precária, falível e mortal.

Bibliografia

- Burke Jr., J. J. (1982). Observing the observer in Historical Fictions by Defoe. *Philological Quarterly* 61.
- Cooke, J. (2009). *Legacies of plague in Literature, Theory and Film*. Palgrave/MacMillan.
- Dachez, H. (2015). Peste, Texte et contagion: Le Journal de l'année de la Peste (1722) de Daniel Defoe. *Société Française d'Étude du Dix-Huitième siècle*. n°47. pp. 311-324.
- Defoe, D. (1943). *Journal de l'année de la peste*, traduction et préface par Joseph Aynard. Éditions Montaigne.
- Defoe, D. (2020). *Diário do Ano da Peste*. Tradução de Maria João Bento. Clássica Editora.
- Derrida, J. (1967). *De la grammatologie*. Éditions de Minuit.
- Foucault, M. (2003). *Abnormal: Lectures at the Collège de France*. 1974– 1975. ed. Valerio Marchetti and Antonella Salomoni. trans. Graham Burchell. Picador.
- Godin, C. (2020). Ce que nous apprend le Journal de L'Année de la Peste. *Cairn*. n° 83. Presses Universitaires de France. pp. 145-154.
- Gomel, E. (2000). The Plague of Utopias. Pestilence and the Apocalyptic Body. *Twentieth-Century Literature*. n° 46.4. Literature and Apocalypse. pp. 405-433.
- Lavocat, F. (ed) (2011). Pestes, Incendies, naufrages: écritures et désastre au dix-septième siècle. *Récit, fiction, témoignage, Raconter la catastrophe*. Brepols. pp. 31-55.
- Lay, F. (1999). The exploitation of subjectivity: Daniel Defoe's Journal of the Plague year. Rachel Langford and Russel West (eds.). *Marginal voices and Marginal forms: diaries in European Literature and History*. Rodopi. pp. 37-49.
- Loiola, Santo I. (1999). *Exercícios Espirituais*. Tradução de Vital Cordeiro Pereira. Imprensa Apostolado/Livraria A.I.
- Martins, A. I. C. (2021). *Diário da Peste* de Gonçalo M. Tavares: a (in)sustentável fragilidade do ser. *BIBLOS*. n° 7. 3ª série. pp. 117-138.
- Mayer, R. (1990). *The Reception of a Journal of the Plague Year and the Nexus of Fiction and History in the Novel*. *ELH* vol.57. n°3. pp. 529-555.
- Palmer, J. (1883). Pestilences: their influence on the destiny of nations, as shown in the history of the plague. *Transactions of the Royal Historical Society*. 1883-1884. Vol. 1, pp. 242-259.

- Roberts, D. (2019). Annotating Defoe: The Case of A Journal of the Plague Year. *Modern Language Review*. vol. 114, nº3. pp. 444-460.
- Tavares, G. M. (2020). Diário da Peste. *Jornal Expresso*. Consultado a 03/07/2021 <https://expresso.pt/autores/2020-03-24-Goncalo-M.-Tavares>

Paisagens pandêmicas na literatura: não-fruição da paisagem sob estado sanitário de exceção

FABIANO DALLA BONA*

CAROLINA DE CASTRO WANDERLEY**

Resumo

Os efeitos da ocorrência de grandes epidemias são variados, em tantos campos quantos os de atuação humana. Contudo, no âmbito social, os prejuízos são sempre mais fortemente sentidos, na medida em que a doença impede que os contatos entre indivíduos se deem, por medo do contágio. A literatura, ao definir a paisagem como o espaço observado e narrativamente elaborado pelos olhos humanos, é profícua ao retratar momentos em que os períodos de perigo sanitário impediram o contato social e a fruição da paisagem. Desde Boccaccio, passando por Defoe, Camus, Poe, até João do Rio, a descrição desta não-paisagem é farta e leva à compreensão dos estados de comoção social narrados. Este trabalho pretende tratar da paisagem pandêmica na literatura, comparando passagens de obras que bem repercutiram os momentos em que o medo social suprimiu a possibilidade de criação da paisagem regularmente conhecida, seus efeitos sociais e suas formas de retorno à normalidade anterior.

Palavras-chave: Paisagem, Pandemia, Fruição do espaço público.

Abstract

The effects of major epidemics are varied, in as many fields as those of human action. However, in the social sphere, prejudices are always more strongly felt, insofar as the disease prevents contacts between individuals from occurring, for fear of contagion. Literature, by defining the landscape as the space observed and narratively

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de São Paulo (USP)
fdbona@gmail.com

** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
ccwcarolina@gmail.com

crafted by human eyes, is profitable in portraying moments when periods of health danger prevented social contact and the enjoyment of the landscape. From Boccaccio, through Defoe, Camus, Poe, to João do Rio, the description of this non-landscape is full and leads to an understanding of the states of social commotion narrated. This work aims to deal with the pandemic landscape in literature, comparing passages of works that well reflected the moments when social fear suppressed the possibility of creating the regularly known landscape, its social effects and its forms of return to previous normalcy.

Keywords: Landscape; Pandemic; Enjoyment of public space.

O escritor João do Rio (1881-1921), no início do século XX, escreveu *A alma encantadora das ruas* quando teceu um encômio ao ato de flunar e aos personagens das ruas cariocas daquele Brasil recém-república. Citando figuras arquetípicas de redutos urbanos, poderia estar narrando uma jornada de um herói do medieval jogo do tarô, mas mencionava-se a si mesmo nas paisagens do Rio de Janeiro. Inicia seu texto numa primeira crônica a que chamou *A rua*, declarando seu amor pelo espaço público da seguinte forma:

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma, tudo varia — o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia, Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua (Rio, 1910, p. 5).

O cronista da cidade prossegue mencionando que, a despeito do amor pela rua ser um sentimento comum a todas as pessoas, a fruição deste sentimento pelo espaço público urbano só pode ser exercida por um tipo humano específico, a quem chama justamente de *flâneur* e a quem caracteriza como um indivíduo complexo que vagueia entre realidades e pessoas, sempre criando uma crônica mental do que vê e desfruta. Conclui-se que se trata de um paisagista em tempo real, ou uma espécie de médium que consegue enxergar a alma das ruas, seu elã, ouvir as confissões que o espectro da rua faz, contando seu passado de glórias e vergonhas. Mas que também, ao usar sua clarividência para perceber a alma das ruas, percebe a paisagem como o melhor e mais qualificado espectador possível.

Quando aqui se fala da paisagem urbana, aquela da rua, vislumbrada pelo *flâneur*, está se referindo a um conceito bastante específico de “pensamento paisagem”, descrito por Michel Collot (2013), segundo o qual a experiência da paisagem enquanto relação entre local, olhar e imagem, é definidora e qualificadora desta mesma paisagem. Deste modo o *flâneur*, ao observar, também conceitua através de suas reflexões e de suas sensações o foco de observação, como descrito pelo autor:

(...) a paisagem é configurada, ao mesmo tempo, por agentes naturais e por atores humanos em interação constante: é, portanto, uma coprodução da natureza e da cultura em todas as suas manifestações, desde as mais materiais (a começar pela agricultura) até as mais espirituais (pintura e poesia incluídas) (Collot, 2013, p. 43).

Parece lógico então entender a paisagem urbana da rua, tal qual descrita por João do Rio, como uma criação havida entre a cultura do fruidor, ou *flâneur*, a cultura do grupo social onde está inserido este indivíduo, a natureza, as sensações do observador e também suas reflexões racionais acerca do objeto observado. Bem por conta desta mescla de elementos que as crônicas, também como o texto trazido de João do Rio, são prodigiosas na descrição das paisagens urbanas.

Ocorre que existiram períodos em que esta possibilidade da fruição da “paisagem pensamento” urbana, conforme o conceito de Collot, foi furtada dos cronistas urbanos, tanto em decorrência de guerras, quanto por conta de grandes desastres naturais ou ainda por questões sanitárias prementes. Em todas estas situações, a população foi forçada a não mais pertencer às ruas, e as ruas lhe foram interditadas.

Nestes momentos, um fato urbano relevante impede que o espaço público seja regularmente fruído, onde se tem então a “não-fruição” da paisagem urbana como habitualmente acontecia. Nas crises sanitárias, quando inimigos microscópicos dizimam a grande velocidade populações inteiras, as ruas ficam desertas e a fruição das paisagens fica prejudicada. Não se trata de inexistir a paisagem, pois geograficamente e materialmente ela persiste. Não se trata, ainda, de faltarem os observadores, suas referências culturais, seu cabedal de ferramentas de observação e fruição, de sentir e refletir. O que é impedido é o contato entre a paisagem urbana e as pessoas que habitualmente nela poderiam estar. E mais: impede-se que espaços sociais sejam ocupados, em função da necessidade de recolhimento das populações a suas habitações, equiparando-se estes sítios ao que Marc Augé (2012) classifica como “não lugar”, na qualidade de duas verdades que se complementam e se diferenciam, uma realidade pertinente aos fins dos espaços de transporte, trânsito, comércio e lazer e uma segunda realidade que atine à relação que o homem e a mulher entabulam com os espaços. Augé ressalta que estas duas verdades, ou realidades, não se confundem: no dia a dia os indivíduos praticam ações nestes espaços, mas adstritos aos fins a que destinam. Não é criada relação orgânica, mas uma ocupação passageira e solitária.

Seria possível conceber, deste modo, que os lugares antropológicos descritos por Augé propiciariam a fruição de uma paisagem urbana, enquanto os impedimentos de ocupação da cidade decorrentes de guerras, de sinistros naturais e de epidemias sanitárias implicariam na tensão solitária dos “não lugares” do autor.

Os exemplos da descrição de paisagens “não lugares”, “não fruíveis”, ou paisagens irrealizáveis na literatura acerca das epidemias, pragas e pestes, são muitos. Tratam ou de espaços desabitados pelas quarentenas ou pela morte coletiva já perpetrada, ou de espaços insólitos onde a cultura e a sociabilidade são absolutamente impossíveis de acontecer. Em ambos os casos, tem-se uma tensão solitária instaurada.

Um dos mais célebres exemplos está contido no em *O Decamerão*, ou *O Decameron*, em Portugal, de Boccaccio, no qual um grupo de jovens com boas condições de subsistência foge de uma Florença assolada pela Peste Negra para uma instância rural, onde convivem alegremente. Observe-se: Florença não deixa de existir. Sua dimensão arquitetônica e urbanista persiste à peste. O que inexistia naquele período são as condições de ocupação e fruição da cidade pelos jovens abastados. Logo, o fato urbano se impõe à realidade no contexto literário, redundando em uma não-fruição da paisagem literária de Florença.

Detalhando mais especificamente a cidade impedida de plena ocupação, quando descreve a epidemia de peste bubônica em Londres de 1665, em *Um diário do ano da peste*, Daniel Defoe (2014, p. 195) faz descrição da paisagem pandêmica:

Ainda preciso falar sobre a peste no seu clímax, atacando para destruir mesmo, com o povo na mais horripilante aflição e até, como disse, desespero. É difícil acreditar a que este excesso de emoções levou os homens no estertor da doença. Considero este aspecto tão comovente quanto os demais. O que poderia afetar mais um homem em pleno poder de raciocínio, o que poderia causar impressões mais fundas na sua alma do que ver outro homem nu, fora de casa, talvez fugido da cama, saindo em Harrow Alley pelas ruas deste populoso entroncamento ou conjunto de alamedas, jardins e passagens de Butcher Row, em Whitechapel – digo, o que poderia ser mais impressionante do que ver aquele pobre homem vindo pelo meio da rua, correndo, dançando e cantando, fazendo mil gestos grotescos com cinco ou seis mulheres e crianças correndo atrás, gritando e pedindo que, pelo amor de Deus, ele voltasse; pedindo ajuda aos outros para fazê-lo voltar, mas tudo em vão, ninguém se arriscando a botar suas mãos ou mesmo chegar perto dele?

Por outro lado, o delineamento da solidão do não-lugar do isolamento social é descrito na obra *A peste*, de Albert Camus (2017, p. 53):

Experimentavam assim o sofrimento profundo de todos os prisioneiros e de todos os exilados, ou seja, viver com uma memória que não serve para nada. Esse próprio passado, sobre o qual refletiam sem cessar, tinha apenas o gosto do arrependimento. Na verdade,

gostariam de poder acrescentar-lhe tudo quanto lamentavam não ter feito, quando ainda podiam fazê-lo, junto a esse ou aquela que esperavam - assim como misturavam o ausente a todas as circunstâncias de sua vida de prisioneiros, mesmo as relativamente felizes, e o resultado não podia satisfazê-los. Impacientes com o presente, inimigos do passado e privados do futuro, parecíamos-nos assim efetivamente com aqueles que a justiça ou o ódio humano fazem viver atrás das grades. Para terminar, o único meio de escapar a essas férias insuportáveis era, através da imaginação, recolocar em movimento os trens e encher as horas com os repetidos sons de uma campainha que, no entanto, se obstinava no silêncio.

Observe-se como o isolamento é equiparado à prisão, a tal ponto que os efeitos psicológicos sentidos pelos detentos são relatados também por Camus, numa espécie de síndrome de abstinência das paisagens urbanas. A falta das ruas, do burburinho, dos contatos e das festas, inclusive, é tida em crônicas do início do século XX, como o motivo pelo qual o Carnaval de 1919 do Rio de Janeiro, após as restrições da Gripe Espanhola, foi o maior de todos os tempos. A descrição a seguir é dada pela crônica carioca de Nelson Rodrigues (1967, p. 76), quando os indivíduos puderam novamente apropriar-se das ruas:

Aquele Carnaval foi, também, e sobretudo, uma vingança dos mortos mal vestidos, mal chorados e, por fim, mal enterrados. Ora, um defunto que não teve o seu bom terno, a sua boa camisa, a sua boa gravata é mais cruel e mais ressentido do que um Nero ultrajado. E o Zé de S. Januário está me dizendo que enterrou sujeitos em ceroulas, e outros nus como santos. A morte vingou-se, repito, no Carnaval... E tudo explodiu no sábado de Carnaval. (...) Desde as primeiras horas de sábado, houve uma obscenidade súbita, nunca vista, e que contaminou toda a cidade. Eram os mortos da Espanhola e tão humilhados e tão ofendidos que cavalgavam os telhados, os muros, as famílias... Nada mais arcaico do que o pudor de véspera.

A despeito da apropriação da rua pelo Carnaval, *a posteriori*, a verdade é que na constância das epidemias a fruição da cidade foi severamente prejudicada. Estratos sociais menos favorecidos, na esmagadora maioria dos casos, são os mais castigados pelas contaminações urbanas, dada a impossibilidade de isolamento físico ou de cumprimento das quarentenas. Por outro lado, as classes sociais abastadas, para que a desolação da cidade sob epidemia severa e a morte que carrega consigo não chegassem, fugiram para locais longínquos. É o exemplo clássico do mote central do mencionado *O decamerão*. Também é o caso da situação central da *Máscara da Morte Rubra*, de Edgar Allan Poe (2007, p. 8), quando o Príncipe convida um grupo para uma quarentena aristocrática longe da cidade:

Mas o Príncipe Próspero era feliz, destemido e sagaz. Quando seus domínios se viram despovoados da metade de seus habitantes mandou chamar à sua presença um milheiro de amigos sadios e joviais dentre os cavalheiros e damas de sua corte, retirando-se com eles, em total reclusão, para uma de suas abadias fortificadas. Era um edifício vasto e magnífico, criação de príncipes de gosto excêntrico, embora majestoso. Cercava-o forte e elevada muralha com portas de ferro. Logo que entraram, os cortesãos trouxeram fornos e pesados martelos para rebitar os ferrolhos. Tinham resolvido não propiciar meios de entrada ou saída aos súbitos impulsos de desespero dos de fora ou ao frenesi dos de dentro.

Fugindo das cidades que não propiciam mais chances de elaborações sociais nas suas ruas, portanto não permitem que se flane nas paisagens urbanas, ou fugindo do contato social por medo do contágio pelas epidemias, sejam de gripe espanhola, de peste bubônica, de varíola, ou ainda de Covid-19, fato é que as paisagens pandêmicas traduzem a completa proibição do espaço público para a sociedade em geral, ainda que force a permanência de extratos sociais menos favorecidos e expostos às epidemias, e a permissão do grupo ao estado para que intervenha, tolhendo-lhe a liberdade, em nome da segurança sanitária.

É o exemplo do *Leviatã*, de Hobbes, onde o Estado figura não como entidade social somente, mas como entidade sanitária, que impede a rua ao particular. Mais do que alienar sua irrestrita liberdade, o particular outorga ao Leviatã o direito de lhe furtar pequenas liberdades comezinhas, como as de conviver nos espaços públicos. Mas tudo isso por um bem comum, pela preservação tanto dos indivíduos quanto da comunidade de indivíduos, em última análise. A este respeito, Francesca Falk (2011) observa que a imagem frontispício da primeira edição do *Leviatã*, possivelmente desenhada por Abraham Bosse (1604-1676), apresenta o grande ente Leviatã, a tudo controlando numa cidade deserta. E nas ruas desta cidade, somente os agentes estatais: soldados, que garantam a segurança e a ordem, e curiosamente duas figuras de médicos da peste com suas túnicas longas e suas máscaras bicudas. Estes agentes sanitários teriam, tal qual os soldados, a função de inibir o exercício das liberdades individuais em nome da segurança social.

Todavia, independentemente da força atuante na modificação da paisagem urbana que esconde os indivíduos em suas moradias, as epidemias transmitem medo e angústias e encadeiam reações no corpo social, que acaba por se tornar hostil entre seus componentes. A não-fruição do espaço urbano implicaria, assim, um estado alterado de relacionamento entre os indivíduos. A este respeito, ao tratar da *História do Medo no Ocidente*, Jean Delumeau (2009), relata cenários configurados em cidades abatidas pelas epidemias e em regimes sanitários específicos, quando a população se vê obrigada a romper com o que habitualmente experimentava, quando os quadros sociais são modificados, quando as ruas estão desertas ou desabitadas. E nestes cenários, em específico, se odeia quem potencialmente trouxe a doença como mendigos e forasteiros.

Por um lado, tem-se o espaço urbano esvaziado do fluxo e dos contatos sociais, por força do isolamento ou por conta dos estigmas sociais que são criados no período. Por outro, elementos inusitados passam a fazer parte da paisagem: fêretos, sirenes de ambulâncias, por vezes cenários grotescos relacionados à doença. Sempre a tônica é a impossibilidade de fruição social do espaço urbano, é o “não lugar” ou, ainda, a paisagem do medo tratada por Yi-Fu Tuan (2006), quando não há possibilidade de encontro entre o indivíduo e o Outro e a construção de um enredo inserido e expresso na paisagem urbana de convivência social. O que leva a concluir que a fruição está centrada na paisagem urbana, mas também nas interações sociais contempladas nesta paisagem.

Este fenômeno de não reconhecimento do social no espaço não é, contudo, prerrogativa exclusiva das situações de epidemias sanitárias pois é verificado também em diferentes situações contemporâneas onde os espaços não propiciam o contato com o Outro.

No mundo contemporâneo, onde a praça pública não é mais espaço de todos, onde as contingências do capital fazem a posse da cidade ser fragmentada e estratificada, os regimes de visibilidade do indivíduo no espaço público são também diversos. O convívio social é impedido pelo próprio exercício da vida contemporânea. E neste contexto, no ano de 2020, surge mais uma grande contingência pandêmica, como é o caso da Covid-19.

As situações de não-fruição da paisagem urbana verificadas nas passagens literárias se repetiram: alijamento de classes menos favorecidas, vigilância social intensa, impossibilidade de flunar na cidade, retratos de medo e pavor, um novo fato urbano, agora epidêmico. Como em *O decamerão*, pessoas abastadas fugiram para propriedades rurais. Como em *Um diário do ano da peste*, as classes sociais inferiores se viram forçadas a continuar trabalhando em cidades tomadas pelo medo, sem opção.

Nesta realidade recente, o que se percebe é a aglutinação dos cenários pandêmicos retratados na literatura anterior, amalgamados pela resina do choque do capitalismo que se viu forçado a diminuir sua velocidade.

Os antagonismos, contudo, não duraram para sempre em nenhuma epidemia anterior, pelo menos com sua roupagem de medo do contágio que força o distanciamento social. Como também não permaneceram ativos os vírus devastadores por toda a história das nações. Em outras palavras, as epidemias sempre terminaram, mesmo quando cercadas de todos os elementos do apocalipse cristão, como na peste da Idade Média.

Nestas situações de regressão do temor social, a normalidade se reestabeleceu, curando as chagas das gerações fustigadas pela doença. Da mesma forma como os vírus se recolhem à inatividade, as pessoas podem retomar as ruas e novamente flunar, interagindo socialmente na paisagem urbana. As limitações de fruição do espaço urbano cessam: a faculdade de criar crônicas da sociedade em simples passeios por ruas e alamedas se reafirma.

Como os exemplos literários apresentados, trazidos a esta reflexão, ficará à posteridade o cabedal de relatos sobre o período da impossibilidade de convívio social no espaço urbano pela superveniência da Covid-19. Ainda que rios tenham recuperado um pouco os danos da poluição, ainda que seres marinhos tenham podido viver alguns meses sãos, ainda que o ar de cidades tenha se tornado mais tragável, deverá haver outros Boccaccios e Defoes que falem aos próximos sobre o medo que impediu que a paisagem fosse fruída pelos indivíduos destes tempos. Até que as dores não sejam mais tão presentes, e que as gerações futuras cheguem a ponto de olvidar as situações de medo da doença vividos por seus antepassados. E, depois disso tudo, até que uma nova doença lhes tranque a porta novamente e lhes enclausure em casa mais uma vez, impondo a todos uma não-paisagem ou uma paisagem pandêmica novamente.

Bibliografia

- Augé, M. (2012). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. (9a ed.). Papirus.
- Boccaccio, G. (2018). *O Decamerão*. Trad. Raul de Polillo. Nova Fronteira.
- Camus, A. (2017) *A peste*. Trad. Valerie Rumjanek. Record.
- Collot, M. (2010). *De L'Horizon Du paysage à L'horizon des poètes*. In: ALVES, I. F. & FEITOSA, M. M. M. Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos. Trad. Eva Maria Nunes Chatell. Editora da UFF.
- Collot, M. (2013). *Poética e filosofia da paisagem*. Organização da tradução: Ida Alves. Oficina Raquel.
- Defoe, D. (2014). *Um diário do ano da peste*. Trad. Eduardo Serrano San Martin. (3a ed.). Artes e Ofícios.
- Delumeau, J. (2009). *História do medo no ocidente – 1300-1800 – uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. Companhia de Bolso.
- Falk, F. (2011). *Hobbes' Leviathan und die aus dem Blick gefallenen Schnabelmasken*. <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11578-011-0117-y>.
- Poe, E. A. (2007). *A máscara da morte rubra*. Artes e Ofícios.
- Rio, J. do (1910). *A rua*. In: A alma encantadora das ruas. H. Garnier. <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008015&bbm/2488#page/10/mode/2up>.
- Rodrigues, N. (1967). *Memórias*. Ed. Correio da Manhã.
- Tuan, Yi-Fu (2005). *Paisagens do medo*. Trad. Livia de Oliveira. EdUNES.

O Fenómeno Semiológico das Máscaras em Contexto Pandémico

SARA INÊS RODRIGUES GASPAR*

EDUARDO JOSÉ MARCOS CAMILO**

RAFAELA NOROGRANDO***

Resumo

Neste trabalho é analisada a utilização da bricolage como ângulo de análise no âmbito da produção do objecto máscara, enquanto adereço de moda, em contexto de pandemia. A máscara de pandemia é o objecto de estudo, este, assume, primeiramente, uma função de necessidade de protecção. A máscara começou a fazer parte da indumentária e a reflectir, não só uma época vivida mundialmente, transmitindo a ideia exacta da sua utilização, como também transferindo determinados sentidos; e tais sentidos são examinados nas máscaras confeccionadas. Torna-se possível correlacionar e invocar conceitos de significação e de sentido. São referenciadas as várias relações que a bricolage mantém com os sistemas de significação e ressignificação; também, com o plano de conotação e, ainda, com a transtextualidade. Contudo, a presente investigação pretende analisar as transformações das significações, através da apropriação de outros sentidos, bem como investigar de que forma existe a gestão das significações originais e/ou das ressignificações. A análise é feita através do conceito de bricolage de Lévi-Strauss, que vai ao encontro das criações artísticas resultantes da apropriação do objecto máscara, sendo a bricolage uma operação transformadora de significações pré-estabelecidas; assim como, tendo em conta as asserções de Baudrillard, relativamente à superação do sistema tradicional e à negação simultânea. Relembrando, ainda, Barthes e a apresentação do terceiro tempo, o tempo do retorno, revelando a inexistência de objectos não inúteis, pois tais objectos veiculam sentido. A bricolage

* Universidade da Beira Interior
sara.ines.gaspar@ubi.pt

** Universidade da Beira Interior
eduardocami@gmail.com

*** Universidade da Beira Interior
rafaela.norogrande@ubi.com

opera no sentido de modificador de significação, pois actua no significante do signo, modificando o seu aspecto material.

Palavras-Chave: Bricolage, Personalização, Ressignificação, Moda, Conotação.

Abstract

This paper analyses the use of bricolage as an angle of analysis within the production of the mask object, as a fashion accessory, in a pandemic context . The pandemic mask is the object of study, this, assumes, firstly, a function of need for protection. The mask started to be part of the clothing and to reflect, not only an era lived worldwide, transmitting the exact idea of its use, but also transferring certain meanings; and such meanings are examined in the made masks. It becomes possible to correlate and invoke concepts of signification and meaning. The various relations that bricolage has with systems of signification and re-signification are referred to, as well as with the plane of connotation, and also with transtextuality. However, this research intends to analyse the transformations of meanings, through the appropriation of other meanings, as well as to investigate how there is the management of original meanings and/or resignifications. The analysis is made through Lévi-Strauss' concept of bricolage, which meets the artistic creations resulting from the appropriation of the mask object, with bricolage being a transforming operation of pre-established meanings; as well as, taking into account Baudrillard's assertions concerning the overcoming of the traditional system and the simultaneous negation. Recalling, also, Barthes and the presentation of the third time, the time of return, revealing the inexistence of objects that are not useless, because such objects convey meaning. The bricolage operates in the sense of modifier of signification, because it acts on the signifier of the sign, modifying its material aspect.

Key Words: Bricolage, Personification, Resignification, Fashion, Connotation.

Introdução

A investigação procura responder à questão das modalidades de ressignificação que a moda produz, apropriando-se de objectos. O trabalho assenta na ressignificação do objecto máscara, em contexto pandémico¹, e na apropriação de valor sógnico por parte da indústria da moda e de entidades particulares. Como fio condutor de orientação no auxílio da percepção de tais fenómenos ressignificativos, faz-se uso do conceito de bricolage.

São investigadas as noções de objecto como signo semiológico, no âmbito de uma semiologia da moda. A moda, conservando a função original da máscara de pandemia,

1 Pandemia global devido ao vírus provocado pela Covid-19 que teve início nos finais do ano 2019 com alargamento até ao presente ano de 2021. Referência para um período de tempo em que a população ainda não estava vacinada.

altera a construção material e imaterial do objecto máscara, com a variante da ressignificação do objecto e a apropriação de valor sógnico. Ou seja, tendo em conta o objecto máscara, em contexto pandémico, a moda revela modalidades de apropriação e transformação sógnica: ressignificação; convergente; divergente; reutilização. A ressignificação assenta na pertinência de que a máscara serve para proteger, porém leva a que a função-signo adquira por conotação outros sentidos – a máscara pode ser um adereço que produz outro tipo de sentidos, significações. A conotação é fundamental para perceber os sentidos conotativos que a máscara passa a possuir, a partir do momento que é apropriada pela indústria da moda (*designers*, fotógrafos, confecções, museus, revistas, redes sociais) e/ou entidades particulares (pessoas desconhecidas, redes sociais). Avançando para uma semiologia da bricolage – semiologia da acção, algo que é feito com aquilo que está à mão; mas, também, é uma semiologia da ressignificação ou da conotação. Ou seja, uma semiologia da reacção – a produção daquilo que já existe a partir de um conjunto vasto de adereços que estão à mão, conforme indica Lévi-Strauss (2008).

O conceito de bricolage oferece um excelente referencial teórico para a análise do processo de recriação de máscaras, em contexto de pandemia, pois as máscaras são criadas a partir de múltiplas referências. Além de poderem ser máscaras para diferentes modelos e para diferentes ocasiões: lúdicos, religiosos, artísticos ou de natureza prática. A renovada criação, a partir da operação por bricolage, parte de fragmentos reservados. A bricolage significa interdisciplinaridade e, neste caso, está presente um domínio da transtextualidade, pois significa ir buscar outros “textos” e tomar uma posição perante esses mesmos. Conforme Lévi-Strauss (2008), a fusão de diversos componentes, que embora mantendo alguns traços originários, recriam um renovado objecto cultural. Os objectos comportam significações sociais incorporadas, geradores de um código. Seguidamente é visível uma acção exemplificativa de bricolage de máscara:



Figura 1- Máscara de protecção feita a partir de meias.
Autor: Regina Ferraz

É perceptível que o *bricoleur* inicia a sua actuação pela procura e recolha de distintos signos, conduzindo a uma agregação de signos de diferentes áreas ou não. Assim, é tida em conta a relação entre bricolage, conotação e transtextualidade, sendo a ressignificação o elo de interligação. Desse modo é possível verificar duas transtextualidades: 1) a adaptação: que remete para o conceito de hipertextualidade – a moda apropria-se do objecto, mas adapta-o, reproduz, no sentido de acelerar as suas significações originárias, sendo uma perspectiva convergente; 2) a moda apropria-se da máscara em regimes transtextuais já não de hipertextualidade, mas de metatextualidade, ou seja, a moda apropria-se da máscara para a parodiar, ridicularizar, imaginar, negar, para a transformar em objecto lúdico, sendo uma perspectiva divergente.

1. Conceito Semiológico de Bricolage

O conceito de bricolage explica os processos pelos quais os indivíduos adquirem objectos e conhecimentos, através de uma determinada cultura para, posteriormente, criarem (recriarem renovados) objectos a partir de fragmentos de outros objectos. “O bricoleur deve voltar-se para um conjunto já constituído², formado por utensílios e materiais, (...) opera através (...) de signos” (Lévi-Strauss, 2008, pp. 34-35). Nesse sentido, a bricolage define-se por uma operação resolutiva na elaboração de estruturas “organizando os factos ou os resíduos dos factos” (Lévi-Strauss, 2008, p. 37). O conceito de bricolage é aplicado na obra de Lévi-Strauss (2008) em que explica como a fusão de diversos componentes recriam a idealização de um objecto cultural que, embora apresentado com identidade própria, mantém os constituintes traços originários. Nesse sentido, particularizando o contexto da pandemia, provocada pela Covid-19, nos finais do ano de 2019 surgiam imagens de pessoas a utilizarem, de forma a proteger as vias respiratórias, garrações de água, sacos plásticos, folhas de couves, cebolas, entre outros objectos materiais, como utensílios de substituição da máscara descartável de protecção; exemplo na figura seguinte:

2 Significa isto que no âmbito da moda os conceitos da sustentabilidade e do *upcycling* importam considerar na prática da reciclagem do desperdício do vestuário. Os conceitos vão ao encontro do conceito de bricolage: transformar uma peça inutilizável em algo útil e de acordo com o gosto individual e, ainda, trabalhar com o que se tem em mãos e ser criativo. Esta prática incentiva ao reaproveitamento e não ao desperdício.



Figura 2 - Conceito de máscara de protecção feita a partir de cebola.
Autor: Desconhecido

Foi compreensível, naquele momento, que tais objectos pré-existent, por força da circunstância pandémica, foram modificados contextualmente. Dessa forma, é notável que existe um reajustamento do sentido original do objecto primeiro, adequando-o a uma nova realidade, dando-lhe um novo sentido – analogia à máscara de protecção.

Em concordância com Lévi-Strauss (2008), Rampazo e Ichikawa (2009) relacionam bricolage aos trabalhos manuais, tendo à disposição diversas ferramentas e elementos com a intenção de formar algo novo. Lévi-Strauss (2008) distinguiu dois tipos de conhecimento científico: o *bricoleur* e o engenheiro; enquanto o *bricoleur* trabalha através de signos, o engenheiro trabalha através de conceitos. Nesse sentido, importa evidenciar que ambos os conhecimentos, tanto o *bricoleur* como o engenheiro, estão fortemente ligados por uma necessidade e valor de uso. Dessa forma, a indústria da moda ao apropriar-se do objecto máscara, como adereço de moda, recria novas significações, porém em prol de um conceito original, tal como acontece no labor do engenheiro; existe, ainda, um género de transtextualidade do objecto máscara original de pandemia que a indústria da moda passa a trabalhar, a transformar para transmitir determinadas significações e ideias. Conforme Lévi-Strauss (2008), a significação opera a favor de uma reorganização da transformação; enquanto o conceito “aparece assim como o operador de uma abertura do conjunto com o qual se trabalha” (Lévi-Strauss, 2008, p. 35). Nesse sentido, Lévi-Strauss (2008) refere que o trabalho do *bricoleur* fica aquém, operando através de signos, e o trabalho do engenheiro consegue ir além, operando através de conceitos; o antropólogo alude para a questão do signo em Saussure, para uma melhor compreensão da questão: o signo resulta da relação entre a imagem e o conceito, o significante e o significado, respectivamente.

A bricolage opera com fragmentos de diferentes criações, realizando transformações criativas através dos materiais disponíveis. “Relacionando a prática da bricolage com a utilização de materiais descartados, sucata, lixo, resíduos da sociedade de consumo” (Loddi & Martins, 2009, p. 3416). A bricolage caracteriza-se pela apropriação e organização de distintos elementos para, posteriormente, formarem um renovado objecto. “Neste contexto, bricolage se refere às noções de invenção, improviso, interdisciplinaridade e transversalidade” (Loddi & Martins, 2009, p. 3416). Nesse sentido, importa salientar que a abordagem decorrente do conceito de bricolage vai ao encontro das possíveis criações artísticas resultantes da apropriação do objecto máscara (figura nº. 3).



Figura 3- Conceito de máscara de protecção.
Autor: Márcio Rodrigues

Nesse sentido, o artigo de Tavares e Caetano (2012) reflecte sobre a concepção de bricolage, referindo que o conceito de sincretismo se tem associado ao fenómeno de “bricolar”. Explicam que se deve ao processo de “diluir” determinadas especificidades dos objectos em favor da criação de uma totalidade de sentido. “‘Bricolar’, portanto, pressupõe não apenas misturar ou acrescentar, como pode se supor à primeira vista” (Tavares & Caetano, 2012, p. 17). Os autores explicam que os novos objectos, consequentes da bricolage, envolvem estruturas orgânicas de traços que se enriquecem mediante a intersecção de outros campos, enquanto perdem algo da sua especificidade em prol de uma renovada significação. “Bricolage, portanto, permite interpretar o objecto de pesquisa por múltiplas perspectivas, conforme as escolhas do pesquisador e o que ele encontrar no campo” (Rampazo & Ichikawa, 2009, p. 4). A operação de bricolage inicia-se, conforme Lévi-Strauss (2008), pela curiosidade e intuição do actante (termo utilizado conforme Algirdas Julien Greimas para determinar o participante activo no fazer bricolage) *bricoleur*, relacionando diferentes signos ou partes constituintes dos mesmos e, também, com o auxílio de diferentes ferramentas que tenha à disposição.

A concepção de sincretismo, referida por Tavares e Caetano (2012), vai ao encontro da teoria de Kincheloe (2004), indicando que a bricolage tem a capacidade de relacionar diferentes áreas de conhecimento. Kincheloe (2004) refere que a bricolage trabalha no sentido de estreitar e de apreender vários domínios do conhecimento. “A profunda interdisciplinaridade da bricolage transgride a fronteira entre os dois domínios (empírico e filosófico), ilustrando o processo da sua interacção e inseparabilidade” (Kincheloe J. L., 2004, p. 15). Nesse sentido, o autor revela que o *bricoleur* procura a transcendência do reducionismo, ou seja, o actante investiga a necessidade existente em um contexto particular; e é precisamente nessa necessidade que o *bricoleur* opera de forma criativa “como poeta” (Kincheloe J. L., 2004, p. 20), originando criações que antes não existiam. Kincheloe (2004) enumera as possíveis capacidades do *bricoleur*: “imaginar coisas que nunca existiram; ver o mundo como ele poderia ser; desenvolver alternativas às condições opressivas existentes; discernir o que falta de forma a promover a vontade de agir; entender que há muito mais no mundo do que aquilo que vemos” (Kincheloe J. L., 2004, p. 20). É nessa óptica que a moda ao apropriar-se do objecto máscara, em contexto de pandemia, pretende actuar: imaginar, adaptar, inventar, recriar, fantasiar (figura nº 4).



Figura 4- Conceito de máscara de protecção.
Autor: Cristina Rodo

O *bricoleur* procura o avanço das restrições tradicionais, desenvolvendo novas perspectivas através da agregação de diversas áreas, contextualizando para proveito próprio ou de outrem. Dessa forma, Kincheloe (2004) acrescenta e define com mais exactidão o conceito de bricolage, revelando um ajuste perante a investigação da complexidade da contemporaneidade.

2. Relação entre Bricolage, Significação e Ressignificação

De acordo com Claro (2020), a teoria da ressignificação tem como objecto de estudo a construção e reconstrução dos significados dos signos em três momentos: pré-sígnico,

sígnico e pós-sígnico. Nesse sentido, Lévi-Strauss (2008) indica que a bricolage assume uma operação a partir de signos pré-existentes. Neste caso, torna-se possível estabelecer uma relação entre a teoria da ressignificação e a bricolage; sendo a bricolage uma operação transformadora de significações pré-estabelecidas. Assim, a máscara revela a sua importância, o valor de proteger as vias respiratórias; note-se a primeira significação da máscara: a protecção. Ainda nesse sentido e de acordo com os ditames de Barthes (2014a) é possível indicar a máscara como um objecto funcional, sendo ele também um signo: o significante é a forma e o significado é o conceito. Ou seja, na conjuntura pandémica, a máscara resulta de um significante que tapa o nariz e a boca, enquanto o significado é o conceito de protecção das vias respiratórias contra a Covid-19.

Barthes (2006b), a partir de Louis Hjelmslev, identificou como “os objectos têm uma substância de expressão cujo ser não está na significação: são muitas vezes, objectos de uso, derivados pela sociedade para fins de significação” (Barthes, 2006b, p. 44). O uso da máscara é, pois, para protecção contra os vírus, mas esse uso é indissociável do próprio signo da pandemia provocada pela Covid-19. Barthes (2006b) propõe a denominação para tais signos semiológicos – “de origem utilitária, funcional – funções-signos” (Barthes, 2006b, p. 44). “A função-signo é testemunha de um duplo movimento que cumpre analisar. Num primeiro tempo (...), a função penetra-se de sentido; tal semantização é fatal: desde que haja sociedade, qualquer uso se converte em signo desse uso” (Barthes, 2006b, p. 44). Santaella e Nöth (2009) vão ao encontro dos ditames de Barthes (2006b) e revelam que os objectos utilitários, “em um inevitável processo de semantização (...) ficam ‘permeados de significados’” (Santaella & Nöth, 2009, p. 24). O objecto máscara, de acordo com os autores (Santaella & Nöth, 2009) (Barthes, 2006b), inserido na sociedade é convertido em signo de si mesmo, assim é visível tal semantização do signo: por um lado o signo sociocultural; e, por outro lado, o signo económico. O uso da máscara de protecção, neste caso específico, não pode ser dissociado dos signos de um contexto de saúde pública. Por outro lado, “sua moldura de referência é o sistema de mercadorias” (Santaella & Nöth, 2009, p. 25); remetendo para os objectos que são produzidos pela sociedade, “objectos [que] são fatalmente execuções de um modelo (...), as substâncias de uma forma significante” (Barthes, 2006b, p. 45). Lévi-Strauss (2008) e Barthes (2006b) reforçam a concepção da semantização dos objectos quando os seus ditames se cruzam, no sentido de explicarem que o objecto ao entrar na sociedade é, inevitavelmente, convertido em signo e associado a signos relacionados a determinados contextos. A operação por bricolage remete para a capacidade do indivíduo (o *bricoleur*) refuncionalizar (de acordo com Barthes [2006b, p. 45]) um determinado objecto, em proveito das suas necessidades. E nesse sentido, Baudrillard (2006) explica que todos os objectos pretendem ser funcionais num mundo que carece de necessidades; indica que a funcionalidade de um objecto se distingue pela capacidade adaptativa a uma ordem ou a um sistema, assim “a funcionalidade é a faculdade de se integrar em um conjunto. Para o objecto é a possibilidade de ultrapassar precisamente sua ‘função’ para uma função

segunda, de se tornar elemento do jogo, de combinação, de cálculo, em um sistema universal de signos” (Baudrillard, 2006, p. 70). Após as várias criações e recriações de inúmeras máscaras é possível apontar que a máscara conquistou um estatuto semântico. “Com efeito, desde que uma função passe a estar a cargo de uma forma de fabrico, ela entra com essa norma na relação de um acontecimento e de uma estrutura, e qualquer estrutura implica um sistema diferencial de formas (de unidades)” (Barthes, 2014a, pp. 318-319). Isto é, a máscara de pandemia tem a sua função primeira de protecção, porém, após ser apropriada pela indústria da moda revela parte de um sistema social de comunicação: a máscara começou a fazer parte da indumentária e a reflectir, não só uma época vivida mundialmente, transmitindo a ideia exacta da sua utilização, como também transferindo determinados sentidos. E tais sentidos são examinados nas máscaras confeccionadas a partir de materiais como o ouro, as pedras preciosas e, também, por determinadas marcas de alta-costura que exibem o estatuto social e financeiro; também, por outro lado, a moda satiriza e fantasia a máscara de protecção através de diversas configurações.

De acordo com as asserções de Barthes (2014a), é possível assinalar que o signo-objecto máscara representa a sua função de protecção e a sua significação. Quer isto dizer que a máscara pode assumir duas versões: a primeira que tem um significado mundano explícito – a sua função primeira é empírica; e a segunda versão é que a máscara assume um significado implícito. Porém, “a função-signo corresponde a um processo de semantização do uso do objecto, ou seja, este é utilizado como objecto e interpretado como signo, cujo sentido lhe advém da forma como é utilizado” (Roque, 2015). A máscara de protecção apresenta as suas funções primeiras (proteger as vias respiratórias contra vírus e bactérias dos utilizadores ou de terceiros) e adquire funções segundas como a paródia, a fantasia, a beleza, o *status* (dependendo da marca de moda que recria as máscaras e da intenção do consumidor/usuário), entre outras. Por exemplo, a recriação da máscara com material transparente para ser visível a zona da boca, auxilia as pessoas com limitações de comunicação/expressão; a máscara mantém a função primeira de protecção contra os vírus e, posteriormente, é possível encontrar uma segunda função: permitir a comunicação entre pessoas com limitações auditivas e comunicativas (figura nº 5).



Figura 5- Máscara de protecção para auxiliar a leitura labial na linguagem gestual.
Autor: Ashley Laurence

Este exemplo relembra tais asserções de Baudrillard (2006): “1º *Superação* do sistema tradicional sob três aspectos: função primária do objecto – impulsos e necessidades primárias– relação simbólica entre um e outro. 2º *Negação* simultânea destes três aspectos solidários do sistema tradicional” (Baudrillard, 2006, p. 70). Nesse sentido, Barthes (1987c) explica como o objecto parte, numa primeira vista, de uma finalidade de uso, a função, mencionando a inexistência de objectos não inúteis para chegar a uma pequena conclusão: tais objectos veiculam sentido. Desta forma, Barthes (1987c) explica que tais objectos são susceptíveis de fazerem parte de um sistema de objectos-signos, quando apresentam determinadas características: formas, cores, materialidade, entre outras. Contudo, Barthes (1987c) apresenta um terceiro tempo, o tempo do retorno que “vai levar o objecto do signo à função” (Barthes, 1987c, p. 179); revelando como a moda tem a capacidade de produzir objectos que não exprimem a sua função primeira, ou seja, a moda é capaz de transformar objectos em signos com “funções utópicas, irreais” (Barthes, 1987c, p. 180). Nesse sentido, torna-se possível relembrar algumas máscaras recriadas pela indústria da moda possíveis de transformar o signo em função irreal, ou seja, de completa displicência de sua função primeira; como é o caso das recriações da *designer* de moda Ýrúrarí³, altera a função da máscara, porém conserva o signo que remete a uma situação pandémica (figura nº 6).



Figura 6- Conceito de máscara de protecção.
Autor: Ýr Jóhannsdóttir

“A função faz nascer o signo, mas esse signo é reconvertido no espectáculo de uma função” (Barthes, 1987c, p. 180). Dessa forma, a bricolage opera no sentido de modificador de significação, no caso específico das máscaras, pois, actua no significante do signo, modificando o seu aspecto material. Conforme o conceito de bricolage, expresso anteriormente, a produção de um novo signo decorrente de um signo já pré-existente conduz a um “ressigno”, a uma ressignificação do signo primeiro. A ressignificação, por meio da bricolage, pode ter a capacidade de reforçar, enriquecer,

3 Ver em: <http://www.yrurari.com/masks>.

complementar ou contrariar a significação anterior do signo-objecto máscara –, enquanto adereço de moda, em contexto pandémico.

3. Relação entre Bricolage e Conotação

A moda ao apropriar-se do signo-objecto máscara, em contexto pandémico, opera na dimensão de bricolage e, dessa forma, o signo primeiro sofre alterações de sentido. É nítido que o signo alterado resulta de uma ressignificação, porém, no caso específico da máscara de protecção a bricolage produz um incremento do sentido original de protecção e não uma total alteração ou ocultação do sentido primeiro; a bricolage utiliza-se de fragmentos de outros sistemas de significação, tendo como objectivo inserir o sentido que se pretende, num determinado contexto. Entidades como a indústria da moda (*designers*, fotógrafos, confecções, museus, revistas, redes sociais) e/ou particulares (pessoas desconhecidas) apropriam-se de diversos materiais e transformam-nos em protecção das vias respiratórias. E é nessa óptica que é fundamental perceber quais são os sentidos conotativos que a máscara passa a possuir, a partir do momento que o signo-objecto máscara é apropriado.

Barthes (2014a) revela, assim, a existência de dois sistemas semânticos num só enunciado, possibilitando que o primeiro sistema se torne o elemento de um segundo sistema. Ou seja, a conotação é um sistema de sentido segundo, é uma evolução “por cima” do sistema de sentido primeiro, o denotativo. A conotação é, de acordo com Barthes (2006b), um sistema que tem em si significantes, significados e o processo por significação. Conforme Barthes (2006b) exemplifica a semiótica conotativa a propósito do tom que se lê um texto, aqui e perante a investigação decorrente torna-se possível explicar a conotação produzida nas analogias referentes ao objecto máscara: “a *ideologia* seria (...) a *forma* (...) dos significados de conotação (...) [enquanto a materialidade e o fabrico] seria a forma dos conotadores” (Barthes, 2006b, p. 97). A apropriação e a arbitrariedade do signo-objecto máscara permitem diversificadas analogias, quer por meio da operação por bricolage (diferentes materiais e fabricos), quer por meio da estilização, característica distinta da conotação; abrindo um leque de possibilidades de sentidos – para além da protecção contra o vírus provocado pela Covid-19.

O signo-objecto máscara ao ser apropriado por diferentes entidades torna-se possível referir que passa por três estâncias em particular: 1 – compreender o contexto pandémico e identificar as necessidades individuais e/ou colectivas; 2 – seleccionar e recolher materiais, e escolher o método de fabrico; e, por fim, 3 – o processo de incrementar renovados sentidos, ressignificações, para lá das significações já incorporadas ao signo-objecto máscara originais. Assim, é possível apontar uma relação entre bricolage e conotação, em que ambas se encontram no momento da organização e montagem dos materiais, a fim de resultar um renovado signo-objecto máscara, mas “agora” com um aspecto material diferente, um significante reestruturado e um significado ampliado, uma ressignificação. Ora, neste caso particular – da apropriação da máscara

em contexto pandémico – a bricolage permite a existência e a propagação de uma semiótica conotativa; pois, consente e nutre a reestruturação do significante primeiro, mantendo não só o significado primeiro como, também permite que lhe seja incitado outro sentido ao nível do plano da conotação. Desta maneira, a relação entre bricolage e conotação torna-se visível no campo da semiologia: por um lado, a bricolage opera no sentido de dar respostas rápidas perante uma determinada situação, “consertando” materiais e/ou objectos, dependendo do material disponível e das formas de fabrico; por outro lado, a conotação surge por intervenção da bricolage, ou seja, no plano conotativo é perceptível a releitura a partir de determinadas variantes, os conotadores de sentido. Este fenómeno resulta de a conotação ser um sistema que compreende significantes e significados, gerando o processo de significação ou dupla significação. Também, Hjelmslev (1975) indica que o conotador se encontra sempre nos dois planos da semiótica: no plano da expressão e no plano do conteúdo. Quer isto dizer, que os conotadores são analisados perante as suas funções mútuas, é o caso, em específico, do fenómeno de bricolage que é habilitada a ressignificar. Porém, a indústria da moda explora outros materiais, outras direcções de sentido (*conotadores*), um plano conotativo: a fantasia, o *status*, a elegância, a paródia, entre outros sentidos como a distinção e a imitação de acordo com Simmel (2014) (figura nº 7).



Figura 7- Conceito de máscara de protecção.

Autor: Ýr Jóhannsdóttir

É notável um diferente campo de acção, os sentidos são agora divergentes dos originais e funcionais da máscara de protecção. A reestruturação de sentido é própria da conotação reproduzida, neste caso em específico, pela operação da bricolage, que tende a “retransformar” os signos de origem e a ressignificar os sentidos. É possível

referir que após a moda se apropriar do objecto máscara, por meio da bricolage, mesmo que o significante seja modificado, reforça o seu sentido primeiro e, simultaneamente, o significado é amplificado. Dessa maneira, por meio da apropriação pela moda e pela intervenção da bricolage, o signo-objecto máscara adquire uma ressignificação, levando a que a função-signo adquira por conotação outros sentidos, duplo sentido. A bricolage e a conotação mantêm uma relação de acréscimo na recriação de sentidos, ou seja, ambas se apropriam de um sentido original e o ressignificam. Contudo, a bricolage, relativamente ao contexto pandémico, opera no sentido de adaptar, transcrever signos já pré-existentis; enquanto a conotação opera no sentido da estilização, sugerindo diversas interpretações e associações que até podem ser impensáveis.

4. Relação entre Bricolage e Transtextualidade – Convergente e Divergente

A transtextualidade é caracterizada por Gérard Genette, na sua obra *Palimpsestes*, como transcendência textual do texto; ou seja, a partir do texto original, que Genette (2010) considera o *arquitrato* para designar o texto de origem – cada texto singular. Nesse sentido, a apropriação do signo-objecto máscara tem a capacidade de originar infinitas referências. Pois, o “texto de origem” é, neste caso específico, a máscara de protecção, contudo, a indústria da moda ao recolher tal signo e/ou conceito é capaz de gerar uma transtextualidade extratextual; ou seja, a interpretação torna-se um processo “cujo significado é apreendido na intersecção de um texto e todos os demais textos (...) a ele relacionados” (Garcia, 2006, p. 1517). Perante tais esclarecimentos, torna-se possível considerar a presença da conotação na acção por transtextualidade. Dessa forma, a transtextualidade é um múltiplo conceito de trasladações que, a partir de um primeiro texto, é possível gerar diversas interpretações. Genette (2010) começa por distinguir cinco tipos de relações transtextuais: a intertextualidade, a paratextualidade, a metatextualidade, a arquitrato e a hipertextualidade. Perante isto a relação existente entre os conceitos de bricolage e de transtextualidade distinguem dois fenómenos de sentido através dos objectos: convergente e divergente. Essa dupla concepção é possível de relacionar com duas relações transtextuais, conforme Genette (2010) indica: a hipertextualidade e a metatextualidade. Note-se que a hipertextualidade assinala a necessidade de ter um primeiro texto, denominado de hipotexto e, posteriormente, que esse seja recuperado por um segundo texto, denominado de hipertexto. Por outro lado, a conotação é a transmutação dos sentidos originais. Observa-se que, partindo do signo-objecto máscara primeiro (hipotexto – segurança sanitária) as entidades, já mencionadas, utilizam-se da bricolage a fim de “transcrever” um segundo “texto” (hipertexto). O fenómeno de hipertextualidade conduz a uma convergência de significação original (a protecção), em que a apropriação do “hipotexto”, a função-signo, produz uma adaptação, conduzindo a uma aceleração das suas significações originais (figura nº 8).



Figura 8- Máscara de protecção adaptada – convergência da significação.
Autor: Catarina Almeida

Dessa forma, a apropriação do signo-objecto máscara é numa perspectiva convergente em prol da segurança e da saúde pública. Aqui a bricolage mantém uma relação com a hipertextualidade no sentido em que a moda se apropria do signo-objecto máscara para promover a importância da sua utilização; sentido convergente com os órgãos de saúde pública, nacionais e internacionais. Por outro lado, a moda beneficia da conjuntura pandémica no sentido de ressignificar signos e sentidos e, também, mantém o foco no combate à crise sanitária instalada; sendo a moda um fenómeno social intrínseco à sociedade contemporânea tem a capacidade de acelerar a significação importante para o uso da máscara, na protecção contra a doença.

Por outro lado, a moda ao apropriar-se do signo-objecto máscara também lhe incute outros sentidos, derivando dos sentidos originais, para transformar a máscara de protecção em objecto de paródia, para a ridicularizar, “fetichizar”, imaginar, negar, etc. Dessa forma, observa-se uma apropriação do signo-objecto máscara em regime de metatextualidade; ora, por meio da operação por bricolage, a moda exprime e significa a conjuntura pandémica, e pela conotação reporta significados e ideologias diferentes dos iniciais. A vinculação de moda – enquanto acção estética sobre o corpo e a indumentária – estiliza o signo-objecto máscara de pandemia. Conforme Genette (2010), a metatextualidade é consolidada como existindo a presença efectiva de textos dentro de outros textos. Ora essa concepção conduz ao âmbito do sistema conotativo em Hjelmslev (2008) e Barthes (2006b). A metatextualidade utiliza-se da crítica sem mencionar o “texto” de origem na reprodução de uma renovada ideologia; por outro lado, a conotação acrescenta sentidos em cima dos sentidos originais (figura 9).



Figura 9- Máscara de protecção – sentido ampliado e divergente por conotação.
Autor: Lance Victor Moore.

Neste sentido, mantêm-se algumas características físicas, porém o seu significado é ampliado, os sentidos alteram-se e absorvem outras conotações; assim a moda passa a transferir sentidos divergentes, os quais criam distanciamento do contexto original em que o signo-objecto máscara se insere – da pandemia para a alegria.

Conclusão

A bricolage é o método que possibilita empregar distintos processos do “fazer” em conciliação com os contextos experienciados e com os materiais disponíveis. Dessa forma, é notável que os elementos/objectos utilizados servem pela sua instrumentalidade prática numa situação de caos de saúde pública. O conceito de bricolage assume, neste contexto específico de pandemia, um papel adjunto no combate à crise sanitária instalada. Sendo notável que o *bricoleur* opera através de signos pré-existentes, enquanto o engenheiro opera através de concepções. A bricolage reúne em si uma panóplia de acções possíveis de recriações, intimamente ligadas umas às outras. Reiterando o que anteriormente foi mencionado, o *bricoleur* dispensa os conceitos científicos, dos quais o engenheiro faz prática, para fazer uso da sua intelectualidade, da sua originalidade e intuição. Assim, o conceito de bricolage funde-se numa agregação de elementos, objectos ou partes de objectos já existentes. Notável como a semantização dos objectos e dos seus usos, dentro da sociedade, são susceptíveis de sofrer transformações, neste caso, pela operação da bricolage. As entidades particulares e institucionais de moda recriam a significação original do signo-objecto máscara, em contexto pandémico, objecto que tem por sentido inicial a insalubridade, o drama, o medo, a opressão. Porém, a moda operando juntamente com o conceito de bricolage, recria uma “perversão” do sentido original, reproduzindo um “ressigno”, com alterações no significante.

Bibliografia

- Barthes, R. (1987). *A Aventura Semiológica*. Edições 70.
- Barthes, R. (2006). *Elementos de Semiologia* (16ª ed.). I. Blikstein, Trad. Editora Cultrix.
- Barthes, R. (2014). *Sistema da Moda*. M. d. Cruz, Trad. Edições 70.
- Baudrillard, J. (2006). *O Sistema dos Objetos* (4ª ed.). Z. R. Tavares, Trad. Perspectiva.
- Claro, V. (23 a 27 de Novembro de 2020). Denotação e Conotação - A Teoria da Ressignificação aplicada aos Tropos de Linguagem. *17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*.
- Derrida, J. (1995). *A Escritura e a Diferença* (2ª ed.). M. B. Silva, Trad. Editora Perspectiva S.A.
- Eco, U. (1990). *O Signo* (4ª ed.). M. d. Marinho, Trad. Presença.
- Garcia, M. F. (2006). Transtextualidade: a teoria de Gérard Genette ampliada ao estudo da adaptação fílmica. *Semana de Eventos da Faculdade de Letras (SEVFALE VI)*, pp. 1515-1528. Belo Horizonte.
- Genette, G. (2010). *Palimpsestes: a literatura de segunda mão*. C. Braga, E. Vieira, L. Guimarães, M. Coutinho, M. Arruda, & M. Vieira, Trans. Edições Viva Voz.
- Kincheloe, J. L. (2004). Introduction: the power of the bricolage: expanding research methods. Em J. L. Kincheloe, K. S. Berry, & H. Torrance (Ed.), *Rigour and complexity in educational research: Conceptualizing the bricolage* (pp. 1-22). Open University Press.
- Lévi-Strauss, C. (2008). *O Pensamento Selvagem* (8ª ed.). T. Pellegrini, Trad. Editora.
- Loddi, L., & Martins, R. (2009). Bricolagens Metodológicas e Artísticas na Cultura Visual. *18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas* (pp. 3416-3428). Salvador, Bahia.
- Rampazo, A., & Ichikawa, E. (15 a 17 de Novembro de 2009). Bricolage: a Busca pela Compreensão de Novas Perspectivas em Pesquisa Social. *II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*.
- Roque, M. I. (7 de Novembro de 2015). *Design, a outra ciência dos signos*. Obtido em 2021, de A.MUSE.ART: <https://amusearte.hypotheses.org/1075>
- Santaella, L., & Nöth, W. (2009). A Linguagem das Mercadorias. *Revista Signos do Consumo*, 1(1), pp. 21-43. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v1i1p21-43>
- Simmel, G. (2014). *Filosofia da Moda*. A. Morão, Trad. Edições Texto & Grafia Lda.
- Tavares, F. D., & Caetano, K. E. (2012). De La Roja a el rojo: bricolagens e sincretismos em jornais espanhóis. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*.

As “Bexigas Negras” e os Museus Históricos

ROSA HENRIQUES DE GOUVEIA*

TERESA FERREIRA**

LINA CARVALHO***

CARLOS ROBALO CORDEIRO****

Resumo

As “Bexigas Negras” ou Varíola constituíram um flagelo para a Humanidade durante milénios. Apesar da sua erradicação, há o perigo de ressurgimento da doença. Os Museus Históricos, nomeadamente de Anatomia Patológica, prestam um contributo actual, através dos modelos de cera (construídos manualmente por artesãos ceroplásticos de renome) e dos espécimes nosológicos humanos, obtidos cirurgicamente ou colhidos de autópsias e preservados em meio líquido. Ambos permitem o ensino da morfologia – tridimensional – das lesões cutâneas desta peste e nos últimos, podem, ainda, ser realizados estudos moleculares, que ampliam os conhecimentos sobre as alterações genéticas virais. Para além de acolherem obras artístico-culturais testemunhos do passado das pestilências, estes Museus Históricos contribuem para melhorar o conhecimento científico das novas gerações médicas, mantendo também viva a memória sobre a importância das boas práticas preventivas na interrupção da transmissibilidade das doenças e diminuindo o risco de ocorrência de novos surtos epidémicos.

Palavras-chave: Bexigas Negras, Varíola, Museu Histórico, Anatomia Patológica.

* Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, Hospital de Santa Cruz, Universidade da Madeira
rhgouveia@mail.telepac.pt

** Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
teresa.ferreira@fmuc.uc.pt

*** Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, CHUC
lcarvalho@chuc.min-saude.pt

**** Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, CHUC
crcodeiro@fmed.uc.pt

Abstract

For millennia, Smallpox or Variola has been a health scourge for Humankind. Despite being eradicated, it might make a comeback. Historical Museums, namely of Pathological Anatomy provide an up-to-date contribution, through wax models (hand-made by renowned ceroplastic craftsmen) and human nosological specimens, obtained during surgery or autopsy and preserved in liquid-fixative. Both are used to teach the cutaneous lesions' morphology, in three-dimensions. The later specimens also allow the carrying out of molecular studies, which broaden the knowledge about Variola-virus genetic alterations. This kind of Historical Museums not only house priceless artistic-cultural testimonies of the plagues' past, but also prepare young medical generations for eventual new epidemic-outbreaks.

Keywords: Smallpox, Variola, Historical Museum, Pathology.

A Varíola, essa peste, também denominada de “Bexigas Negras”, simplesmente “Bexigas” (Dicionário de Língua Portuguesa, 2014) ou “Bostelas” (David de Moraes, 2012), ceifou milhões de vidas e desfigurou outros tantos corpos ao longo dos séculos.

A origem perde-se na memória dos tempos, havendo referência da sua existência pelo ano 1157 a.C. no Egito, na múmia do faraó Ramsés V e, ao longo dos anos, a sua dispersão é relatada em todos os recantos do mapa-mundo de então (Behbehani, 1983). Em Portugal, a primeira notícia tida como fiável data de 1423 em Coimbra (David de Moraes, 2012).

A *Praga dos Hititas* (em 1346 a.C., com origem no Egito) e a *Peste da Guerra dos Elefantes* (568 d.C., durante o cerco etíope a Meca) estão integradas nas grandes epidemias atribuídas à varíola (Toledo Jr, 2005).

Dentre os ilustres que pereceram às mãos das “Bexigas Negras” mencionar-se-ão o Imperador José I da Alemanha, o Rei Luís XV da França, o Czar Pedro II da Rússia (David de Moraes, 2012). Até porque a história de nações teve de ser reescrita, nomeadamente pela perda de sucessão, como aconteceu com a morte da Rainha Mary de Inglaterra em 1694, seguida da do seu filho e único herdeiro ao trono – o Duque de Gloucestershire – seis anos depois (Eyler, 2003).

Doença infecciosa, de elevada transmissibilidade, é causada pelo vírus da Varíola (VARV), que pertence ao género *Orthopoxvirus* (OPV) da família *Poxviridae* (Meyer et al., 2020). Transmite-se, sobretudo, por via aérea (espirro, saliva, escarro, aerossol de pequenas partículas) (Weiss et al., 2004), o que configura importante problema de Saúde Pública; havendo, contudo, referência a outras formas de contágio, tais como por via uterina materno-fetal (Ferrari et al., 2020), bem como por manuseio de objetos com partículas virais (Bremant & Henderson, 2002). Trata-se de um vírus com dupla hélice de DNA (Bremant & Henderson, 2002). A infecção desenvolve-se com uma fase inicial de latência, seguindo-se a fase prodrômica e depois aquela com as manifestações

clássicas (Breman & Henderson, 2002), nomeadamente as cutâneas – responsáveis pela designação de “Bexigas Negras”, “Bexigas” ou “Bostelas” (Dicionário de Língua Portuguesa, 2014; David de Moraes, 2012). De erupção macular passam a pápulas, a vesículas e a pústulas com umbilicação central e, depois, a crostas. Apresentam evolução globalmente uniforme, com aspecto idêntico e a sua distribuição é centrífuga (Breman & Henderson, 2002). A sobreinfecção das lesões cutâneas constitui importante complicação (Breman & Henderson, 2002). Múltiplos são os órgãos que podem estar envolvidos, condicionando falência orgânica isolada ou sistémica e, frequentemente, morte (Breman & Henderson, 2002). Quando esta não ocorre, as sequelas internas podem ser de gravidade elevada e as externas, cutâneas, desfiguráveis e mutilantes.

Dependendo das classificações, tem-se preferencialmente dividido a Varíola em *V. minor* e *V. major*, esta última letal. Em 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS) propôs uma classificação com cinco tipos, que incluem as anteriores (Breman & Henderson, 2002).

Na tentativa de prevenir este mal, que dizimava populações inteiras e entes queridos, percorreu-se o caminho até à *Variolação* – introdução na pele de indivíduos sãos, por escarificação, de líquido extraído de uma lesão cutânea de indivíduo infectado – procedimento com possível origem oriental, promovido no século XVIII em Inglaterra pela esposa do embaixador inglês em Instambul, Lady *Mary Montagu*, mas também dos médicos gregos *Emanuele Timoni* e *Jacob Pylarini*, na tentativa de proteger as pessoas contra a doença. O resultado era incerto, com casos de sucesso e outros cujo desfecho era fatal (Behbehani, 1983; Toledo Jr, 2005). Por fim, fruto das observações e experiências do médico inglês Dr. *Edward Jenner*, atingiu-se, em 1796, a *Vacinação* – que consistia na inoculação em pessoas saudáveis de pús de lesões bovinas idênticas às humanas e resultantes da infecção animal por vírus da família do *VARV*. Esta inoculação visava promover reacção imunitária protectora contra a acção da variante viral humana aquando de um surto (Behbehani, 1983; Toledo Jr, 2005). A aplicação maciça da mesma, culminou na erradicação da doença a nível mundial, em 1980 (Théves et al., 2014).

E assim, a lembrança e o temor dos surtos epidémicos de varíola começaram a esfumar-se na memória da humanidade; contudo, o perigo de novas vagas epidémicas está presente.

As principais razões subjacentes apontadas congregam ((Théves et al., 2014; Shchelkunov, 2011; Morens et al., 2020):

- 1- Baixa de imunidade individual e de grupo, uma vez que a vacina já não é obrigatória, tendo sido retirada dos programas nacionais de vacinação;
- 2- Transmissão zoonótica (isto é, do animal ao homem) de vírus da família do da Varíola, nomeadamente de bovinos, macaco, camelo, rato. Na base desta possível transmissão

estão factores profissionais (trabalho em zonas rurais), desflorestação, coabitação com animais de estimação exóticos, globalização, entre outros;

3- Preparação em laboratório de estirpes virais patogénicas, que por acidente ou em contexto de bioterrorismo podem tornar-se uma ameaça epidémica / pandémica.

Face à ameaça permanente de novos surtos e da sua morbi-mortalidade, sem terapêutica eficaz, a necessidade de prevenção foi enfatizada. As medidas adoptadas englobavam, inicialmente, as de aplicação básica e universal como a higienização, o uso de máscara e a distância física adequada (Weiss et al., 2004). Acresce, ainda, a possível toma profilática de fármacos anti-virais (Weiss et al., 2004).

É este perigo, esta incerteza na evolução epidemiológica e/ou criminosa da infecção variólica, que traz à luz da ribalta o contributo actual e real dos Museus Históricos, nomeadamente de Anatomia Patológica.

As suas funções ultrapassam largamente a já importante conservação do património artístico-cultural. Catapultam para a “arte” na prevenção das doenças, da investigação científica e do ensino médicos.

De que forma?

Depende do tipo de peças museológicas. São livros? Fotografias? Pinturas ou desenhos? Esculturas ou outros modelos? São espécimens biológicos mantidos em meios de preservação?

Apresentamos dois contributos complementares.

O primeiro reporta a realização de estudos médicos e investigação científica em espécimens biológicos preservados em meio líquido.

Dois dos exemplares pertenciam ao acervo histórico do *Czech National Museum* (Praga) (Pajer et al., 2017) e um ao *Hunterian Museum* do *Royal College of Surgeons of England* (Londres) (Ferrari et al., 2020).

Os da República Checa compreendiam retalho de pele (1) e segmentos de membro superior e inferior (2), ambos em contentores de vidro, imersos em fixador líquido de natureza desconhecida e apresentando lesões cutâneas macroscópicas sugestivas de Varíola. Abertos os contentores, foram colhidos fragmentos para preparação anátomo-patológica de rotina e avaliação em microscópica óptica, que corroborou o padrão histológico das lesões. Mais ainda, foi colhido material para microscopia electrónica, que revelou a presença de partículas virais e confirmou serem típicas de *Orthopoxvirus*. Por fim, os estudos moleculares realizados permitiram a caracterização genómica do vírus, bem como avaliar a sua ancestralidade e a origem geográfica (Pajer et al., 2017).

O de Inglaterra correspondia a perna de lactente fixado em etanol e incluído em parafina e apresentava lesões macroscópicas de Varíola, suspeita de contaminação intra-uterina. As amostras colhidas permitiram reconstruir o genoma de vírus da varíola humano, datando do século XVIII, bem como proceder a estudos filogenéticos (Ferrari et al., 2020).

A morfologia observada é importante no reconhecimento e memorização das lesões cutâneas e o seu diagnóstico diferencial com outras lesões eruptivas e pustulosas.

Os estudos moleculares são cruciais para avaliar a origem, as características e alterações genéticas e sua relação com a virulência, bem como a evolução de vírus antigos. Permite comparar com os dados dos vírus da mesma família que actualmente infectam animais e podem constituir fonte eminente de zoonoses e recrudescimento da Varíola.

O segundo reporta o contributo de modelos de cera no ensino médico.

A arte da ceroplastia, *moulage* ou manufactura de modelos de cera para o ensino médico ganha importância a partir dos séculos XVII e XVIII, em Itália, depois na França e rapidamente em toda a Europa erudita (Poiars Baptista et al., 2008).

Portugal não foi excepção!

No século XIX, a partir de 1864, foram obtidos de Paris, modelos de cera para o *Museu de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de Coimbra* (Poiars Baptista et al., 2008). O Museu, desde 2013 Património Mundial da UNESCO, deu os primeiros passos em 1822 pela mão do brasileiro Dr. *Carlos José Pinheiro*, demonstrador de Anatomia Normal, organizador do Teatro Anatômico e do Museu de Patologia (Rodrigues, 1992). Em 1861, é alvo de incremento pela acção do Prof. Doutor *Francisco António Alves*, primeiro Director e regente do Gabinete de Anatomia Patológica (Rodrigues, 1992).

Os modeladores eram *Vasseur* e *Jules Baretta* (Poiars Baptista et al., 2008), concomitantemente artistas e artesãos, que acompanhavam os médicos – quer nas visitas clínicas às enfermarias, quer nas cirurgias, nos Laboratórios e nas autópsias. Observavam as lesões e posteriormente reproduziam-nas; ou tiravam molde noutro material e depois, já no atelier, produziam as peças de cera, que posteriormente eram pintadas.

O segredo dos materiais e da manufactura permanece desconhecido.

Vasseur assina na cera. *Baretta* assina no suporte de madeira, onde a peça está colocada (Poiars Baptista et al., 2008).

Dos 196 modelos de cera que actualmente existem no Museu, 161 são de patologia cutânea e, destes, 2 representam as lesões cutâneas das vítimas de Varíola e ambos são da autoria de *Vasseur* (Imagens 1 a 4).

Estes modelos representam as estruturas anatómicas e as lesões a três-dimensões, em tamanho real e até ao ínfimo detalhe. São estas características que, então, os tornavam preciosos e imprescindíveis, pois permitiam estudar, memorizar, rever as patologias, numa época em que os estudantes não tinham computadores. São essas características que, hoje, apesar de todos os recursos informáticos, os tornam intemporais, sobretudo na representação de doenças já desaparecidas.

Concluimos com a certeza de que, para além de acolherem obras artístico-culturais testemunhos do passado das pestilências, estes Museus Históricos têm o potencial para contribuir na preparação científica das novas gerações médicas para a ocorrência de eventuais novos surtos epidémicos.

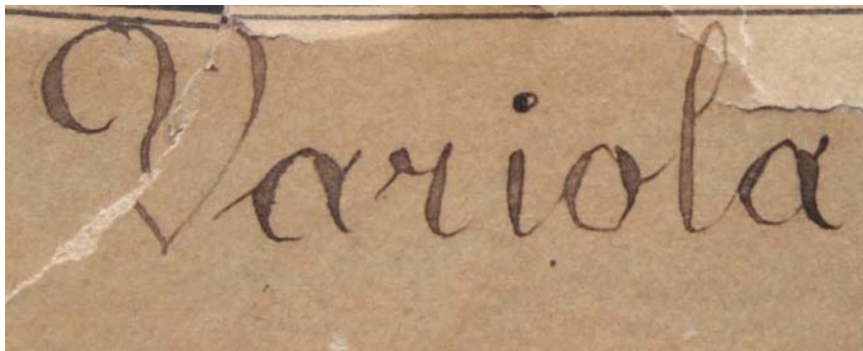
Legendas das Imagens:

Imagem 1 – Rótulo de modelo de cera, escrito em Português
(Museu de Anatomia Patológica, IAP-PM, FMUC)



Imagem 2 – Modelo de cera do século XIX, representando a Varíola
(Museu de Anatomia Patológica, IAP-PM, FMUC)



Imagem 3 – Peça ceroplástica do século XIX, elaborada e assinada por Vasseur, ilustrando as lesões cutâneas da Varíola
(Museu de Anatomia Patológica, IAP-PM, FMUC)



Imagem 4 – Detalhe da imagem anterior, em que é evidente a umbilicação central das lesões cutâneas
(Museu de Anatomia Patológica, IAP-PM, FMUC)

Bibliografia

- Behbehani, A. M. (1983). The Smallpox Story: Life and Death of na Old Disease. *Microbiol. Rev.* 47 (4), pp. 455-509.
- Breman, J., & Henderson, D. A. (2002). Diagnosis and Management of Smallpox. *N Engl J Med* 346, pp. 1300-1308.
- David de Moraes, J. A. (2012). Surtos epidémicos ocorridos em Portugal na primeira metade do século XX: abordagem histórico-epidemiológica. II – Variola. *Historia da Medicina – Medicina Interna* 19 (1), pp. 43-50.
- Dicionário de Língua Portuguesa (2014). Porto Editora.
- Eyler, J. M. (2003). Smallpox in history: The birth, death, and impact of a dread disease. *J Lab Clin Med* 142, pp. 216-220.
- Ferrari, G., Neukamm, J., Baalsrud, H. T., Breidenstein, A. M., Ravinet, M., Phillips C., Ruhli, F., Bwouman, A., & Schuenemann, V. J. (2020). Variola virus genome sequenced from an eighteenth-century museum specimen supports the recent origin of smallpox. *Trans. R. Soc. B* pp. 375, 1-9.
- Meyer, H., Ehmann, R., & Smith, G. L. (2020). Smallpox in the Post-Eradication Era. *Viruses* 12, 138, pp. 1-11.
- Morens, D. M., Daszak, P., Markel, H., & Taubenberger, J. K. (2020). Pandemic Covid-19 Joins History's Pandemic Legion. *MBio.ASM.ORG* 11 (3), pp. 1-9.
- Pajer, P., Dresler, J., Kabickova, H., Pisa, L., Aganov, P., Fucik, K., Elleder, D., Hron, T., Kuzelka, V., Veleminsky, P., Klimentova, J., Fucikova, A., Pejchal, J., Hrabakova, R., Vladimir, B., Rausch, T., Dundr, P., Pilin, A., Cabala, R., Hubalek, M., Stribrny J., Antwerpen, M. H., & Meyer, H. (2017). Characterization of Two Historic Smallpox Specimens from a Czech Museum. *Viruses* 9, 200, pp. 1-14.
- Poiars Baptista, A., Rasteiro, A., & Mendes, M. G. (2008). Figuras de Cera de Doenças Cutâneas na Faculdade de Medicina de Coimbra. *Trab Soc Port Dermatol Venereol* 66 (2), pp. 177-183.
- Rodrigues, M. A. (1992). *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis 1772-1937*. Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Shchelkunov, S. N. (2011). Emergence and reemergence of smallpox: Tne need for development of a new generation smallpox vaccine. *Vaccine* 295, D49-D53.
- Théves, C., Biagini, P., & Crubézy, E. (2014). The rediscovery of smallpox. *Clin Microbiol Infect* 20, pp. 210-218.
- Toledo Jr., A. C. (2005). História da Variola. *Rev. Med. Minas Gerais* 15 (1), pp. 58-65.
- Weiss, M. M., Weiss, P. D., Mathisen G., & Guze, P. (2004). Rethinking Smallpox. *CID* 39, pp. 1668-1673.

Pessoas e organizações no quotidiano pandémico: uma construção social da realidade?

PEDRO EDUARDO OLIVEIRA RIBEIRO*

Resumo

A pandemia do Coronavírus instalou-se no mundo e exigiu das pessoas e das organizações, enquanto empresas, instituições ou associações, mudanças no quotidiano societal. O presente ensaio pretende refletir sobre como pessoas e organizações se adaptaram a esta nova realidade, à luz da perspectiva da construção social da realidade (Berger e Luckmann, 1991). Conclui-se, por um lado, que as empresas se esforçaram e se esforçam por gerir o conhecimento ao seu dispor e por contribuir para a subsistência interna e ainda para a promoção de sentidos e discursos pela prevenção da transmissão do vírus. Por outro lado, tal traduz-se numa forma de legitimação do posicionamento organizacional nos média e na sociedade. A adaptação é clara e reveladora da força da construção social da realidade: a pandemia modificou a vida das pessoas e das organizações e estas procuraram adaptar-se e reconstruir-se, ainda que sob dois “mundos”, o objetivo e o subjetivo, os quais conduzem as práticas no quotidiano.

Palavras-chave: Construção social da realidade, Pessoas, Organizações, Sentidos, Discursos.

* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Este trabalho contou o apoio de uma Bolsa de Investigação para Estudantes de Doutoramento [BI_Doutoramento/FCT/CECS/2021 (UI/BD/151164/2021)], da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento do Plano Plurianual de Bolsas de Investigação para Estudantes de Doutoramento, celebrado entre a FCT e a Unidade de I&D CECS (UID 00736)
pedurib@gmail.com

Abstract

The Coronavirus pandemic took hold in the world, which has led people and organisations, as companies, institutions, or associations, to make changes in societal daily life. This essay aims to reflect on how people and organisations have adapted themselves to this new reality, according to the perspective of the social construction of reality (Berger & Luckmann, 1991). It has mainly reached the following conclusions: companies have endeavoured to manage the available knowledge and to contribute to the intern subsistence, as well as to the promotion of senses and discourses in a way to prevent the virus transmission. On the other hand, such adaptation attempt has resulted in the legitimization of the organisational positioning in the media and in society. The adaptation is clear and reveals the strength of the social construction of reality: the pandemic has changed people and organisations' lives and these have sought to adapt to and rebuild themselves, even so under the objective and the subjective "worlds", which guide their daily practices.

Keywords: Social construction of reality, People, Organisations, Meanings, Discourses.

A pandemia do Coronavírus¹, anunciada como tal em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (The United Nations Department of Global Communications, 2020), obrigou a uma mudança dos hábitos do quotidiano. Começando nas pessoas, com medidas de prevenção promovidas pela Direção-Geral da Saúde (DGS) em conferências de imprensa diárias, onde se anunciava informação sobre o estado sanitário do país (Lopes et al., 2020). O conceito de informação é aqui entendido como "o material bruto para o pensamento, a tomada de decisões (...)" (Thayer, 1979, p. 46), sendo que, na comunicação, "a informação é o conteúdo da mensagem" (Silva, 2000, p. 701). Tornou-se, desde então, recorrente a comunicação da mensagem que faz transparecer a pertinência do uso de máscara cirúrgica ou outra na face, da manutenção do distanciamento social e da lavagem frequente das mãos².

A realidade ficou marcada por mudanças inclusive nas organizações. De referir que se tem em conta a definição de Ruão (2016) sobre este termo: "(...) todo o tipo de agrupamentos humanos instituídos com o propósito de atingir um objetivo, sejam estes públicos, privados, lucrativos, não lucrativos, associativos, sociais e outros" (p. 5). Nacionalmente, insolvências e encerramentos de diversas empresas constam do relatório da Informa D&B (2021). No entanto, com uma reação adaptativa, ora de

1 Considerando a terminologia de Shereen et al. (2020), o coronavírus, Coronavírus 2 ou o SARS-CoV-2 é o vírus e a COVID-19 é a doença dele resultante.

2 No *microsite* da DGS dedicado à COVID-19, podem ser consultadas as medidas em causa, através da ligação: <https://covid19.min-saude.pt/category/perguntas-frequentes/>

redução ora de alteração das atividades (Informa D&B, 2021), em Portugal, algumas empresas, por exemplo, que antes não o faziam, passaram a produzir equipamentos de proteção individual (EPI), como máscaras ou álcool-gel.

A presente introdução deve fazer refletir sobre um ponto: a adaptação ao contexto. Coloca-se, portanto, a seguinte questão: o que se pode entender em torno da adaptação tanto das pessoas como das organizações ao quotidiano pandémico, à luz da teoria da construção social da realidade³? Esta pergunta guia o presente ensaio, almejando lançar algumas ideias para o debate da construção social da realidade aplicado à pandemia do Coronavírus, ao redor dos âmbitos organizacional e, mais abrangentemente falando, societal.

Apontamentos sobre a realidade social e a sua construção

Desde logo, o ser humano é um ser dotado de consciência, sendo “sempre intencional; sempre “tende para” ou é dirigida para objetos” (Berger & Luckmann, 1991, p. 34). Os seres humanos agem sobre as coisas, baseando-se no significado que têm sobre elas, o qual se gera na interação social e é interpretado naturalmente por cada pessoa no contexto em que se insere. Este último princípio corresponde ao que enuncia a teoria de Blumer (1969), de nome interacionismo simbólico, que, contando com o contributo de George Herbert Mead, conduz à abordagem da teoria da construção social da realidade, da autoria de Berger e Luckmann (1991). À volta destas ideias, apresentam-se algumas notas.

Os autores Peter L. Berger e Thomas Luckmann entendem que a realidade é partilhada e se desenvolve social e espacialmente, num mundo que é intersubjetivo. Neste seguimento, situado em contexto, o ser humano, em simultâneo, constrói o mundo em que se insere e constrói-se a si mesmo. Sendo o quotidiano composto “de signos e de símbolos” (1991, p. 55), a visão do interacionismo simbólico (Blumer, 1969) aponta que exemplos de símbolos podem ser “normas culturais ou valores” (p. 79). Quanto aos signos, que Berger e Luckmann (1991) os entendem como fundamentais nas objetivações, as quais constituem a realidade da vida diária, distinguem-se destas pelo seu carácter de indexação ao que é subjetivo, ligando os dois mundos: o objetivo e o subjetivo. Explicitando com um olhar semiótico, “os signos correspondem à forma física de palavras, imagens, sons, atos ou objetos” (Chandler, 2007, p. 260), que se baseiam em códigos desenvolvidos por força de convenções sociais e culturais.

Se a vida humana funciona de forma intercambial com outras vidas humanas, convém tocar no fenómeno de institucionalização. Este “ocorre quando existe uma tipificação recíproca de ações habitualizadas por tipos de agentes. (...) qualquer tipificação é uma instituição” (Berger & Luckmann, 1991, p. 72). Colocando isto em termos práticos, uma ideia que se torna hábito por força das convenções torna-se institucional,

3 A perspetiva teórica em que se centra este ensaio é a da autoria de Berger e Luckmann (1991).

torna-se objetiva, torna-se parte do domínio da objetividade. Fiske (1993) ajuda a traduzir a ideia, explicando que, comunicacionalmente, as pessoas trocam mensagens entre si, sendo estas elementos de uma “relação estruturada, cujos outros elementos incluem a realidade exterior e o produtor/leitor” (p. 16). O ser humano vive em contextos e interage mediante aquilo que eles oferecem e ele consegue neles criar, daí os mundos objetivo e subjetivo. O que ele faz é com base em algo, mas na base de algo que é próprio de si, capaz de agir por si, já que é consciente por natureza.

Graças a capacidades biológicas, o ser humano é um ser consciente, mas também graças a capacidades socialmente adquiridas para o ser, já que constrói o mundo e se constrói a si mesmo. Veja-se este excerto:

O Homem é biologicamente predestinado a construir e a habitar um mundo com outros. Este mundo torna-se para ele a realidade dominante e definitiva. Os seus limites são impostos pela natureza, porém, uma vez construído [construído pelo Homem], este mundo contrarreege sobre ela. Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano transforma-se em si mesmo. Nesta mesma dialética, o Homem produz a realidade e, como tal, produz-se a si mesmo (Berger & Luckmann, 1991, p. 204).

A construção da realidade social é isso mesmo: uma construção, interna e externa. A realidade da vida diária, por ser diária, logo, situada, acolhe a seguinte assunção: “(...) é organizada em torno do ‘aqui’ do meu corpo e do ‘agora’ do meu presente” (p. 36). Não deve, porém, ver-se isto como algo estanque, até porque “é precisamente o caráter dual da sociedade em termos de facticidade objetiva e significação subjetiva que faz a sua ‘realidade *sui generis*’” (p. 30), isto é, as vivências baseiam-se num todo social, mas simultaneamente são múltiplas, pelo que variam de pessoa para pessoa. Recorde-se Blumer (1969), que aponta para os seres humanos como atores, criadores de significados e modificadores dos mesmos na interação social no quotidiano. Neste quadro, pode falar-se na legitimação, pois qualquer instituição, dotada de historicidade e de objetividade, necessita de legitimação, ou seja, “o mundo institucional exige (...) “modos pelos quais pode ser ‘explicado’ e justificado” (Berger & Luckmann, 1991, p. 79).

Por isso, a linguagem não pode deixar de ser aqui abordada. Ela está na base daquilo que inerentemente o ser humano percebe e faz representar mentalmente, as “objetificações”, que correspondem a “signos e sistemas de signos (...), no sentido de serem objetivamente acessíveis além da expressão de intenções subjetivas “aqui e agora”” (Berger & Luckmann, 1991, p. 51). Uma vez que é um ser social, numa realidade ordenada, o ser humano faz refletir essa ordem, levando a que o quotidiano faça sentido. Simplificando, os símbolos constroem-se mediante a linguagem, já que se apresentam objetivamente na realidade. Além disso, como denota Fiske (1993), a linguagem é o que liga os signos aos códigos, constituindo estes “aparelhos interpretativos que

são usados por comunidades interpretantes” (Chandler, 2007, p. 245). Para Santaella (2007) existem três matrizes de linguagem, basilares em qualquer formação híbrida de linguagem: “(1) a sonoridade, (2) as imagens fixas e (3) o texto verbal escrito” (p. 76). Estas ajudam concretizar a abordagem da linguagem, mostrando a sua canalização das mensagens mediante vários formatos, como TV e Internet.

Entendida a mensagem, mediante as diferentes matrizes, é possível, portanto, agir em conformidade com essa mensagem, já que é tida em consideração (Thayer, 1979), sem esquecer que a comunicação humana afeta o comportamento humano e vice-versa (Watzlawick et al., 1967). Ao agir, cada pessoa age em contexto, devendo ter-se em conta os sentidos e os discursos a que se lhe podem associar.

As pessoas e os novos sentidos e discursos

A expressão “discurso vírico” remete para o sentido do discurso ligado ao Coronavírus. A mesma está presente no livro editado por Jones (2021), sendo proveniente do blogue de cariz académico com o mesmo nome, cuja autoria se descreve como “um grupo internacional de investigadores e investigadoras interessados em questões de linguagem e comunicação relacionadas com a crise de saúde pública atual”⁴. Voltando ao livro, o coordenador do mesmo explica que “cada ação é significativa e tornada possível através do seu significado (ou discurso)” (p. 2). Procure-se esclarecer esta e outras ideias nesta secção.

Os significados e os discursos fazem parte do todo social. Já se referiu anteriormente a importância dos significados, signos e símbolos, mas não se falou propriamente do discurso. Se quer o significado quer o discurso tornam possível e significativa qualquer ação, “tudo o que acontece é o resultado de sequências de pequenas ações que seguem umas às outras” (p. 2), podendo levar a resultados ora mais impactantes ora menos, entre palavras, imagens e outras formas de criar sentido. São assunções estas que o autor deixa escritas e que canalizam para a ideia de discurso, ainda que não desligada da produção de sentido. Chandler (2007) compreende discurso como um composto de códigos representacionais, isto é, conjuntos de conceitos, tropos – figuras de estilo – e mitos, que refletem “princípios relacionais subjacentes à ordem simbólica do ‘campo discursivo’” (p. 249). Na mesma linha, Pinto-Coelho (2010) entende que qualquer “texto não encerra em si mesmo o seu conteúdo, ou seja, o seu sentido, a sua significância” (p. 2), assumindo num outro trabalho (2019) que o discurso se trata dos textos, enquanto atos comunicativos, em contextos. Explorado o conceito de discurso, prossiga-se para uma exploração do discurso em torno do Coronavírus, já que analisá-lo permite “perceber quando e como o sentido é criado” (Jones, 2021, p. 3).

Porque a construção social da realidade provém da sociologia do conhecimento (Berger & Luckmann, 1991), o conhecimento pode ser definido como “a certeza

4 A mesma frase encontra-se na página principal do blogue, em: <https://viraldiscourse.com>

de que fenómenos são reais e possuem as suas características específicas” (p. 13). No entender de Jones (2021), “o uso estratégico e potencial enviesado do discurso para construir conhecimento de especialidade pode ser sobretudo difícil para audiências leigas, fora da comunidade científica para detetar” (p. 18). Isto corresponde a algo que se pode revelar um obstáculo, já que a comunidade científica desenvolve construções lógicas mais complexas e que exigem um maior raciocínio do que, por exemplo, teorias conspirativas, trabalhadas numa lógica de contrariar o sistema enquanto alternativa (Grimes, 2021). Mais relevante isto se torna com a viralidade do contemporâneo, em que as mensagens tendem a ser espalhadas de modo rápido, de pessoas para pessoas, descontextualizadas e recontextualizadas (Calefato, 2021). Problemas desta índole captam a atenção para a necessidade de existirem autoridades de saúde que consigam comunicar com a população, o que se revelou um desafio, conforme escrevem Lopes et al. (2021):

A Direção-Geral de Saúde foi promovendo conferências de imprensa diárias e respondendo dentro de algumas limitações de tempo e de recursos às diversas solicitações. Todavia, o caudal de informação permanente que se foi produzindo centrado na COVID-19, o clima de enorme incerteza sobre o que se passava e a proliferação de informação falsa exigiam mais. É exatamente esse modo de comunicar quando a saúde pública está em causa que pode, e deve, ser profundamente revisitado para se encontrar novos modos de ação (p. 227).

Na tarefa de informar, o jornalismo pode ser uma solução. Inclusivamente, naquele estudo, à classe jornalística, desde pessoas jornalistas a pessoas da direção, editoria e coordenação, “92,2% dos jornalistas declararam terem tido uma preocupação permanente em orientar comportamentos, uma escolha nunca vista no Portugal democrático depois do 25 de abril de 1974.” (p. 221). Destaca o mesmo que as fontes de informação oficiais devem procurar ser igualmente rigorosas no fornecimento de informação e dados e na apresentação de profissionais que consigam transmitir à sociedade civil o que é necessário fazer como forma a levá-la à adoção de práticas eficazes no combate ao contágio do Coronavírus. Importa aqui mencionar isto, pois as organizações tendem a articular com os média (Ruão, 2016) e vice-versa e a eles prestam atenção como forma de acompanhar a realidade, a qual, no panorama em análise, ganhou novos contornos no quotidiano e na sua significação.

Tendo a máscara conquistado um novo destaque socialmente um pouco por todo o mundo, cujo uso aliás foi e continua a ser promovido pela OMS⁵, é importante perceber que ela produz sentidos, assim como discursos. Não sendo as máscaras

5 As recomendações da OMS em torno do uso de máscara a nível mundial, assumindo as divergências de país para país conforme a situação atual sanitária e as políticas adotadas, podem ser lidas aqui:

apenas uma coisa, como afirma Jones (2021), elas podem ser vistas como três coisas diferentes: como preventivas, já que cobrem, tanto para situações como a pandemia como para outro tipo de contextos, como tradições religiosas (e.g. na muçulmana, onde o uso de véu por algumas mulheres cobre a sua cara); como protetoras, não só do vírus como de situações como manifestações em que se lança gás lacrimogéneo ou poluição atmosférica; e como transformadoras, a função mais importante para Rodney H. Jones, em que a pessoa assume-se como um ser aparentemente diferente, correspondendo esta a uma função temporária e do domínio representativo. Uma pessoa que usa uma máscara transporta uma responsabilidade de indexação a um todo representativo: “Quando vemos o poder transformativo das máscaras como uma questão de indexação de significado, nós vemos como o sentido é socialmente construído ao longo do tempo e reflete constelações maiores de poder e ideologia numa sociedade” (p. 9). Também Calefato (2021) defende que a pandemia veio pôr em relevo várias questões como as desigualdades sociais, assim como os movimentos antimáscara, a recusa do respeito pelas normas promovidas pelas autoridades (Jones, 2021) e até a emergência de teorias da conspiração ligadas à COVID-19, como a instalação de torres 5G para espalhar um vírus e dizimar pessoas (Grimes, 2021). Entende-se que, conseqüentemente, novos sentidos e discursos se fizeram relevar com a pandemia e o seu desenvolvimento. O quotidiano social constrói-se, portanto, mediante os contextos e mediante a subjetividade de cada pessoa, o que faz com que haja também quem recuse atentar no que se torna socialmente vigente. Com isto, foque-se no papel que têm as organizações no sentido de construir a realidade social, sob o panorama sanitário pandémico.

A adaptação das organizações

Com as exigências de confinamento geral a subsistir, bem como o uso de máscara, a adoção do distanciamento social, a lavagem e desinfecção das mãos ou até o uso de determinados equipamentos por profissionais da área da Saúde ou da Geriatria, no cuidado e contacto imprescindível com as pessoas idosas e outras que requeiram uma prestação de auxílio de maior proximidade no seu dia a dia, o quotidiano social precisou de novos recursos. Nos inícios do período pandémico, que remontam a março de 2020 (The United Nations Department of Global Communications, 2020), Portugal chegou a passar por uma escassez generalizada de EPI, em que, a título de exemplo, uma máscara poderia custar nove euros ou produtos como álcool-gel estavam esgotados em farmácias (Fonseca, 2020). O cenário de requisição de EPI a países com alta produção, fez com que, exemplificando, a China exportasse 220 mil milhões de máscaras em 2020 (DW, 2021). Deste modo, importa abordar as instituições e empresas,

enquanto organizações. Nesta secção, convocam-se ainda dois exemplos de adaptação no campo organizacional, com o foco na produção dessas organizações.

Antes de mais, recorre-se aos contributos da Comunicação Organizacional para se mostrar que esta se trata de uma disciplina que procura compreender processos, cenários e desafios de comunicar e organizar, à luz de uma sociedade global (Ruão, 2016). Isto demonstra que uma organização, enquanto empresa, instituição ou associação, não busca puramente trabalhar em si e para si mesma, mas também na e para a sociedade, enquanto um todo que é construído. Não é menos importante mencionar que a Comunicação Organizacional aponta para a existência de duas dimensões que se podem assumir como “clássicas” nas organizações: “(...) a interna, no contexto da qual é fundamental cuidar da relação com e entre os trabalhadores; e a externa, que exige a gestão dessa relação com clientes, fornecedores, financiadores, Estado, meios de comunicação social e outros públicos relevantes” (p. 13). Para Kunsch (2014), “no contexto da comunicação organizacional cabe aos gestores de comunicação sensibilizar os dirigentes de que não basta só gerar empregos, pagar impostos e atingir lucros, mas que se deve ir além, contribuir para uma sociedade melhor” (p. 37). Por isso, não deixa de ser oportuno retomar as ideias de significado e discurso, até porque a ressignificação e o seu efeito nos discursos e nas práticas também não ficam indiferentes à Comunicação Estratégica, no entender de Oliveira et al. (2012). Esta disciplina é aqui convocada já que se cruza com a Comunicação Organizacional (Ruão, 2016), na medida em que se foca nas metas a atingir com a aplicação de determinadas estratégias de comunicação das organizações.

Tal reforça a importância de se falar no conhecimento. Podendo ser definido como aquilo que se pode dar como certo e possuidor de características próprias (Berger & Luckmann, 1991), o conhecimento tem uma importância considerável no âmbito organizacional e há uma gestão que deve ser feita. Dalkir (2005) entende que qualquer organização deve gerir o conhecimento de forma a reforçar o seu valor intrínseco. O autor explica a sua visão sobre o mesmo vocábulo: “O conhecimento é mais complexo do que dados ou informação; é subjetivo, frequentemente baseado na experiência, e altamente contextual” (p. 21). Com vista a atingir os seus objetivos, deve a organização utilizar os seus canais de atuação, técnicas e ferramentas. Elencando aqui o raciocínio dos autores Berger e Luckmann (1991), os mesmos exploram a institucionalização no âmbito das organizações, que, no seu todo, lidam com os significados socialmente adquiridos e construídos, contribuindo igualmente de modo ativo para este fenómeno, dado que se desenvolvem na realidade social. Assim, Oliveira et al. (2012) demonstram que a institucionalização das organizações leva ao seu posicionamento na sociedade, “uma vez que sua atuação delineia diversas interferências sobre as formas de vida e de convivência no espaço que ocupam” (p. 144). As autoras referem, lembre-se, a busca consequente pela sua legitimação, conceito que não é esquecido pelos sociólogos supracitados.

Porque gerir o conhecimento implica perceber que este será de algum modo usado, uma comunicação eficaz implica uma troca e trocar significa perceber para emitir e emitir para perceber (Thayer, 1979), devendo esta dinâmica ser vista como não estática (Fiske, 1993). Recorrendo às considerações de Melo e Sousa (2013), não deixa de ser menos relevante considerar o processo de *feedback* aqui, na medida em que é neste que se consolida a mesma troca, aos níveis quer interpessoal quer organizacional. Ele constitui a resposta a uma entidade responsável por um determinado evento comunicativo, num determinado contexto sociocultural. Se, numa definição de Fiske (1993), o *feedback* “ajuda o comunicador adaptar a sua mensagem às necessidades e reações do recetor” (p. 39), também legitima o papel democrático das pessoas e das organizações, ao mesmo tempo que gera valor acrescentando, o que potencia a qualidade e a legitimidade da organização (Melo & Sousa, 2013).

Ao lidar com os vários sentidos que se produzem e porque a comunicação externa envolve os média (Ruão, 2016), estes últimos contribuem também para o processo de construção social. Tuchman (1978) entende que “as notícias se produzem a elas próprias como um dado histórico” (p. 196). Tal pode ser concretizável quer pelos meios de comunicação social que informam sobre a pandemia quer pelas organizações que a ela se procuram adaptar à informação recebida e ao contexto, o que faz com que, por diversos meios, as organizações consigam receber informação e comunicar e até produzir e gerar nova informação. Basta observar-se pelas reportagens o interesse dos média em dar conta dos casos de empresas que mudaram o seu foco de produção para a produção de EPI. Estas abordagens impactam na produção natural de representações mentais por parte das pessoas leitoras das mesmas (Pinto-Coelho, 2010). Aliás, Oliveira et al. (2012) falam concretamente no potencial legitimador dos média: “Nesse espaço [esfera midiática], os atores sociais constroem discursos e buscam, através deles, legitimar sua atuação a partir da repercussão e da visibilidade midiática” (p. 130).

Numa série de exemplos encontrados, escolheram-se duas reportagens a fim de se exemplificar, de forma breve, casos de adaptações na produção empresarial. Um primeiro é o da empresa Science4you, que se dedica à produção de brinquedos educativos e experiências. Com o despoletar da pandemia, passou a produzir óculos para uso hospitalar e álcool-gel. Adianta o seu CEO, Miguel Martins: “Convertemos uma parte significativa dos nossos recursos internos - engenheiros, cientistas, *business developers* - para se dedicarem a dar resposta à escassez de material” (Petiz, 2020). O administrador fala ainda na manutenção das pessoas trabalhadoras da empresa, bem como na resposta à falta do material, sobretudo proveniente da China, no período em causa. Um segundo é o da marca de vestuário MO. A empresa respetiva procurou desenvolver uma máscara que fosse eficaz no combate ao Coronavírus. Em declarações à Lusa (2020), Pedro Simas, investigador do Instituto de Medicina Molecular João Antunes, indica que “os testes à máscara MOxAdtech revelaram uma inativação eficaz

do SARS-CoV-2 mesmo após 50 lavagens, onde se observou uma redução viral de 99% ao fim de uma hora de contacto com o vírus, de acordo com os parâmetros de testes indicados na norma internacional”. A sua comercialização acabou por se expandir à União Europeia.

Ambas as reportagens dão conta de uma preocupação: ajudar no combate ao Coronavírus. Ajudar seja na eficácia desse combate, como o caso da máscara, seja no apoio a pontos de venda de álcool-gel para a sociedade civil e dos óculos de proteção para os e as profissionais de saúde. Também quer a primeira quer a segunda mostram que houve um esforço no sentido de especializar a causa: na primeira, mobilizaram-se as pessoas já parte da empresa e com habilitações académicas superiores para a colaboração na produção dos materiais, e, na segunda, recorreu-se à academia para o efeito. Pode concretizar-se aqui a ideia da gestão e uso do conhecimento da organização (Dalkir, 2005) para fins socialmente benéficos (Kunsch, 2014) atrás vista. Entendem-se ambos os casos como exemplos de aproveitamento dos recursos existentes com vista a desenvolver soluções para ajudar o contexto societal, o que ajuda a reforçar o papel de ação e intervenção das organizações no panorama sanitário português, além das autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Conclusão

Dadas as pressões tanto das autoridades de saúde, internacionais e nacionais, como dos próprios média, foi possível que a procura por EPI aumentasse, o que fez com que, respondendo sinteticamente à pergunta que guia o presente ensaio, as organizações, de caráter empresarial ou não, se adaptassem às circunstâncias, numa lógica construtiva.

Graças à adaptação em causa, ao fazê-lo, contribuíram e continuam a contribuir para uma redução da sobrecarga sobre as empresas diretamente envolvidas na produção dos mesmos equipamentos e para a manutenção de uma quantidade de produtos suficiente para abastecer a sociedade sem quebras e falhas no mercado, bem como aumentos possíveis do preço dos mesmos. Começa-se e acaba-se na sociedade, pois é na e para a sociedade que as organizações funcionam. Neste sentido, pode considerar-se que foi e é imprescindível a atenção das organizações para o contexto social e a sua adaptação ao mesmo. Demonstram, de forma igual, sentido de integração, uma vez que, se uma organização que não se queira adaptar ao contexto pandémico, pode ser afetada ao nível da sua imagem, já que a imagem faz parte do sucesso da organização: “Nesse contexto [de “mensagens que se sustentam em culturas e em comportamentos distintivos”], a comunicação passou a ser entendida como um negócio que deve gerir as expressões da organização – de cultura ou de imagem – no ambiente interno e externo” (Ruão, 2016, p. 100). Como tal, denota-se um sentido de interdependência: as pessoas precisam das organizações e as organizações das pessoas. É na e para a sociedade que as organizações funcionam.

Aplicando aquela noção ao todo pandémico, as organizações também conseguem legitimar o discurso de proteção social, promovido por instituições como a DGS, com base naquilo que é cientificamente comprovável e, portanto, mais zeloso sobre o combate à informação falsa ou distorcida da realidade (Sousa et al., 2020). Pode, portanto, afirmar-se que as organizações acabam por assumir um papel que não deve ser menos-prezado. Exemplos descritos por Jones (2021), como a sinalização em lojas no caso do Reino Unido, ajudam a demonstrá-lo, mas também em Portugal tal se observa, com materiais de divulgação de práticas benéficas de combate ao Coronavírus inclusive disponibilizados pela DGS para os vários setores de atividade, de maior contacto com o público até⁶. Além de adaptativas e promotoras das práticas referidas, as organizações permitem que tais se mantenham, já que o seu trabalho tem um desenvolvimento contínuo no tempo, o que ajuda a reforçar o sentido de construção. A habituação leva à institucionalização, que, relembre-se, “(...) ocorre quando existe uma tipificação recíproca de ações habitualizadas por tipos de agentes” (Berger & Luckmann, 1991, p. 72). As organizações ajudam, por conseguinte, na promoção de sentidos e discursos no quotidiano social, como aliás Oliveira et al. (2012) mostram ao nível das estratégias de comunicação. Como consequência, seguindo a ideia da mesma autora, isso também lhes permitiu uma reafirmação social, o que reforça, assim, a necessidade de, por um lado, perceber a estratégia como uma prática social, sendo que os significados das ações de uma organização se constroem nas suas interações, e, por outro lado, a necessidade de reforço da sua legitimação (Berger & Luckmann, 1991; Oliveira et al., 2012). Uma organização que se mostre desrespeitadora das normas num panorama desta configuração pode ser punida à luz do quadro normativo legal, mas também no que toca à sua imagem (Ruão, 2016), como visto, e ao seu posicionamento no espaço mediático. A título de exemplo, a BBC News (2020) reportou o caso de um salão de cabeleireiro no Reino Unido, que, ao promover um discurso antipandémico, pelas suas práticas contra as medidas de proteção contra o Coronavírus, recebeu uma ordem de encerramento. A abordagem mediática nesse sentido reforça, mais uma vez, a relação entre os média e as diversas iniciativas organizacionais (Ruão, 2016), a forma como as notícias estão envolvidas no todo da construção social da realidade (Tuchman, 1978) e como a legitimação que as organizações buscam no espaço mediático (Oliveira et al., 2012) pode ser colocada em causa.

Os média desempenham, por conseguinte, um papel de destaque, notando que informam sobre a realidade social, sem olvidar que também constituem, inclusive enquanto organizações, um contributo para a construção da mesma. A própria cobertura de casos inovadores na produção de EPI reflete a inclusão destes assuntos no discurso dos média, o que tem efeitos na produção de representações mentais geradas pelas pessoas leitoras (Pinto-Coelho, 2010). No caso luso, a difusão e

6 Os mesmos materiais estão disponíveis em: <https://covid19.min-saude.pt/materiais-de-divulgacao/>

implementação de medidas de combate foram por diversas vezes acompanhadas de um clima de proliferação de informação intenso e com o trabalho de divulgação e exposição de informação sobre o vírus e desenvolvimentos políticos meios jornalísticos nunca visto desde 1974, início do período de democracia (Lopes et al., 2020), o que, em linha com a necessidade de se gerir organizacionalmente o conhecimento de forma a retirar desta gestão valências e benefícios diversos quer para a organização quer para a sociedade (Dalkir, 2005; Kunsch, 2014), deve fazer pensar sobre o conceito de desinformação. David Robert Grimes (2021) faz um alerta, vendo aquele conceito como “ficções deliberadas” (p. 1) e apontando para a existência de um sistema frágil e sem uma capacidade robusta para responder à proliferação desse tipo de informação no decorrer da pandemia.

Apesar de sentidos e discursos antipandémicos (Grimes, 2021; Jones, 2021), o quotidiano social mudou e as pessoas procuraram adaptar-se à realidade, algo que pode ser comprovado pela importância dada aos EPI no panorama português. O uso de máscara passou a ser uma medida obrigatória e punível por lei (Decreto-Lei n.º 28-B/2020 de 26 de junho, 2020), que, em junho de 2021, acabou por ser renovada até setembro do mesmo ano (Decreto da Assembleia da República n.º 150/XIV, 2021). Esta obrigatoriedade também reforça o sentido de importância de as pessoas socialmente usarem máscara, por força da institucionalização, o que gera formas de contacto diferentes daquelas que existiam no passado e dinâmicas de tempo e espaço, que, na lógica de Berger e Luckmann (1991), dependem da combinação dos mundos objetivo e subjetivo. Partindo da noção de que todo e qualquer comportamento é comunicação e toda a comunicação interfere com todo e qualquer comportamento (Watzlawick et al., 1967), um cidadão ou uma cidadã sabem que não usar máscara está sujeito ou sujeita a uma punição por lei, porém, podem, de acordo com o conhecimento cientificamente validado, mais facilmente ser infetado ou infetada com o vírus. Em linha com esta ideia, verifica-se que, nas suas várias matrizes e nos seus vários suportes, a linguagem foi sendo pensada e repensada para também se adaptar ao contexto, visando promover as medidas de combate ao vírus supracitado, algo que levou igualmente a uma maior sensibilização e consciencialização social.

Para finalizar, o que se pode entender em torno da adaptação das organizações e das pessoas ao quotidiano é que estas procuraram, efetivamente, adaptar-se e, por consequência, construir a realidade em torno do fenómeno do Coronavírus. O dia a dia societal mudou e mudaram as empresas e as organizações em geral, bem como as pessoas. Com efeito, urge desenvolver-se mais reflexões em torno de teorias como a da construção social da realidade, pois a pandemia veio mostrar de modo assertivo que um ato individual pode levar a consequências sociais, alertando para como a realidade em que as pessoas se inserem é construída por todas elas. Adicionalmente, as organizações não devem ser esquecidas neste todo, já que ajudam a promover sentidos e discursos, mesmo que podendo ser tal promoção para, principalmente, proveito próprio,

ao ambicionar o reforço da sua legitimação na sociedade. A forma como estrategicamente procuraram comunicar deve ser considerada, a fim de, futuramente, se poder vir a melhorar a eficácia da comunicação do que pretendem difundir e atingir. Tal não deve ser esquecido em relação às organizações, que também desenvolvem as medidas de proteção, como a OMS, nem sempre bem vista na sua comunicação (e.g. Seytre, 2020). Finda-se com os média: devem estes ser tidos em conta na forma como comunicam e como contribuem para a legitimação que as organizações neles procuram e para o desenvolvimento de ideias pelas pessoas suas consumidoras, aspetos que a pandemia sugere ter vindo reforçar. Um ponto final fica em relação ao futuro: a pandemia atual não acabou, à data de produção deste ensaio, e mais pandemias podem estar para vir, como demonstra a História e a sua ciclicidade, pelo que a aposta na sua prevenção não deve ser menorizada.

Bibliografia

- BBC (2020, 5 de outubro). *Boottle Covid-19 hoax-claim salon ordered to close*. BBC. <https://www.bbc.com/news/uk-england-merseyside-54423105>
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (Ed.) (1991). *The Social Construction of Reality*. Penguin Books.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Prentice-Hall.
- Calefato, P. (2021). Supplement to the introduction: Fashion, the hyperconnected world and Coronavirus. In P. Calefato (Ed.), *Fashion as Cultural Translation: Signs, Images, Narratives* (pp. xv-xxiv). Anthem Press.
- Chandler, D. (Ed.) (2007). *Semiotics: the basics*. Routledge.
- Dalkir, K. (2005). Introduction to knowledge management in theory and practice. In K. Dalkir (Ed.), *Knowledge management in theory and practice* (pp. 1-25). Elsevier.
- Decreto da Assembleia da República n.º 150/XIV (2021). *Diário da Assembleia da República n.º 149/2021 – Suplemento Série II A, de 2021-06-09*. Lisboa: Assembleia da República. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/14/02/149S1/2021-06-09/2?pgs=2&org=PLC>
- Decreto-Lei n.º 28-B/2020 de 26 de junho (2020). *Diário da República n.º 123/2020 – 2º Suplemento Série I de 2020-06-26*. Lisboa: Presidência da República. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/28-B/2020/06/26/p/dre>
- DW (2020, 29 de janeiro). China exportou 220 bilhões de máscaras no ano passado. DW. <https://p.dw.com/p/3oZW8>
- Fiske, J. (1993). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Edições Asa.
- Fonseca, J. M. (2020). *Máscaras de três euros estão a custar 14 euros. “É ridículo”*. ECO. <https://eco.sapo.pt/reportagem/mascaras-de-tres-euros-estao-a-custar-14-euros-e-ridiculo/>
- Grimes, D. R. (2021). Medical disinformation and the unviable nature of COVID-19 conspiracy theories. *PLoS ONE* 16(3): e0245900. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245900>
- Informa D&B (2021). *O 2º ano de pandemia e os impactos no tecido empresarial: retratos e orientações para a crise*. <https://biblioteca.informadb.pt/read/document.aspx?id=2633#>

- Jones, R. H. (2021). *Viral Discourse*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108986465>
- Kunsch, M. M. K. (2014). Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. *MATRIZES*, 8(2), 35-61. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p35-61>
- Laranjeiro, A. (2020, 3 de novembro). *Aviação. Prejuízos de milhões, despedimentos e um futuro incerto*. Dinheiro Vivo. <https://www.dinheirovivo.pt/economia/aviacao-prejuizos-de-milhoes-despedimentos-e-um-futuro-incerto-12991472.html>
- Lopes, F., Araújo, R. Magalhães, O. & Sá, A. (2020). COVID-19: quando o jornalismo se assume como uma frente de combate à pandemia. In M. Martins & E. Rodrigues (Eds.), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo III: Projeções* (pp. 205-233). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.25.11>
- Lusa (2020, 25 de julho). Primeira máscara que inativa novo coronavírus criada em Portugal. *ECO*. <https://eco.sapo.pt/2020/07/25/primeira-mascara-que-inativa-novo-coronavirus-criada-em-portugal/>
- Melo, A. & Sousa, H. (2013). Feedback nightmare: Organisational communication reactions to digital critic exposure. A view on some Portuguese cases (2011-2012). In G. Gonçalves, I. Somerville, & A. Melo (Eds.), *Organisational and Strategic Communication Research: European Perspectives* (pp. 95-110). LabCom Books. <http://labcom.ubi.pt/book/104>
- Oliveira, I. L., Paula, M. A. & Marchiori, M. (2012). Um giro na concepção de estratégias comunicacionais: Dimensão relacional. *Revista del Foro Iberoamericano sobre Estrategias de Comunicación FISEC*, 7(12), 133-153. <https://www.cieniciared.com.ar/ra/doc.php?n=1749>
- Pinto-Coelho, Z. (2010, 26 de fevereiro). “Porquê a Semiótica?” [Comunicação oral]. 1.º Encontro do Grupo de Trabalho de Semiótica – SOPCOM, Convento dos Dominicanos, Lisboa, 26 Fevereiro 2010. <http://hdl.handle.net/1822/29722>
- Pinto-Coelho, Z. (2019). Análise (crítica) do discurso e análise de conteúdo: afinam pelo mesmo diapasão? In P. Serra & A. Gradim (Eds.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2017/2018* (pp. 21-44). LABCOM. <http://labcom.ubi.pt/book/344>
- Ruão, T. (2016). A organização comunicativa: teoria e prática em Comunicação Organizacional. CECS. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/197
- Santaella, L. (2007). As Linguagens como antídotos ao midiacentrismo. *MATRIZES*, 1(1), 75-97. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i1p75-97>
- Seytre, B. (2020). Erroneous communication messages on COVID-19 in Africa. *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, 103(2), pp. 587-589. <https://doi.org/10.4269/ajtmh.20-0540>
- Shereen, M. A., Khan, S., Kazmi, A., Bashir, N. & Siddique, R. (2020). COVID-19 infection: Origin, transmission, and characteristics of human coronaviruses. *Journal of Advanced Research*, 24, 91-98. <https://doi.org/10.1016/j.jare.2020.03.005>
- Silva, B. (2000). O âmagô da comunicação educativa. *Cadernos do Noroeste, Comunicação e Sociedade 2*, 14(1-2), pp. 689-710. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1430](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1430)
- Thayer, L. (1979). *Comunicação, Fundamentos e Sistemas*. Atlas.

- The United Nations Department of Global Communications (2020, 31 de março). *UN tackles 'infodemic' of misinformation and cybercrime in COVID-19 crisis*. The United Nations Department of Global Communications. <https://www.un.org/en/un-coronavirus-communications-team/un-tackling-'infodemic'-misinformation-and-cybercrime-covid-19>
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. The Free Press.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H. & Jackson, Don D. (1967). *A Pragmática da Comunicação Humana*. Editora Cultrix.

O paradigma da peste: Índices de ruptura em situações de calamidade

RODRIGO BARROS GEWEHR*

Resumo

Embora tenhamos vivenciado, desde o final do ano passado, muitas estratégias para lidar com a pandemia de SARS-CoV-2, e apesar dos riscos inerentes à atual epidemia, assistimos ao crescimento de inúmeras manifestações de oposição às medidas sanitárias. Seja por meio de argumentos mais elaborados como os desenvolvidos por Giorgio Agamben em seus textos sobre a pandemia – que procuram salientar o aspecto securitário que estaria por detrás dos agenciamentos estatais das medidas de confinamento, seja por manifestações ao redor do mundo, os modelos de contenção da pandemia não são unanimidade, e muitas vezes vão de encontro a noções que parecem básicas na luta contra a disseminação do vírus, como o uso de máscaras. Tendo isso em vista, este ensaio busca observar essas reações à pandemia tanto num viés histórico, chamando atenção para os traços comuns nos relatos de outras grandes epidemias, quanto num viés filosófico, pensando nos índices de ruptura que emergem nas situações de calamidade e sua relação com a tessitura da vida quotidiana. Esta perspectiva será utilizada como operador teórico para pensarmos nos efeitos causados por situações de emergência, que rompem os padrões ordinários de resposta. Atitudes negacionistas, traços de violência e paranoia nos servirão de base para pensar em possíveis aspectos estruturais das reações às situações de grande calamidade. Como já o disse Artaud, a peste provoca desvios da moral e fracassos da psicologia: é neste território de esfacelamento das relações sociais que iremos pensar a peste como paradigma da vida em comum.

Palavras-chave: Peste, Medo, Índices de ruptura, Negacionismo.

* Instituto de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Filosofia na Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL
rodrigo.gewehr@ip.ufal.br

Abstract

Despite the many strategies implemented since the end of 2019 to deal with the SARS-CoV-2 pandemic and the risks inherent to the epidemic, we have witnessed growing opposition to sanitary measures. Whether through more elaborate arguments such as those developed by Giorgio Agamben in his texts on the pandemic - which seek to highlight the security aspect behind confinement policies - or by demonstrations around the world that often go against basic measures to prevent viral spread, such as the use of face masks, COVID-19 containment strategies are not unanimous. Bearing this in mind, this essay aims at observing the reactions to the pandemic both from a historical viewpoint, by drawing attention to the common features in the reports of other major epidemics, and from a philosophical perspective, thinking about the collapse patterns that emerge in situations of calamity, and their connection with the setting of everyday life. This perspective will be used as a theoretical operator to approach the effects of emergencies, which break the common response patterns. Denial attitudes, traces of violence and paranoia will serve as a basis for thinking about possible structural aspects of reactions to situations of great calamity. As Artaud stated, the Plague causes moral deviations and psychological failures. It is in this territory of the shattering of social relations that we will think of the plague as a paradigm.

Keywords: Plague, Fear, Collapse patterns, Denial.

“Por dentro, a garganta e a língua tornavam-se sangrentos
a respiração era irregular, o hálito fétido”.
(Tucídides 2.49)

A peste assombra o exercício da vida em comum. Seja nas sagas homéricas ou nos livros bíblicos, desde os marcos iniciais de nossa cultura a chaga da peste se impõe, e nos persegue desde então. Pode-se mesmo dizer que a peste é fiel e ameaçadora companheira da vida humana, e está de tal modo entranhada nos ritmos da vida em comum, que poderíamos pensar a história dos agrupamentos humanos a partir de suas experiências de sucessivos episódios de peste – argumento delineado, mesmo que tão somente em linhas gerais, por Émile Littré, em seu texto *Grandes epidemias* (1836/1875): os grandes episódios epidêmicos marcariam a história patológica da humanidade.

Não à toa, desde o primeiro relato histórico a nos detalhar o desenrolar de uma epidemia – a descrição de Tucídides sobre a peste de Atenas – é-nos dito que a peste ataca os pulmões. Viver pode ser de fato sufocante; a vida em comum frequentemente o é. As partilhas do cotidiano, das casas, das praças, das ruas; o confronto com as misérias que desfilam pelas calçadas, com as iniquidades que se perpetuam, com as

baixezas que se multiplicam no convívio, tudo isso se acumula e bem pode tornar a vida em comum irrespirável. A história da peste é, pois, também a história dos sufocos da convivência, do quanto os agrupamentos humanos se vão construindo numa espécie de *intermezzo* entre a vitalidade dos laços e o esgotamento das possibilidades de convívio. Isso vale para a vida de cada qual, como também para o conjunto de um povo – e agora, tanto mais evidente, para o que se usa chamar de humanidade.

Esta tão recente epidemia que sobressalta o planeta não vem senão reforçar o irrespirável: do ar poluído das grandes cidades aos bolsões de miséria extrema destas mesmas grandes cidades e além, onde as pessoas se amontoam à guisa de viver juntas. Há propriamente algo de *hálito fétido* que emana de nosso cotidiano, de nossos ideais carcomidos, nos muitos modos de declinar a injustiça sob o manto protetor das cortes, das formas mais que desiguais com que se divide os dividendos da exploração de tudo por alguns poucos. Nunca é demasiado lembrar o vaticínio de Aimé Césaire, ao lembrar que “no fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler” (1950/1978, p. 19). Hitler é também um patógeno, vetor de uma epidemia, ponto culminante de um longo processo de intoxicação que resultou no ambiente de uma Europa asfixiada. Europa que se desfez em chamas e cinzas. A peste, por conseguinte, entendida num amplo espectro que vai do corpo que se desfaz sob o ataque de um microrganismo até à metáfora das falências sistêmicas da vida em comum. “O mundo vive dos seus mata-douros”, lembra Antonin Artaud (2019, p. 29). Isso nos remete à dimensão das rupturas latentes que forçam permanentemente nossas técnicas de convívio, chegando por vezes a limites sufocantes, a condições revolucionárias, a impossibilidades momentâneas de convivência e rearranjos, sempre provisórios.

Não há como desvencilhar a vida em comum das epidemias. Elas nos acompanham como a sombra segue o errante. Com o sol adiante dos olhos, deixam seu rastro por detrás dos passos: lembrança de tragédias já vividas; com o sol se pondo por detrás das costas, apontam as vindouras desditas – que tantas vezes recusamos enxergar. E agora, como sombra de sol a pino, cá estamos nas ruínas da desgraça atual, que se abate uma vez mais na forma de *peste*.

“La peste c’era già” disse recentemente Giorgio Agamben (2020a) e cabe de facto dar-se conta da irrespirabilidade da vida em comum, do quanto estamos sufocados na atual conjuntura do mundo, como se tocássemos uma vez mais o cume de uma impossibilidade de estar juntos, e disso surgisse um grito do fundo das entranhas da vida, na forma de mais uma peste que retira-nos o privilégio de respirar. E não se trata aqui de renovar as mitologias de um estado de natureza no qual tudo seria melhor do que é agora, nostalgia de um tempo nunca vivido. Trata-se, outrossim, de constatar que desde sempre, desde Homero, o exercício da vida em comum é realizado sob o signo da ameaça. A tênue tessitura de afetos que urdem todos os acordos de convivência não cessa de se desfilar, enquanto corremos com mãos de urgência para coser o que se soltou. Trata-se, também, de suspender, no intervalo do fôlego possível, os futurismos e

messianismos que acompanham, juntamente com a nostalgia do que nunca foi, as atitudes negacionistas que jazem na base de nossas reações às calamidades. Com efeito, vivências radicais de flagelo produzem não apenas desespero e violência, mas também apelos ao vindouro e à salvação, atitudes que não são necessariamente opostas e compõem em conjunto o cenário complexo das muitas faces do negacionismo.

Quando se fala em *peste*, em epidemias, em flagelos, estamos a falar não apenas de doenças coletivas, de patógenos, sejam eles bactérias ou vírus, que se encarregam de atacar em larga escala, produzindo sintomas-tipo e desenvolvimentos-padrão; que atacam a um só tempo a pessoa em sua singularidade orgânica e o conjunto da sociedade. Há distintas dimensões da *peste*, e talvez não seja exagero dizer que a *yersinia pestis*, ou o *vibrio cholerae*, ou H1N1, H5N1, SARS-CoV-2, etc., são apenas uma porta de entrada para as epidemias, tão somente os disparadores biológicos de um flagelo que, se acomete o organismo, investe também sobre o corpo, pessoal e *social*, em sua dimensão metafórica, como aludimos acima. Pode-se dizer que o poder devastador da peste reside precisamente em sua capacidade de atacar amplamente os sistemas de coordenação da vida: do organismo ao estado, passando pela psique, pelas crenças religiosas e laicas, pelos saberes, pelas ideologias políticas, pelas políticas públicas. A peste se espalha por esses setores da organização vital com seu índice de ruptura, promovendo o caos abrupto que a um só tempo desestrutura o funcionamento regular e desnuda as disfuncionalidades impregnadas naquilo que se supunha “funcionamento” e “regular”. Há um quê de benfazejo na ação da peste, diz Artaud, pois, ao levar “os homens a se verem como são, faz cair a máscara, põe a descoberto a mentira, a tibieza, a baixaza, o engodo” (1964/1987, p. 45).

Para se atacar as epidemias que nos assolam de tempos em tempos, e que revelam a peste subjacente ao conviver, é preciso encará-las também em seu aspecto metafórico, naquilo que delas ultrapassa o simples quadro clínico, naquilo que elas exprimem a própria tessitura de nossas relações. As epidemias aparecem, neste sentido, como patologias da vida em comum; elas se apresentam sempre num tensionamento entre fisiológico e social, que se erguem como dimensões imanentes às calamidades sanitárias, e nisso revelam características intrínsecas a todo flagelo. A *respiração irregular* do convívio humano torna-se por vezes ofegante, outras tantas simplesmente irrespirável, e as reações às calamidades convocam seguidamente nossas mais atávicas paixões, medo, egoísmo, expiação. “Os quadros da sociedade se liquefazem”, acrescenta ainda Artaud (1964/1987, p. 25); e neste processo disjuntivo de caos orgânico, psíquico e social, a convocação das paixões atávicas, um revolver do lodo donde emergem os contratos sociais e os laços afetivos.

Em suma, a *peste* como elemento de tensão extrema do convívio. Émile Littré, no referido ensaio sobre grandes epidemias, declina este motivo ao afirmar que “as grandes calamidades têm em geral o efeito de deixar predominar o egoísmo e o instinto de conservação, a tal ponto que apaga todo outro sentimento e transforma o homem

numa espécie de besta maléfica” (1836/1875, pp. 30-31). Mesmo suspendendo certo peso nas tintas que a licença poética da escrita de Littré confere ao texto, resta que o egoísmo, talvez até mais que o instinto de conservação, permanece como um fator de destaque nas reações a calamidades. E que a potencialização deste traço atávico seja capaz de crescer garras nas mãos humanas, disso também é difícil duvidar¹.

O clima de insegurança que subjaz à própria tessitura dos contratos sociais é outro fator potencializado pela peste: à insegurança social e econômica, aos desatinos de poder, soma-se a insegurança biológica, o risco iminente de morte. A necessidade de segurança, diz Jean Delumeau, “é fundamental, ela está na base da afetividade e da moral humanas” (1978/2009, p. 23). Se este fundamento do convívio se liquefaz, se o fino verniz dos contratos se rompe e o medo ganha estatuto de pavor coletivo, a possibilidade de uma ruptura de grandes proporções se faz mais evidente. Por certo que isso não se aplica somente a situações de crise sanitária, mas neste contexto emerge um fator a mais, talvez a gota d’água que faltava para romper o dique já rachado. O retorno da extrema-direita à cena política não seria um lembrete da toxidade do convívio humano? Não seria ainda uma advertência da violência que pulsa nas entranhas das sociedades, violência sempre à espreita e pronta a dar o bote no menor descuido? A iminência de um desastre ecológico prometido pela ciência não seria um aviso de que estamos fora de controle? No contexto social do capitalismo financeiro, não é de hoje que esse verniz se mostra em *craquelé*. As muitas desigualdades que se somam ao longo de nossa história são sem dúvida um acumulado de fel que corre lento nas veias e produz suas *reações catastróficas*. A difícil equação entre medos particulares e traumatismos coletivos gera um vasto campo de batalha permanente, que se exacerba nos momentos de flagelo.

O espírito humano cultiva o medo como forma de evitar “uma angústia mór-bida que resultaria na abolição do eu” (Delumeau, 1978/2009, p. 35). Os traumatismos coletivos têm, por conseguinte, também uma função normalizadora, na medida em que capturam estas angústias e as projetam nas técnicas de convívio, sem que isso seja necessariamente um alívio, pois que as situações de calamidade levam a respostas extremas que tendem a insuflar o medo e os dispositivos paranoicos que o acompanham. A chegada de uma nova epidemia, atizando em nós as *pastorais do medo* e as *atitudes supersticiosas* só faz provocar a escalada do desalento e do sentimento de desterro

1 Desde já podemos pensar em como a dimensão econômica aparece nas reações às calamidades: seja em Tucídides, em Daniel Defoe (1722/2014), ou mesmo em Littré, a paixão dos dinheiros não deixa de se apresentar mesmo em situações extremas. Defoe delineia a questão nos seguintes termos: “A ganância era tão poderosa sobre alguns, que se expunham a qualquer risco para roubar e saquear” (1722/2014, p. 103). Na crise do SARS-CoV-2 não é diferente. Para permanecermos num único exemplo do alcance do egoísmo em tempos de capitalismo global, um relatório do Global Trade Alert (2020) faz menção à quantidade imensa de barreiras comerciais que se estabeleceram logo no início da pandemia, em diversos países, relativas a insumos médicos.

que são inerentes à vida em comum. Para que nos tornemos bestas maléficas não é preciso mais que um empurrão. Ainda que possamos duvidar de essa bestialidade ser uma condição primordial do humano – como o diz Littré e também o Sigmund Freud de “Mal-estar na civilização” (1930/1996), cabe ao menos aceitar, com o pesar de nossos ideais mais nobres, que a bestialidade é, no melhor dos casos, apenas uma tendência.

Os exemplos deste padrão de comportamento são variados na história das epidemias. Na peste de Atenas, século V antes de nossa era, Tucídides (2.53) relata que

De um modo geral a peste introduziu na cidade pela primeira vez a anarquia total. Ousava-se com a maior naturalidade e abertamente aquilo que antes só se fazia ocultamente, vendo-se quão rapidamente mudava a sorte, tanto a dos homens ricos subitamente mortos quanto a daqueles que antes nada tinham e num momento se tornavam donos dos bens alheios. Todos resolveram gozar o mais depressa possível todos os prazeres que a existência ainda pudesse proporcionar, e assim satisfaziam os seus caprichos, vendo que suas vidas e riquezas eram efêmeras. Ninguém queria lutar pelo que antes considerava honroso, pois todos duvidavam de que viveriam o bastante para obtê-lo; o prazer do momento, como tudo que levasse a ele, tornou-se digno e conveniente; o temor dos deuses e as leis dos homens já não detinham ninguém, pois vendo que todos estavam morrendo da mesma forma, as pessoas passaram a pensar que impiedade e piedade eram a mesma coisa... (2001, p. 118)

Apresenta-se aqui um cenário que acompanha os episódios de peste ao longo da história, um padrão que veremos repetir-se nas grandes epidemias e que conjuga alguns modelos gerais de resposta. Tais modelos são testemunhos da paixão negacionista que se apresenta na cena pública junto às epidemias, como forma de fazer face às desgraças. Também esses caracteres se repetem, mostrando que as respostas às calamidades não são aleatórias. São eles: o eixo expiatório, o erótico e o econômico. Importante notar que a falência dos *quadros da sociedade* se mostra em todo o seu vigor desde nosso primeiro relato histórico de peste. Pode-se imaginar o estado de pavor a invadir as ruas da velha Atenas, sobretudo se considerarmos que num curto espaço de tempo² a peste

2 Três anos divididos em duas ondas. A primeira de 430 a 429, e a segunda em 427. Tucídides (Livro 3.87) afirma que no inverno de 427, “a peste atacou pela segunda vez os atenienses; na realidade, ela ainda não havia sido totalmente dominada, embora tivesse havido um período de recesso. Ela continuou nesse novo período por não menos de um ano, após grassar por dois anos completos no período anterior” (Idem, p. 201). O prefácio de Hélio Jaguaribe à *História da Guerra do Peloponeso* acrescenta: “Algo de imprevisto mas terrível, entretanto, ocorreu em Atenas: a peste de 430 a 429. A estratégia de proteger a população e seus pertences móveis atrás das grandes muralhas, embora se tenha revelado militarmente eficaz, a concentrou toda num pequeno espaço urbano, sem condições higiênicas minimamente satisfatórias, o que provocou uma grande epidemia. A peste dizimou um quarto da população ateniense, dela sendo vítima o próprio Péricles, em 429” (Idem, p. XXXIV). Esse aspecto da higiene, ou mais propriamente da falta de higiene, segue sendo uma constante nas epidemias, mesmo nas contemporâneas.

matou aproximadamente um quarto da população³. As leis de deus e dos homens tornam-se relativas e perdem seu poder de continente, as pessoas se tornam até mesmo literalmente incontinentes: o estágio derradeiro da doença, diz Tucídides, estágio que geralmente terminava em morte, era o de uma diarreia aguda (2.49).

Anarquia, pois, estendendo-se do funcionamento orgânico aos laços sociais: êxodo, fome, abandono, superstição. Piedade e impiedade se equiparam, o que é uma declaração contundente da condição liquefeita das hierarquias de valores, incapazes de sustentar padrões almejados de comportamento. E esse estado de coisas não deriva apenas para a violência, mas também para o desfrute, ou mesmo para a devassidão: “Todas as crônicas de epidemias”, lembra Delumeau, “mencionam com efeito, como uma constante, o comportamento de pessoas que, em período de contágio, caem com frenesi nos excessos e nas libertinagens” (1978/2009, pp. 184-185). Se esta atitude é, em aparência, um contraponto da cautela que seria esperada em situações de medo, ela não precisa ser compreendida apenas como oposição, e pode também ser vista como complementar, ou antes, como forma de expressão do medo e uma das faces do negacionismo.

A constatação da finitude, escancarada pelos corpos empilhados nas ruas, na ameaça da morte iminente pairando sobre a cabeça de qualquer pessoa, rescinde até mesmo os contratos com o sagrado, dentre eles, os rituais funerários. Motivo da revolta de Antígona, os ritos fúnebres preservam um liame importante de ancestralidade, e sua violação é também uma forma de disjunção dos laços sociais, tanto com as apresentações do sagrado quanto com os concidadãos, com a trajetória de uma família ou mesmo de um povo, se essa violação se dá em larga escala. Outra figuração da anarquia, ou mais propriamente, anomia, que tomou conta de Atenas à época da peste foi justamente a da profanação dos ritos fúnebres (2.52):

Os costumes até então observados em relação aos funerais passaram a ser ignorados na confusão reinante, e cada um enterrava os seus mortos como podia. Muitos recorreram a modos escabrosos de sepultamento, porque já haviam morrido tantos membros de suas famílias que já não dispunham de material funerário adequado. Valendo-se das piras dos outros, algumas pessoas, antecipando-se às que as haviam preparado, jogavam nelas seus próprios mortos e lhes ateavam fogo; outros lançavam os cadáveres que carregavam em alguma já acesa e iam embora (Tucídides, 2001, p. 118)

Tal estado de anomia, de ruptura das tradições de luto e todas as consequências a ela atreladas, repetiu-se na *Grande peste* do século XIV, na epidemia de influenza de

3 Algo em torno de 62.000 pessoas, se tomarmos por base uma projeção proposta por Pierre Salmon (1959) de que no século V a.C. a cidade de Atenas e o Pireu concentravam cerca de 250.000 habitantes de um total de 420.000 pessoas que viviam em toda a Ática.

1918 (Schwarcz e Starling, 2020), e é sem dúvida uma das marcas entalhadas na vida em comum pela pandemia de SARS-CoV-2. Nos dias de hoje, experimentamos esse mesmo desgosto de ver pessoas queridas sendo sepultadas sem os devidos ritos de despedida. Considerando o valor atribuído às cerimônias fúnebres, mesmo quando se trata de guerras nas quais muita gente se perde pelo caminho⁴, percebe-se o peso de Tucídides abrir o parágrafo seguinte à esta descrição dos funerais improvisados com a constatação da anarquia vigente na cidade e as derivações morais da *peste*.

A violência disparada pelas ocasiões de peste é retratada também por Littré no que diz respeito à *Grande Peste* da Idade Média, que ceifou algo em torno de 25 milhões de pessoas (H-H Mollaret, 2020). Por razões que vão da superstição ao oportunismo, este episódio da peste foi acompanhado, conta Littré, por uma “vertigem de sangrenta crueldade”, notadamente direcionada às comunidades judaicas: na Suíça, “... acusaram-lhes de corresponder com os Mouros de Espanha e de se entenderem com eles para envenenar os cristãos. Submetidos à tortura, alguns confessaram... Condenados, foram queimados” (1836/1875, p. 32). No entanto, a sanha do povo não se restringiu a esses processos jurídicos, “trancaram os judeus em suas sinagogas e atearam fogo” (1836/1875, p. 32), completa o autor. E uma vez mais ressurge a questão dos ritos fúnebres, mas em maior extensão, a ideia mesma de esgotamento dos laços sociais:

Em meio a tantas calamidades e horrores, todos os laços sociais se romperam; os magistrados perderam autoridade; os afetos de família cessaram; os doentes morriam no isolamento, sem que seus leitos fossem cercados pelos seus achegados; os mortos eram levados aos cemitérios sem cortejo de amigos nem de vizinhos, sem vela ou oração (1836/1875, p. 33)

O profundo estado de desagregação da sociedade é aqui delineado com ainda mais clareza que em Tucídides. Embora este autor também se refira ao isolamento dos moribundos, aqui o aspecto religioso, dentro de um contexto onde já impera o Cristianismo, ganha todo um contorno trágico que não está desatrelado das *danças macabras* que traziam à memória dos fiéis a onipresença da morte e a injunção à contrição, sobretudo em tempos nos quais a ordem social se via ameaçada. A narração da peste proposta por Littré evoca com ainda maiores detalhes o índice de violência, que em Tucídides é apenas aludido, e o desamparo a que as pessoas se viram entregues: “a caridade estava morta, a esperança aniquilada” (1836/1875, p. 33).

Atento não somente à evolução das epidemias e às mudanças na compreensão de sua etiologia (V-P Comitê, 1981), mas também a seus espraiaamentos sociais, Littré acrescenta: “Pode-se dizer que há, em nossos tempos, melhora nos costumes

4 Livro 3.34. Tucídides descreve aqui os ritos fúnebres dos mortos na guerra, ritos que incluíam homenagens aos desaparecidos.

públicos” (1836/1875, p. 34). Por certo que à descrição dos horrores da grande peste do século XIV, o fato de não mais haver gente supliciada em fogueiras nas praças pode ser considerado um avanço, muito embora se possa ponderar que as formas de violência evoluem junto com a “melhora nos costumes”. É para esta sutileza que Agamben aponta ao associar as medidas restritivas durante a pandemia às políticas de exceção das democracias ocidentais⁵. Littré afirma que apesar de seu século XIX ter sido também testemunha de epidemias mortíferas, os quadros da sociedade seguiram operacionais: os médicos não abandonaram seus postos, os administradores não fugiram, e embora alguns “homens de classes ignorantes” se tenham deixado levar por “desorientações funestas”, os que tinham deveres não os deixaram de cumprir. Isto o leva ao arroubo iluminista da melhora dos costumes, fundamentada na instrução mais difundida e no sentimento de honra. Esse otimismo, todavia, vem acompanhado de uma ressalva: “Eu não digo que não possa acontecer de tais calamidades que elas triunfem até mesmo deste sentimento; eu admitiria que a peste do século XIV ultrapassou tudo o que vimos no tifo ou no cólera...” (1836/1875, p. 34).

Os bons modos do século XIX seriam, por conseguinte, atribuídos ao facto de as epidemias vivenciadas por aquele século terem sido, ainda que graves, menos devastadoras que a peste do século XIV. Uma vez mais vem à cena a ideia de que os contratos sociais e afetivos se costuram com um fio tênue, o qual pode facilmente romper-se, dadas as condições para tal. Mesmo um povo supostamente instruído e honrado pode desagregar-se a calamidade superar seu limite de suportabilidade, provocando uma regressão ao medo e à “proliferação perigosa do imaginário” (J. Delumeau, (1978/2009, p. 35). Daí para a violência não há mais que um passo, e a prática reiterada de designar *bodes expiatórios* é um exemplo eloquente. A ressalva de Littré nos remete ao traço atávico de respostas defensivas, sejam elas mais ou menos rudimentares. E se essas respostas eram já relatadas por Tucídides, também podem ser encontradas nas formas como lidamos com a pandemia de SARS-CoV-2.

5 Os textos de Agamben sobre a epidemia de SARS-CoV-2 têm despertado um vivo debate, e críticas por algumas de suas posições que, por vezes, soam a uma forma refinada de negacionismo (Frateschi, 2020). Ainda que suas análises estejam, a rigor, abordando o panorama político intrínseco às medidas governamentais, e as consequências de fundo destas medidas para a própria ideia de convívio, certo descolamento da dimensão sanitária da crise chama atenção. Alan Barbosa Buchard (2020) realiza uma interessante *mise au point* dos debates em torno dos textos iniciais de Agamben sobre a atual pandemia, e mostra a coerência interna dos textos do filósofo italiano. No entanto, e o texto de Buchard mostra o quanto Agamben mesmo lançou mão deste argumento, a ideia de que o filósofo não falaria a partir de uma posição de virologista faz mesmo sentido? “O problema proposto é, portanto, não de ordem médica, mas de ordem política” (Buchard, 2020, p. 40). É possível operar uma distinção tão cirúrgica entre estas dimensões do problema sem cair num artificialismo argumentativo? É possível sustentar isso sem condenar os textos a uma análise meramente formal do contexto? Se é fundamental pensarmos, com Agamben, sobre as consequências desumanizadoras das medidas de exceção, podemos também considerar a própria intervenção de Agamben no cenário da peste como parte das reações catastróficas geradas pela situação de calamidade...

De facto, dos massacres de judeus no século XIV passamos a “carreatas da morte”, a encenações de danças em torno a caixões (Gewehr, 2021), todo um corolário de violências que possui um caráter mais imaginário do que a materialidade dos assassinatos relatados na Grande Peste, mas que nem por isso deixa de ser violento, nem por isso deixa de lançar suas marcas na tessitura de nossas relações. Se à época da peste a violência era tão crua quanto a falta de higiene das cidades, hoje talvez se possa pensar numa violência sanitizada, mais cirúrgica do que os suplícios a céu aberto, ao sabor de nossos tempos esterilizados. O padrão, no entanto, se repete, com as peculiaridades do tempo e dos costumes de cada momento histórico, e de cada povo acometido de algum flagelo. Ainda que se apresente de forma talvez mais sutil, não há como desconsiderar o índice de violência que também se faz presente em nossa experiência contemporânea da peste.

Aqui é importante ressaltar um engenho que se repete na história das epidemias: a distribuição das culpas pela desgraça. Se é certo que tanto na peste de Atenas quanto na Grande Peste do século XIV, os deuses e deus, respectivamente, guardam seu lugar de responsabilidade na desgraça que se abate sobre as gentes, cada um dos grandes episódios de *peste* teve também seus culpados designados, e hoje não é diferente. Há um traço paranoico recorrente nas situações de calamidade. As epidemias potencializam esse traço constitutivo do humano em formas diversas de expressão, mas que invariavelmente apontam para a culpa do outro. O protótipo deste modo paranoico de funcionamento é certamente a implicação da divindade nos episódios de peste, e a ideia de fundo, tão verdadeira na Grécia antiga quanto na Grande Peste do século XIV, de uma dimensão expiatória nas desgraças: seja uma vingança divina, seja um castigo de deus. A *Ilíada* inicia com uma peste enviada por Apolo tendo em vista o comportamento indigno de Agamêmnon para com o pai de Criseida, que havia sido sequestrada pelo rei como despojo de batalha. O livro de Êxodo, por sua vez, apresenta uma série de pragas enviadas por deus contra o faraó do Egito, condenado previamente à obediência pelo próprio deus. Já o imaginário do século XIV marcava enfaticamente a ideia de um deus punindo os fiéis pecadores. Mesmo em sociedades que se acreditam laicas, como em geral as sociedades ocidentais, este aspecto da expiação divina volta à tona na pandemia do SARS-CoV-2: o Brasil, ao menos, não cessa de dar exemplos a este respeito (Gewehr, 2021).

Para além desse modelo de base, no entanto, todo grande episódio de peste teve seu bode expiatório. Lucrécio, no livro VI do *De rerum natura*, afirma claramente, ao falar dos germes [*semina*] que estão no ar e gestam a morte: “quando esses elementos funestos se reúnem, eles corrompem os ares. Assim as doenças contagiosas, os miasmas empestados, voam como as nuvens que incubam tempestades, e, desde climas estrangeiros, se lançam em nossa direção nas asas dos ventos” (Lucrèce, 1832, p. 319). A faculdade de medicina de Paris, lembra Littré – com boa dose de ironia ao apontar o pouco apreço desta instituição à racionalidade científica e seu *fatalório pedante* ao se

pronunciar sobre a peste do século XIV, também esta academia respeitada achava que a peste tinha sua origem num “vento corrompido da Índia” (1836/1875, p. 36), que seguiria matando enquanto o sol se mantivesse no signo de leão. E ainda um detalhe que é parte deste sistema paranoico de funcionamento potencializado pelas epidemias: se a receita recomendada pelos doutos senhores médicos não fosse seguida, “nós lhes anunciamos uma morte inevitável, a não ser que a graça do Cristo lhes conserve a vida” (1836/1875, p. 36).

Aqui ressurgem o aspecto expiatório inerente aos procedimentos de negação da peste. É possível notar, de toda sorte, que o sistema paranoico se encontra ativado numa dupla configuração: por um lado, a promessa da morte no caso de não serem cumpridos certos rituais prescritos – em nome de um saber científico, ainda que numa zona nebulosa entre ciência e religião; por outro lado, a atribuição de uma causa que vem do *estrangeiro*, do outro, do estranho, que em última instância torna-se a causa última da contaminação.

Recorrente nos casos de epidemias, e remetendo ao traço paranoico ativado nestas ocasiões, é a ideia do envenenamento. Na peste de Atenas, Tucídides afirma que a culpa era atribuída aos peloponenses, que teriam envenenado as águas da cidade. Na Grande Peste, foram os judeus os alvos dessa acusação. Littré nos conta que circulava a ideia de que judeus teriam se aliado aos mouros justamente para envenenar as águas. A ideia do envenenamento das águas ressurgiu na epidemia de cólera no século XIX, em Paris, e mais ainda: os açougueiros estariam envenenando a carne. Tanto no caso da Grande Peste quanto na epidemia de cólera, a resultante dessa operação paranoica foram assassinatos coletivos.

Este traço paranoico aparece ainda noutra característica, que nos remete para Lucrécio: a designação de um país como causa da doença. Assim é a nomeação mesma da gripe de 1918 como sendo a *gripe espanhola*⁶, e na atual epidemia de SARS-Cov-2, de que tratar-se-ia de um *vírus chinês* – ideia difundida notadamente em países embaçados por procedimentos negacionistas, tais como o Brasil e os Estados Unidos. O coletivo chinês Chuang aponta as estratégias políticas do conservadorismo ocidental por detrás de atribuições como essa, que se expressam em ideias veiculadas nas mídias, de que o vírus teria sido criado em laboratório, ou que a epidemia estaria relacionada a gostos alimentares exóticos (Chuang, 2020), tudo isso fomentando condições

6 Embora esta epidemia tenha sido largamente conhecida como gripe espanhola, em seus inícios, lembram Lília Schwarcz e Heloisa Starling, ela era designada ao sabor de quem a nomeava, e seguindo a lógica de atribuição de culpa ao outro, notadamente a um inimigo: “O procedimento foi reiterado durante a epidemia de 1918. Os soldados alemães, no campo de batalha, chamavam a peste de “febre de Flandres”. Na Polônia, era a “gripe bolchevique”, e na Pérsia, a “gripe inglesa”. Em San Sebastián, perto da fronteira com a França, onde a moléstia começou seu ataque à Espanha, pondo em risco o turismo que sustentava a economia da região, levou o nome de “gripe francesa”” (Schwarcz e Starling, 2020, pp. 14-15).

narrativas para se propagar, junto com o vírus, sua (imaginária) denominação de origem controlada⁷.

Susan Sontag mostra essa articulação entre política e metáforas da doença, e notadamente em modelos totalitários de estado. Ao final de seu livro *A doença como metáfora* (1978/1984), após delinear os destinos metafóricos da tuberculose no século XIX e avançar sobre os usos metafóricos do câncer, frequentemente utilizado num circuito discursivo de culpabilização do doente, a autora adentra na seara da filosofia política, para afirmar que, neste contexto, a retórica política aplica estas metáforas imprimindo nelas um caráter punitivo: “... fazer analogia entre um acontecimento ou uma situação política e uma doença significa imputar-lhe culpa e prescrever-lhe um castigo” (1978/1984, p. 51). Sontag detém-se em especial nas metáforas relativas ao câncer, e descreve como são utilizadas de forma a incitar a violência.

A autora talvez não concordasse com estas reflexões, uma vez que atrela o potencial metafórico das doenças à incompreensão sobre suas causas: quando o bacilo causador da tuberculose se tornou conhecido, a doença perdeu seu caráter de mistério e com isso, também, seu potencial metafórico, transferido ao câncer, cujas causas são ainda precariamente estabelecidas, para além de algumas correlações mais ou menos seguras. Considerando que vivemos num mundo pós-microbiano, pode-se dizer que a causa das epidemias, e desta mais recente pandemia, nada têm de misterioso e que, por conseguinte, não estariam sujeitas a este potencial metafórico. Ocorre, porém, que o mecanismo de atribuição de culpas e de punição continua tendo uma utilidade tanto política quanto expiatória, de modo que poderíamos dizer que, apesar da aparente ausência de mistério na causa das epidemias, elas seguem sendo “uma boa metáfora para paranoicos” (Sontag, 1978/1984, p. 53). Este mecanismo paranoico, que se estende para além de um dispositivo pessoal, ou mesmo coletivo, e ganha o estatuto de estratégia política, é visível e produz consequências práticas quando se atribui a alcunha de *vírus chinês* ao SARS-CoV-2: EUA e Inglaterra reiteram ameaças à China por conta de uma pretendida responsabilidade pela pandemia, e aparecem nas mídias casos de pessoas de origem asiática, não necessariamente chineses – numa lógica de amálgamas que é característica de atribuições coletivas de culpa – que enfrentaram situações de discriminação pelo simples fato de serem asiáticas.

Na atual epidemia, uma epidemia na era do biopoder e da microbiologia, esta característica do envenenamento ganha em sutileza, pois opera em filigranas: não mais sustentada por intuições empíricas sobre distanciamento (já na Grande Peste, lembra Littré, as pessoas se protegiam por isolamento – *séquestration*, em sua linguagem

7 Neste campo de tensões geopolíticas, foi lançado um conjunto de análises da pandemia, reunindo textos já publicados por autores como Agamben, Slavoj Žižek, Judith Butler, Byung-Chul Han, María Galindo, Paul Preciado. O organizador desta coletânea denominou-a “Sopa de Wuhan” (Amadeo, 2020). Filipe Campelo (2020), por sua vez, denuncia o quanto este título está já carregado de uma série de preconceitos, não explicitados, mas nem por isso menos efetivos.

médico-veterinária⁸), mas apoiada em protocolos científicos, portanto seguros de si, que dão ensejo a justificações de políticas públicas, elas também supostamente assentadas neste ambiente de racionalidade científica. Daniel Defoe (1722/2014) já alertava para o lugar ativo dos assintomáticos na difusão das epidemias: qualquer pessoa é potencialmente um disseminador do mal. *Untore!* para retomar as palavras de Giorgio Agamben, emprestadas a Alessandro Manzoni, em uma recente crítica que fez às políticas de confinamento na Itália, e mais do que isso, à desagregação das relações sociais decorrentes das práticas de isolamento (2020b). A ciência nos garantiu o conhecimento da lógica microscópica dos vetores, como os patógenos se movem sorrateiramente no embalo de nossos deslocamentos, de nossos gestos mais banais. Com isso, cada qual ganha o atestado definitivo, cientificamente validado, de que é intrinsecamente um envenenador. A dança dos patógenos conta com o hospedeiro assintomático, como sempre contou; mas nos envenenadores silenciosos de hoje, conhecimento científico em mãos, o assintomático é não somente um soldado desconhecido das desgraças coletivas, mas também um paciente identificado, capturado pela política dos corpos e pela vigilância biológica da medicina, que reina sobranceira na gestão do caos.

A doença sempre vem do outro, desde a divindade como causadora da peste, passando pelos ares estrangeiros que trazem as epidemias carregadas pelo vento, chegando à figura total do envenenamento: a ideia de que cada pessoa é potencialmente uma ameaça. O circuito paranoico acompanha os desenvolvimentos da sociedade e se adapta às formas de enunciação de cada momento. Numa era de biopolítica e micropoder, a pestilência se encarna nas unidades dispersas das pessoalidades, às quais se pede, convoca-se, ordena-se que se mantenham à distância umas das outras, como se já não fôssemos radicalmente distantes uns dos outros, como se a sociedade contemporânea não fosse já uma espécie de império do isolamento. Talvez se possa também considerar, na esteira do que propõe Agamben, que as estratégias de confinamento operem como forma de mitigar o perigo latente de revoltas contra a percepção ainda difusa, mas insistente, da insustentabilidade da vida em comum nos termos em que se vinha desenhando: um modelo predatório em todos os sentidos – econômico, político,

8 No Dictionnaire de médecine, de chirurgie, de pharmacie, des sciences accessoires et de l'art vétérinaire, Littré e Charles Robin utilizam o termo *séquestration* no âmbito de políticas sanitárias para animais, indicando também o isolamento dos animais suspeitos de doenças contagiosas (1855/1865). No dicionário da língua francesa, para além dos sentidos atrelados ao âmbito jurídico, o termo aparece novamente relacionado ao isolamento de animais doentes (Littré, 1863/1874). No caso da peste, o sentido se inverte e é a pessoa não contaminada que se isola. O relato ficcional de Daniel Defoe sobre a peste de 1665, em Londres, afirma que uma das políticas públicas da cidade era fechar a casa e as pessoas contaminadas, por um período de quatro semanas, sendo a casa vigiada para se garantir que os moradores lá permaneçam. No entanto, lembra o narrador, quando possível, as pessoas fugiam da cidade, e muitos londrinos cometeram a suprema imprudência de não armazenar mantimentos que poderiam ter garantido que vissem recolhidos dentro de suas casas, “como indiquei que outros fizeram e foram, em grande parte, preservados por essa precaução” (Defoe, 1722/2014, pp. 94-95).

social, cultural, ambiental, epistemológico. Uma espécie de burburinho levanta-se das entranhas da vida em comum e se materializa como peste, e com esta, as múltiplas formas de violência que emergem conjuntamente, dentre elas, as estratégias negacionistas de resposta.

O negacionismo não é uma simples recusa dos fatos. É pouco frequente encontrar quem negue em absoluto a evidência da morte, ainda que se a ressignifique de maneiras diversas, o que inclui até mesmo a negação de uma finitude absoluta. No cotidiano de nossas vidas, todavia, a morte é algo que se leva em consideração, e para a qual destinamos estratégias de compensação, que vão de crenças religiosas a regimes prescritos pela moderna técnica alimentar. Em alguma medida, todo método de defesa guarda em si um índice de negação, uma recusa, uma rebeldia; o que pode mesmo salvar vidas. O problema em questão, do negacionismo da peste, é um problema de limiar: a partir de que momento a atitude defensiva deixa de ser protetiva pra se tornar uma ação estereotipada, fixidez de comportamento e, por conseguinte, diminuição da plasticidade necessária ao enfrentamento da vida, ainda mais em momentos de crise? Ou ainda: a partir de que limite as ações que antes seriam protetivas passam a ser defensivas num sentido compensatório ou mesmo intimamente suicidárias?

O que está em jogo, na relação com a morte e mais ainda no convívio com uma situação de peste – na qual a morte ultrapassa a cadência à qual nos habituamos *tant bien que mal*, são as estratégias para se lidar com situações-limite, as *reações catastróficas* provocadas por acontecimentos que forçam ao extremo os diferentes níveis de relação que se estabelece com a realidade: sejam os arranjos simbólicos dos contratos sociais; os sistemas de crença sobre a realidade, laicos ou religiosos; os laços afetivos e identitários. As situações de calamidade tendem a esgarçar esses laços e as operações de negação funcionam, em tal contexto, como tentativas organizadas de resposta, ainda que catastróficas, mesmo que levem à morte de si e dos outros, e no limite sejam a negação daquilo que pretendem defender. No que diz respeito às situações de epidemia, atitudes negacionistas típicas emergem sobretudo a partir dos três eixos já mencionados (o expiatório, o erótico, e o econômico), que se entrelaçam, por certo, mas podem também ser considerados em suas especificidades, como linhas de fuga a partir das quais os padrões de resposta a situações de calamidade se evidenciam.

Cada uma dessas *linhas de fuga* pode ser observada em sua positividade de ação no mundo, mas também em seu caráter de evasão, de escape, de incapacidade de lidar com as emergências, como reação catastrófica que tende a derivar para alguma forma de negação do outro. As manifestações pessoais e coletivas decorrentes dessas atitudes são ainda algo a ser pensado no horizonte dessas indagações, bem como os índices de ruptura da vida em comum gestados por essas estratégias. Antes de abordarmos propriamente estas *linhas de fuga* é preciso considerar o ambiente no qual elas se estruturam. Considerando que toda ação é política, no mais amplo sentido do *zoon politikon* nenhum conjunto organizado de ações emerge sem que se tenha um preparo, sem que

deixe marcas de sua construção, sem que um terreno tenha sido previamente cultivado para sua emergência.

As *pastorais do medo*, neste sentido, são um caminho privilegiado para nos aproximarmos das estratégias de negação disparadas por calamidades. Práticas de cultivo e potencialização do medo fomentam o terreno apropriado para que as estratégias negacionistas se realizem no campo social, inclusive apropriando-se do discurso do medo de forma diversionista. Por paradoxal que soe, narrativas do tipo “é apenas uma gripezinha”, ou “o medo favorece o adoecimento por baixar a imunidade”, entre outras, funcionam de facto como uma das formas assumidas por essas pastorais. Se as considerarmos numa perspectiva de operação política, e não apenas como reação catastrófica à desgraça, as pastorais do medo compõem um cenário de guerra cultural que se alimenta da desagregação do tecido social; narrativas parasitárias que se aproveitam das debilidades do *organismo coletivo* para fomentar ódio e, uma vez mais, violências. E aqui estamos novamente no limiar de uma impossibilidade. As situações de catástrofe como vetores de caos social, mais ou menos deliberadamente planejado.

Voltar a atenção para os índices de ruptura provocados pelas grandes epidemias não é, por certo, a única forma de abordar esses momentos de urgência social. Entretanto, o que se busca com as reflexões delineadas neste ensaio é olhar atentamente a carne e os ossos e o sangue, a respiração ofegante, as falências múltiplas – de órgãos, de projetos de vida, de empresas; e quiçá no fulcro da calamidade possamos encontrar motivos para renovar estratégias de convívio. É Drummond de Andrade (1992, pp. 382-383) que agora nos alerta: estaremos equipados para a “insuspeitada alegria de conviver”? Mesmo sem nenhum apreço a consolos, não se pode negar que nos ínterims das muitas formas de peste, o ser humano é capaz de tecer alguns cenários de convívio de tamanha beleza que não deixam de ser também agressivos, nalguma medida, pela força do contraste que imprimem com as misérias de espírito que nos rondam, sobretudo mas não exclusivamente, em tempos de *peste*. A radicalidade da desgraça pode quem sabe tocar em nós a corda da mais bela e poderosa utopia do humano. Temos que nos dobrar, por conseguinte, diante da solidariedade, ainda que não haja lá muita esperança de que esta venha a superar em larga escala o egoísmo atávico.

Pensar em termos de um paradigma da peste, no entanto, exige que concentremos a atenção no que Artaud chamou de desvios da moral e fracassos da psicologia (1964/1987), naquilo que as epidemias despertam de grotesco na ação humana. Grotesco e, não obstante, benfazejo. No paralelo que faz entre o teatro e a peste, Artaud acrescenta que tanto um quanto outra possuem uma ação que é, do ponto de vista humano, benfazeja, pois descortinam as falsidades todas que estão na composição mesma dos laços sociais. Desviar os olhos do horror inerente às calamidades é privar-se de um aspecto constitutivo da vivência humana, de si a si mesmo e coletiva, por cruel que seja. Desviar os olhos do horror equivale ainda a privar-se de operar num

agente poderoso da ação humana, agente que pode ser capturado pelo mais tacanho conservadorismo, como vemos na situação atual do Brasil, por exemplo, mas que pode ser também potencialmente revolucionário.

O paradigma da peste é a constatação de que as epidemias são tão constitutivas do convívio quanto qualquer outro valor que queiramos para definir a trágica trajetória dos animais humanos, em sua relação com o corpo próprio, com outros animais, com o meio ambiente, com a cultura. Isso não implica advogar nem por Hobbes nem por Rousseau. Não se trata de construir genealogias das condições de possibilidade do comportamento humano e sim pensar a partir do flagelo, e tratar dos efeitos disjuntivos do flagelo, pensar nos desvios da moral e nos fracassos da psicologia quando a tessitura social é forçada ao máximo. As situações de calamidade nos mostram que toda produção humana – por mais que possamos inferir alguns componentes de natureza, inatos ou apriorísticos – necessita de um constante trabalho para que se mantenha a coesão, para que não percamos tudo pelo caminho. A história das pestes é também a história desta ameaça permanente. Observar a ação humana pelo prisma do paradigma da peste é também deparar-se com toda uma miríade de declinações do medo, do desespero, do desamparo. Declinações que possuem reverberações amplas, que vão da pessoalidade mais intransferível aos variados desarranjos da vida em comum.

Bibliografia

- Agamben, G. (2020a). *Riflessione sulla peste*. Quodlibet. Disponível em <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-riflessioni-sulla-pestes>
- Agamben, G. (2020b). *Contagio*. Quodlibet. Disponível em <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-contagio>
- Amadeo, P. (2020). *Sopa de Wuhan*. ASPO.
- Andrade, C. D. de. (1992). *Carlos Drummond de Andrade: Poesia e Prosa*. Aguilar.
- Artaud, A. (1964/1987). *O teatro e a peste. O teatro e seu duplo*. Max Limonad.
- Artaud, A. (2019). *Escritos de Antonin Artaud* (2ª ed). L&PM.
- Buchard, A. B. (2020). Estado de exceção e emergência sanitária: Giorgio Agamben sobre a epidemia por coronavírus. *Investigação filosófica*. v. 11. n. 2. pp. 37-53.
- Campello, F. (2020). De onde fala a filosofia? In: Reich, E.; Borges, M. de L. e Xavier, R. C. (org.). *Reflexões sobre uma pandemia*. Néfiponline.
- Césaire, A. (1950/1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Livraria Sá da Costa Editora.
- Chuang, (2020). *Contágio social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China*. Veneta.
- Comiti, V. P. (1981). *Littre et l'histoire des épidémies*. Société Française d'Histoire de la Médecine. Disponível em <https://www.biusante.parisdescartes.fr/sfhm/hsm/HSMx1981x015x003/HSMx1981x015x003x0235.pdf>
- Defoe, D. (1722/2014). *Um diário do ano da peste*. 3ª ed. Artes e ofícios.
- Delumeau, J. (1978/2009). *História do medo no Ocidente*. Companhia das Letras.

- Frateschi, Y. (2020). Agamben sendo Agamben. O filósofo e a invenção da pandemia. *Blog da Boitempo*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/>
- Freud, S. (1930/1996). *O mal-estar na civilização*. Imago.
- Gewehr, R. (2021). Um ritual de queima de máscaras: negação e mistificação na epidemia de SARS-CoV-2. In: Miura, P. O. e Souto de Oliveira, A. A. (2021). *Educação, saúde, direito e cidadania: Reflexões para o enfrentamento da COVID-19*. Edufal. pp. 127 – 141.
- Global Trade Alert (2020). *Tackling COVID-19 Together. The Trade Policy Dimension*. Swiss Institute of International Economics and Department of Economics. University of St. Gallen.
- Littré, É. (1836/1875). Des grandes épidémies. In: *Médecine et médecins* (3^{ème} éd.). Didier et Cie.
- Littré, É. & Robin, C. (1855/1865). *Dictionnaire de médecine, de chirurgie, de pharmacie, des sciences accessoires et de l'art vétérinaire* (12^{ème} éd.). J.-B. Baillière et fils.
- Littré, É. (1863/1874). *Dictionnaire de la langue française*. Tome IV. Librairie Hachette et cie.
- Lucrèce (1832). *De la nature des choses*. Tome II. C. L. F. Panckoucke.
- Mollaret, H-H. (2020). Peste. *Encyclopædia Universalis*. Disponível em <http://www.universalis-edu.com/encyclopedie/peste/>
- Salmon, P. (1959). La population de la Grèce antique. *Bulletin de l'Association Guillaume Budé: Letters d'Humanité*. n. 18. décembre 1959. pp. 448-476.
- Schwarcz, L. & Starling, H. M. (2020). *A bailarina da morte. A gripe espanhola no Brasil*. Companhia das Letras.
- Sontag, S. (1978/1984). *A doença como metáfora*. Edições Graal.
- Thucydide (1883). *Histoire de la guerre du Péloponnèse*. 4^{ème} éd. Tome I. G. Charpentier.
- Tucídides (2001). *História da guerra do Peloponeso*. 4^a ed. Editora UNB.

O *Ethos* patético e as campanhas de publicidade “Thank you” durante a pandemia de SARS-COV-2

SAMUEL MATEUS*

Resumo

Uma das tendências publicitárias registadas durante a pandemia SARS-COV-2 foram as campanhas de agradecimento. Estas registaram, não apenas, um grande nível de popularidade, como um elevado grau de emotividade, tal como medido pelo *Unruly’s EMO Index*. Este capítulo explica a efetividade das emoções em campanhas publicitárias através de uma abordagem retórica que descreve a persuasividade em termos de constituição da imagem e credibilidade(*ethos*) do orador/marca a partir de uma premissa emocional. Começa por traçar o que se entende por *ethos* para, depois, se mostrar a construção emotiva do *ethos*. Por fim, analisa, sucintamente, a campanha “Obrigado” da Unilever, em Portugal, a partir do modelo MELCA de análise retórica (Mateus, 2018, pp. 189-207), de forma a demonstrar o funcionamento daquilo a que se chamará *ethos* patético.

Palavras-Chave: *Ethos*, *Pathos*, Retórica, Publicidade, SARS-COV-2, “Thank You”.

Abstract

One of the advertising trends during the SARS-COV-2 pandemic were thank-you campaigns. These registered not only a high level of popularity, but also a high degree of emotion, as measured by Unruly’s EMO Index. This chapter explains the effectiveness of emotions in advertising campaigns through a rhetorical approach that describes persuasiveness in terms of constituting the image and credibility (*ethos*) of the speaker/brand from an emotional premise. It begins by outlining what is meant by *ethos* to then show the emotive construction of *ethos*. Finally, it briefly analyses the

* Universidade da Madeira
samuelmateus@uma.pt

Unilever “Thank You” campaign, in Portugal, using the MELCA model of rhetorical analysis (Mateus, 2018, pp. 189-207), in order to demonstrate the functioning of what will be called pathetic *ethos*.

Keywords: *Ethos*, *Pathos*, Rethoric, Advertising, SARS-COV-2, “Thank You”.

Introdução

A pandemia de SAR-COV-2 declarada, em março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde, resultou no confinamento generalizado, um pouco por todo o mundo. Foi um abalo na vida dos cidadãos e consumidores que teve igualmente repercussões ao nível da comunicação, em particular, do investimento publicitário, o qual sofreu uma assinalável diminuição. Enquanto o mercado de publicidade dos Estados Unidos da América aumentou para 646 bilhões de dólares, em 2019, estimou-se que as perdas, em 2020, só neste mercado, atingissem 26 bilhões de dólares (Vorhaus, 2020), e que a recuperação seja difícil e lenta. De acordo com o *COVID-19 Marketing Report: Statistics and Ad Spend* 34% das empresas auscultadas cancelaram, por completo, as suas campanhas de publicidade e 89% decidiram rever o orçamento, tendo, ainda, 69% das marcas indicado que diminuiram esse valor em 2020. Ainda de acordo com o mesmo relatório, apenas 14% das campanhas de marketing, no Reino Unido, persistiram inalteradas, tal como estavam inicialmente previstas. Em média, a despesa com Publicidade diminuiu 9% na Europa, com Alemanha e França a registarem uma diminuição do investimento em 7% e 12% respetivamente. O mesmo sucedeu nos EUA, com o *The New York Times* a reportar uma queda de 15% de receitas de Publicidade no primeiro trimestre de 2020.

Por outro lado, o contexto pandémico acentuou a oportunidade das marcas publicitarem os seus valores e se comprometerem com campanhas de responsabilidade social, ao mesmo tempo que demonstram preocupação com assuntos de dimensão humana (ex.: o cansaço de cidadãos e profissionais de saúde, a solidão ou o risco de contágio de familiares). A sensibilidade demonstrada, durante a pandemia de SARS-COV-2, prova que as marcas se preocupam com os seus consumidores e que assumem o seu comprometimento para com a sociedade na promoção de comportamentos de prevenção do contágio e de promoção de boas práticas de saúde pública. Estas mensagens publicitárias trazem consigo a possibilidade de lealdade de marca, respondendo ao papel proactivo e responsável que os *millennials*¹ reclamam por parte das empresas no contexto pandémico.

Assim, encontramos anúncios, como os da Ford (“Built to Lend a Hand”) e da Walgreens (“Ask a Pharmacist”), que colocam as marcas como agentes-*pivot* de uma

1 Uma sondagem de uma empresa de estudos de mercado (Persky) revela que a geração do milénio (*millennials*), apesar de pessimista, confia no papel das marcas para lidar com a Covid19. 43% dos inquiridos acredita que as marcas possuem um “importante” papel e indicam o seu desejo de elas contribuírem e ajudarem a ultrapassar os tempos adversos.

solução, e como organizações de ajuda aos cidadãos. O primeiro invocando o empenho centenário para com os seus clientes, enquanto o segundo explica como as pessoas podem tirar proveito, com toda a segurança, de serviços de saúde online e entrega de medicamentos. Por seu lado, a McDonald’s-Filipinas assegurou aos seus clientes, através de um vídeo do CEO Kenneth Yang, que não hesitaria em encerrar os restaurantes como forma de mostrar a determinação da empresa em proteger a saúde dos seus clientes, bem como funcionários e fornecedores.

Uma coisa que estes anúncios têm em comum — e que partilham com a generalidade dos anúncios publicitários criados e difundidos durante a pandemia — é a extrema emotividade associada às suas mensagens. Por exemplo, o vídeo “We’re never lost if we can find each other” do Facebook, construído num tom emocionado (*pathos*), apresenta as várias facetas da emoção humana a partir de uma perspetiva motivadora, incluindo muitas cenas domésticas e interações familiares. Um estudo baseado no *Unruly’s EMO Index*² mediu a intensidade emocional de dezenas de anúncios de publicidade e comparou-os como a média nacional de cada país. Concluiu-se que a campanha de publicidade “Thank You” da Google-Japão, transmitida durante os primeiros meses da pandemia SARS-COV-2, tinha três vezes mais emocionalidade do que a média dos anúncios publicitários japoneses. Em sétimo lugar, surge a campanha norte-americana “Thanks Healthcare” da Google, na décima terceira posição a campanha “Thank you” da Coles, na Austrália, e na vigésima posição, a campanha alemã do Banco da Alemanha “Danke für Ihre Unterstützung”, com uma intensidade emocional 48% superior à média do país.

Embora sentimentos como o orgulho e a gratidão sejam raros na publicidade em períodos não pandémicos, o alastramento do vírus, a intensificação do esforço requerido aos profissionais de saúde e o aumento de novos contágios e consequentes casos de COVID19 e morte, fez com que eles se tornassem muito comuns durante a pandemia de SARS-COV-2. Conforme advoga o *Unruly’s EMO Index*, as campanhas que tiveram mais popularidade são aquelas que tiveram um maior índice de emocionalidade e aquelas que tendem a focar-se no agradecimento às comunidades, voluntários, cidadãos, e, sobretudo, profissionais de saúde. Por outro lado, os anúncios de maior sucesso, nos primeiros meses de pandemia, tendem a minimizar o enfoque nos seus produtos em benefício do enfoque emotivo sobre aqueles que, todos os dias, trabalham e arriscam a sua vida, para manter os outros são e salvos. Segundo o estudo que deu origem ao *Unruly’s EMO Index*, os anúncios que instruíam os consumidores a relacionar-se com a marca e os seus produtos não apenas eram emocionalmente menos interpeladores, como estavam associados a menores pontuações ao nível da intenção

2 *The Brands Whose COVID-19 Ads Generated The Most Positivity Around The World*, disponível em <https://unruly.co/blog/article/2020/06/25/the-brands-whose-covid-19-ads-generated-the-most-positivity-around-the-world/>

de compra e intenção de saber mais³. Pelo contrário, os anúncios e as campanhas mais bem-sucedidas não foram somente intensamente emotivas, como evocaram sentimentos de inspiração e devoção, os quais se mostraram correlacionados com uma melhor percepção (e favorecimento) da imagem de marca junto dos seus espectadores.

No contexto pandémico, este capítulo examina a Publicidade retoricamente a partir da consideração dos efeitos éticos – de carácter retórico- que a incidência emotiva acarreta. Visa aplicar a análise retórica a esta tendência discursiva da publicidade pandémica, ao mesmo tempo que enfatiza o quanto a inscrição emotiva do discurso publicitário se radica na constituição do *ethos*, ou credibilidade, da marca.

Assim, defende-se que a publicidade, em tempos de SARS-COV-2, constitui o seu *ethos* a partir da carga patética (*pathos*) dos seus anúncios na hibridização entre *ethos* e *pathos* (Mateus, 2021). A partir de uma amostra por conveniência baseada na campanha da Unilever Portugal intitulada “Obrigado”, demonstra-se como a afetividade decorrente do sentimento de gratidão se transmuta na criação de uma imagem de si da empresa (e marcas associadas como *Skip*, *Dove* ou *Olá*) inscrita numa revalorização do seu *ethos*.

Começa-se por traçar o que se entende por *ethos* para, depois, se mostrar a construção emotiva do *ethos* ou credibilidade de marca, bem como de *ethos* dito e *ethos* mostrado (Maingueneau, 2008). Termina-se por analisar sucintamente a campanha “Obrigado” da Unilever- Portugal, a partir do modelo MELCA de análise retórica (Mateus, 2018, pp. 189-207) de forma a demonstrar a existência daquilo a se chamará *ethos* patético.

Ethos

Existem duas formas de considerar o *ethos* retórico.

Na tradição romana, em autores como Quintiliano ou Cícero, o *ethos* do orador prende-se com a reputação que o antecede, com a criação da fama ou do valor que pesa mais do que as suas palavras. O *ethos* é, assim, um elemento extra-discursivo, e pré-constituído, que pré-existe o momento da preleção ao auditório. Na tradição grega, por seu turno, a de autores como Aristóteles, o *ethos* é a imagem que o orador constrói para si no momento da enunciação e não corresponde exatamente à sua identidade. O carácter consiste num ensaio ou tentativa de criação que se assemelha a uma *persona*, um protótipo de personalidade que se apresenta como real e que é objeto de permanente formação através dos atos discursivos. Assim, enquanto na tradição romana, o carácter ou credibilidade do orador (*ethos*) se encontra associado aos atributos que ele encena perante o auditório, na tradição grega, o *ethos* consiste numa imagem discursiva criada pelo orador (Maingueneau, 2008, p. 14).

3 *Ibidem*.

Esta distinção é o primeiro aspeto a ponderar. Pode parecer inócua e, no entanto, é determinante para compreender a publicidade. Porque, conforme nos ensina a tradição grega, nomeadamente a aristotélica, a publicidade conquista o seu *ethos* a partir de uma audiência que atribui à marca um carácter extra-discursivo baseado na realidade intradiscursiva. Por outras palavras, o carácter ou credibilidade das marcas é conquistado momento a momento no seu exercício publicitário (elementos intradiscursivos), com vista a constituir-se como reputado e autoridade (elementos extra-discursivos). Trata-se, e ainda mais na publicidade, de uma representação dinâmica que é construída pelo orador e negociada pela audiência no momento em que o anúncio de publicidade “fala” ou refere. A publicidade, ao falar acerca do mundo ou dos produtos/serviços está, simultaneamente, a dizer alguma coisa acerca do orador (a marca publicitada). A enunciação pode não ser sobre a marca em si, mas, em derradeira análise, enuncia um *ethos*. Quando Aristóteles (1998, 1378a), na *Retórica*, coloca a prudência (*phronesis*), a virtude (*arete*) e a benevolência (*eunoia*) como qualidades basilares do *ethos*, ele procede à apologia de um conjunto de orientações de comportamento discursivo que se prolonga nos traços de carácter do orador, muito para além da prestação retórica, o que, em certa medida, reforça a interpretação que a enunciação, não sendo sobre o orador, o enuncia. Isto é, não sendo o discurso (a enunciação) sobre a prudência, a virtude ou a benevolência esta tríade, a forma como ele é feito denuncia-as e trai o carácter do orador. Talvez por isso Maingueneau (2008, p. 14) escreva que “o *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral”.

O *ethos* é, deste modo, um precursor das relações entre duas entidades, seja um orador e um auditório, seja uma marca e os seus potenciais clientes. É um modelador das atividades humanas que inicia o registo pelo qual elas se desenvolvem. Assume o papel catalisador que dá o tom ao orador e que alinha aquilo que ele enuncia com aquilo com que ele se faz representar.

O segundo aspeto determinante para compreender o *ethos* da publicidade, e em particular, o *ethos* da publicidade pandémica, é apreciar que a imagem constituída pelo orador passa por afirmar -sem necessariamente o dizer- que a marca é, ainda, uma entidade semelhante ao indivíduo comum. Trata-se de uma afirmação que é representada, construída nas palavras e para lá das palavras (ao nível, não-verbal, incluindo, por exemplo, a linguagem corporal, ou o *layout* do anúncio, se se tratar de uma publicidade impressa). O efeito persuasivo (retórico) da publicidade acontece na medida em que o orador/marca passa, no seu discurso (verbal e não-verbal), a ideia de que é um entre muitos, igual entre pares, mais um de entre os demais. Este detalhe é especialmente relevante no caso das campanhas “Thank you” durante a pandemia SARS-COV-2. Assim construído, o *ethos* faz ver que a marca é feita de pessoas semelhantes aos próprios indivíduos que integram as audiências. Parte da virtude associada a este *ethos* advém da capacidade do orador/marca se fazer igual, e dos indivíduos da audiência se reconhecerem no seu próprio *ethos*. Nesta medida, as marcas agradecem, não porque

se distingam dos cidadãos, mas porque se constituem, elas próprias, como personalidade moral equivalente à dos cidadãos. Assim, tal como eles agradecem o esforço que a sociedade desenvolve em torno da prevenção de contágios do vírus, assim as marcas agradecem. Neste gesto, adotam uma imagem análoga à daqueles que pretendem vencer. A criação do *ethos* funciona, neste contexto, na medida em que preconiza um *ethos* pré-existente na sociedade, e de que os oradores/marcas se fazem porta-vozes.

O terceiro aspeto respeita o “encarnar” dos valores, dando-lhes corpo, fazendo-os visíveis, atualizando-os numa nova enunciação. A publicidade apoia-se frequentemente em estereótipos que circulam na sociedade. No caso da publicidade pandémica, ela assume o gesto prevalente de reconhecimento pelo esforço no combate à COVID19. Ela atualiza essa gratidão social em torno dos profissionais de saúde ao tornar-se enunciativa de um *thank you*. Realiza o seu *ethos* ou imagem no momento em que se apropria do gesto social e o transforma em seu. Desta forma, contribui para reforçar o sentimento público de gratidão, ao mesmo tempo que consolida a criação e o desenvolvimento do *ethos* das marcas. A publicidade pandémica cria, pois, um mundo ético (isto é, relativo ao *ethos*) ligado à gratidão aos profissionais de saúde (e profissões conexas como agentes de autoridade, auxiliares de ação médica, bombeiros, etc). A gratidão, por se tratar de um sentimento, não é visível. O que a torna reconhecível é a sua enunciação nos anúncios de publicidade na qual os enunciados incorporam o sentimento coletivo. O orador/marca capitaliza este sentimento partilhado adotando-o como marca do seu carácter. “Thank you” é o enunciado típico do reconhecimento: é uma elevação ética (um gesto grandiloquente) e simultaneamente um feito ético (uma criação do *ethos* do orador/marca).

Feito este preâmbulo tripartido ao *ethos*, estamos agora em condições de aprofundar o seu funcionamento em termos afetivos. Falaremos agora do *ethos* patético (relativo ao *pathos*).

O *Ethos* patético

A retórica da publicidade pandémica assenta na construção da credibilidade de marca (*ethos*) a partir de premissas de pendor emocional (*pathos*), materializando aquilo a que chamarei *ethos* patético. Este consiste numa sobreposição (uma espécie de Quimera⁴) entre as duas provas artísticas: o *ethos* e o *pathos*. Embora na ortodoxia retórica, desde Aristóteles, estas provas, não obstante interdependentes, sejam autónomas e descoincidentes, a evolução discursiva registada com a publicidade recomenda que as aproximemos.

Se o *ethos* invoca hábitos, costumes ou preceitos morais, não é menos acertado supor que envolve igualmente preceitos emocionais e que convoque o *pathos*. Segundo

4 Referência à Quimera da mitologia grega: besta caracterizada pela aparência híbrida de dois ou mais animais.

Aristóteles, convence-se não tanto pela verdade, mas pelos motivos que provoquem efeitos de verdade. A procura da benevolência do auditório, como matriz do *ethos*, espoleta o despertar da paixão (*pathos*). Diz o filósofo que o orador leva o auditório a sentir uma paixão “porque os juízos proferidos variam consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio (Aristóteles, 1998, 1738a). Se, para convencer, o orador cria a sua imagem a partir do despertar das emoções (como se tangesse as cordas das disposições emocionais do auditório), isto significa que o *ethos* do orador pode ser construído em torno da forma como o seu discurso faz emergir e influencia as emoções do auditório. Se o *ethos* se edifica no discurso e se apela à benevolência, essa criação assume proporções patéticas (isto é, relativas ao *pathos*). Como afirma Maingueneau (2008, p. 16), o *ethos* elabora-se “por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira as suas informações do material linguístico e do ambiente”.

Retomando as provas artísticas, se se instrui pelos argumentos (*logos*), se se comove pelas emoções (*pathos*) e se se insinua o carácter pela conduta do orador (*ethos*), compreende-se que a própria insinuação do carácter (*ethos*) não advenha somente da racionalidade daquilo que diz (*logos*) mas, igualmente, da emotividade convocada pela forma como diz e como age (*pathos*). É claro que na ortodoxia retórica, e na tradição grega, tal sobreposição das provas artísticas merecia suspeição. A mera referência a um *ethos* patético, uma imagem de si construída a partir de disposições emocionais, faria chover raios e coriscos. Afinal, estar-se-ia a fazer claudicar a hierarquia entre o inteligível e o sensível, razão e emoção, mente e corpo, carácter e paixão.

Porém, um dos corolários da mediatização da retórica (quando se introduzem os Media no exercício comunicativo de persuasão) tem a ver, precisamente, com a imbricação dos géneros retóricos, mas também das provas artísticas. E a análise da publicidade contemporânea a partir do espartilho rígido de um *ethos* intocado, puro ou imaculado de espúrio *pathos* estaria irremediavelmente condenada ao fracasso.

Como demonstraremos de seguida, as campanhas “Thank you” ocorridas durante a pandemia de SARS-COV-2 podem ser melhor apreendidas pela miscigenação das provas artísticas, e em particular, pela criação de uma imagem pública do orador/marca alicerçada nas disposições emocionais. Por outras palavras, compreendemos, de forma aprofundada, o efeito retórico destas campanhas de publicidade se considerarmos a criação e sustentação de um *ethos* de índole patética.

Esta fabricação do *ethos* patético é uma realização socio-discursiva, verbal e não-verbal, que envolve aquilo que se diz, mas também como se diz e como se age. O *ethos* é sempre um comportamento socialmente prescrito e avaliado, e emerge de uma situação comunicativa específica da qual tomam parte orador e auditório. Isto significa afastar o *ethos* patético da grandiloquência – do bem falar (*bene dicendi*), como dizia Quintiliano – alargando o seu âmbito a todo o tipo de gestos, comportamento

e condutas assumidas pelo orador. Deste ponto de vista, a publicidade pandémica vê o seu *ethos* criado não tanto no momento de dizer “obrigado” mas no momento em que o significado socialmente inscrito desse comportamento (emotivo) é reconhecido pela comunidade interpretativa (marca e audiência incluindo clientes, fornecedores e consumidores em geral).

Por outras palavras, o *ethos* emerge não apenas naquilo que é tematizado (dito) mas naquilo que não é tematizado (aludido, o não-dito mas mostrado ou invocado). O *ethos* tematizado reside na proferição do agradecimento, mas prolonga-se no *ethos* não-tematizado, isto é, no que a proferição do agradecimento corrobora acerca da imagem e identidade do orador/marca. Agradecer não é, assim, apenas um dever cumprido, mas torna-se uma oportunidade de construir o carácter do orador/marca no momento em que ele decide voluntariamente reconhecer, numa espécie de representação da própria sociedade. É esta tomada de posição, enquanto porta-voz, que constitui o orador/marca como agente social e, simultaneamente, como um agente dotado de carácter.

No que se segue, procedemos a uma breve análise retórica da campanha “Obrigado” da Unilever, com o propósito de exemplificar a constituição do *ethos* patético.

Análise Retórica

O modelo MELCA de análise retórica (Mateus, 2018, pp. 189-207) examina um qualquer texto (escrito ou audiovisual) a partir das seguintes premissas: *Motivação*, *Exposição*, *Leitor* (Audiência), *Constrangimentos* e *Autor*. Por pretendermos demonstrar o funcionamento da imagem emotiva (o *ethos* patético) do orador/marca, não desenvolveremos cada uma destas etapas de análise, exceção feita para a *Exposição*, na qual o *ethos* patético é fabricado.



Figura 1- Mupi Publicitário da Campanha “Obrigado” da Unilever

A **Motivação** para esta campanha nacional pode ser descrita pela intenção do orador/marca Unilever assumir uma atitude proativa e dirigir-se aos portugueses para agradecer o seu esforço durante os períodos especialmente sensíveis da pandemia (em março de 2020, tinha acabado de ser declarado o primeiro período de confinamento). Tratando-se de publicidade, não podemos esquecer que o veicular de uma mensagem altruísta e humilde não significa que deixe de ser persuasiva. O efeito persuasivo destes anúncios advém da forma como a imagem do orador/marca é construída em torno da afetividade associada ao “Obrigado”. A motivação pode ser sinteticamente enunciada como o aproveitamento da pandemia para construir o *ethos* da Unilever como uma empresa de múltiplas marcas socialmente responsável e preocupada com a saúde pública e o bem-estar (este é o lado afetivo) dos seus consumidores e dos portugueses em geral. Estes formam o **Leitor** ou a audiência desta mensagem publicitária. Possui, portanto, um auditório mediatizado – uma audiência – muito extenso, contemplando potencialmente os onze milhões de habitantes de Portugal. Devido à abrangência da audiência ad mensagem, foram feitas pequenas variações para audiências mais específicas (funcionários públicos ou força de vendas).

Os **Constrangimentos** dizem respeito às vicissitudes da criação publicitária durante a pandemia de SARS-COV-2, que obrigaram a indústria publicitária ao teletrabalho, o que, por sua vez, limitou as produções publicitárias. Porque não havia o conjunto de meios de produção habitualmente disponíveis, esta campanha resulta muito simples: um “Obrigado” em destaque, inserido numa pequena frase; um conjunto de marcas representadas pela Unilever Portugal na faixa branca, em baixo, e uma imagem num simples fundo colorido. Mais do que a forma humilde do anúncio, vale o seu conteúdo. Além disso, por se tratar de Mupis, a mensagem tem de ser necessariamente curta para facilitar a sua apreensão no espaço urbano. Curiosamente, devido aos deveres de recolhimento e isolamento, os Mupis terão sido vistos por um conjunto menor de pessoas em comparação com o período pré-pandémico, o que terá certamente contribuído para limitar o alcance da mensagem retórica.



Figura 2 - Mupis Publicitário da Campanha “Obrigado” da Unilever

Quanto ao **Autor**, há que salientar a múltipla autoria do orador/marca. O anúncio de publicidade representa a Unilever Portugal (e as suas várias marcas), e por isso ela é o orador/marca. Contudo, não pode ser negligenciada a existência de uma agência de publicidade (e os seus diversos funcionários) que interveio na criação e *design* desta mensagem. A autoria é, assim, comungada entre um orador/marca e um orador/agência que fala em nome da Unilever Portugal. Não deixa de ser inesperado que uma empresa assuma este papel de reconhecimento social da gravidade da pandemia e do esforço de todos os portugueses. Ninguém lho poderia sequer exigir. Contudo, ao fazê-lo, não apenas rompe com a percepção em torno do papel das marcas como tendo preocupações unicamente de mercado, como humaniza a Unilever ao tornar-se um sujeito de enunciação. Literalmente, a autoria do anúncio concede-lhe autoridade (no sentido da criação de credibilidade, de um *ethos*).

Na **Exposição** reside propriamente a força ética e patética do anúncio.

Ao nível visual do anúncio-texto, encontramos três símbolos para representar a audiência generalizada e especializada: a bandeira nacional portuguesa; o sinal de trânsito do autocarro (um transporte público), aludindo aos funcionários públicos; e o tablet cheio de gráficos numa alusão à força de vendas e ao seu enfoque nos volumes de bens e serviços transacionados. O espectro cromático não se afigura significativo, tendo por única preocupação provocar a boa leitura da mensagem de agradecimento. É de salientar o destaque concedido às marcas representadas pela Unilever Portugal como um elemento visual separado do restante anúncio, tal como a faixa branca sugere.

A palavra “Obrigado” encontra-se destacada pelo tamanho de letra, assumindo-se visualmente que este é o objetivo e a ideia essencial dos anúncios.

Ao nível verbal e de conteúdo, a ideia fundamental é enfatizar que o comportamento de uns (os funcionários públicos, as forças de vendas, alguns portugueses) ajuda a salvar todos. Leia-se o texto verbal: “Obrigado funcionários públicos que andam na rua por todos” ou “Obrigado portugueses que ficam em casa por todos”. Não existe propriamente argumentação, uma vez que os anúncios assumem a finalidade de elogiar a população portuguesa. Ao fazê-lo provocam uma disposição positiva para aceitar o *ethos* do orador/marca. O léxico é muito pequeno e simples, reforçando uma unidade de ideias: agradecer o comportamento responsável no domínio da saúde pública e o esforço dos portugueses (a força de venda e os funcionários públicas resultam, aqui, como a sinédoque de todos os trabalhadores).



Figura 3- Mupi Publicitário da Campanha “Obrigado” da Unilever

O que é, retoricamente, mais premente é a conotação do agradecimento e o que significa agradecer no contexto de pandemia. Em primeiro lugar, agradecer é um gesto de empatia (se preferirmos, de simpatia – *sim-pathos*). Mas é, do mesmo modo, um gesto de engrandecimento do carácter: aquele que agradece mostra-se moralmente superior àquele que não o faz. O reconhecimento do esforço é, aqui, altamente ético e, simultaneamente, patético. O gesto simpático (*sim-pathos*) é um gesto de construção do carácter do orador/marca e, simultaneamente, de natureza afetiva, moldando as disposições da audiência em torno da imagem positiva da Unilever Portugal.

Além disso, os tempos de incerteza, aliados ao aumento de mortes, ao encerramento das empresas e ao início de milhares de *layoffs*, deixaram a população especialmente vulnerável à pandemia de SARS-COV-2. Vulnerabilidade essa que é, também, uma vulnerabilidade emocional, conforme demonstram as sucessivas manifestações em Portugal e no mundo- de apoio aos profissionais de saúde e o desenhar do arco-íris e respetivo slogan: “Vai ficar tudo bem”. É essa vulnerabilidade emocional que é, também, explorada no “Obrigado”. Este reconhecimento do esforço de uns em benefício de todos é especialmente relevante e retoricamente mais significativo no contexto da proliferação de contágios e do *burnout* profissional de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar, à medida que os hospitais ficavam lotados (facto mais visível a partir de setembro de 2020 até abril de 2021).

Num mundo ético já carregado de emotividade (a perda do emprego, o número de doentes, as crianças fechadas em casa sem escola, etc.), as campanhas publicitárias “Obrigado” capitalizaram a emotividade e serviram-se das disposições emocionais para criar uma imagem (*ethos*) socialmente responsável. O “Obrigado” não é um mero

gesto de agradecimento inocente. É um agradecimento que, simultaneamente, contribui para edificar uma imagem de si positiva e altruísta. Talvez por isso se justifique o grande número de campanhas publicitárias “Thank you”, as quais se caracterizam por elevados índices de emotividade.

Conclusão

Este capítulo adotou um enquadramento retórico para compreender a eficácia das campanhas publicitárias “Thank you” que surgiram durante a pandemia de SARS-COV-2 e que registaram um índice de emotividade superior à média pré-pandémica. Ao salientar-se que agradecer é um percursor emocional que aciona as disposições emotivas já elevadas devido às dificuldades sanitárias, económicas e sociais que os cidadãos experimentaram por todo o planeta, defendeu-se que foi esta incidência emocional (contida no agradecimento) que permitiu ao orador/marca construir o seu *ethos*.

Assim, a enunciação do agradecimento é somente o primeiro passo no desenvolvimento de um *ethos* socialmente responsável, o qual não é tematizado mas apenas aludido (ou seja, não-tematizado). No fundo, argumentou-se, a gratidão (presumida e implícita no agradecimento) encontra a sua força retórica na medida em que produz o *ethos* do orador/marca a partir de marcas emocionais que são encontradas no próprio ato verbal de agradecer, mas também no ambiente geral de consternação em torno da COVID19.

Estas diferentes campanhas foram ilustradas pelo caso português da Unilever Portugal no qual se pretendeu demonstrar a criação do *ethos* do orador/marca em termos emotivos a que se chamou de *ethos* patético. A possibilidade de nomearmos o fenómeno retórico utilizando esta expressão ajuda a explicar a própria decisão da Unilever de emitir um agradecimento público. Trata-se de publicidade que não anuncia nada, que não disserta sobre as vantagens e benefícios dos seus produtos e que, por esse motivo, se torna difícil de justificar em termos estritamente funcionais e racionais (*logos*). Afinal, o agradecimento não visa aumentar as vendas; não pretende fidelizar clientes; não obedece a uma estratégia convencional de *marketing*. E no entanto, o orador/marca retira dela grandes proveitos (ou não investiria avultadas somas de dinheiro na campanha de publicidade). O “Obrigado” não cumpre uma finalidade racional. O que cumpre, então?

Cumprir uma finalidade ético-emotiva. Se não podemos confiar na mera racionalidade do agradecimento (*logos*), temos de perscrutar o *ethos* e o *pathos* como provas artísticas fundamentais do valor retórico da publicidade pandémica. Como se sublinhou, não existe propriamente argumentação: o que existe, sim, é a fundação ética da marca tirando proveito das pré-disposições emotivas já existentes nas sociedades assoladas pela pandemia.

Contudo, assumir somente o *ethos* seria ficar por um panorama incompleto do funcionamento retórico. Se há, aqui, produção de uma imagem (*ethos*), esta é integralmente devedora aos aspetos emocionais ligados à motivação do agradecimento e ao reconhecimento do mérito de alguns, e do seu trabalho em prol de todos.

É a atualização do mote latino *E pluribus unum* que, nesta versão pandémica, assume laivos éticos e patéticos, numa imbricação denominada de *ethos* patético. O *ethos* patético não é exclusivo das campanhas publicitárias “Thank you” mas estas são certamente um momento especialmente exemplificativo do poder das emoções, não apenas para convencer, mas para convencer através da imagem credível do orador/marca.

Bibliografia

Aristóteles. (1998). *Retórica*. INCM.

Maingueneau, D. (2008). A propósito do *ethos*. In Motta, R.A, Salgado, L. (Org.). *Ethos discursivo*. Contexto. pp. 11-29.

Mateus, S. (2018). *Introdução à Retórica no séc.XXI*. Livros Labcom.

Mateus, S. (2021). Acerca da associação entre Ethos e Pathos na Retórica da Publicidade. *Atas do XI Congresso SOPCOM - Comunicação, Turismo e Cultura*, SOPCOM - Universidade da Madeira, pp. 655-665. Disponível em https://www.sopcom.pt/actas/202103021203-livro_de_atas_xi_congresso_sopcom_vf_compressed.pdf

Vorhaus, M. (2020). Covid-19 Represents The Biggest Challenge To Media Advertising Expenditures Ever. *Forbes.com*. April 2020. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/mikevorhaus/2020/04/27/covid-19-represents-the-biggest-challenge-to-media-advertising-expenditures-ever/?sh=47ea08007398>

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades reúne dezasseis estudos que, sobre distintas épocas, analisam a capacidade de reagir, resistir e superar as diversas enfermidades que acompanham o desenvolvimento das sociedades humanas. Além do contributo para o conhecimento da influência de pestes e epidemias na cultura e na sociedade, os estudos coligidos neste Volume permitem uma reflexão interdisciplinar do entendimento humano acerca das causas e consequências desses surtos. Nos vários domínios das Humanidades, das narrativas às criações mais artísticas, há, de facto, um imenso legado cultural que importa continuar a estudar.

